

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA - IGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

EFEITOS SÓCIO-ESPACIAIS DE GRANDES PROJETOS EM NOVA PONTE – MG:
REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E RECONSTRUÇÃO DA VIDA
COTIDIANA

VICENTE DE PAULO DA SILVA

Rio de Janeiro
2004

EFEITOS SÓCIO-ESPACIAIS DE GRANDES PROJETOS EM NOVA PONTE – MG:
REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E RECONSTRUÇÃO DA VIDA
COTIDIANA

VICENTE DE PAULO DA SILVA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências/Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Professora Doutora Ana Maria Lima Daou

Rio de Janeiro
2004

FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Vicente de Paulo da

Efeitos Sócio-espaciais de Grandes Projetos em Nova Ponte – MG: Reorganização do Espaço Urbano e Reconstrução da Vida Cotidiana/ Vicente de Paulo da Silva – Rio de Janeiro: UFRJ / IGEO / PPGG, 2004. il.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, CCMN, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2004.

1. Nova Ponte – Aspectos Sociais e Espaciais. 2. Hidrelétricas – Brasil – Minas Gerais – Nova Ponte. 3. Vida Cotidiana – Sociedade – Nova Ponte – Bairro.

I. Título. II. Tese (Doutorado – UFRJ/IGEO/PPGG).

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a todos que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. Foram quatro anos, desde o início das atividades na pós-graduação, até este momento quando apresentamos o resultado de nossa empreitada que fez brotar esta tese. Não vou nomeá-los aqui, a fim de não correr o risco de cometer a menor injustiça diante da possibilidade de esquecer algum nome.

A todos vocês, Muito Obrigado.

RESUMO

SILVA, Vicente de Paulo da. Efeitos Sócio-espaciais de Grandes Projetos em Nova Ponte – MG: Reorganização do Espaço Urbano e Reconstrução da Vida Cotidiana. Orientadora: Ana Maria Lima Daou. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG, 2004. Tese.

Esta tese, busca demonstrar os efeitos da execução de grandes projetos sobre a organização social e espacial de uma cidade. O campo empírico da pesquisa é o município de Nova Ponte, no Estado de Minas Gerais, onde dois momentos diferenciados de intervenção no espaço puderam transformar a organização anterior e produzir efeitos de longo alcance: a modernização do campo, na década de 1970, e a construção de uma usina hidrelétrica entre os anos de 1987 e 1993. Foi dedicado maior atenção ao segundo fato, tentando mostrar, numa perspectiva geográfica, os significados das mudanças sobre a organização do espaço físico e sobre a organização social. Também se dedicou uma atenção particular à luta dos moradores para reconstruírem a cidade nova, tendo em vista que foi preciso submergir uma cidade inteira, para a formação do reservatório da usina. A convicção, neste trabalho, é de que será através da reconstrução da vida cotidiana que poderemos entender a construção da cidade nova. Da mesma forma, foi entendido que viver o dia-a-dia é o mesmo que construir e desenvolver o sentido de lugar: isto, no entender desta pesquisa, significa a reconstrução do espaço social.

ABSTRACT

SILVA, Vicente de Paulo da. Efeitos Sócio-espaciais de Grandes Projetos em Nova Ponte – MG: Reorganização do Espaço Urbano e Reconstrução da Vida Cotidiana. Orientadora: Ana Maria Lima Daou. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG, 2004. Tese (Doutorado em Geografia).

This thesis, attempts to demonstrate the social and spatial effects from the execution of great projects on the space organization. The field of research, is the City of Nova Ponte, in Minas Gerais State, where in two different intervention moments in space, they could transform the previous organization and produce long term effects: the country modernization in the 70's, and the hydroelectric station construction between the years of 1987 and 1993. It was dedicated more attention about to the last fact. The intention, is to show in a geographical perspective, the meaning of the changing about the physical space organization and the inhabitants fight to reconstruct, actually, the new city, bearing in my mind that it was needed to submerge a whole city for the formation of the hydroelectric station reservoir. The conviction in this work, is that through the daily life reconstruction, we will be able to understand the new city reconstruction. The same way, it's understood that to live day by day is the same as to construct and develop the sense of place: this, in the understanding of this research, means the reconstruction of the social spatial.

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMNP	Associação dos Moradores de Nova Ponte
CAMPO	Companhia de Promoção Agrícola
CDA	Centros de Distribuição Avançada
CDE	Centros de Distribuição Comercial
CDL	Câmara de Diretores Lojistas
CELG	Centrais Elétricas de Goiás
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais.
CESP	Companhia Elétrica de São Paulo
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
ELETRORAS	Centrais Elétricas do Brasil
EMATER-MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IGA/SECT	Instituto de Geociências Aplicadas / Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologias.
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MW	Megawatts
NOVAGEL	Nova Ponte Armazéns Gerais Ltda
ONU	Organização das Nações Unidas
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento do Cerrado
RIMA	Relatório de Impactos Ambientais
SINDUSCON/TAP	Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.
UHE	Usina Hidrelétrica
USP	Universidade de São Paulo.

LISTAS DE FIGURAS

MAPAS

Figura 1 - Mapa 1: Nova Ponte – localização	14
Figura 3 - Mapa 2: Nova Ponte – Mudanças no Espaço	92
Figura 4 - Mapa 3: UHE Nova Ponte – Área de Influência Direta.....	93
Figura 5 - Mapa 4: Nova Ponte Na Área de Influência da UHE Miranda	94
Figura 6 - Mapa 5: Nova Ponte na Área de Influência da UHE Miranda e UHE Nova Ponte	95
Figura 9 - Mapa 6: Planta da Cidade de Nova Ponte – Cidade Velha.....	117
Figura 10 - Mapa 7: Planta da Cidade de Nova Ponte – Cidade Nova.....	118
Figura 22 - Mapa 8: Região Sudeste do Brasil - Nova Ponte – Cidade Nova.....	159

FOTOGRAFIAS

Figura 2 - Fotos 1A a 1D (Seqüência): Vistas da Cidade Velha	70
Figura 7 - Fotos 2A a 2E (Seqüência): Demolições na Cidade Velha.....	107
Figura 8 - Foto 3: Vista da Cidade Nova	109
Figura 11 - Fotos 4A e 4B (Seqüência): Feira Livre	126
Figura 12 - Foto 5: Vista Parcial do Centro da Cidade Nova.....	130
Figura 13 - Fotos 6A a 6F (Seqüência): Demolição da Igreja de São Miguel na Cidade Velha.....	133
Figura 14 - Foto 7: Igreja de São Miguel na Cidade Nova	134
Figura 15 - Fotos 8A e 8B (Seqüência): Igreja de São Sebastião na Cidade Velha e Cidade Nova.....	134
Figura 16 - Foto 9: Imagem de São Miguel na Cidade Nova.....	136
Figura 17 - Foto 10 A e 10B: Pedra Fundamental.....	136
Figura 18 - Fotos 11A a 11F (seqüência): Rede hoteleira na cidade nova	139
Figura 19 - Fotos 12A a 12C (seqüência): Chalé na cidade velha e cidade nova	141
Figura 20 - Fotos 13A a 13D (Seqüência): EXPONOVA 2002.....	146
Figura 21 - Fotos 14A e 14B (Seqüência): Baile na Cavalhada 2003	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Nova Ponte - tendência populacional segundo a situação do domicílio.....	79
Tabela 2: Relação extensão de terras alagadas por barragem e capacidade de produção de energia instalada	84
Tabela 3: Nova Ponte - área inundada para formação do lago da usina	97
Tabela 4: Nova Ponte – estabelecimentos comerciais, por bairro, na cidade velha	151
Tabela 5: Nova Ponte – estabelecimentos comerciais na cidade nova	152
Tabela 6: Nova Ponte – oferta de empregos e localização dos trabalhadores, por bairro, em outubro de 2003	160
Tabela 7: Nova Ponte - origem dos novos moradores do Bairro Amélia Benevides segundo a unidade da Federação	186

SUMÁRIO

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO II: APORTE TEÓRICO E CONSTRUÇÃO DO OBJETO.....	33
2.1 Considerações acerca do conceito de cotidiano	33
2.2 A importância de pensarmos o lugar	42
2.2.1 (Re)visitando a literatura: conceitos de lugar	44
2.2.2 A cidade como lugar	52
2.2.3 Os grandes projetos e transformação no sentido de lugar: a estratégia do discurso.....	57
CAPÍTULO III: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SIMBÓLICA DE NOVA PONTE E O PROCESSO DE RUPTURA.....	61
3.1 A cidade velha: um espaço herdado	61
3.2 O novapontense no contexto das mudanças	73
3.3 O empreendimento	80
3.3.1 A geografia e o debate sobre a construção de hidrelétricas	80
3.3.2 Hidrelétricas no Brasil.....	83
3.3.3 Deslocamentos compulsórios	87
3.3.4 Usina hidrelétrica de Nova Ponte: a execução de um projeto e as transformações no espaço	89
3.3.4.1 A associação dos moradores de Nova Ponte e o processo de negociações	98
3.3.4.2 O Padre Júnior e a construção do movimento	103
4.4 A cidade nova: um espaço projetado	105
CAPÍTULO IV: MUDANÇAS SÓCIO-ESPACIAIS EM NOVA PONTE EM CONSEQÜÊNCIA DA EXECUÇÃO DE GRANDES PROJETOS.....	116
4.1 Reconstruindo Nova Ponte.....	116
4.2 Caracterização da organização espacial de Nova Ponte segundo a configuração urbana e a distribuição dos equipamentos	121
4.2.1 O Bairro Industrial	121
4.2.2 Os bairros Medalha Milagrosa e São Francisco.....	124
4.2.3 Os bairros Nossa Senhora do Rosário e Amélia Benevides	128
4.2.4 O Bairro São Miguel	130

4.2.5	Os bairros São Sebastião e São João.....	137
4.2.6	A prainha	143
4.3	A apropriação do espaço e as novas formas de trabalho e de sociabilidade.....	144
4.3.1	Mudanças no sentido da festa	144
4.3.2	O comércio em Nova Ponte: ascensão e distribuição.....	148
4.3.3	Novas relações de trabalho: o espaço da fábrica em Nova Ponte	154
4.3.3.1	A fábrica de palitos Gina	154
4.3.3.2	O grupo spasso/novagel.....	158
CAPÍTULO V: REAPROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E MUDANÇA		
NO COMPORTAMENTO DOS MORADORES.....		162
5.1	Da casa ao bairro: o mal-estar causado pela aparência.....	162
5.2	A construção social do bairro	165
5.3	O Bairro Amélia Benevides em Nova Ponte	168
5.4	A condição de diferença na vida cotidiana em sociedade	172
5.4.1	Os de dentro e os de fora: objetividade e subjetividade na delimitação de um conflito...	175
5.4.2	A condição de diferença em Nova Ponte: do Bairro Amélia Benevides à invenção da vilinha.....	179
5.5	O encontro entre o pesquisador e os moradores de Nova Ponte.....	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS		194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		206
ANEXOS.....		216
Anexo 1: Nova Ponte – área influência da UHE		217
Anexo 2: Usina hidrelétrica de Nova Ponte		218
Anexo 3: Quadro I: - Nova Ponte - linhas intermunicipais com saída/destino ou escala na cidade velha.....		219
Anexo 4: Quadro II: - Nova Ponte - linhas intermunicipais com saída/destino ou escala na cidade nova		220

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

No presente trabalho, propomo-nos a demonstrar os efeitos da execução de grandes projetos sobre a organização sócio-espacial, no município de Nova Ponte, localizado na região do Triângulo Mineiro, microrregião do Planalto de Araxá, no Estado de Minas Gerais, cuja localização encontra-se na figura 1, deste trabalho, como mapa 1¹. A princípio, os efeitos de que tratamos aqui se referem à execução de dois empreendimentos de grande vulto e com efeitos bastante significativos: o primeiro diz respeito à modernização do campo entre final dos anos de 1960 e início da década de 1970; e o segundo, e talvez o mais expressivo em termos de efeitos, refere-se à construção da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte (UHE), entre 1987 e 1992.

A modernização do campo, com o chamado aproveitamento racional das áreas de cerrado, teve, no município de Nova Ponte, um campo fortuito para investimentos de recursos financeiros, provocando grandes mudanças na organização social e espacial, tanto na cidade como na totalidade do município. É a partir desse fato que buscamos compreender quem era o morador novapontense no momento da realização do projeto da hidrelétrica.

Embora tenhamos despendido certa atenção ao empreendimento de modernização do campo, promovido pelo Estado brasileiro, e os seus efeitos em Nova Ponte, será sobre o segundo acontecimento, a construção da hidrelétrica, que se fixará nossa atenção, em virtude do seu alcance mais abrangente e pelo teor das transformações provocadas por sua execução. Assim, com a proposta voltada para os efeitos da construção da hidrelétrica, ou estando centralizada nesse fato, cumpre-nos esclarecer as razões desta empreitada e a maneira como conduzimos o desenvolvimento do trabalho, nos cinco capítulos que o compõem.

¹ A divisão regional do Estado de Minas Gerais, foi feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, neste caso, as informações foram extraídas da Sinopse do Diagnóstico Sócio-Econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, o qual se refere à Macrorregião IV, composta pela Mesorregião do Triângulo e as Microrregiões do Alto Paranaíba e Planalto de Araxá, sendo que nessa última é que se localiza o município de Nova Ponte (FREITAS, P.S.R.; SAMPAIO, R.C, 1985).

Figura 1
Mapa 1: BRASIL - Nova Ponte: Localização



Fonte: IBGE/2004

Em 1995, quando escrevíamos nossa dissertação de mestrado para ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (USP), já alertávamos para o fato de que escrever sobre Nova Ponte exigia esclarecimentos sobre a existência de “duas Nova Ponte”. Uma era a cidade velha, como ficou conhecida, isto é, a cidade que foi submersa pela formação do reservatório da hidrelétrica. A outra é a cidade nova, a qual foi construída para abrigar os moradores que passaram pelo movimento de deslocamento compulsório em função do empreendimento realizado pelo Estado de Minas Gerais².

Hoje, após dez anos de inauguração da cidade nova, nos sentimos instigados pela idéia de refletir sobre os efeitos da execução de grandes projetos, como o da construção da hidrelétrica, sobre o espaço. Quanto à nossa opção por tomar uma pequena cidade como campo empírico da pesquisa, justificamos com base nos argumentos de Elias e Scotson (2000), para os quais o uso de uma pequena comunidade como referência de aspectos que podem aparecer numa escala muito mais ampla, pode revelar aspectos minuciosos que podem ser aplicados à escala mais ampla. Neste sentido eles dizem:

O uso de uma pequena unidade social como foco da investigação de problemas igualmente encontráveis numa grande variedade de unidades sociais, maiores e mais diferenciadas, possibilita a exploração desses problemas com uma minúcia considerável – microscopicamente, por assim dizer. Pode-se construir um modelo explicativo, em pequena escala, da figuração que se acredita ser universal – um modelo pronto para ser testado, ampliado e, se necessário, revisto através da investigação de figurações correlatas em maior escala (2000, p.20).

Também tomamos os argumentos de Halbwachs (1990), quando ele diz que é nas cidades menores que um corpo social, em suas divisões e em sua estrutura, reproduz a configuração material da cidade na qual está encerrado. Ele enumera uma série de transformações na cidade que pode alterar os hábitos dos moradores, como uma ocupação militar, invasão por bandos de saqueadores, destruição de quarteirões inteiros, até o decisivo golpe de um incêndio avassalador.

Essa enumeração não pára por aí. Os exemplos são quase inumeráveis. Todavia, assinalamos a especificidade do que aconteceu em Nova Ponte. A submersão de uma cidade,

² Na redação desta tese também estaremos referindo a essas denominações de cidade velha e cidade nova para indicar de qual delas estamos tratando. Aqui convém salientar como o nosso conhecimento anterior bem como a nossa vivência na área, nos permitem mergulhar no âmago do significado das mudanças e sentir os efeitos da ruptura, do desenraizar e das perdas das referências. Embora os momentos, da tese e da dissertação, sejam diferentes, a origem de nossas preocupações é semelhante. Na dissertação, a nossa abordagem foi sobre o momento da construção da hidrelétrica e as mudanças imediatas em consequência do empreendimento. Fez-se uma abordagem histórica do que era Nova Ponte e o que representava a obra sobre a vida dos moradores. Aquele momento representava o que poderíamos chamar de o auge da construção da hidrelétrica e da cidade nova. Não era possível vislumbrar, ainda, o alcance dos seus efeitos.

afetiva e historicamente erguida, e a conseqüente construção de uma outra cidade, em função de uma decisão tomada externamente, alteram os hábitos dos moradores acostumados a uma vida já rotineira, porém preñe de significados.

Este trabalho é sobre Nova Ponte e isso, a nosso ver, representa uma valorização das pequenas comunidades tomadas como objeto de estudo. Essa opção também está diretamente ligada ao fato de que Nova Ponte constitui nossa terra natal, e dela guardamos muita lembrança e afeição³.

Embora sabedores de possíveis problemas a serem enfrentados pela nossa escolha em razão da exigência de impessoalidade e de um certo grau de distanciamento entre o pesquisador e o objeto nos estudos científicos, mais cedo ou mais tarde, isso precisaria ser dito. É impossível negar nossa relação com Nova Ponte: é lá onde vivem muitas pessoas com quem temos um grau de parentesco e com os quais estamos sempre em contato; lá vivemos a nossa infância e dela conhecemos minúcias do seu cotidiano.

Desde que iniciamos o trabalho, o interesse primeiro da pesquisa se deslocou porque assim sentíamos a necessidade, afinal de contas, nenhuma proposta apresentada deve funcionar como uma camisa de força, uma vez que reduziriam as possibilidades de se incorporarem as novidades advindas do processo e que, às vezes, sugerem mudanças de rumos.

Foi assim que chegamos à proposta de entender os efeitos de grandes projetos sobre a organização sócio-espacial em Nova Ponte. A atenção especial aos efeitos da construção da hidrelétrica, como dissemos, se justifica pelo fato de que esse acontecimento revela uma dimensão muito mais abrangente, no espaço e no tempo, capaz de transformar, profundamente, tudo que vem após a sua execução.

Uma grande contribuição, que também nos incentivou a um deslocamento do interesse inicial da pesquisa, adveio no momento da defesa do projeto, durante o processo de qualificação⁴. Entretanto, foi durante o trabalho de campo que se revelou o que era mais

³ Dissemos terra natal, ao invés de cidade natal, por entender, conforme pode ser visto durante o desenvolvimento do trabalho, que a cidade nova não é a mesma Nova Ponte e, sim, uma outra cidade. O processo de ruptura desencadeado pela construção da hidrelétrica promoveu o fim da cidade velha – nossa cidade natal – a qual não existe mais a não ser em lembranças, ou nos sonhos, daqueles que a experienciaram, como é o nosso caso.

⁴ Foi apontado pela banca e assimilado por nós, o fato de que fazíamos uma proposta um tanto abrangente, mas a sugestão de reduzir seu teor, naquele momento, nos causava uma certa apreensão quanto ao que reduzir e o que deveríamos priorizar.

importante para o que havíamos proposto⁵. Então entendíamos, embora com ressalvas, a idéia da impessoalidade. Talvez, de acordo com a proposta inicial, nós idealizássemos mais a velha cidade e acreditávamos ser aquela a visão de todos os moradores. Na prática, não era isso que acontecia.

Essa compreensão ajuda a assimilar a frase de Halbwachs (*op. cit.*) de que “os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformá-los”. O termo resistir, por vezes, pode ser mal interpretado. No caso de Nova Ponte, não significa dizer que os moradores devessem impedir a construção da hidrelétrica. A resistência, nesse caso, pode ser traduzida pela forma como os moradores fizeram aparecer, na cidade nova, alguns traços da cidade velha, representados por réplicas de construções que existiam antes; preservação das festas em homenagem aos santos de devoção; a cavalhada e também a preservação do nome da cidade⁶.

As construções aqui referidas estão identificadas no capítulo III desta tese e dizem respeito a alguns monumentos que compunham a paisagem da cidade velha. As réplicas de monumentos fazem parte de um acervo patrimonial reivindicado pelos moradores e reconstruído pela CEMIG na cidade nova. Essas réplicas tornaram-se “peças de coleção” nos termos colocados por Certeau e Giard (1998), ao tratarem da lógica da conservação e restauração, e revelam assim uma forma de idealização do passado pelos moradores.

Os hábitos dos moradores na cidade nova estão mesclados de tradição e novidades, no entanto a permanência de alguns desses hábitos ainda que, de certa forma, transformados, revela também uma maneira de resistir. Mas nem todo passado da cidade velha parece ter sido idealizado pelos moradores. Isso constitui um aspecto importante de uma relação que

⁵ Achemos conveniente dizer, ainda que de forma breve, o entendimento sobre a importância do trabalho de campo em geografia com base em três geógrafos. Corrêa (inédito), diz que o trabalho de campo envolve uma reflexão crítica em sua concepção e realização e, além disso, deve-se estar atento, durante sua realização, às complexas relações entre as diferentes escalas de apreensão da realidade. Segundo suas palavras, o trabalho de campo constitui “um dos principais meios através do qual o geógrafo aprende a ver, analisar e refletir sobre o infundável movimento de transformação do homem em dimensão espacial”. Para Coltrinari (1996), o trabalho de campo constitui uma parte essencial do trabalho do geógrafo, sendo também praticado em outras disciplinas. “... é com ele que contamos para uma análise científica de nosso entorno que ajude a substituir as suposições por algum grau de certeza e aprofunde o conhecimento das mudanças que ocorrem à nossa volta”. Suertegaray (1996) também reconhece que diferentes áreas do conhecimento utilizam o trabalho de campo em suas pesquisas. Para essa autora “... ele exigirá o reconhecimento da dinâmica local e permitirá ao observador o questionamento sobre os fatos e processos, que por vezes não têm explicação naquela dimensão escalar...” da mesma forma, esses autores entendem que o trabalho de campo em si, não é tudo mas, que deve ser associado a outros processos de análises para se concluir um trabalho. Todavia, sua utilização na geografia garante a possibilidade de aprofundamento do conteúdo e permite confrontar a teoria e a prática na produção de conhecimento.

⁶ A preservação do nome da cidade constitui um fato significativo do que aqui nos referimos. A ponte sobre o Rio Araguari foi o símbolo que deu origem ao nome da cidade e em função da mudança do curso do rio do seu leito normal por ocasião do início da construção da hidrelétrica ela fora arrastada por uma enchente no rio e jamais fora encontrada. A cidade nova, mesmo sem a presença desse símbolo, continuou então a se chamar Nova Ponte.

percebemos durante o trabalho de campo. Se, por um lado, há detalhes na construção física que foram transportados da cidade velha para a nova, por outro lado, entendemos que o morador não idealiza as condições de vida que levava na cidade velha.

Uma mudança notável no cotidiano dos moradores revelou-se no mal-estar aparente percebido entre eles. Enquanto na cidade velha, as pessoas costumavam denominar pejorativamente cada um dos cinco bairros que compunham a cidade; no novo espaço, esse mal-estar reaparece promovendo uma coesão entre os moradores que viveram na cidade velha que, hoje, estigmatizam os moradores que chegaram em Nova Ponte após a construção da barragem.

Isso foi detectado por mantermos um contato mais próximo com moradores da cidade, principalmente, com nossos parentes. Outras vezes, isso se revelou quando nos dirigíamos para a cidade com objetivos de realizar pesquisas de campo. Nessas ocasiões, éramos freqüentemente advertidos para não irmos sozinhos ao Bairro Amélia Benevides, então chamado por vilinha, pelo risco de sermos seqüestrados ou agredidos por seus moradores, que eram considerados tão perigosos quanto o bairro, na linguagem das pessoas que moram em outros bairros.

Esse fato nos instigou a observar o que estava por detrás desse comportamento. De antemão, apenas projetávamos a diferença econômica como causa do mal-estar. Mediante o contato com os moradores, os quais enquadrámos como antigos moradores para referirmos àqueles que viveram na cidade velha e passaram pelo processo de construção da hidrelétrica e mudança da cidade, e novos moradores, aqueles que chegaram depois desse acontecimento em Nova Ponte, entendemos que a situação é mais complexa.

O novo morador é um migrante que chegou a Nova Ponte em busca de melhores condições de vida. Ele não passou pelo processo de negociação com a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e, portanto, chegou sem casa para morar, apenas apostando na própria sorte.

O antigo morador vive agora em uma cidade nova, com toda infra-estrutura e casa nova, a qual foi construída com dinheiro da indenização paga pela CEMIG na época das desapropriações na cidade velha. Seu padrão de vida atual não se compara com o anterior ou com o que está retratado no padrão de vida do novo morador, ele é muito mais elevado.

Neste trabalho, partimos do princípio de que todo esse movimento vivido pelos moradores e pela cidade e a realidade como hoje se nos apresenta são efeitos de processos desencadeados pela intervenção do Estado sobre o espaço. Entretanto, tudo isso tem uma base

anterior, sobre a qual se decidiu implantar o projeto, que é a cidade velha. Um lugar onde já havia sido processada toda uma história a qual deu sentido à vida de seus moradores.

Esse tempo, esse lugar não podem simplesmente submergir nas águas do reservatório. Eles são, antes de tudo, a base para entendermos a vida cotidiana em Nova Ponte hoje. Eles ajudam a compreender o comportamento dos moradores e o significado das mudanças ocorridas.

Entendemos aqui que, sem esse tempo, Nova Ponte seria, de fato, uma cidade sem passado, sem história. Logo, isso define uma atitude, por parte do pesquisador, com o intuito de entender o significado das mudanças. Uma análise comparativa entre as “duas Nova Ponte”, facilitada pela leitura interpretativa das plantas das duas cidades, pode ajudar a compreender as mudanças no ponto de vista físico para depois relacioná-las às mudanças sociais.

Com esse entendimento, pudemos definir uma proposta mais coerente que abarcasse o conjunto de transformações sócio-espaciais em Nova Ponte. Buscamos situar as mudanças em relação ao empreendimento – a hidrelétrica – e decidimos pelo uso da expressão efeitos sócio-espaciais por acreditar que isso ajudaria a compreender a verdadeira dimensão dessas mudanças.

A opção pelo uso do termo efeito, em vez de impacto, é por entendermos que com ele caracterizamos melhor a mudança advinda com a execução do projeto, pois sugere uma abrangência e uma durabilidade maior no tempo. Isso possibilita, por exemplo, que se relacione a instalação de novas indústrias na cidade, num tempo já distante daquele do empreendimento, como sendo efeito desse processo. Quanto aos grandes projetos, a definição, conforme será referendada neste trabalho, é dada por Vainer (1992, p. 34), o qual diz que estes

são empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos (1992, p.34).

O termo passou a definir mais objetivamente os projetos hidrelétricos de grandes dimensões. Nesses casos, diz Vainer, sua natureza e sua lógica, são no sentido de explorar certos recursos naturais e espaços, além de mobilizar determinados territórios com fins específicos de produzir eletricidade. A modificação da realidade territorial, também é

apontada por Antonaz (1995) como sendo uma das principais características dos grandes projetos.

Para Martins, os grandes projetos se referem a projetos econômicos de envergadura. Como exemplos ele cita as hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental que, como diz o autor, embora esses projetos não tenham por destinatárias as populações locais “seu pressuposto é o da remoção dessas populações” (1993, p.62).

Mas é importante lembrar como o papel do Estado é importante e definidor nas tomadas de decisão que garantem a execução dos grandes projetos. Sua forte presença constitui uma garantia de que o projeto se realizará ao passo em que financia a destruição das condições existentes nos locais escolhidos para a implementação de uma obra.

Através do discurso o Estado promove o rompimento das relações pré-estabelecidas e o apego pelas coisas tratando-as como sentimentos reducionistas. Já os moradores desses locais, quando ocupam as áreas a ser tomadas para a execução da obra, são taxados de alheios ao progresso, ou seja, do progresso que deve cobrir aquilo que as águas não cobrirão: a memória e o sentimento de apego pelo lugar antigo.

Como efeitos advindos da execução de grandes projetos buscamos o entendimento da proposta de Sigaud, quando analisa os efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos, tomando como referência para suas análises os casos das hidrelétricas de Sobradinho, no Estado da Bahia, e Machadinho, no sul do País:

Aceitando a premissa de que a intervenção de agências produz efeitos para a população local, tende-se aqui a pensá-los como resultantes de um processo social que se desencadeia na área a partir de intervenção do Estado e também da estrutura social preexistente (1986, p.5).

Outro argumento para o uso do termo empregado por Sigaud (1992) e que também constitui o entendimento neste trabalho, é o fato de acreditarmos que os efeitos de um acontecimento não estão contidos apenas no acontecimento em si. Mas, como diz essa autora, os efeitos são mediatizados pelas relações que os grupos sociais concretos mantêm com o território: “historicamente e culturalmente construídas, essas relações não estão dadas nem são idênticas onde quer que se decida erigir uma barragem”.

Assim, propomos enquadrar Nova Ponte no que consideramos um contexto mais abrangente de mudanças sócio-espaciais produzidas pela construção da hidrelétrica. De forma ainda mais complexa, isso exige que entendamos o contexto em que a cidade e o município se

encontravam naquele momento, resultante de outra grande transformação no espaço em função também da implantação de grande projeto que, neste caso, se refere à modernização do campo.

As visitas à sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - na cidade de Monte Carmelo – MG, e à sede do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Nova Ponte permitiram que fossem reunidos vários documentos e dados estatísticos sobre a estrutura agrária do município e sobre a sua população. As informações ali obtidas ajudaram a compreender o movimento de esvaziamento do campo novapontense, desde os anos de 1960, e a tendência à concentração das terras, o que já podia ser interpretado como efeito da execução de grande projeto.

Isso constitui outra condição que não pode ser ignorada por quem se dispõe a escrever sobre Nova Ponte. As experiências vividas pelos moradores, em função desse fato, também foram entendidas como aspectos de uma nova realidade que havia sido imposta a partir de uma decisão externa.

A execução desse projeto, o da modernização do campo, iniciado a partir de 1968 e altamente incrementado na década de 1970, acarretou significativas mudanças em Nova Ponte⁷, como nos referimos no início deste capítulo. Com a chamada ocupação racional das áreas de cerrado, iniciava-se o processo de diminuição da população do campo, a qual se deslocava para a cidade ou para outros municípios como podemos perceber pela tabela 1, na página 79 deste trabalho.

Além disso, esse processo marca o aparecimento de uma nova relação de trabalho em Nova Ponte que é a do trabalhador volante, ou bóia-fria⁸, em decorrência do fato de que o município foi tomado como prioritário para os investimentos no campo, com projetos como o

⁷ Há que se esclarecer que, quando usamos a denominação Nova Ponte, nosso intuito é situar as mudanças sem separar as que se deram na cidade e as que se deram no meio rural. Isto por entendermos que, independentemente de onde quer que tenham acontecido, seus efeitos são sempre abrangentes para todo o município. Apenas quando há muita especificidade e necessidade de sermos mais pontual é que então falamos em cidade ou campo separadamente.

⁸ Os bóias-frias, segundo definição dos próprios trabalhadores de Nova Ponte, são aqueles trabalhadores que moram na cidade, mas, principalmente em épocas de colheitas, se empregam em trabalhos no campo. Neste caso, eles são conduzidos em caminhão, ou ônibus, levando o seu almoço em marmitas. O fato de comerem o almoço levado em marmitas e, muitas vezes, feito no dia anterior, leva a que se denominem bóias-frias. Para Maria Conceição D’Incao, “a necessidade de trabalhar para sobreviver, num quadro de escassez de oportunidades de trabalho, associada a um relativo desconhecimento dos seus direitos legais, por parte do trabalhador, garante, portanto, ao empregador a possibilidade de contar com o trabalhador volante” (1978, p. 120/121). Em outro momento, a autora diz que “a precariedade das condições de vida do ‘bóia-fria’ exige que ele se disponha a realizar o trabalho que encontra, numa tentativa de sobreviver. É nestes termos que ele se sujeita ao trabalho de diarista na lavoura... o ‘bóia-fria’ vê o seu trabalho sempre como um paliativo e nunca como uma solução definitiva” (p.94).

Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO); Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Instituto Estadual de Floresta (IEF), entre outros.

O empreendimento Usina Hidrelétrica de Nova Ponte se desenvolve sobre esse lugar, já tradicional, mas fruto de uma grande intervenção. As transformações promovidas por esse novo projeto seriam inimagináveis para os moradores, pois acarretaram a submersão da cidade e, conseqüentemente, a construção de uma outra cidade.

Como dar conta desse processo? O entendimento foi priorizar as transformações sócio-espaciais. Neste sentido, retroceder, além do tempo da hidrelétrica, não seria tarefa evasiva. Antes, isso contribui, de forma a complementar o entendimento do que significou essa grande mudança na vida dos moradores e, também, para perceber como, no dia-a-dia, eles reconstruíram a cidade e o lugar.

Entendemos que é pelas relações cotidianas que os moradores reconstruirão de fato a nova cidade. De forma semelhante, é por essas relações que podemos pensar na construção, ou reconstrução, do lugar, se entendemos que esse lugar corresponde à dimensão mais próxima do ser, logo, é também no seu dia-a-dia que ele será reconstruído.

Foi, a partir desse ponto de vista, que propusemos a elaboração de uma base teórica sobre cotidiano, tendo como objetivo facilitar a compreensão de uma questão específica: Por que a reconstrução do cotidiano, em Nova Ponte, traduzida pela relação entre os moradores e os novos espaços e lugares construídos, ou recriados, pode significar a verdadeira reconstrução da cidade, tendo em vista que toda a gama de referência que orientava as pessoas no seu dia-a-dia é perdida em função do processo de transformação?

Com intenção de complementar o entendimento dessa situação, outras questões foram propostas: Quais foram os efeitos da construção da hidrelétrica na organização social e espacial em Nova Ponte? Como definir o lugar e seu significado em ambiente transformado por decisões capazes de provocar mudanças sobre tudo que já havia sido concretizado e se constituído como lugar? Na busca de entendermos os novos significados de lugar em Nova Ponte, partimos da proposta de Santos (1999) que estabelece a consideração do cotidiano como uma possibilidade para realização dessa tarefa.

Esta tem sido a razão pela qual decidimos pela elaboração de um capítulo especificamente voltado para uma abordagem teórica sobre cotidiano e lugar. O referencial teórico, e aqui é importante esclarecer, será trabalhado de forma mais específica dentro de cada capítulo com intuito de propiciar uma leitura mais direta do trabalho, e para isso se torna sugestiva a idéia de que as questões teóricas se encontrem mais imediatas.

Nessa pesquisa, o entendimento é de que a construção de uma cidade não passa apenas pelo lado objetivo de construir prédios e ruas. Acima de tudo, ela é marcada pela recriação dos lugares simbólicos e pela definição, na cidade nova, daquilo que é significativo afetivamente e que consolida essa reconstrução.

É pela reapropriação do espaço urbano, com as suas malícias, com suas funções e seus acessos e, também, pela apropriação daquela paisagem, nova e sedutora, que de fato podemos falar em reconstrução da cidade. Os novos significados são criados no dia-a-dia e garantem, aos moradores, as condições para a continuidade da própria vida.

Embora o aspecto da afetividade não seja considerado no discurso que visa garantir esse tipo de intervenção, ele constitui o conteúdo mais significativo dessa relação. A nosso ver, essa é a condição para que o grupo não se desmanche. É o lugar que promove a coesão, e este é produzido cotidianamente, ou melhor, ele é a expressão da vida cotidiana.

Por termos essa compreensão e, também, por entendermos o significado de lugar e de cotidiano, com toda a sua complexidade, é que propusemos a trabalhá-los em capítulo específico, o qual chamamos de aporte teórico. Como já dissemos, outras contribuições teóricas, de grande importância para este trabalho, são tratadas nos capítulos em que elas são tomadas como subsídio à discussão. Todavia, as referências lugar e cotidiano formam a base da construção desta tese e aparecerão, às vezes, de forma explícita, mas, muitas vezes, de forma implícita ao longo de todo o debate.

Algumas dificuldades foram encontradas no decorrer do trabalho. Na medida em que, de início, propusemos uma comparação entre as duas cidades, isso nos impôs uma dificuldade a ser superada, ou seja, a cidade velha só existe como memória do grupo que a experienciou ou em escassos materiais bibliográficos em relação aos quais ocorrem restrições ao seu uso.

O Projeto Memória Histórica de Nova Ponte, que foi elaborado pela CEMIG em 1990, constitui a maior obra sobre a cidade velha. Depois de tentar conseguir, em vão, esse material pela Casa da Cultura e Prefeitura Municipal, que têm a posse do documento, encontramos uma cópia com uma senhora, moradora de Nova Ponte, a qual se dispôs a nos conceder, por empréstimo.

Além da nossa dissertação de mestrado, que traz informações sobre a cidade velha, encontramos outros trabalhos, como a dissertação “As Águas e o Tempo – Memórias de Nova Ponte” defendida na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1996, por Rosa Maria Ferreira, que também foi utilizada como fonte de informação.

Também nos servimos da Carta do Brasil – Escala 1:100 000 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) sobre Nova Ponte; dos censos demográficos do IBGE 1970, 1980, 1991 e 2000; e do Mapa do Município de Nova Ponte, elaborado pelo Instituto de Geociências Aplicadas da Secretaria de Ciências e Tecnologia (IGA/SECT).

As obras referentes à construção da Usina Hidrelétrica de Miranda, no Rio Araguari, trazem informações sobre Nova Ponte, uma vez que essa cidade se encontra na área de influência direta dessa hidrelétrica⁹. Assim o material reunido por Leila Márcia da Costa Dias, autora da dissertação de mestrado intitulada “Transformações no Espaço e Modificações Sócio-Ambientais – o Entorno do Lago da Usina Hidrelétrica de Miranda (Uberlândia – MG)”, defendida no ano de 2001, na Universidade Federal de Uberlândia, também serviu-nos como material de consulta na elaboração deste trabalho.

Utilizamos as plantas das duas cidades, que constituem importantes fontes de informação, juntamente com uma fotografia da vista da cidade e o recurso à memória dos moradores, para proceder a uma análise aproximada do que era a vida cotidiana na cidade velha e como era a distribuição dos equipamentos urbanos e a localização dos estabelecimentos comerciais.

A planta da cidade velha foi utilizada com o propósito de buscarmos informações perdidas, ou que jamais tivessem sido sistematizadas, seja pelo poder público municipal, trabalhos acadêmicos ou qualquer outro tipo. Informações, como o número de estabelecimentos destinados ao comércio na cidade velha, não existiam, como também não existe informação sobre o comportamento do comércio na cidade nova, como pôde ser detectado ao fazermos contacto com a Secretaria de Indústria e Comércio na Prefeitura de Nova Ponte e Câmara de Diretores Lojistas (CDL).

A atitude de nos orientarmos pela planta da cidade velha, coaduna-se com a proposta de Halbwachs, como estratégia de acesso a esse outro tempo, esse outro lugar. Nesse caso, para encontrarmos a própria cidade velha, seguimos a orientação desse autor, quando indica a estratégia para realizarmos esse empreendimento:

⁹ A CEMIG utiliza, na elaboração de relatórios, as expressões Área de Influência Direta, para referir-se aos municípios que têm terras inundadas pela formação de reservatórios em áreas onde se procede a construção de uma barragem; e Área de Influência para referir-se aos municípios que se encontram à montante da obra e que, direta ou indiretamente, sofrem os efeitos econômicos como pode ser observado, no caso de Nova Ponte, pelo anexo 1. Com menor freqüência, utiliza uma outra variação dessas definições que é referente à Área de Influência Econômica, na qual podem se inserir os municípios que se encontrem à jusante da obra e que também sofrem os seus efeitos econômicos. Para uma visão sobre o caso de Nova Ponte, remetemos o leitor para as figuras 4, 5 e 6, deste trabalho, para que observe a situação do município a partir do aproveitamento energético do Rio Araguari.

Não se recua do presente ao passado seguindo em sentido inverso e de modo contínuo a série dos trabalhos, demolições, traçados das ruas etc., mas para reencontrar caminhos e monumentos antigos, conservados, aliás, ou desaparecidos, guiamo-nos pela planta geral da cidade antiga, transportando-nos em pensamento até lá, o que é sempre possível aos que ali viveram... (1990, p.127).

A planta da cidade nova também foi utilizada nesta análise. Ela possibilitou que fizéssemos análises comparativas entre as duas cidades, como a visível distribuição planejada dos bairros, a redistribuição dos equipamentos urbanos e a localização de novos equipamentos. Neste caso, tivemos a possibilidade de caminhar, rua por rua, como o fizemos, de posse da planta, e fazermos uma leitura mais objetiva desse novo espaço, enquanto que essa atitude seria impossível na cidade velha nessa ocasião.

Muitas coisas se nos revelaram nesse processo de leitura das plantas e da observação empírica. Foi possível proceder a uma análise sobre a ascensão do comércio local e, posteriormente, pensá-lo em função da reorganização do espaço urbano de Nova Ponte, assim como possibilitou pensarmos sobre a redistribuição dos equipamentos públicos que, na cidade velha, concentravam no Bairro São Miguel e hoje são distribuídos de forma mais equitativa em outros bairros. Além disso, a presença de novos equipamentos permitiu que desencadeássemos outras análises como a da própria vida cotidiana dos moradores, os quais terão novos trajetos e percursos entre a casa e os objetos.

O encurtamento das distâncias também é revelado pelas plantas, embora os moradores se refiram, paradoxalmente, a um maior distanciamento na cidade nova. Os grandes espaços vazios entre os bairros da cidade velha e a presença de objetos geográficos como o Rio Araguari, o córrego dos Barros e o morro, não existem na cidade nova, que é plana e onde a disposição dos bairros se apresenta de uma forma contínua.

Isso faz reconhecer que, na cidade velha, as distâncias geográficas, embora maiores, resultavam em maior proximidade social. Inversamente na cidade nova, embora haja mais proximidade entre as casas, pois o contínuo urbano é visível na nova malha, a distância social é muito presente, tendo em vista as indicações dos moradores e, certamente, as novas formas de sociabilidade e de relacionamento cotidiano que aí aparecem.

A leitura das plantas facilitou o entendimento do teor das mudanças ocorridas no espaço com a execução do projeto da hidrelétrica. Sua descrição e os dados estatísticos apontam para uma realidade um tanto quanto diferenciada entre as duas cidades de Nova Ponte.

Outros aspectos e outras realidades da vida cotidiana dos moradores podem ser revelados no processo de descrição da cidade nova. Eles podem estar ocultos na planta, mas estão presentes no dia-a-dia. Trata-se do modo como esses moradores vivem atualmente, após terem passado por movimentos tão expressivos de mudança no seu lugar, ou como se nos apresenta a nova realidade comparada com a antiga; ou ainda, os hábitos, como o encontro nas festas, na área de lazer, chamada por eles de prainha, ou o encontro no trabalho que constituem aspectos dessa nova realidade da vida cotidiana dos moradores tratados de forma específica neste trabalho.

Com isso, reunimos um conjunto de referências. Quando necessário, em diferentes etapas do trabalho, íamos a Nova Ponte para realização de trabalho de campo¹⁰. Nessas atividades, estávamos sempre munidos das plantas das cidades, de algumas fotografias, uma câmera fotográfica, um mini-gravador e de um roteiro de entrevistas, previamente elaborado, por meio do qual coordenávamos a discussão.

O roteiro de entrevista permitiu que, muitas vezes, surgissem novidades que não teriam sido previstas. A opção por trabalhar com um roteiro, e não exatamente com questionários, se justifica pelo fato de que, ao buscar, na vida cotidiana dos moradores, os argumentos para pensar a reconstrução da cidade, e do lugar, era deles que deveria aflorar o que era importante para a compreensão desse novo viver cotidiano.

Em diversas etapas, e por diferentes motivos, estivemos em atividade de campo. No período compreendido entre os dias 16 e 25 de novembro de 2001, realizou-se uma dessas etapas do trabalho de campo. Nessa ocasião, buscávamos as primeiras informações entre os moradores sobre o processo de negociações com a CEMIG. Nossa atenção estava voltada, naquele momento, à Associação dos Moradores de Nova Ponte (AMNP) cujos membros se destacaram como intermediários nas negociações.

As entrevistas com essas pessoas ajudavam a entender como foi o procedimento adotado pela empresa para negociar com os moradores e também revelavam como as pessoas

¹⁰ Mesmo em viagem para visitar parentes em Nova Ponte, sempre nos ocupávamos, em parte do tempo, de nossa pesquisa. Isso ampliou nosso tempo dedicado ao trabalho de campo e também revelou, durante as estadas, aspectos característicos de nosso objeto, levando-nos a algumas mudanças no percurso e a tomar outras decisões sobre o andamento do trabalho. Da mesma forma sempre que precisávamos de uma informação ou material, nos deslocávamos para a cidade a fim de consegui-la. Nesse período, fixamos residência em Uberlândia – MG, que fica a, aproximadamente, 80 quilômetros de Nova Ponte, não mais do que uma hora de viagem. Isso nos permitiu acompanhar de certa forma o desenvolvimento da vida cotidiana dos moradores nesse período. Participamos de festas, e com uso da câmera fotográfica sempre registrávamos o evento. Quanto às pescarias e os churrascos realizados nas bordas do lago, dos quais participamos algumas vezes, também eram registradas e revelavam as opções de uso do reservatório como lazer. Também acompanhamos com os olhos atentos como dos moradores, o movimento de diminuição das águas do reservatório em períodos de seca, culminando com a interdição do lazer na prainha, bem como o movimento de reposição das águas no período chuvoso.

se organizavam para enfrentar as condições de incertezas que caracterizavam aquele momento, marcado por disputas de interesse e instauração de novas alianças.

Entre os dias 07 e 15 de julho de 2002, novamente permanecemos um período mais prolongado em campo¹¹. Nessa ocasião, foram visitadas as sedes de várias instituições, cujos objetivos eram discutir o significado das mudanças ocorridas em Nova Ponte e os efeitos nessas instituições. Além disso, objetivávamos obter o maior número de informações sobre as mudanças sócio-espaciais decorrentes da construção da hidrelétrica.

Diante das informações já acumuladas, sentíamos que era a hora e a vez de falar com os outros moradores diretamente envolvidos no processo de mudança, o que foi realizado durante uma ida ao campo em março de 2003. Buscávamos as falas desses moradores que foram submetidos ao deslocamento compulsório e que não tiveram nenhum papel de cunho mais representativo no processo, aqueles que eram apenas proprietários de imóveis ou nem isso, aqueles para os quais um grupo reduzido estava decidindo o seu futuro.

Em suas falas, percebíamos que se diferenciava o entendimento sobre a construção da hidrelétrica e experiência da mudança da cidade. Havia gente feliz, que não conseguia negar sua gratidão a CEMIG: *“Pra mim, essa mudança foi mil maravilhas; eu agradeço a CEMIG por isso daí”*; da mesma forma que a casa nova justificava a intervenção devido aos benefícios que promoveu: *“Hoje eu tenho uma mansão e, na cidade velha, tinha aquela casinha que você conheceu”* (Moradora do Bairro São Miguel)

Por outro lado, outros moradores insistem em dizer que foram lesados e que sofrem com a perda da cidade velha: *“Quando penso na cidade lá embaixo d’água e penso na minha casa lá, sinto um abafamento e tenho que chorar”* (Morador do Bairro São Miguel). *“Penso em cada canto de rua, no sobe e desce das ruas, no rio onde pescava, na igreja... nossa! É triste passar por isso na minha idade”*. *“A CEMIG é como peste em terreiro de galinhas: o que não mata, aleija”* (Moradora do Bairro São Miguel).

Muitas coisas foram reveladas durante essas entrevistas. Todavia, um fato exigia que a ele dedicássemos mais atenção. Percebíamos que a apropriação do novo espaço, em todas as suas dimensões, como as novas formas de morar, o novo padrão de vida e as novas ocupações com o trabalho, a inserção na atividade fabril, novos espaços de sociabilidade, enfim, o conjunto de mudanças sociológicas, advindo de todo o processo de transformação fez reaparecer uma situação de mal-estar entre os moradores que poderia ser a expressão de um antigo conflito percebido na cidade velha.

¹¹ Convém lembrar que entre estas datas, especificadas aqui, também íamos esporadicamente ao campo de trabalho, como dissemos na nota anterior.

Esse conflito, da forma como se apresentava na cidade velha, proclamava uma superioridade social dos moradores do Bairro São Miguel sobre os demais moradores. Todavia, na cidade nova, ele ressurgiu ao unir os moradores que viveram na cidade velha contra os novos moradores, ou seja, aqueles que chegaram em Nova Ponte após a construção da hidrelétrica.

Toda sorte de acusações recaía sobre os novos moradores toda vez que alguma coisa considerada ruim acontecia na cidade: “*A culpa é desses baianos*”; “*Essa gente de fora é que atrapalha tudo*”; “*Os daqui são bons, os de fora é que são violentos*”. Assim seguem-se as falas que dividem os moradores entre “os daqui” – gente que morou na cidade velha – e “os de fora” – aqueles que chegaram depois do processo.

Criou-se a necessidade de buscar a compreensão sobre quem eram esses novos moradores, onde estavam localizados, e o porquê dessa atitude do antigo morador. Tendo procurado entrevistá-los, descobrimos que eles estavam concentrados no Bairro Amélia Benevides, o qual, entre os antigos moradores que residem em outros bairros, é chamado, pejorativamente, de vilinha.

No período compreendido entre os dias 10 e 20 de abril de 2003, entrevistamos essa parcela de moradores. A situação se torna mais complexa ao revelar que entre os novos moradores havia até uma certa admiração pelos chamados antigos moradores. O conflito, como definimos esse mal-estar gerado entre os moradores, pôde ser definido sob a ótica da fofoca e, nesse caso específico, nós o comparamos, metaforicamente, a uma rua de mão única, conforme esclarecemos no capítulo V deste trabalho.

Entre os dias 15 e 20 de setembro de 2003, ainda foi necessário voltarmos ao campo de trabalho, especialmente no Bairro Amélia Benevides. Se lá se concentra a maior parcela de novos moradores na cidade, é lá também o lugar onde vivem os antigos moradores que não tinham propriedades registradas em seus nomes na cidade velha, por isso não receberam indenização que pudesse ajudar na construção de suas casas¹². Desta vez, entrevistamos os antigos moradores que vivem nesse bairro, cujas condições de vida são equiparadas às dos novos moradores, e talvez por isso passaram a ser estigmatizados de forma semelhante pelo antigo morador que vive em outros bairros.

Outros momentos de ida ao campo, sem que lá permanecêssemos por mais que um ou dois dias, foram de grande importância para a realização deste trabalho. À medida que esses aspectos da relação social, assim como aqueles revelados pela leitura das plantas,

¹² Esse fato também se esclarece na elaboração do capítulo V deste trabalho onde tratamos devidamente dessa realidade.

emergiam nas nossas investigações e exigiam observações mais sistemáticas, buscávamos sua compreensão por meio de entrevistas junto aos moradores; nas sede das novas fábricas instaladas na cidade; na Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores; aos membros da diretoria da Associação de Moradores de Nova Ponte e ao representante da Igreja Católica que esteve diretamente envolvida no processo de deslocamento dos moradores.

Completem o levantamento de dados obtidos em campo, as entrevistas realizadas com os proprietários dos novos hotéis construídos após a implantação da hidrelétrica. A iniciativa expressa a expectativa de que em função do aproveitamento das áreas contíguas do reservatório novas opções de turismo e lazer surgissem em Nova Ponte.

Foram também contemplados em nossas entrevistas os membros das empresas ARCOM, Martins e Peixoto, que constituem as três maiores atacadistas situadas na cidade de Uberlândia – MG, e que são expressivas do que consideramos como uma redefinição do espaço produtivo de Nova Ponte. Essas empresas são responsáveis pela distribuição dos produtos da fábrica de palitos Gina de Nova Ponte para, praticamente, todo o território nacional¹³.

O que esse gesto nos revelava? Como pensar esses aspectos com base em um enfoque geográfico? Foi a partir dessas indagações que buscamos a compreensão de como uma análise geográfica comprometida com a realidade poderia ser praticada nesse caso. Como geógrafo, entendemos que é importante atentar para a autonomia epistemológica da Geografia, de que nos fala Santos (1999, p.63) todavia, se não dialogamos com outras disciplinas, enfim, com outras categorias analíticas, que, conforme palavras de Santos, “permitam rever o todo como realidade e como processo, como uma situação e como um movimento”, nossa análise restar-se-á tautológica.

Como consequência desse entendimento, muitos termos utilizados neste trabalho foram definidos à luz de uma concepção já estabelecida dentro de outras disciplinas e de autores que não são necessariamente geógrafos. Acreditamos que isso não significa um ecletismo, puro e simples; trata-se do ponto de encontro ou de diálogo com essas outras disciplinas.

O resultado dessa nossa concepção se reflete nos capítulos que compõem o trabalho. Eles foram divididos em número de cinco de forma que, no primeiro capítulo, como definimos esta introdução, pudéssemos esclarecer o entendimento sobre questões de nível mais teórico ou de definições sobre o desenvolvimento do trabalho. Aqui também foram

¹³ Além de entrevistas com os gerentes de distribuição dessas empresas, também foram conseguidas outras informações através das suas respectivas páginas na INTERNET.

expostas ao leitor as fontes de informações, os instrumentos de trabalho utilizados, bem como foram definidos alguns termos que subsidiariam a condução de nossa empreitada. Enfim, essa introdução tem o objetivo de situar o leitor no conjunto do trabalho que ora é apresentado.

No capítulo II, nossa análise esteve voltada para uma discussão sobre o significado de cotidiano e lugar. Esses termos justificam o nosso entendimento sobre o processo de destruição de uma cidade historicamente construída e a reconstrução de uma nova cidade, como o que ocorreu em Nova Ponte.

O intuito desse capítulo é mostrar que, mais do que construir prédios e ruas, a reconstrução de uma cidade deve levar em consideração que no espaço anterior, na chamada cidade velha, a destruição não passou apenas por esse aspecto particular. Com isso queremos dizer que houve a destruição do lugar, o qual não é tecnicamente construído, mas, sim, afetivamente.

Do ponto de vista afetivo, não há como contabilizar o grau de intensidade dos efeitos do empreendimento. O sentimento de apego, os símbolos da vida cotidiana expressos pela identidade com as construções, com a própria casa, com a vizinhança, enfim o lugar, estão todos ocultados no discurso que visa garantir a intervenção sobre o espaço. Entretanto, esse aspecto pode ser, talvez, a razão da permanência do grupo e mesmo da própria vida. Assim entendido, nossa convicção é de que a reconstrução de uma cidade, destruída por uma decisão de se executar um grande projeto, deve ser pensada como lugar e este como o conteúdo mais expressivo da vida cotidiana, pois é aí que ele, o lugar, é produzido.

O capítulo III tem por objetivo apresentar Nova Ponte como *locus* da decisão do Estado de Minas Gerais para a construção da hidrelétrica¹⁴. Num primeiro momento, utilizamos, principalmente, a planta da cidade e o Projeto Memória Histórica de Nova Ponte, junto a outros documentos reunidos durante o trabalho de campo, para uma descrição do que essa se constituía, e quem era o morador novapontense no momento da construção da obra. Além disso, buscamos refletir acerca do questionamento quanto ao *status* de Nova Ponte como cidade, já que, por suas características rústicas em demasia, mais se assemelhava com as características de um bairro rural.

Tendo sido caracterizada a cidade velha, a qual chamamos de espaço herdado, passamos, ainda no capítulo III, a caracterizar o empreendimento denominado Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Para chegar a essa caracterização, achamos igualmente

¹⁴ É necessário esclarecer que nesta introdução optamos por definir de maneira mais geral a estrutura de cada capítulo. Todavia, o desenvolvimento dos capítulos III, IV e V, será iniciado com uma abordagem mais específica dos objetivos, material utilizado e procedimentos adotados para a elaboração de cada um deles.

importante inserir essa discussão no debate sobre a construção de hidrelétricas e, conseqüentemente, pensar um de seus efeitos mais marcantes que é o deslocamento compulsório, ao qual muitas pessoas são submetidas.

Na parte específica sobre a hidrelétrica de Nova Ponte, com fundamentos na leitura dos documentos reunidos e das entrevistas realizadas por ocasião da pesquisa, descrevemos o significado dessa obra e, dentro disso, discutimos a formação da Associação dos Moradores de Nova Ponte – AMNP. Discutimos também as estratégias da CEMIG para encaminhamento das negociações com os moradores e as estratégias dos moradores diante da constatação de que os velhos boatos sobre a construção de uma barragem, naquele trecho do Rio Araguari, agora eram uma realidade.

Finalmente, nesse capítulo, passamos a caracterizar o resultado dessa empreitada do Estado que culminou com a construção da cidade nova. Procedemos, nessa etapa, a uma caracterização mais geral da nova cidade, aqui chamada de espaço projetado, pois, nos capítulos seguintes, trataríamos com mais profundidade sobre o significado dessa nova construção.

Essa foi a razão de termos decidido pela elaboração do capítulo IV, da forma como se apresenta. A planta da cidade e o trabalho de campo foram vitais na leitura desse novo espaço, pois, por meio deles, foi possível tratar, de forma mais específica, das mudanças sócio-espaciais decorrentes da construção da hidrelétrica.

As informações obtidas durante esse processo já podiam apontar para a resposta à questão colocada no capítulo III, quanto ao teor da mudança ocorrida em Nova Ponte: se se tratava de uma relocação ou de uma ruptura. Todas as evidências reveladas pela leitura *in loco* e nas entrevistas aos moradores indicavam que a velha cidade havia sido destruída e que, nesse caso, poderíamos pensar, de fato, num processo de ruptura.

A distribuição dos equipamentos urbanos, agora espalhados no conjunto dos bairros, promove maior nível de coesão entre os moradores e define a nova organização. Também se revela, nesse capítulo, uma redefinição do espaço produtivo de Nova Ponte, atribuindo-lhe uma característica mais evidente de cidade do que a antiga que mais se assemelhava a um bairro rural.

A reapropriação da cidade é caracterizada, nessa análise, a partir dessa distribuição dos equipamentos, além da experiência com os novos espaços de sociabilidade como aqueles destinados a festas e também ao trabalho. A permanência de antigos hábitos, ainda que transformados, e a presença de novos têm sido a motivação para que, a cada dia, o sentido de lugar seja reconstruído.

Por que todo esse processo haveria de produzir algum efeito no comportamento das pessoas? Responder a essa questão, foi o intuito ao propormos o capítulo V deste trabalho. Nessa etapa se revelam as atitudes dos moradores na reapropriação desse novo espaço. O propósito aqui foi pensar sobre a divisão entre antigos e novos moradores; o motivo e a significação dessa divisão. Entretanto, essa decisão exigiu que fizéssemos, de início, uma discussão sobre o conceito de bairro, para aí encaixarmos a problemática da diferença na sociedade e, em particular, em Nova Ponte.

Não obstante, procuramos pensar na condição de inferioridade em que os chamados novos moradores, juntamente com uma parcela de antigos, porém menos favorecidos economicamente, hoje estão sujeitos na cidade nova. Que relação isso tem com o processo de negociação entre a CEMIG e os proprietários? Nesse capítulo, se revela como a forma diferenciada de acesso aos recursos, como moradia, pode traduzir-se por uma maior proximidade social entre alguns moradores e o distanciamento de outros.

O procedimento mais condizente com essa proposta foi o que chamamos de o encontro entre o pesquisador e os moradores de Nova Ponte. Desse encontro, pudemos perceber o significado da chamada apropriação diferenciada dos recursos, além de desmistificar o conteúdo atribuído aos novos moradores pelos antigos.

Finalmente, nas considerações finais, buscamos ser coerentes com o conjunto do trabalho apresentado quando retomamos as questões colocadas no texto com vistas a objetivarmos alguns apontamentos possíveis e não necessariamente uma resposta acabada. Aí também propomos algumas possibilidades de trabalhos como sugestões de continuidades ou de desdobramentos a partir desta tese.

CAPÍTULO II: APORTE TEÓRICO E CONSTRUÇÃO DO OBJETO

2.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE COTIDIANO

A realização desta pesquisa exige que esclareçamos algumas questões de cunho mais teórico, ou alguns termos que nortearão o desenvolvimento do trabalho. Esses termos podem aparecer de forma explícita, ou mesmo de forma implícita, no debate. Mas seu entendimento pode ser fundamental na compreensão deste trabalho.

Abreu (1998, p.17) afirma que “É impossível tratar do empírico sem que cheguemos a ele com uma bagagem teórica prévia” Logo, esta pesquisa, ainda que seja voltada para um campo específico – Nova Ponte, deve buscar a compreensão dos conceitos direta, ou implicitamente, tomados para o entendimento da abordagem requerida pela tese.

Com esse intuito, buscamos levantar uma bibliografia, entre livros, revistas, jornais, periódicos, dissertações e teses que contribuíssem para a reflexão acerca do tema aqui proposto. Além disto, foi *in loco* que buscamos entender as relações entre teoria e prática, com vistas a alcançarmos os objetivos definidos.

São quase dez anos desde a inauguração da cidade nova, em março de 1984, e de inauguração da hidrelétrica, em setembro do mesmo ano. Conforme palavras do mestre de cerimônias no evento de inauguração da usina, “*foi necessário construir uma nova cidade, incluindo todos os prédios públicos e serviços urbanos... a cidade foi solenemente inaugurada pelo Excelentíssimo Senhor Governador Hélio Garcia e entregue ao povo em março deste ano*”.

Daí a preocupação desta pesquisa de buscar entender o processo de ruptura, sofrido pelos moradores e pela cidade, numa perspectiva geográfica. Esse empreendimento é a expressão de uma intervenção externa num espaço concretizado, num lugar construído que, conseqüentemente, promoveu uma grande transformação nesse espaço e nesse lugar.

Nesta etapa da pesquisa, buscamos refletir acerca do tema cotidiano e lugar, uma vez que temos o entendimento de que tal postura pode ser imprescindível na tarefa de compreender as transformações ocorridas em Nova Ponte em conseqüência dessa intervenção externa. A reconstrução da vida cotidiana, traduzida pelas novas relações com os diferentes espaços e lugares, constitui-se o momento mais preciso de construção da cidade nova.

O cotidiano, conforme o dicionário Aurélio, ou *quotidien* como aparece no dicionário *Le Petit Robert*, ou ainda *everyday* conforme o dicionário *Password*, é uma palavra de origem latina que significa de cada dia, habitual, banal. Quanto à sua grafia, Cotidiano ou Quotidiano, já fora objeto de investigação de Zilá Mesquita (1995), que no ímpeto de uma pergunta a ela atribuída sobre a forma correta de escrever o termo respondeu que as duas formas eram corretas.

Mas sua resposta não poderia deixar de ser complementada por uma investigação que lhe desse amparo à afirmação. Foi então que buscou no dicionário Aurélio, da Língua Portuguesa e no dicionário *Le Petit Robert*, da Língua Francesa, e, ainda, em dicionário etimológico, a certeza de que as duas grafias são corretas. Nesta pesquisa, optamos pelo uso do termo na forma mais corrente em Português: cotidiano.

A iniciativa de uma proposta, em Geografia que discuta a reconstrução do cotidiano, parte do entendimento de que este se refere a uma vida marcada por ritmos, os quais não se confundem com a mera repetitividade. O ritmo que define a vida cotidiana em uma sociedade é composto, sim, pela repetitividade, mas também pela novidade.

Essas práticas diárias, às vezes chamadas de corriqueiras, práticas do dia-a-dia, constituem importante aspecto da produção social do espaço, que tem recebido a contribuição de autores como Lefebvre, Kosik e Heller, no campo marxista; Maffesoli e Schutz, no campo da Sociologia; e Le Goff e Certeau no campo da História (PETERSEN, 1995, p.51). A esses autores acrescentam-se os nomes de Santos e Mesquita, no campo da Geografia, Berger & Luckman e Tedesco, também no campo da Sociologia.

Henry Lefebvre (1958 e 1967) foi talvez um dos pioneiros a compreender a importância dos estudos sobre a vida cotidiana. Lefebvre aponta para a existência de uma crise da filosofia, a qual deveria ser superada no momento em que esta se metamorfoseasse em uma metafilosofia, que, por sua vez, consistiria em uma investigação diferente daquela adotada pela filosofia.

A crise da filosofia, segundo Lefebvre, ocorre em função da insolubilidade dos problemas filosóficos. Em outros termos, ele diz que a filosofia critica sem apontar soluções para os problemas por ela levantados. O que se encontra na origem desse conflito? Lefebvre diz que é o fato de ser o homem um ser cotidiano, ou do cotidiano.

Roland Corbisier, na introdução à obra de Lefebvre, não nega sua discordância da tese lefebvriana. Para ele, o cotidiano é tido como o institucionalizado, o aceito, o adquirido, a rotina, o hábito, a inconsciência, a inautenticidade. Na concepção de Corbisier, a filosofia seria, entre outras coisas, a má consciência do cotidiano, a denúncia e o processo do cotidiano.

A filosofia seria, portanto, o contrário de cotidiano. “Não há compromisso entre a filosofia e o cotidiano” (CORBISIER, 1967, p.15).

O argumento de Corbisier em defesa de uma ausência de crise no seio da filosofia, contrariando os argumentos de Lefebvre, é de que toda a história da filosofia, de Sócrates a Marx, é uma história de superação da filosofia por si mesma. Em suas formulações, a filosofia tende a racionalizar, ao máximo, o humano, destituindo-lhe ou negando-lhe o espírito. Daí, inclusive, a definição de homem para Aristóteles como sendo um animal racional. No reverso de tais formulações, aparece, sendo defendido por Lefebvre, o homem cotidiano, “vivendo em função de crenças, de preconceitos, de paixões e de interesses...” (CORBISIER, 1967, p.14).

Antes de se constituírem em consciências, essas características, para Corbisier, são inconsciências. Por sua vez, ele admite que essas inconsciências resistirão até que o homem cotidiano descubra e dialogue com Sócrates. Depois disso, diz, torna-se impossível continuar com apego às crenças. O homem será tão somente racional¹⁵.

Para Lefebvre, no entanto, é nas profundezas sem mistérios da vida cotidiana que se encontra a verdadeira realidade. É aí também, segundo esse autor, que se passam as verdadeiras mudanças e, nesse sentido, sugere que a ciência deveria se tornar um estudo da vida cotidiana.

Seus argumentos apontam para um imenso conteúdo humano nos fatos mais simples da vida cotidiana. Da mesma forma, ele dirá que o estudo dos objetos simples, cotidianos, insignificantes em aparência, tem completado as descobertas mais importantes nos vários domínios da ciência.

O momento em que a ciência passar a valorizar mais os fatos cotidianos do que o fato, dito, prestigioso, representa, para Lefebvre, a passagem da aparência à realidade. Seu entendimento é de que no cotidiano é que as pessoas “ganham ou deixam de ganhar a vida, num duplo sentido: não sobreviver ou sobreviver, apenas sobreviver ou viver plenamente. É no cotidiano que se tem prazer ou se sofre. Aqui e agora” (1991, p.27).

¹⁵ Ahamos necessário esclarecer aqui que a partir dessa afirmação sentimos necessidade de buscar entender um pouco da filosofia de Sócrates com vistas a perceber as indicações feitas por Corbisier. Foi considerado um momento importante para nós, embora não se tornasse assunto a ser discutido dentro do trabalho. Buscamos uma outra leitura por um período não muito longo. As obras lidas são inseridas aqui, a título de informação, mas não aparecem como referências bibliográficas da tese: STRATHERN, P. Sócrates em 90 minutos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998; McKEON, R. Introduction to Aristotle. New York: The modern library [sd]; MARCONDES, D. Iniciação à história da filosofia – dos pré-socráticos a Wittgenstein. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002; RUSSELL, B. História do pensamento ocidental – a aventura das idéias dos pré-socráticos a Wittgenstein. 6.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002; e também, CHAUI, M. Introdução à história da filosofia – dos pré-socráticos a Aristóteles.

A vida cotidiana é plena de simbolismos, crenças, aceitação do espírito. O homem aí se apresenta como um homem de emoções e de paixões. É nesse sentido que Le Goff, dirá que “a expansão da cultura de massas contribui para aumentar os atractivos do estudo do quotidiano” (1986, p.75).

Heller (1992), diz que o homem nasce inserido numa cotidianidade. As habilidades que adquire serão, segundo ela, imprescindíveis à vida cotidiana da sociedade. A vida cotidiana, para essa autora, é definida como sendo a vida de todo homem, a vida do homem inteiro. Ela dirá, ainda, que na vida cotidiana o homem coloca em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades de manipulação, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias.

Em seus argumentos, ela afirma que a vida cotidiana é a vida do indivíduo e que esse indivíduo constitui-se em ser genérico e ser particular. O ser particular refere-se ao modo de manifestar do indivíduo, enquanto o ser genérico se dá em função de ser o homem produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano.

Já Schutz (1992), na análise da vida cotidiana, considera que, antes mesmo do nosso nascimento, já existe um mundo dado e construído pelos nossos antecessores. O *world of daily life*, a que se refere, trata-se de um mundo intersubjetivo experienciado e interpretado por outros, nossos antecessores, como um mundo organizado que agora é dado às experiências e interpretações do presente.

“The world of everyday life is the scene and also the object of our actions and interactions¹⁶” (SCHUTZ, 1992, p.73). Para o autor, toda forma de interpretação desse mundo é baseada num estoque de experiências prévias dele. Essas experiências, em Schutz, podem ser próprias ou adquiridas por intermédio dos pais, professores e outros. As mesmas experiências na forma de *knowledge at hand* funcionam como um esquema de referências.

“Man is Born into a world that existed before his birth; and this world is from the outset not merely a physical, but also a sociocultural one”¹⁷ (SCHUTZ, 1992, p.79). Baseando-nos nessa fala, podemos então, pensar os efeitos provocados pela execução de um projeto que exige a destruição de um mundo, tanto física quanto sócio-culturalmente, já construído.

Segundo Kosik (2002, p.80), “A vida cotidiana é antes de tudo organização, dia-a-dia, da vida individual dos homens...”. Assim, a organização do espaço cotidiano é dada desde

¹⁶ O mundo da vida diária é a cena e também o objeto de nossas ações e interações.

¹⁷ O homem nasce em um mundo que já existia antes de seu nascimento e este mundo exterior não é meramente físico, mas também sócio-cultural.

os gestos mais simples até os mais representativos. Mas também pode ser permeada pela inclusão de gestos e ações que extrapolem o viver cotidiano do indivíduo e do grupo.

Kosik aponta a guerra como forma de ilustrar uma intervenção que altera o ritmo da vida cotidiana. Lembra, contudo, que, neste caso, a vida cotidiana não é interrompida por causa da intervenção. Realmente não há aí uma ruptura, uma vez que o campo da ação continua o mesmo, embora profundamente modificado. Há, sim, uma alteração no ritmo do grupo, também não se esquecendo que a catástrofe gera a ruptura, no caso da morte.

A guerra, segundo Kosik, situa-se fora da cotidianidade. Esta avaliação aproxima-se do caso que aqui se analisa de uma intervenção externa no lugar, em que a decisão de construir uma hidrelétrica é tomada fora dos limites do lugar. Como resultados dessas intervenções, têm-se, constantemente, alterado os ritmos de trabalho, de ação e de vida dos atingidos seja pela guerra, seja pela implantação de uma hidrelétrica, como também por todo projeto decidido externamente ou de cima para baixo. “Ocorre a destruição da cotidianidade quando milhões de pessoas são arrancadas a este ritmo” (KOSIK, 2002, p.81).

A cotidianidade é definida em Tedesco quando diz que “por mais que pareça óbvio e sem importância, não podemos esquecer que a trajetória de nossa vida, do nascimento até a morte, constitui-se numa cotidianidade” (1999, p.26). É com base nesses argumentos que buscamos o entendimento sobre a decisão do Estado de Minas Gerais e da CEMIG de construir uma hidrelétrica em Nova Ponte. Os moradores foram submetidos a esta decisão, e o seu ritmo de vida sucumbido por causa da execução do projeto.

A construção de uma cidade nova não será completa enquanto seus moradores não se reencontrarem no novo lugar. A reconstrução da cidade depende assim de outra reconstrução que é a da vida cotidiana. Para irmos mais além, não poderá haver uma cidade sem a animação da sociedade, e esta animação se produz no dia-a-dia, fruto das práticas cotidianas. E falar de animação é o mesmo que falar de produção do espaço. A cidade é aqui considerada como o lugar onde se reproduzem as relações sociais, portanto, ela é a expressão da própria sociedade.

A reconstrução do cotidiano no lugar passa por gestos, inclusive, de afetividade, “a cotidianidade é intimidade, familiaridade, vizinhança, ar caseiro...” (KOSIK, 2002, p.82), tudo o que foi tirado do morador novapontense com a construção da hidrelétrica. A estranheza do novo lugar é a certeza de que o cotidiano foi alterado, nesse caso, destruído e agora precisa ser reconstruído. O fato de ser a vida cotidiana muitas vezes definida como banal ou irracional não descaracteriza a importância de seu significado tanto para o indivíduo quanto para o

grupo. Segundo Tedesco “por mais que o cotidiano seja expressivo da banalidade, esta não está sempre presente, ou se está, não está no vazio; há significados nisso” (*op. cit.*, p.31).

Para Berger e Luckmann (1996), a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente. Na definição dada pelos autores, a vida cotidiana aparece como sendo o conhecimento que dirige a conduta na vida diária.

Não basta dizer que tudo que se faz é cotidiano, como tomar uma média na esquina de casa. Antes, é preciso entender que o conhecimento da vida diária permitirá que se decida que naquele lugar se tome aquela média. O mesmo conhecimento dirá que naquele lugar não se deve mais tomar uma média. Que ela não é mais vendida, ou não tem o mesmo sabor que antes conquistara uma clientela, que ficou mais cara e que, mais adiante, encontra-se uma média melhor e mais em conta.

É esse conhecimento que permite ao homem relacionar-se com outros homens e com a própria natureza. Que o homem viaje, faça amigos, negócios e que tenha sentimentos tanto de recusa quanto de apego por lugares, pessoas ou coisas. “De fato, não posso existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros” (BERGER e LUCKMANN, 1996, p.40).

Do mesmo modo, Maffesoli (1996) fala de uma interação, sinergia, entre espaço e sociabilidade. Esta interação, segundo o autor, pode representar um dos sinais distintivos da pós-modernidade. Aqui, se dirá, tal interação representa o mesmo conhecimento do qual falam Berger e Luckmann e que Maffesoli propõe resumir pelo termo interacionismo simbólico.

Para Maffesoli, o cotidiano é capaz de revelar um estilo, a expressão de uma época. O estilo aí pode ser considerado como uma encarnação ou projeção concreta das atitudes emocionais, maneiras de pensar e agir pelas quais se define uma cultura. “La vie quotidienne est un bon révélateur du style de l’époque”¹⁸ (1993, p.88).

O estilo de vida, em Maffesoli (1996), evidencia-se a partir do que ele chama de jogos da aparência e sobre os aspectos imateriais da existência. Esse estilo seja ele estético ou mítico tem sempre uma atitude alternativa ao político, sendo, portanto, mais afetivo e emocional do que o que se convencionou chamar de racional.

O cotidiano, nesse sentido, constitui uma das coisas que tornam a existência uma verdadeira obra de arte. Isso sem prejuízo do domínio da produção e dos serviços, mas com

¹⁸ A vida cotidiana é um bom revelador do estilo da época

forte valorização do espírito, da dimensão estética, do imaterial que servirão de matriz à vida social.

Numa perspectiva geográfica, analisamos o cotidiano em relação ao lugar e também consideramos o papel da informação nos estudos desta natureza. “A história concreta do nosso tempo repõe a questão do lugar numa perspectiva central” (SANTOS, 1999, p.252). Isso, por sua vez, impõe a necessidade de encontrar novos significados. E é o próprio Santos quem sugere que a consideração do cotidiano pode ser a chave para a interpretação desses significados.

Santos diz que a disseminação da informação e da comunicação, em todos os aspectos da vida social, faz com que o cotidiano se enriqueça de novas dimensões. E dirá que entre essas dimensões ganhará relevo a dimensão espacial. A cidade nova impõe novo ritmo. É preciso (re) aprender a se locomover, a se situar. As lembranças e as experiências do outro lugar, ou da cidade velha, pouco servirão nessa nova orientação. “No lugar novo, o passado não está; é mister encarar o futuro: perplexidade primeiro, mas, em seguida, necessidade de orientação” (SANTOS, 1999, p.263).

Em relação aos agentes ou os praticantes dessa nova realidade, buscamos em Santos o seu entendimento quando diz que nessa luta cotidiana “precisam criar uma terceira via de entendimento da cidade. Suas experiências vividas ficaram para trás e novas residências obrigam a novas experiências” (SANTOS, 1999, p.263).

“O mundo cotidiano é também o da produção ilimitada de outras racionalidades” (SANTOS, 2000, p.126). Por conseguinte, a expressividade dessa afirmação permite que proponhamos aqui uma definição de homem diferente daquela consagrada definição aristotélica de que o homem é um animal racional e, por isso, diferente dos outros animais. Aqui, consideramos o homem como sendo um ser portador de cotidianidade e, por isso, diferente dos animais.

Na ciência, convencionou-se a oposição entre razão e emoção. À segunda, coube a conotação de sem importância, sem mérito de atenção. No entanto, os estudos que apresentam o cotidiano como forma de entendimento da realidade têm revelado que tal procedimento precisa ser revisto. O estudo do cotidiano contribui para revelar o todo que constitui a realidade e, mesmo, o todo que é o homem. Uma definição de homem passa por essa complexa trama de interpretação, porque o próprio homem é complexo.

De toda forma, defini-lo por inteiro é ter em mente essa complexidade e, nesta, ter capacidade de enxergar que a emoção é parte integrante do ser homem. Essa característica é

abstrata, mas se origina e fundamenta tanto em outras relações abstratas quanto na interação do homem com o mundo das coisas físicas.

A idéia de banalidade atribuída às definições de cotidiano “imprime-lhe o sentido de sem importância” (MESQUITA, 1995, p.14). Entendemos que a opção por definições deste tipo significa aceitar que o cotidiano seja composto, unicamente, por trivialidades. Reforçamos aqui os argumentos utilizados anteriormente de que o cotidiano deve ser relacionado ao conhecimento. Isto, por sua vez, sugere que lhe atribuamos um conteúdo mais denso do que o entediante ato de repetir, mecanicamente, os gestos.

O que não devemos perder de vista é a liberdade de agir, de acordo com nosso conhecimento, no cotidiano. Há um saber que define como se comportar diante de situações determinadas e em locais determinados. Um saber que não deve ser confundido com imposição. O cotidiano seria semelhante ao instinto animal se não o relacionássemos ao conhecimento. Do mesmo modo, isso ocorrerá se se for privada da liberdade de escolha, este importante componente do cotidiano. Todavia, é preciso considerar o fato de que no mundo moderno, há um crescente incremento no ritmo das atividades do homem na sociedade. Com isso ele se vê cada vez mais atraído por uma sucessão de afazeres que tendem mais a robotizá-lo.

Essa tendência se explica com base nos argumentos de Mesquita, quando observa que na busca do cumprimento de regras, ou de papéis, há uma tendência a que o indivíduo “orienta-se pelo simples cumprimento dos mesmos, facilitando a alienação” (1995, p.23). Sem possibilidades, logo, sem saber e sem conhecimento, a rotina ou repetição de gestos, torna-se alienação, um vazio total de criatividade.

Mesquita, ao referir-se ao cotidiano, diz que o presente é o seu tempo. Este é também o entendimento que adotamos nesta tese. O cotidiano é uma forma de encaixar o tempo, que será o tempo presente. Aqui a expressão popular “dar tempo ao tempo” ganha ares de maior sentido.

Outras contribuições a esse debate são oferecidas pelas análises de Pertersen e Barcellos (1995) que situam na chamada “crise da teoria do conhecimento” o marco da descoberta, ou talvez da aceitação, de uma interpretação científica cujos pressupostos teóricos fundamentem-se no cotidiano.

Em Barcellos, esta crise refere-se à situação do marxismo abalada pelos acontecimentos no leste europeu nos anos de 1980. Nesse período, o capitalismo, que já se mostrava fragilizado, perde sua característica de sistema hegemônico, e o dito socialismo entra em colapso.

Segundo Petersen, com a crise da modernidade, outras formas de conhecimento se impõem, entre as quais está a do senso comum que, como o próprio nome o diz, é a forma do pensamento cotidiano por excelência. O estudo do cotidiano constitui um dos “caminhos particularmente sedutores de recuperar a experiência vivida pelos agentes sociais” (1995, p.49). Isso nos faz entender que a vida cotidiana é tanto simbólica quanto real/concreta. Simbólica, porque é expressiva de relações entre o ser e suas crenças, religiosas ou não. Real, porque são também definidas pelos fatos que constituem a chamada realidade da vida.

Também no campo da Geografia, Cara (1995) aponta a reflexão sobre o território e a territorialidade no mundo hodierno como a chave do que ele chama de revalorização do local e do cotidiano. O cotidiano nos estudos de Geografia, segundo esse autor, revaloriza-se à luz dos conceitos de identidade, espaço vivido e lugar. “Construimos nuestra representación del mundo a partir de lugares. Sin embargo, tiempo y espacio confluyen en lo cotidiano”¹⁹ (p.69).

Este argumento pode contribuir para justificar uma tese cujo campo de trabalho seja uma pequena cidade, como Nova Ponte, cidadezinha do interior de Minas Gerais, “lugarzinho perdido” no Triângulo Mineiro, contrariando os modelos baseados apenas nos macroobjetos. Esta forma de pensamento expressa muitas vezes o preconceito quanto às pequenas comunidades se tornarem objetos de estudo e tem bases concretas nos modelos de macroobjetos. Hoje, a tomada de consciência de que o cotidiano constitui respeitável objeto de estudo leva a um repensar dessa postura.

O estudo do cotidiano constitui uma forma, uma opção, neste caso, pelo pequeno não apenas no sentido de oposição ao grande, ao macro. Neste campo, há lugar para o pequeno, o macro, o micro, o público, o privado, o nós e os outros. Logo, o global e o local. Se, por um lado, entendemos que o aumento da escala pode dificultar a análise da vida cotidiana de uma dada comunidade, por outro, entendemos, conforme Giddens (1991), que eventos no nível global podem ter relação estreita com esta mesma comunidade.

Giddens dá como exemplo a consciência da possibilidade de calamidade global, seja por guerra nuclear ou outros meios. Também dirá sobre outros riscos que ameaçam a vida dos indivíduos e se impõem diretamente no âmago das atividades cotidianas. Além da ameaça de guerra, temos, como outros exemplos, a contaminação por acidentes radioativos, a alteração genética de alimentos, entre outros, que são eventos às vezes produzidos a distância com efeitos no âmbito local. “Confiança e risco, oportunidade e perigo... permeiam todos os

¹⁹ Construimos nossa representação do mundo a partir dos lugares. Não obstante, tempo e espaço confluem no cotidiano.

aspectos da vida cotidiana, mais uma vez refletindo uma extrapolação extraordinária do local e do global” (GIDDENS, 1991, p.148).

Como geógrafo, entendemos o caráter indispensável que constituem os estudos da vida cotidiana. O cotidiano não se opõe à produção do espaço; antes, ele é o ritmo dessa produção. Nesta pesquisa não vemos o cotidiano como *locus* onde se desenvolvem as tramas. O cotidiano representa a trama *per si*. E, no esforço de propormos uma definição, caracterizamos a vida cotidiana como a vida mesma, contrário ao inerte, a que se realiza no dia-a-dia, o movimento da existência. Assim buscamos novamente em Lefebvre o argumento pela opção de abordar o cotidiano neste trabalho:

Tratando-se de cotidiano, trata-se, portanto, de caracterizar a sociedade em que vivemos que gera a cotidianidade... Trata-se de defini-la, de definir suas transformações e suas perspectivas, retendo entre os fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial, e ordenando os fatos (1991, p.35).

Sem a trama da vida cotidiana, não podemos pensar em produção do espaço. Ou então, um espaço sem essa trama representa um espaço vazio, portanto, sem vida. Aqui se faz valer a opção pelo objeto e campo de estudo desta pesquisa. Uma cidade não pode existir sem a vida cotidiana. É aí que os fatos se renovam e, no sentido mais profundo, a vida cotidiana é também a renovação da própria vida.

2.2 A IMPORTÂNCIA DE PENSARMOS O LUGAR

A abordagem do lugar parte do entendimento de que ela permite análises mais localizadas, no tempo e no espaço, e proporciona respostas mais nítidas, pois é ele que representa a dimensão do espaço mais próxima, seja para o indivíduo ou para a coletividade. Por outro lado, a inserção do lugar no chamado espaço global acaba por transformar os gestos, os sonhos, a utopia. Mesmo assim, sua característica de corresponder à dimensão do vivido, do cotidiano, não se perde e atua para manter a coerência do grupo. Ele é experienciado por uma população local, embora envolto por uma trama, progressivamente, regional, internacional, global.

Como dimensão do espaço ou como uma construção social, “o lugar abre perspectiva para pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço”

(CARLOS, 1994, p.303). Pensar, no contexto desta definição, também significa agir. E o lugar é então entendido aí como o campo da ação.

Diferentes atores agem sobre o lugar, conforme aponta Becker. Na sua visão o lugar “... corresponde à escala local, do espaço vivido das atividades da vida cotidiana, do uso do espaço... aí também os movimentos de resistência popular têm origem” (BECKER, 1988, p.109). Ao assumirmos que, em Nova Ponte, houve um processo de ruptura entre o morador novapontense e a cidade que foi submersa, admitimos que houve uma destruição do lugar e uma profunda alteração no seu sentido em função da execução do projeto da hidrelétrica.

A construção de uma cidade nova deve passar pelo crivo da reconstrução do lugar expresso pelo trabalho e atitudes que dão densidade à vida cotidiana. Todos os símbolos com os quais os moradores se identificavam foram destruídos. As marcas do tempo, que também remetiam às histórias dos símbolos, se apagaram.

Essas marcas eram constituídas, entre outras, por velhos casarões em ruínas; rachaduras na torre da igreja matriz, que colocava em risco toda a sua estrutura e não mais permitiam que se badalasse o enorme sino que chamava os fiéis para as celebrações do Padre Panfílio; as pedreiras do velho Aníbal, de onde se extraíam as pedras usadas em cada construção; a ponte sobre o Rio Araguari, cujas histórias, reais e fantasiosas, tornaram-na um símbolo, um lugar, na vida dos moradores.

A ponte, além de ser o elo entre os Bairros São Miguel e São Sebastião, era também fonte do imaginário novapontense. “*Lá apareciam coisas de outro mundo*”, frase comumente dita pela maioria dos moradores, talvez pelo fato de ser usada como ponto de suicídio por aqueles que dela saltavam para as águas turbulentas do rio.

Do mesmo modo, o cemitério do Bairro do Rosário tornou-se local de devoção, lugar sagrado da cidade que, junto com cada casa, cada lar, rua, ou árvore, formava aquela paisagem bucólica, e que foi submetido à decisão externa que culminou com a sua destruição. Os novapontense terão que recriar seus hábitos, seu elo com o lugar, ou antes, terão que recriar o lugar. Conforme Certeau (1999), eles são os praticantes ordinários da cidade, caminhantes, pedestres, portanto, só eles, por meio de sua sociabilidade, reconstruirão verdadeiramente a cidade nova.

O lugar antigo apenas sobrevive na memória daqueles que nele viveram, que lhe deram sentido, que o provaram, cheiraram e que o tocaram, seja com as mãos, em sonho ou apenas devaneando em imaginação. Na nova cidade, o andar pelas ruas, o encontrar as pessoas, que se estava acostumado a ver todos os dias, passa agora por um novo ritmo. Viver

na cidade velha era quase um ritual de repetições, de costumes que não poderiam simplesmente ser transportados para a outra cidade.

A destruição de uma cidade promove a perda de toda uma gama de referências que orienta as pessoas já acostumadas a uma aparente imobilidade cotidiana. E será a reconstrução do cotidiano que, no entender do pesquisador, revelará a intensidade do movimento iniciado com a barragem, porém, encoberto pelo discurso técnico.

2.2.1 (RE)VISITANDO A LITERATURA: CONCEITOS DE LUGAR

Os grandes projetos têm promovido profundas transformações no sentido de lugar, enquanto o apelo ao discurso tem sido o grande trunfo utilizado para garantir o desenvolvimento desses projetos. Esses discursos visam, muitas vezes, promover o fim do lugar, pois ele é o campo de negociação e de busca de inserção nos projetos da modernidade. Inserção aqui assume as mais diferentes formas, não significando apenas ir contra o projeto, mas poder opinar a respeito dele e, se necessário, intervir, ainda que contra ele.

A perda do lugar, por sua vez, pode significar mudanças profundas no cotidiano das pessoas, enquanto não passa de reducionismo sob a perspectiva do discurso. Todavia, é preciso entender, conforme Carlos que “No lugar emerge a vida, posto que é aí que se dá a unidade da vida social” (1994, p.303).

Para Agnew (1987), apesar de o homem viver, hoje, em um mundo dominado por uma divisão global do trabalho, o lugar ainda mantém seu significado. Os efeitos da economia mundial moderna atuam mais para diferenciar do que para amenizar ou equalizar as condições de vida. A importância do lugar é dada pela reação diferenciada do povo nos diferentes contextos do desenvolvimento desigual.

Segundo esse autor, o lugar não deve ser pensado apenas dentro dos limites da localidade. “But it is still in places that lives are lived, economic and symbolic interests are defined information from local and extra-local source interpreted and takes on meaning, and political discussions are carried on”²⁰ (AGNEW, 1987, p.2). Ainda assim, ele não perde de vista o fato de que processos que se dão além da localidade têm-se tornado determinante do que acontece nos lugares.

²⁰ Mas ele está ainda em lugares onde vidas são vividas, onde são definidos interesses econômicos e simbólicos, onde informações do local e do extralocal são interpretadas e ganham sentido e onde são realizadas discussões políticas.

O lugar, em Agnew, aparece como objeto de identidade para um sujeito. “... One place or ‘territory’ in its differentiation from other places can become an ‘object’ of identity or a subject”²¹ (AGNEW, 1997, p.263; AGNEW, 1987, p.27 e 28). Em sua definição de lugar, o autor adota três grandes elementos que considera de suma importância: *locale*, *location* and *sense of place*.

O *locale* como o define, constitui o cenário no qual as relações sociais são constituídas. A *location* é então definida como a área geográfica, que abarca o cenário para a interação social e opera em uma escala mais ampla. Enfim o *sense of place* é definido como o local da estrutura de sentimento, como a casa, a igreja, o trabalho, entre outros. Esses lugares, de acordo com a definição de Agnew, formam os nós, ou nodus, em torno dos quais as atividades humanas circulam e pode criar um sentido de lugar.

Esse autor admite que raramente os três aspectos são tomados juntos numa mesma análise. Aqui, seguindo esse raciocínio, optamos pelo sentido de lugar por entendê-lo como mais significativo no caso estudado. Também optamos por esse aspecto por entender, conforme Agnew, que o sentido de lugar pode ir além da escala da localidade. Isso permitirá que entendamos o empreendimento Usina Hidrelétrica de Nova Ponte em todas as suas escalas de realização.

Outra contribuição dada por Sack (1992), propõe uma concepção de lugar por uma perspectiva do consumo. Em sua análise, ele afirma ser o consumo um meio virtualmente universal e acessível pelo qual nós criamos lugares e construímos mundos. Neste sentido, o autor admite que o espaço e o lugar, constituem conceitos extremamente complexos, porém inter-relacionados.

Assim, de acordo com Sack, as grandes estruturas são erguidas com intenção de incentivar o consumo, como *shopping centers* e galerias; e a construção dessas estruturas altera e cria lugares. Para esse autor o lugar e o consumo estão conectados e, neste sentido, o que se apresenta de forma mais importante é o fato de o consumo constituir um *place creating and place-altering act*. Os atributos desses lugares de consumo, ele diz, são marcados pelos fatos de eles possuírem a mesma dinâmica e atributos contraditórios que caracterizam a vida moderna.

Se, por um lado, eles se apresentam como lugares espetáculos, maravilhosos ou paradisíacos, por outro são também chamados de desorientadores, sem peso e espetáculos

²¹ Um lugar ou ‘território’ em sua diferenciação de outros lugares pode tornar-se um ‘objeto’ de identidade ou um sujeito.

inautênticos, uma vez que exigem a destruição de contextos reais para propiciar a criação da ilusão e da diversão.

É preciso, todavia, deixar claro que o lugar de consumo em Sack, constitui um tipo de lugar que é imparcialmente técnico. Os lugares geográficos são mais amplos. “...Geographical places help constitute and are the products of many processes and exist in many forms and scales”²² (SACK, 1992, p.11). De acordo com esse pensamento, uma visão com base no indivíduo leva a pensar no lugar pessoal, cujo sentido é dado pelo fato de se experienciar e agir sobre o mundo. Desta forma, para o autor, o lugar pessoal se diferencia do espaço graças à sua característica móvel.

“Movement is one of the ways place differs from space”²³ (SACK, 1992, p.12). Para este autor, o lugar pessoal pode se expandir ou contrair (*wax and wane*), de acordo com os interesses e ações do indivíduo, ou pode mover-se conforme este se move no espaço. Dada essa característica do movimento, o lugar não deve ser entendido, necessariamente, como uma extensão fixa no espaço. Essa afirmação, em Sack, pretende mostrar que, entre as várias perspectivas que permitem ver o mundo de modos geograficamente diferentes, ele se debruça sob as perspectivas do *Somewhere* (algum lugar) e *nowhere* (lugar nenhum), cujo conteúdo tem tanto a dizer sobre o lugar moderno.

Espaço e lugar constituem, segundo Sack, variadas e inescapáveis partes da experiência. O lugar, assim entendido, não deve se reduzir a um ponto fixo nem ser comprimido em um limite. A mobilidade, de fato, torna-se uma de suas características mais significativas.

Por outro lado, Relph (1980), diz que os lugares, em nossas vidas cotidianas, não são experienciados como independentes ou descritos apenas em termos de sua localização ou aparência. Segundo seu ponto de vista, embora muitos lugares sejam localizados (*located*), a localização não constitui uma necessária, nem suficiente, condição do lugar, embora seja uma condição muito comum.

A mobilidade dos povos não elimina o apego ao lugar como afirma Relph. O autor toma o exemplo utilizado por Choay ao se referir ao deslocamento de índios brasileiros. Assim, os Bororo, apesar de demolirem, a cada três anos as suas aldeias e depois reconstruí-las em outro lugar, eles ainda conseguem manter estreitos vínculos com os lugares.

²² Lugares geográficos ajudam a constituir muitos processos e são os produtos deles; eles existem sob muitas formas e escalas.

²³ O movimento é um dos meios pelo qual o lugar se diferencia de espaço.

No mundo moderno, há muitos sinais de manipulação de lugares que são transformados ou mesmo destruídos, em função da execução de grandes projetos. É, por exemplo, o caso das hidrelétricas, cuja formação dos reservatórios exige a inundação de extensas áreas, rurais e urbanas e, conseqüentemente, a destruição dos lugares.

Por um lado, isto se dá em função do conhecimento aperfeiçoado da natureza dos lugares, conforme diz Relph, e, por outro lado, em razão da emergência de abastecimento do mercado com a energia hidrelétrica. “Improved knowledge of the nature of place can contribute to the maintenance and manipulation of existing places and creation of new places”²⁴ (RELPH, op cit., p.45).

A mobilidade permite que se criem novos lugares. Isso significa que o lugar antigo, ou que tenha passado por um processo de transformação, ainda terá, por certo tempo, um significado para aqueles que o viveram, se o entendemos conforme Tuan (1983), que o lugar seja um mundo de significado organizado.

É no lugar que as pessoas e o grupo se reconhecem e se identificam. O contexto em que nasceram e que já vinha sendo construído pelos seus antecessores parece prolongar-se ao longo de sua existência, de sua vida cotidiana. Quando convivemos em um lugar, não vemos, no dia-a-dia os efeitos das marcas do tempo. Estas passam despercebidas. Basta então que desse lugar nos distanciemos por um tempo e tudo, ao retornarmos, parece diferente.

Isso permite pensar o quão repleto de movimentos é o lugar. Ele envelhece com aqueles que nele envelhecem. Rejuvenesce com aqueles que nascem ou chegam de outros lugares. Refaz-se com novos símbolos que conviverão com os símbolos antigos ou se extingue para dar lugar a outras relações.

É neste movimento que se elabora o conteúdo do lugar, que ele adquire sua densidade. Ele pode renascer, porque as experiências do lugar antigo subsistem na memória. Será outro lugar, porém, permeado de velhas lembranças que podem contribuir com a reorganização do lugar novo.

Os lugares podem ter várias escalas, desde nação, passando por província ou região, até cidade, rua, casa – a minha casa. “Places are thus basic elements in the ordering of our experiences of the world”²⁵ (RELPH, 1980, p.43). Assim, em relação à identidade dos lugares, Relph diz que identidade é uma noção fundamental na vida cotidiana. Não se trata de

²⁴ A intensificação do conhecimento da natureza do lugar pode contribuir para a manutenção e para a manipulação de lugares existentes, como para a criação de novos lugares.

²⁵ Os lugares são, assim, elementos básicos na ordenação de nossas experiências de mundo.

reconhecer diferenças e semelhanças entre os lugares, mas, principalmente, identificar semelhanças nas diferenças.

Da mesma forma, Relph diz que não é tão-somente a identidade dos lugares que importa, mas também a identidade da pessoa ou do grupo com o lugar e, em particular, se eles estão experienciando o lugar como um *insider* ou como um *outsider*. De todos os componentes da identidade do lugar, nenhum é tão marcante quanto a experiência de um *insider* que é diferente da experiência de um *outsider*. “To be inside a place is to belong to it and to identify with it, and the more profoundly inside you are the stronger is this identify with the place”²⁶ (RELPH, op cit., p.49).

A condição de estar dentro ou estar de fora, segundo Relph, apresenta um dualismo simples, porém básico. Enquanto uma é fundamental em nossas experiências no espaço vivido, a outra supre a essência do lugar. “From the outside you look upon a place as a traveler might look upon a town from a distance; from the inside you experience a place, are surrounded by it and part of it”²⁷ (RELPH, op cit., p.49).

Há diversos modos de manifestação da relação *insideness* e *outsidness*. Relph, tomando como referência a fala de Gabriel Marcel, diz que isso ocorre porque cada um de nós se torna o centro de uma espécie de espaço mental organizado em zonas concêntricas de interesse e aderência reduzida, que são definidas pelas nossas intenções.

De acordo com essa visão, estar *inside* depende do que nossa intenção focaliza; e o que estiver além do limite do que focalizamos é, ou está, *outside*. Neste sentido, como diz Relph, da mesma forma que variam nossas intenções também varia a fronteira entre *inside* e *outside*. “In consequence there are many possible levels of insideness”²⁸ (RELPH, op cit., p.50).

Podemos, seguindo essa linha de pensamento, estar *inside* quando projetamos intencionalmente uma casa. Mas nela também podemos projetar a sala de estar ou a cozinha que tem um quadro de Santa Ceia pendurado na parede ou, apenas, projetamos o quadro na parede, o quarto de dormir ou os móveis da casa. A intenção pode projetar a cidade e, nela, o bairro, a rua, a casa ou seu interior.

Por outro lado, podemos estar *outside* quando somos desprovidos da afetividade pelas coisas ou quando temos conhecimento de que devemos manter uma certa distância em

²⁶ Estar dentro de um lugar é pertencer a ele e identificar-se com ele; quão mais profundamente se estiver dentro, maior será a identificação com o lugar.

²⁷ De fora, olha-se para um lugar como um viajante olharia para uma cidade a distância; de dentro, experienciamos o lugar, fica-se envolvido por ele e torna-se uma parte dele.

²⁸ Em consequência, há muitos níveis possíveis de *insideness*.

relação ao que observamos. Como só podemos contemplar a distância, ficamos limitados pela consciência, portanto, estamos *outside*. Há um limite, às vezes declarado ou do qual apenas temos consciência, que define como nos comportarmos na cidade, na rua, no bairro ou na casa de outrem. O lugar é marcado por limites. A invasão a esse limite define um conflito.

Este é um caso do qual se ocupa esta pesquisa. A atuação do Estado de Minas Gerais na pequena cidade de Nova Ponte com intuito de implementar um projeto, o da hidrelétrica, criou uma situação incomum: como reconstruir uma cidade sem os testemunhos da história da construção de um grupo? Sem os símbolos que identificavam seus moradores e, enfim, sem o lugar construído pelos antecessores e herdado e reorganizado, por seus descendentes?

“To understand place requires that we have access to both an objective and subjective reality”²⁹ (UNWIN, 1992, p.186). Esta afirmação aponta para o fato de que o lugar não é tão-somente uma construção física, nem apenas subjetivo. Entendê-lo na sua complexidade passa pelo acesso a essas duas possibilidades conjuntamente. O lugar será assim muito mais significativo se for entendido como uma construção humana. Uma construção que traduz simbolicamente a identidade tanto individual quanto do grupo, cuja vida cotidiana esteja intrinsecamente conectada a essa construção.

“Place has become a focus for understanding the interaction of the human world of experience and the physical world of existence”³⁰ (UNWIN, op.cit., p.211). Portanto, uma análise que visa à compreensão do conteúdo do lugar pode tornar-se reducionista se fragmentar esse modo de entendimento, pois, com isso, os resultados da análise também serão fragmentados.

Mas também há que se pensar na idéia de tempo quando se trata do lugar. Flay, diz que o lugar é totalmente distinto das noções de espaço e de tempo. Ele também diz que o lugar não pode denotar um único tempo, ou seja, um tempo em um lugar não é o mesmo tempo em outro lugar. “The ‘same space’ at different times is a different place. The ‘same time’ in different spaces is a different place”³¹ (FLAY, 1989, p.2).

Mooney (1989) diz que a primeira experiência de espaço e de tempo é de suma importância em nossas vidas. A passagem do espaço ao lugar é mostrada por Mooney, ao exemplificar a existência de uma mesa vazia quando então colocamos sobre essa mesa um vaso de flores. Esse ato, diz o autor, significa que criamos um *focus* e coerência.

²⁹ Para entendermos um lugar, é necessário que tenhamos acesso a uma realidade tanto objetiva quanto subjetiva.

³⁰ O lugar tornou-se o foco para o entendimento da interação entre o mundo de experiência do homem e o mundo físico de sua existência.

³¹ O ‘mesmo espaço’ em tempos diferentes é um lugar diferente. O ‘mesmo tempo’ em diferentes espaços é um lugar diferente.

Todos os ângulos mudaram com o gesto de colocar sobre a mesa vazia aquele vaso de flores. Agora aquele espaço se torna definitivamente um lugar. “Individually and culturally, our lives are ‘fixed’ by places and events”³² (MOONEY, 1989,14). E o que são, dessa forma, os lugares e eventos em Mooney? Ele diz que são espaço e tempo experienciados qualitativamente. É pelos lugares e eventos que marcamos nossas vidas e conhecemos a nós próprios e, por essa via, julgamos e somos julgados.

Outra perspectiva para pensarmos o lugar é dada por Daniel (1989), ao dizer que devemos aprender a ler, e escrever os lugares da maneira como os vemos. É então que fala de uma gramática coletiva que, ao ser aprendida, diz-se que está “tomando lugar” – *take place*. Dessa maneira, aprender a ler os lugares personificados numa linguagem do povo significa, segundo Daniel, aprender a falar coletivamente. A apreensão do lugar a partir dessa indicação leva a que a localização dentro de um lugar específico seja, muitas vezes, feita muito mais em referência a especificidades do próprio lugar do que ao modo formal.

Aqui se retoma o trabalho de Relph, em que essa visão também encontra suporte. “To see a place means to learn the common-places (topoi) of the community, many of which are the more poetic and rhetorical than logical or mathematical”³³ (op cit., p.19). Similarmente, Daniel, diz que esse modo de aprender a falar dos lugares tem ordem e significado, em virtude de sua redundância e familiaridade. Isto é também, de acordo com Daniel, uma leitura do que ele chama de o livro da natureza que permite que estejamos sempre engajados numa interpretação como partes do processo e por meio do qual os lugares que nós identificamos emergem para constituir as regras da gramática. “The signs of speech and writing determine the community rather than the other way around”³⁴ (1989, p.20).

Em Frémont, os lugares são definidos pelos objetos reais como um rio, uma fábrica, uma auto-estrada ou uma cadeia de montanhas. Ele fala de uma prática dos lugares, que integra toda uma afetividade, a qual é aprendida na cotidianidade dos gestos ou no passar da idade. “Entre les hommes vivant em société et les lieux qu’ils occupent, c’est donc une trame dense de relations multiples, économique, écologiques, sociales, affectives, qui se trouve ainsi tissé”³⁵ (1984, p.173).

Na escala local, podemos definir e superpor outras tantas escalas para pensar o lugar. Por isso, preferimos uma definição que lhe atribui uma dimensão, que é a mais próxima do

³² Individualmente e culturalmente, nossas vidas são fixadas por lugares e eventos.

³³ Ver um lugar significa aprender os lugares comuns (topos) da comunidade, muitos dos quais são mais poéticos e retóricos que lógicos ou matemáticos

³⁴ Os signos da fala e da escrita determinam a comunidade mais que quaisquer outros meios que a circundam.

³⁵ Entre os homens que vivem em sociedade e os lugares que eles ocupam, há, então, uma densa trama de relações múltiplas, econômicas, ecológicas, sociais, afetivas, que se encontram assim entrelaçadas.

ser, e não exatamente uma escala. É no lugar que a sociedade deverá se organizar para discutir, entender, participar, resistir no sentido de ser vista e considerada nos projetos de modernização que a envolva; ou, então, qualquer projeto que a exclua do debate se torna um projeto contra ela.

A destruição de uma cidade em função da execução de um projeto é algo complexo. Sua reconstrução, contudo, parece-nos mais complexa ainda. Reconstruí-la não significa, simplesmente, levantarem novos prédios e traçarem novas ruas, como já referimos. Como, então, não sermos tentados a entender as transformações sofridas pelo lugar em função de uma intervenção externa que determinou o fim de uma cidade e a construção de uma cidade nova? Como ficam as leituras lúdicas a que seus moradores estavam acostumados, cujas referências para as ruas não eram seus nomes, mas, sim, seus moradores mais conhecidos, e em que os supermercados, ou as vendas, eram conhecidos pelos nomes dos seus proprietários?

Como falar, hoje, desse lugar onde não se falava em bairros, mas em lados de lá e de cá do Rio Araguari, ou do córrego dos Barros? Lugar onde as pessoas às vezes se estranhavam por morarem de lá ou de cá mas, que acima de tudo, elas se reconheciam nessa divisão e reforçavam, nisso, a identidade do grupo quando diziam “*somos daqui*”, “*nós*”, “*aqui todo mundo é como se fosse parente*”. Como é hoje acompanhado o tempo que, no outro lugar, muitas vezes, era acompanhado mais pela sirene da cerâmica São Miguel que chamava os trabalhadores para a nova jornada de trabalho do que pelos ponteiros do relógio?

Nesse antigo lugar, muitos decretavam, por conta própria, seus feriados em dias santos, ou seja, não se podia trabalhar no dia de Santa Luzia, a protetora dos olhos; nem no dia de Santos Reis, que diziam “*esses santos são muito vingativos*”. Também não se trabalhava no dia de São Bento, pelo risco de ser picado por animais peçonhentos. Quando se trabalhava nesses dias, a atenção deveria ser constante, a fim de que nenhum mal pudesse acontecer.

Mas e na cidade nova, como se restabelece o calendário das festas e como se definem as relações de trabalho? Que leitura se pode fazer da nova configuração dos bairros, da incrementação do comércio local, das novas formas de lazer e da nova vista da cidade? A atenção a esses aspectos explica a opção pela abordagem do lugar e do cotidiano. Os lugares se tornam campos de cuidado, de maior atenção e de defesa. Isso é também o significado maior da vida cotidiana, a qual se funde com a construção, a cada dia, de lugares.

No esforço de compreendermos a temática, acrescentamos que o lugar é essencialmente constituído de elementos endógenos, contrariando a tese do lugar global, uma vez que não há cotidianos globais se entendemos o lugar, conforme Frémont, como o espaço

vivido. O lugar é produzido pelas relações cotidianas. Desta forma, a consideração do cotidiano nas definições de lugar, de acordo com nossas convicções, é o mesmo que lhe dar mais sentido, pois no dia-a-dia se renova a vida e, com ela, renovam-se os significados.

Embora produzido localmente, como diz Becker (1988), o lugar é alvo e campo de estratégias tanto locais quanto, progressivamente, externas. Os grandes projetos representam uma dessas formas de intervenção e têm sido responsáveis por significativas mudanças no lugar. Refletir acerca disso, significa buscar o entendimento das relações entre os homens e o meio e as complexas tramas que se desenham a partir dessas relações que envolvem os atores sociais.

O entendimento dessas questões deve passar pelo crivo dos conceitos e, por isso, eles passam a merecer nossa atenção. No caso do conceito ou conceitos de lugar, ainda há muito que se debruçar sobre ele, por ainda se encontrar em pleno processo de elaboração. Mesmo assim cumpre-nos lembrar que a capacidade de nos relacionarmos afetivamente com os lugares é característica do ser cotidiano, o homem. A mobilidade é uma atitude a ele inerente que permite ampliar os horizontes, os espaços de relacionamento.

É por isso, então, que retomamos o argumento de Relph, de que o lugar é aquilo que projetamos intencionalmente. Assim, ao projetarmos pela mente um jardim, vemos que não é a sua existência pura e simples que define o lugar. Mas, nossa intenção e experiência com ele tornam-no capaz de falar e pode fazer-nos ouvi-lo. Isso representa uma experiência *inside* com o jardim que leva a que ele deixe de ser apenas um jardim e se torne um lugar. Muito mais amplo do que o jardim, o sentido de lugar faz desencadear outros sentimentos os quais reforçam nossa identidade individual e coletiva.

2.2.2 A CIDADE COMO LUGAR

Atualmente, vivemos na era da globalização que, conforme Castells (2000), é a era informacional, cujo traço mais expressivo tem sido a instantaneidade da informação. Contudo, é preciso compreender que toda ação se realiza sempre num lugar, ou lugares, ainda que seus efeitos tenham alcance global, seja no nível da disseminação da informação, seja no da concretização dos fatos.

Neste sentido, foi privilegiada, nesta pesquisa, a abordagem do lugar, entendido como a dimensão do espaço mais próxima do homem; onde os fatos se dão; a expressão do

vivido, da experiência; onde se vive o cotidiano. Entendemos que a globalização não elimina o lugar; antes, ela o coloca em evidência.

A cidade torna-se uma das formas mais objetivas de representação do lugar. Contudo, não podemos pensar uma cidade sem considerarmos o efeito das relações entre as pessoas, ou seja, a sociabilidade: “Pour l’individu, la ville qui l’entoure est a la fois le lieu du desir”³⁶ (LEFEBVRE, 1978, p.270).

É aí que cada pessoa viverá, manterá relações com outras, no trabalho, na rua, no bar ou no lar. É aí que cada um e a coletividade se inserem no âmbito de outros espaços, regional, nacional, global. “A racionalização da cidade acarreta a sua mitificação nos discursos estratégicos, cálculos baseados na hipótese ou na necessidade de sua destruição por uma decisão final” (CERTEAU, 1999, p.173).

Todavia, mesmo no limite da cidade, ainda é complexo definir um limite, ou limites, de lugar, uma vez que sua existência passa pelo âmbito do sentimento das pessoas pelas coisas. Isso dá ao lugar um sentido abstrato e, ao mesmo tempo, concreto. Por outro lado, mesmo tendo a cidade como um lugar, ainda podemos pensar nela como *locus* de outros lugares. Como exemplos, podemos citar o bairro, a rua e tudo que pode ajudar na sua descrição, a casa com suas feições e, até, a disposição dos móveis no seu interior, os retratos de família pendurados na parede.

Foi então, a partir desse entendimento, que optamos por pensar a cidade não como o limite do lugar, mas como palco das relações sociais, o espaço vivido cotidianamente pelos moradores e onde há uma fusão de escalas menores que, no final, constituem a cidade como lugar. “O espaço urbano reúne áreas com os mais diversos conteúdos técnicos e socioeconômicos” (SANTOS, 1999, p.245). Isso ilustra a complexidade que define uma cidade. Esta se torna o espaço da vida cotidiana, lugar de ação, cenários dos acontecimentos, *feedback* das intenções.

A cidade é o campo complexo da produção do lugar. “Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si” (CARLOS, 1994, p.303 - 304). Observar a cidade é um comportamento que pode revelar como se fundem esses conceitos, pois o que se nos apresenta, no ato de observar a cidade é, de certa forma, uma visão concreta de lugar.

Williams (1990) mostra como desde a Antigüidade Clássica a cidade era analisada, na História e na Literatura, sempre em comparação ao campo. Houve tempos em que se

³⁶ Para o indivíduo, a cidade que o circunda é, ao mesmo tempo, o lugar do desejo.

pregava que o campo representava uma forma natural de vida, de paz e inocência enquanto a cidade era associada à idéia de centro de realizações, de saber e comunicações.

Outras características, de cunho negativo, também são apontadas por Williams. A cidade era vista como lugar de barulho, vida mundana e de ambição. Ao campo se reservavam termos como lugar de atraso, ignorância e limitação. Desta comparação, um bom exemplo é Marcovaldo, obra de Italo Calvino (1994), que, de forma cômica, expressa o desejo da vida no campo ao invés da singela vida de um operário rústico na cidade.

Mas o próprio Williams, para quem esta oposição é chamada de ficção, desvenda o objetivo implícito nessa comparação. "... era precisamente neste ponto que a ficção de 'cidade e campo' era útil: para promover comparações superficiais e impedir comparações reais" (WILLIAMS, 1990, p.79).

Mariane, analisa os efeitos da revolução industrial sobre as cidades, inclusive, garantindo sua supremacia sobre o campo. "A cidade se torna a nova protagonista da vida das nações, enquanto, no seu interior, pode se ler a soma de transformações e tensões provocadas pelas suas novas dimensões e funções" (1986, p.4).

As novas dimensões tomadas pela cidade parecem irreversíveis. Suas conseqüências são sintetizadas na definição do termo cidade-conceito dada por Certeau, onde esta se define como "... o lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções, mas sujeitos sem cessar enriquecidos com novos atributos: ela é a maquinaria e o herói da modernidade" (1999, p.174).

Mas a questão é controversa. Dizer que uma cidade existe é dizer muito e, ao mesmo tempo, não dizer nada ou quase nada, mesmo que a tenhamos ali bem diante dos olhos. É dizer tudo de forma sintetizada, ela existe. E é não dizer quase nada, porque a materialidade por si só não traduz as relações que lhe dão conteúdo.

A paisagem de uma cidade pode seduzir pelo prazer de contemplar cores e formas variadas. Nesse sentido, a cidade é síntese. Mas ler uma cidade em sua totalidade significa

muito mais que isso, ou seja, é deparar-se com uma complexa teia de relações, é entender a cidade como sistema³⁷.

Para lê-la, é preciso descer até seu chão, pisar, cheirar, falar, enfim, vivê-la. Então começam a se desvendarem os misteriosos fatos que lhe dão densidade. Seus moradores ao se relacionarem cotidianamente entre si, e para além dali, animam aquele arsenal de construções, dão-lhe a vida, criam os lugares. No contato com a cidade é que se revelam suas estranhezas. “O que torna a cidade habitável não é tanto sua transparência utilitária e tecnocrática, mas antes a opaca ambivalência de suas estranhezas” (CERTEAU e GIARD, 1998, p.191).

Pisar a terra firme da cidade é deparar-se com seres e movimentos. Assim, o vai-e-vem de pessoas, moradores ou não, trabalhadores, desempregados, pedintes, turistas, bem como a oposição barulho e silêncio, tristeza e alegria, luz e escuridão revelam que a cidade não é, nem poderia ser, somente o conjunto de ruas e construções.

Do silêncio quebrado pelo som de animais domésticos, crianças pulando na escola ou na praça, o carro de propaganda, o sistema de transporte, o vendedor ambulante, a sirene do carro de polícia, ou da ambulância, um tiro na noite, cada um anuncia um aspecto diferente do cotidiano da cidade e, juntos, anunciam que aquele conjunto captado pela visão é tão pouco diante da vastidão de relações que animam a cidade.

Lugar de segurança e de medo, proibições e permissões, que dá guarida aos mocinhos, mas também aos vilões. Será isso um grande senso de justiça? Não. Ela não faz distinção entre os seus, mas a contradição é vivida dia e noite nas ruas e nos monumentos³⁸. Não descer à terra firme é perder de vista o bonde da história e restringir-se ao superficial achando que isso explica o todo. “Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada” (CERTEAU, 1999, p.171).

³⁷ Santos (1979) propõe que, nos estudos sobre cidade, esta deva ser vista como sistema. Isto obriga a que se repensem as teorias até então dadas como referência nesses estudos, tais como a teoria christalleriana e dos pólos de crescimento. Para esse autor, a sugestão é de que, na cidade, seja pensado o que se chama de subsistemas do sistema, ou seja, um circuito superior ou moderno e um circuito inferior da economia. Segundo o autor, isto constitui uma forma de estudar a cidade em toda a sua abrangência e não apenas em parte como era o hábito. “A análise da economia e, em sua esteira, a análise geográfica, durante muito tempo, confundiram o setor moderno da economia urbana com a cidade inteira” (SANTOS, 1979, p.16). Outros autores, como Smith (1996), Pumain (1997) e Corrêa (1997), também entendem a cidade como sistema e a necessidade de que seja estudada por inteiro. Corrêa, da mesma forma que Pumain, coloca em discussão a teoria dos lugares centrais. Seu objetivo, todavia, não é apenas renegar essa teoria, mas, antes, atentar para o que ela pode contribuir com o debate, logo se propõe a recuperá-la. O desaconselhável, segundo esse autor, é adotá-la como verdade absoluta, quando esta já se mostrou, conforme na análise de Santos, confundir o circuito moderno da economia como sendo a análise da cidade inteira.

³⁸ Preferimos o termo monumento para resumirmos a designação de prédios, casas, etc; ao invés de construção por entendermos que a rua é também uma construção, tanto material quanto simbólica e assim evitamos a redundância.

A cegueira pode também ser caracterizada como mediocridade. O dedo aponta para a cidade e, ao invés de olhá-la, olhamos para o dedo. Se aprendermos a olhar, aí então mudamos o sentido das coisas e uma outra paisagem se oferece à contemplação. A cidade que antes era considerada vazia passa a ter significado. É o sentido de lugar que está sendo desenvolvido. “A paisagem da cidade moderna é, pois, uma colagem de tradições locais, referências históricas e alusão típica do lugar” (SMITH, 1996, p.262).

Uma vez que o urbanismo, como aponta Smith, tem componentes tanto culturais quanto econômicos e políticos, a cidade torna-se importante para pensarmos a teoria social. “As cidades estão saturadas de simbolismo, são reproduzidas e recriadas na mente do público e fortemente fixadas nas culturas políticas que determinam a política pública” (SMITH, op.cit, p.265).

É aí que a cidade se revela como um lugar. A densidade de símbolos, reflete uma afetividade dos seus moradores ou mesmo daqueles que apenas a contemplam. Todavia, já foi dito, a cidade como lugar comporta outros lugares, numa sucessão de escalas como os bairros, a casa, a rua, um monumento. Novamente argumentamos com Smith, que “são mais precisamente as pessoas que criam as cidades, incutindo-lhes um simbolismo e significado social” (1996, p.264).

Relph (1987), em seu trabalho sobre a paisagem urbana moderna, mostra como em período de um século a aparência das cidades evoluiu até o que temos no presente. Uma paisagem racional e artificial, como admite, porém isso significa ser intensamente humana. A fala de Relph evidencia que essa constituição traduzida na paisagem urbana, ao tempo em que desempenha a função de seduzir uma clientela de consumidores, como mostrou Agnew (1987), é, também, a construção do lugar. “An expression of human will and deeply imbued with meaning, though it is sometimes hard to remember this”³⁹ (RELPH, 1987, p.10).

A imagem da cidade, contudo, não é a cidade, embora constitua um instrumento de poder conforme a fala de Raffestin (1993) sobre a imagem do objeto. A imagem pode ser o simulacro do objeto, da cidade, mas não a cidade em si. A confusão entre ambos, imagem e objeto, promove uma camuflagem da realidade. Uma camuflagem também intencional que, voltando às palavras de Williams, garante apenas comparações superficiais e impede comparações reais.

Romper a barreira que dificulta uma comparação real não significa, de forma alguma, abolir imagens. Elas cumprem um papel, ao refletirem um padrão de poder. Deste

³⁹ Uma expressão do desejo humano, e profundamente imbuída de significado, embora seja às vezes difícil lembrar disto.

modo, é preciso entender que as construções simbólicas cujas formas criam uma visão sedutora, formam a paisagem cultural, no sentido dado por Rowntree e Conkey (1980).

Cosgrove (1993), oferece elementos para pensarmos na imagem como fruto das relações sociais. Ele diz que a paisagem denota uma forma de significação humana. Segundo sua compreensão, a cena visível, ou seja, as imagens com suas representações, são consideradas elementos constitutivos de complexos processos, individuais e sociais, em que os seres humanos transformam continuamente o mundo natural em ambiente cultural de significado e experiência vivida.

Como reflexo das relações sociais, a paisagem urbana exhibe imagens de lugares. Neste sentido, a afirmação de Souza, corrobora com essa afirmação quando diz: “enquanto lugar, o espaço transcende sua condição meramente objetiva de suporte material para o existir humano... reaparecendo em um plano conceitualmente mais elevado: materialidade dotada de significado, parte da experiência humana” (1997, p.23). Essa materialidade simbólica é dada à contemplação por meio de imagens sedutoras e, muitas vezes, imbricadas de conteúdo ideológico. Isso facilita que o espaço seja fragmentado e vendido em parcelas.

A cidade reúne uma sucessão de lugares. No seu íntimo, ela também é um lugar. Suas imagens evidenciam uma série de relações das quais é palco. Mas há muito de sua realidade, de seu cotidiano, que não se mostra na imagem. É neste sentido que indicamos aqui o que chamamos de descer à terra firme como forma de desvendar esse misterioso, porém fascinante lugar de lugares.

É com base nesse entendimento que evocamos o lugar como forma de compreender o que é, de fato, reconstruir uma cidade. Quanto às especificidades do lugar, elas não se confundem com isolamento. Uma pequena cidade, como Nova Ponte, por exemplo, com suas características singelas, às vezes rústicas em demasia, está envolta por um processo que vai além da escala local.

2.2.3 OS GRANDES PROJETOS E TRANSFORMAÇÃO NO SENTIDO DE LUGAR: A ESTRATÉGIA DO DISCURSO

Nesta etapa do trabalho, procuramos refletir sobre o papel do Estado no processo de execução de grandes projetos bem como os efeitos dessa decisão na organização do espaço, com o intuito de compreender como um processo de transformação, provocado por essas decisões, pode alterar, profundamente e para sempre, o sentido de lugar.

Pretendemos com esta abordagem evidenciar as estratégias utilizadas por grupos que se encontrem em condições de poder para garantir a realização de grandes projetos. Particularmente, pensa-se sobre o uso do discurso, uma vez que este tem sido o modo mais eficaz de convencimento de moradores historicamente situados em local tomado como prioritário para desenvolvimento de um projeto.

Já chamado por Bourdieu (1989) de violência simbólica, o discurso tem sido o grande trunfo usado para garantir o desenvolvimento dos grandes projetos. Quando um grupo pretende realizar um empreendimento, e se depara com algumas barreiras que o dificultam, é comum utilizar estratégias que garantam sua execução.

O apelo ao discurso, conforme aponta Bourdieu, tem servido aos grupos que estão em posição de poder como instrumento de dominação, conseguindo, por meio dele, impor inclusive tomadas de posições ideológicas. No caso do setor elétrico, o discurso é marcado por uma acirrada defesa da execução dos projetos. Assumindo a perspectiva do progresso, os porta-vozes desses empreendimentos propagam a idéia de que as barragens são a solução para as áreas onde estão projetadas.

Em Nova Ponte, as transformações no espaço foram fortemente influenciadas pela execução de grandes projetos, como temos mostrado ao longo deste trabalho. Para a modernização do campo, pregou-se a necessidade de modernizar as áreas de cerrado sob o discurso de que eram improdutivas. Em outro momento, a execução do projeto da hidrelétrica fazia com que os moradores acreditassem que seriam arrancados de uma condição de vida estagnada no tempo como era aquela em que se encontravam.

Para o Estado brasileiro especificamente, o apelo ao discurso como instrumento de poder tem sido uma estratégia que até aqui cumpriu seu papel. Com esta estratégia, o Estado tem garantido a extraordinária expansão do seu parque de usinas hidrelétricas. Da mesma forma também têm sido transformados ambientes construídos histórica e afetivamente; tem ocorrido a inundação de milhares de quilômetros de terras férteis, além da destruição de ecossistemas, deslocamento de milhares de moradores; mas, acima de tudo, o Estado tem conseguido se destacar como grande produtor de energia hidrelétrica.

“Para o setor elétrico o que importa é a relação custo benefício de seu plano” (VAINER & ARAÚJO, 1990, p.20). Mas, muitas vezes, os moradores podem representar uma ameaça à execução do projeto ou mesmo podem provocar uma elevação dos custos além do previsto. A opção pelas hidrelétricas define a ascensão de grupos privilegiados ao poder, os quais, assim que conseguiram o controle da situação política no País, trataram de garantir o

acúmulo de capital em seu poder. “A ‘opção’ que nos impuseram foi a mega-eletricidade...esta ‘opção’ resultou, até aqui, em mega-barragens” (SEVÁ FILHO, 1990, p.17).

Essa opção justamente num período de ditadura militar, talvez o mais crítico da história do Brasil, permitiu ao País destacar-se como grande produtor de energia hidrelétrica. As grandes obras começaram a se difundir por todo o território nacional, cada uma com suas particularidades, mas, em todos os casos, o uso do discurso tem se tornado uma estratégia comum como forma de convencer os moradores de locais escolhidos para a implantação desses projetos.

No empenho de realizar a obra, o setor toma a atitude de usar o discurso para criar expectativas de progresso nas pessoas e manter a desinformação para que os moradores fiquem alheios aos reais objetivos. “O progresso é uma palavra mágica que destrói todo e qualquer argumento, fonte de legitimidade quase que inesgotável” (VAINER & ARAÚJO, 1992, p.80), ao passo que a desinformação é usada de forma mais cautelosa.

As informações, quando são repassadas, são desprovidas de conteúdo, deixando mais dúvidas do que esclarecimentos. Assim, geram um mal-estar entre os moradores por não conseguirem projetar as conseqüências do empreendimento. A recusa às propostas do setor elétrico é interpretada pelo discurso como um efeito da ação de “adversários do progresso e da modernização da sociedade brasileira” (VAINER E ARAÚJO, 1990, p.23). Nesse contexto, podemos afirmar, conforme Gonçalves (1990), que a modernização nos termos propostos pelo setor elétrico tem sido uma modernização autoritária.

A história da construção de hidrelétricas normalmente tem sido escrita sob trama semelhante. Por intermédio do discurso, nega-se a relação afetiva do morador com seu espaço. Isso fica evidente quando a empresa propõe-se a indenizar somente as benfeitorias. Por outro lado, deslocam-se milhares de moradores, anunciando a sua modernização, bem como a da sua região. Interrompe-se um cotidiano, do homem, do lugar. Criam-se outros cotidianos, do mesmo homem, mas em outro lugar. A história não mais será a mesma.

Novamente indicamos que é preciso entender que o contexto em que se produzem as mudanças em conseqüência de grandes projetos deve ser pensado tanto sob o ponto de vista material quanto do seu efeito sobre as pessoas. Neste segundo caso, devemos considerar aquilo que tem um significado para as pessoas, mas que muitas vezes tem sido rotulado como atraso de vida.

É neste sentido que, tendo em vista o conjunto de mudanças percebidas no espaço novapontense, esta pesquisa se ocupou de refletir sobre o que isto significou para os moradores da cidade e em como a execução de grandes projetos pode também alterar o

comportamento social dos moradores. A casa, a rua, a praça, a igreja, o cemitério, enfim, os símbolos com os quais os novapontense se identificavam – e que os identificavam – foram submetidos a um rápido processo de destruição. Isso, por seu turno, não poderia deixar de ser acompanhado por um sentimento afetivo que induz à idéia de perda.

Sua reconstrução não deve ser considerada apenas do ponto de vista físico, ou seja, a reconstrução de casas e ruas, como já assinalamos anteriormente. A monumentalidade não representa, *per si*, o modo de viver dos moradores. A reconstrução de uma cidade destruída por exigência da execução de grande projeto como uma hidrelétrica, só será completa se for fruto de uma história vivida e experienciada, cotidianamente, pelo grupo.

Esta reflexão representa um esforço pelo entendimento das complexas tramas que envolvem o espaço. É o que pretendemos nas páginas seguintes, ou seja, mostrar com base no caso específico de Nova Ponte, como era a vida na cidade velha, ou nesse espaço herdado, que foi histórica e simbolicamente construído, e sua destruição em razão da opção pela execução do projeto da hidrelétrica. Em seguida, discutiremos o significado do empreendimento denominado Usina Hidrelétrica de Nova Ponte e finalizaremos tratando do espaço da cidade nova, ou o espaço projetado para garantir a implantação do projeto.

CAPÍTULO III: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SIMBÓLICA DE NOVA PONTE E O PROCESSO DE RUPTURA

3.1 A CIDADE VELHA: UM ESPAÇO HERDADO

A cidade de Nova Ponte situa-se no Estado de Minas Gerais tendo se originado de dois núcleos: o Arraial de São Miguel da Ponte Nova, pertencente ao Município de Sacramento, situado na margem esquerda do Rio Araguari; e o Arraial de São Sebastião, pertencente ao Município de Monte Carmelo, na margem direita do mesmo rio. (MINAS GERAIS, 1985).

O Arraial de São Miguel surgiu em torno da capela de São Miguel, em terras doadas por fazendeiros. O Arraial de São Sebastião teve uma história semelhante: cresceu em torno da capela de São Sebastião, também em terras doadas por fazendeiros. A Lei Provincial nº 1906, de 19 de julho de 1872, criou o Distrito de São Miguel da Ponte Nova.

A Lei Estadual nº 843, de 7 de setembro de 1923, alterou o nome do distrito de São Miguel da Ponte Nova para Nova Ponte, ainda pertencendo ao Município de Sacramento. O Decreto-lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938, cria o Município de Nova Ponte (SILVA, 1995, p.61 - 62).

A partir da sua emancipação, o município passou a contar com o distrito-sede composto pelas áreas de São Miguel e o Distrito de São Sebastião que então se definiram como bairros. Mesmo tendo sido emancipada politicamente do Município de Sacramento em 1938 e elevada à categoria de município, com um distrito-sede, Nova Ponte assemelhava-se mais a um bairro rural, conforme definido por Queiroz⁴⁰, do que a uma cidade. Porém, é essa autora quem diz que “todavia, toda sede de município é por definição, no Brasil, uma cidade” (1973, p.219).

⁴⁰ “Os bairros rurais se organizam como grupos de vizinhança, cujas relações interpessoais são cimentadas pela grande necessidade de ajuda mútua, solucionada por práticas formais e informais, tradicionais ou não; pela participação coletiva em atividades lúdico-religiosas que constituem a expressão mais visível da solidariedade grupal; pela forma específica de ajustamento ao meio ecológico, através do trabalho da roça, executado pela família conjugal como unidade econômica e utilizando técnicas rudimentares; pelo exercício do comércio de parte dos gêneros obtidos com a lavoura ou com a criação, como um meio de permitir a aquisição de objetos e mercadorias fabricadas na cidade; pela interdependência visível entre o grupo de vizinhança e núcleos urbanos, locais e regionais, para os quais se dirigem os lavradores, seja para vender seus produtos e comprar mercadorias, seja em romarias religiosas, seja para tratar das poucas atividades administrativas e políticas que estão ao seu alcance”. (QUEIROZ, 1973, p.195)

O caráter religioso que deu origem ao arraial se assemelha à fundação de um patrimônio, conforme definição dada por Monbeig (1984)⁴¹ sobre o povoamento em São Paulo e na região Sul do Brasil. Mas, no caso de Nova Ponte, ainda que o arraial tenha sido elevado à categoria de município, o seu desenvolvimento parecia estagnado no tempo.

A presença do Rio Araguari isolava os dois bairros, os quais mantinham relações mais estreitas com suas antigas cidades-sedes. Em 1858, foi construída uma ponte de madeira sobre o rio, quebrando o isolamento entre ambos, segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1959, p.195).

A ponte de madeira foi construída por um morador do local que, por isso, ganhou o direito de cobrar pedágio pelo seu uso. Em 1904, essa ponte ruiu, e, somente em 1908, foi construída uma nova ponte cujas estruturas metálicas foram importadas da Holanda, pelo governo de João Pinheiro. A partir de então, isentavam-se as pessoas do pagamento de pedágio.

A infra-estrutura urbana de Nova Ponte sempre foi extremamente precária. Ela era caracterizada por ausência de redes de esgoto; poucas linhas telefônicas; inexistência de água tratada e, no campo da saúde, não havia hospital nem postos de saúde. Essa carência quanto aos serviços de saúde às vezes era contornada pela existência de apenas uma farmácia, o que parecia suficiente, pois as tradições culturais faziam crer que nenhum remédio pudesse ser melhor do que as benzeções⁴² realizadas, normalmente, pelas pessoas idosas.

As famílias viviam basicamente do trabalho no campo. Às vezes como pequenos produtores que produziam para seu sustento. Como forma de complementar o estoque de alimentos em casa, as pessoas tinham o hábito de, em grupos, irem para a cata de arroz, feijão e milho, que consistia em aproveitar os restos desses produtos que eram desperdiçados durante a colheita⁴³.

⁴¹ “Fundar um patrimônio é prática antiga no Brasil. Até o final do último século era um ato de caráter religioso. O fundador dava uma parcela de terra a um santo e ali fazia construir uma capela. As pessoas fixavam ao redor da pequena igreja, aproveitando da gratuidade dos terrenos ou, de qualquer forma, do pagamento medíocre que o Padre lhe viesse pedir... da tradição religiosa, conservou-se o hábito de elevar uma cruz na clareira destinada à construção da cidade. Essa é uma ocasião de grande festa, de que o loteador fará o maior alarde possível, convidando os personagens importantes da região. Terminadas a festa e a bênção da cruz, tudo se passa como em um loteamento urbano qualquer” (MONBEIG, 1984, p.235 - 236).

⁴² A crença na benzeção, prática ainda presente entre poucas famílias em Nova Ponte, substituía um acompanhamento médico. Benziam até picada de cobra ou de escorpião; queimaduras e fraturas, mesmo em animais; benzia-se para cortar o medo de criancinhas dando seus primeiros passos, para que pudesse andar com segurança; mau olhado, ventre virado, fogo selvagem, entre outras.

⁴³ Somente a partir dos anos de 1970, com a expansão da fronteira agrícola para as áreas de cerrado, surgiu no município uma nova relação de trabalho, o assalariado rural, normalmente chamado de bóia-fria, que iria mudar profundamente os hábitos dos moradores.

Comumente, as mulheres retiravam do cerrado os feixes de lenha que seriam usados em fornalhas para cozimento dos alimentos e aquecimento da água para o banho de bacia. A água era retirada de cisterna; às vezes, uma única cisterna abastecia até dez famílias. Em muitos casos, esses poços eram perfurados bem próximos às fossas sépticas.

Sob vários aspectos, era possível comparar a cidade com um bairro rural. Assim como na área estudada por Queiroz, Santo Antônio do Pinhal, a cidade de Nova Ponte apresentava, no conjunto de suas características, a semelhança com esses bairros. O parentesco unia uma importante parcela dos moradores; o grupo era pouco diferenciado hierarquicamente, e o fator econômico parecia relegado a um segundo plano, quando se pensava nas diferenças de posições sociais.

Também semelhante a Santo Antônio do Pinhal, na pacata Nova Ponte, a relação de compadrio surge como reforço do parentesco. Os pais faziam menos questão de registrar seus filhos do que batizá-los e crismá-los. “O batizado é de fato o seu reconhecimento social e por assim dizer a sua aquisição de personalidade...” (CÂNDIDO, 1971, p.244). Segundo esse autor, referindo-se à sociedade caipira, o batismo estabeleceu um dos vínculos mais importantes nesse tipo de sociedade, que é o compadresco, o subsequente compadrio⁴⁴.

Esses hábitos foram percebidos em Nova Ponte até a década de 1970, quando começou a declinar a sua incidência. Portanto, acreditamos que sobre a cidade velha é justificável questionar o seu *status* de cidade ou se não se tratava de um bairro rural. Da mesma forma ainda era possível compará-la a uma sociedade camponesa, como definido por Mendras (1978), a qual se caracteriza pela organização que soube estabelecer no quadro e nas condições que lhe oferecia a natureza.

O Rio Araguari sempre constituiu uma referência para os moradores de Nova Ponte. Além da pesca, as enchentes nos períodos chuvosos também atraíam muitas pessoas: algumas para contemplar a fúria do rio, outras para, com o auxílio de linha e anzol, puxar para a

⁴⁴ Ao risco de uma criança morrer pagã, associado à devoção dos pais, todo recém-nascido era batizado com até 20 dias do nascimento, como afirma Cândido. No sétimo dia, nenhuma criança podia ser visitada para evitar que se pegasse o chamado mal do sétimo dia. Na verdade, este era o período em que se manifestava o tétano umbilical, que levava muitos recém-nascidos à morte. Após o batismo, diziam que as obrigações estavam cumpridas. Cada criança passava a ter três padrinhos na igreja e mais nove padrinhos de fogueira. O ritual do batismo de fogueiras era parte integrante de outro ritual: as fogueiras no mês de junho, em homenagem a Santo Antônio em 13/06, São João Baptista em 24/06 e São Pedro em 29/06. Um orador, também chamado de tirador, cumpria o papel de Padre fazendo o batismo. Para cada fogueira, a criança passava a ter mais três padrinhos diferentes, parentes ou não. Aí também as mulheres grávidas não iam a hospitais para acompanhamento pré-natal nem para dar à luz. Era comum serem ajudadas por parteiras, o que também estabelecia outro tipo de relação de parentesco. A parteira passava a ser respeitada como avó daquele que ajudou a nascer e este deveria sempre lhe pedir a bênção. Outro caso que definia um tipo de parentesco é que nos primeiros dias após dar à luz, a mãe costumava não ter leite suficiente para amamentar o filho. Neste caso, buscava outra mulher que já estava amamentando para alimentar a criança recém-nascida e esta então passava a ser considerada como a mãe-de-leite, e as duas crianças consideradas irmãs-de-leite.

margem enormes quantidades de madeiras que seriam utilizadas como lenha em casa ou para serem vendidas. Até a década de 1970, o chamado fogão caipira, o fogão de lenha, era usado, praticamente, em todas as residências da cidade⁴⁵.

A divisão da cidade pela presença do Rio Araguari já havia consolidado aí um jeito próprio de se localizar como do lado de lá ou do lado de cá do rio. Pertencer ao lado de lá ou de cá era indicação para se saber se era morador de São Miguel ou de São Sebastião. O lado de cá, para quem estivesse em São Miguel, era composto pelo Bairro São Miguel que era a área central, o Bairro do Rosário e o Bairro Alto São Francisco. O lado de lá, por sua vez, era composto pelos Bairros São Sebastião e São João.

Desde outrora, na cidade velha, essa divisão determinava uma certa rivalidade entre os moradores dos dois lados, sendo atribuídos vários estigmas aos moradores de um lado pelos moradores do outro. Essa rivalidade, já tradicional no cotidiano daqueles moradores, se manifestava durante as festas religiosas, os jogos de futebol ou qualquer outro tipo de comemoração que reunisse pessoas dos dois lados da cidade.

Mesmo nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, em que os estudantes do lado de São Sebastião tinham, necessariamente, de se dirigir para o lado de São Miguel para estudar, era comum o ato de insinuações de superioridade dos moradores de São Miguel sobre os moradores de São Sebastião. A vingança era questão de tempo, ou de pouco tempo. Quando em São Sebastião se realizava um evento que atraía a presença do morador de São Miguel, certamente haveria confusão.

Às vezes, rapazes de um lado que ficavam encantados por moças do outro lado preferiam não concretizar o namoro, por puro medo de penetrarem no território do outro e se tornarem vítimas de vingança. Quando o faziam, era sempre em grupos que iam para o outro lado e, chegando lá, cada um ia para a casa da namorada. Contudo, já acertavam antes o horário de voltar para casa, a fim de que se encontrassem e voltassem em grupo.

Na cidade velha, a denominação pejorativa dos bairros refletia a visão que os moradores tinham principalmente sobre as pessoas que habitavam em outros bairros. O lado de São Sebastião, por exemplo, recebia três denominações, que retratavam o modo como as pessoas de São Miguel o viam: Três Moitas era o nome que se dava ao Bairro São João, pelo fato de que naquela área havia três concentrações de casas bem visíveis que eram denominadas de as três moitas de casas; Mangueira também era um nome pejorativo atribuído ao Bairro São Sebastião, em função do grande número de mangueiras ali plantadas; e o Cata-

⁴⁵ Sobre a importância do rio Araguari, para os moradores de Nova Ponte, nós trataremos ainda neste capítulo.

osso, que era uma extensão do Bairro São Sebastião, onde as pessoas procuravam ossos de animais, com a finalidade de vender para ajudar no orçamento da família.

Como revanche, o lado de São Miguel também era chamado de Chiqueiro, e seus moradores eram chamados de porcos, pelos moradores de São Sebastião os quais diziam: “*Se somos mangueira, vocês são os porcos que vêm buscar nossas mangas para se alimentarem, e porcos vivem no chiqueiro*”.

O Bairro do Rosário era também conhecido como o Gravatá, cujo maior motivo de denominações pejorativas era o fato de aí estar localizada a Rua das Flores, que era destinada à zona de prostituição na cidade. Já o Bairro Alto São Francisco era comumente conhecido como Morro de Pedras devido à sua localização na área mais íngreme da cidade e pela total falta de infra-estrutura, com fragmentos de pedras soltas pelas ruas. Os moradores de outros bairros usavam uma expressão popular, entre eles, para se referirem às condições do bairro: “*as mulheres do morro de pedras têm as batatas das pernas grossas de tanto subir e descer morro*⁴⁶”.

Era, entretanto, a rivalidade entre São Sebastião e São Miguel que soava mais forte entre os moradores. Neste caso os bairros São Miguel, Rosário e São Francisco se uniam na rivalidade contra o outro lado, ou seja, os bairros São Sebastião e São João. O que parecia ser motivado pela presença do rio era, em verdade, conseqüência da diferença econômica entre os moradores dos dois lados. Do lado de São Miguel, concentravam-se as famílias de maior poder aquisitivo, os locais de festas, de entretenimento e, até mesmo, os locais de trabalho para significativa parcela dos moradores de São Sebastião.

Em São Sebastião, a infra-estrutura era ainda mais precária. Não havia sequer uma rua que fosse pavimentada. Por isso, as rajadas de poeira, com o movimento de carros, chegavam a colorir de tom marrom avermelhado os telhados das casas, as copas de árvores e outras vegetações existentes nas margens. Não havia água tratada ou rede de esgoto. Poucos moradores tinham telefones e, menos ainda, tinham carros. Era comum que os moradores de São Sebastião quando fossem trabalhar, passear ou mesmo estudar, em São Miguel, fizessem isto em lombos de animais.

Na maioria das vezes, o trajeto era feito a pé e, raríssimas vezes, de bicicletas, pois a presença de uma encosta bastante íngreme, a partir do rio, impedia que se seguisse de

⁴⁶ Outros nomes eram usados para se referirem a áreas específicas da cidade, como Beco dos Aflitos que consistia em uma rua, ou uma fileira de casas, que cresceu numa margem do Bairro do Rosário, ou Gravatá; “Resfriado ou sapolândia” designava a área marginal ao Córrego dos Barros, a qual diziam que estava sempre molhada favorecendo o desenvolvimento de doenças como a gripe e também a proliferação de sapos.

bicicleta para qualquer direção; elas só ajudavam a chegar até o rio que era a metade do caminho.

A maior referência desse bairro era constituída pela igreja de São Sebastião, construída entre 1951 e 1955, por iniciativa do Padre Panfílio Van Den Bröeck e com a colaboração dos moradores, e por um casarão construído no terceiro quartel do século XIX, que já se encontrava em ruínas e ao qual estavam associadas muitas histórias imaginárias.

No Bairro São João, também eram poucos os equipamentos urbanos de importância para a coletividade. Na divisa com o Bairro São Sebastião, localizava-se a referência mais significativa que era o cemitério de São João. Nesse cemitério, eram enterrados os mortos dos Bairros São João e São Sebastião, mas também, com menos incidência, as pessoas do outro lado do rio.

Nesse bairro, localizava-se o campo de futebol do Guarani Futebol Clube, formado por atletas dos Bairros São João e São Sebastião. O campo era palco de uma outra história que tinha nele a sua base: ele era o lugar onde sempre foi realizada a festa da cavalhada. Esse evento, que, durante décadas, reuniu grande número de moradores de toda a cidade, sempre aconteceu no mês de junho, sendo uma homenagem a São Benedito. Os primeiros registros desse acontecimento em Nova Ponte datam de 1946.

Os moradores e nem mesmo os organizadores da festa sabem explicar a origem do evento na cidade. Sabe-se que ela é uma festa herdada de outros locais da região, mas não há registro sobre o seu começo em Nova Ponte. A realização da festa, embora uma vez por ano, no dia de São Benedito, talvez pudesse ser considerada como a maior representatividade do Bairro São João no contexto urbano de Nova Ponte. A participação no evento era exclusivamente de moradores da cidade e, nesse caso, de toda a cidade⁴⁷.

Do outro lado do rio, estavam os Bairros São Miguel, Nossa Senhora do Rosário, ou simplesmente Rosário, e o Bairro Alto São Francisco, ou apenas São Francisco. Eles eram contínuos, mas bem delimitados pela presença de objetos geográficos como o Córrego dos Barros, que dividia São Miguel e Rosário. O São Francisco se definia claramente por se localizar em uma encosta bastante íngreme.

Desde outrora, o Bairro São Miguel concentrava em seus limites a maior parte dos equipamentos urbanos de maior importância para os moradores. O mais significativo desses equipamentos sempre foi a Igreja Matriz de São Miguel. Ela representava um traço da história

⁴⁷ Voltaremos a falar da cavalhada no capítulo IV desta tese, quando esta será pensada em relação a mudança para a cidade nova e também em relação a outra manifestação criada na cidade que é a EXPONNOVA. Esse fato mudou o sentido da festa e merece ser destacado na análise das mudanças ocorridas no espaço com a construção da hidrelétrica.

de tantos que ali se casaram, batizaram seus filhos e netos, crismaram, fizeram a primeira comunhão e outros rituais católicos. A enorme estátua de São Miguel, esculpida na torre da matriz, era reverenciada pelo cristão com o sinal da cruz a primeira vez que a via, a cada dia. Também era contemplada por olhos atentos, principalmente de crianças, como se perguntassem como alguém fora capaz de tamanho feito.

Outros equipamentos, nesse bairro, também contribuía com a aparente condição de superioridade, tanto do bairro quanto de seus moradores, em relação aos demais. Encontravam-se aí a sede da Prefeitura, a cadeia pública, os correios e telégrafos, serviços de telefonia, posto de saúde, a única construção destinada aos serviços de pensão e hotel, cinema (na década de 1950), serviços de banco como Lavoura (1940), Bamerindus (1977 – 1984), Brasil (1987) – além de escolas e da única indústria instalada na cidade que era a cerâmica São Miguel.

No Bairro do Rosário, estavam localizados poucos equipamentos, mas, pela sua proximidade em relação ao centro, a condição de superioridade proclamada por muitos moradores de São Miguel assumia, nesse caso, outras feições. O cemitério do Rosário, ou de São Miguel, constituía a referência mais importante na vida cotidiana dos moradores em relação ao bairro. Todavia, era a existência da zona de prostituição, na Rua das Flores, que fazia com que os moradores e o bairro, por vezes, se tornassem alvos de depreciações.

Quanto ao Bairro São Francisco, apenas a capela construída em homenagem ao seu santo padroeiro constituía uma referência comum. Nos seus limites, estavam também a sede do campo de futebol do Rosário Central, o campo da Associação Atlética Novapontense e o Terminal Rodoviário construído em 1985. Entretanto, como esses equipamentos se localizavam numa área intermediária entre esse bairro e o São Miguel, freqüentemente eles eram referidos como pertencendo ao Bairro São Miguel⁴⁸.

A sociabilidade na cidade velha estava mais associada aos dias de sábado à noite, domingos e feriados quando se viam mais pessoas nas ruas. Nos dias de semana, elas estavam ocupadas no trabalho, mais comumente na zona rural como trabalhadores volantes, e, por causa disso, as ruas estavam sempre vazias e isoladas.

Nos dias de folga os bares se enchiam; também as casas de forrós, como a sede do clube da Associação Atlética Novapontense, o qual era palco de bailes freqüentados, principalmente, pelos mais jovens; festas nas igrejas, como homenagens aos santos

⁴⁸ O livro Memória Histórica de Nova Ponte, elaborado por iniciativa da CEMIG, serviu como referência nessa parte de descrição dos equipamentos urbanos conforme se distribuía na cidade velha, por bairro. Essa obra, escrita em oito volumes, constitui um documentário sobre a trajetória de Nova Ponte, e de seus moradores, até a grande mudança advinda com a construção da hidrelétrica.

padroeiros, e, de longa distância, era possível ouvir as músicas tocadas na zona de prostituição, anunciando que o movimento era mais intenso, como em toda a cidade.

Nos domingos, era o rio que atraía grande número de pessoas de Nova Ponte e de cidades vizinhas para a pesca. Nos períodos de piracema, quando os peixes nadavam numa trajetória contra as águas correntes para a desova, o movimento era ainda mais intenso. Em pouco tempo, podia-se pescar grandes quantidades de peixes⁴⁹.

O Salto, como era chamada uma área do Rio Araguari onde era mais comum o ato da pesca, ficava repleto de pescadores, ou apenas de expectadores, os quais para ali se dirigiam para verem o espetáculo promovido pelos peixes que saltavam fora d'água, na tentativa de subir rio acima, mas se esbarravam com a chamada Cachoeira do Salto que os impedia de continuarem no percurso.

Algumas pessoas se arriscavam a nadar nas águas turbulentas do rio. Mas havia muitas mortes por afogamento lá. Mesmo assustados, quando acontecia um fato sinistro, era no Salto que as pessoas se reuniam, onde as diferenças entre as pessoas de bairros distintos se desfaziam ou onde elas não constituíam objeção à convivência.

Assim a história de Nova Ponte e de seus moradores foi sendo construída. Uma cidade provinciana, rústica em demasia, mas muito receptiva e aconchegante, conforme seus moradores se orgulhavam de defini-la, cresceu lentamente, tendo chegado ao ano de 1950 com uma população total de 7.950 moradores, mas continuou sendo uma pequena cidade, a cidadezinha dos novapontense.

Nova Ponte era uma cidade acolhedora, segundo diziam seus moradores que a reconheciam como um espaço seguro. *"Aqui todo mundo é parente, aqui todo mundo é conhecido, afirmam com satisfação os mais velhos"* (COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS, 1990, V. 3). O fato de proclamarem que ali todo mundo era conhecido criava também uma forma própria de se localizarem. Não sabiam nomes de ruas, e sim de moradores. Da mesma forma, os estabelecimentos comerciais eram identificados pelo nome de seus proprietários.

Ao longo de ruas, nas margens da cidade, cresciam fileirinhas de casas aqui e acolá. Não havia planejamento algum. Sempre disformes, mas, com o passar do tempo, cada fileirinha daquelas passava a ter sua identidade e quase formava um pequeno bairro, como era o caso do beco dos aflitos do qual já se falou aqui.

⁴⁹ Consideramos importante lembrar que, nesse caso, tratava-se de um procedimento ilegal, ou seja, a pesca predatória no período de piracema. Todavia, sendo facilitado pela falta de fiscalização, esse hábito era muito freqüente em Nova Ponte.

Se na velha cidade a maioria das pessoas vivia principalmente do trabalho na roça até início dos anos de 1970, essa situação começa a se modificar a partir desse momento. As pessoas chegaram à década de 1980 tendo passado por profundas transformações no lugar; mas, acima de tudo, tendo desenvolvido laços de afetividade marcantes entre seus membros. Mas, nesse período, uma outra grande transformação estava para se iniciar. Aquela paisagem começa a perder o tom bucólico ao ver erguer, ao fundo, o canteiro de obras da CEMIG⁵⁰, conforme revela a figura 2, na seqüência de fotos 1A a 1D.

Mais adiante, ergue-se também a vila residencial para receber o enorme contingente de trabalhadores barrageiros. A ponte, símbolo da cidade, caiu em função da maior enchente no Rio Araguari. Maior, porque o desvio do rio à jusante, onde seria construída a barragem, não dava vazão a toda a água, o que fez subir bastante o seu nível.

Os olhos atentos do morador novapontense acompanhavam a mudança no ritmo da cidade. O intenso movimento de carros, de pessoas estranhas e de máquinas anunciavam que era chegada a hora, era chegada a hidrelétrica. Os ouvidos também testemunhavam o fato. As bombas explodiam as rochas e faziam tremer a terra e as estruturas. Com isso elas não deixavam ninguém esquecer que o velho boato de construção de uma barragem agora se concretizava. Um comércio despreparado se vê diante do aumento do consumo, inclusive, de novos produtos. “O povo na sua maioria evadido ressentia-se do inevitável: é hora de contracenar” (COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS, 1990, V. 2).

⁵⁰ O dia-a-dia do novapontense, na cidade velha, também foi apresentado de forma elucidativa no trabalho Memória Histórica de Nova Ponte, livro IV, que se refere à memória do cotidiano. Uma interessante e minuciosa descrição dos hábitos que promoveram a construção daquele lugar. O referido trabalho constitui algo a ser preservado de forma a facilitar aos seus, e às gerações futuras, o acesso aquele tempo e lugar quando uma cidade procurava formas de deixar vestígios do seu passado, ou antes, da sua existência quando já se premeditava seu fim.



Foto 1A: (Cedida por Maria Aparecida P. Torres/2003)



Foto 1B: (Cedida por Casa da Cultura/2002)



Foto 1C: (Cedida por Casa da Cultura/2002)



Foto 1D: (Cedida por Casa da Cultura/2002)

Figura 2: Fotos 1A a 1D - Vistas da Cidade Velha

Em consonância com a figura 2, aqui apresentada, já podemos visualizar um cenário de mudanças no município. Uma grande perda da cobertura vegetal original é traduzida por grandes vazios nos arredores da cidade. Essa condição pode ser percebida em praticamente toda a área rural de Nova Ponte onde as grandes plantações de café, soja e reflorestamento, promoveram uma rápida diminuição dessa cobertura original.

Mas outras transformações estavam por acontecer. Nova Ponte se tornou um palco de novas mudanças. As obras de construção da hidrelétrica, entre 1988 e 1993, atingem seu auge em 1990. A oferta de emprego e absorção de mão-de-obra local se tornaria um fator favorável para a execução do projeto promovido pelo Estado. Se até aquele momento predominava o trabalho volante, como consequência do intenso processo de modernização do campo, a partir daí o morador experimenta uma nova relação de trabalho.

Acostumado com um nível salarial que, dificilmente, alcançava dois salários mínimos, o trabalhador novapontense teve a oferta de trabalho ampliada junto com uma melhoria significativa do nível salarial. Como as obras exigiam grande número de trabalhadores, a CEMIG construiu, a cinco quilômetros da cidade, o acampamento geral para abrigar os funcionários das empreiteiras.

O acampamento foi construído com uma infra-estrutura que superava, inclusive, a qualidade de vida da própria cidade. Com clube, restaurantes, escola, ponto de ônibus intermunicipal, ruas pavimentadas e uma boa iluminação, o acampamento era considerado uma verdadeira cidade pelos trabalhadores.

O trabalhador novapontense, agora empregado em uma das empreiteiras, também podia ir morar no acampamento. Esse fato contribuiu para uma melhoria ainda maior da renda familiar, pois era comum o trabalhador proprietário de imóvel na cidade alugar sua casa, com aluguéis também valorizados, e ir morar no alojamento da CEMIG.

A cidade de Nova Ponte tornou-se um cenário de contraditórias ações, suporte das decisões e campo das estratégias. Estratégias de grupos no poder, com fins específicos de, nesse caso, produzir energia elétrica. Estratégias de grupos aí enraizados cujos fins são preservar seu patrimônio e garantir a sobrevivência, e assim se evidenciavam os agentes envolvidos no empreendimento Usina Hidrelétrica de Nova Ponte.

A cidade velha, que foi construída histórica e simbolicamente naquele espaço, foi inundada para a formação do reservatório da usina. Isso promoveu o que aqui chamamos de ruptura, ou seja, o fato de que tanto a cidade quanto seus moradores tiveram o curso de sua história transformado e seus símbolos foram destruídos. Os moradores perderam as referências constituídas pelas marcas definidas de vários tempos superpostos.

Em consequência daquela decisão, uma outra cidade é construída, cerca de três quilômetros dali, para abrigar os moradores da cidade velha, como passou a ser chamada. Para o estado, valendo-se do discurso da continuidade, ela é a mesma Nova Ponte que foi totalmente melhorada, uma cidade que foi “cem por cento modernizada”.

Isso constitui as preocupações que compõem o corpo desta pesquisa, ou seja, pensar acerca do que significa, de fato, reconstruir uma cidade. De acordo com nosso entendimento essa reconstrução não deve ser pensada apenas no sentido de se construir ruas e prédios, em versão moderna, ou seja, isso por si só não pode solver os efeitos de uma intervenção com tamanho poder de transformação.

As feições dissimuladas da cidade velha representavam para os seus moradores as marcas, ou antes, a herança do tempo e do trabalho na cidade em que viveram outrora. Portanto, isso nos remete à questão quanto a quais vestígios do passado reportarão ao povo a sua história? Como narrarão aos filhos e netos a história do lugar? Como o passado, expresso por sinais e coisas obsoletas na paisagem do viver cotidiano, poderia ser transportado junto às novas construções?

O tempo histórico e seus testemunhos representados por velhos casarões, paredes de taperas escoradas com pedaços de paus, telhados pretos de fumaça do velho fogão de lenha, cores profundamente desfeitas, grossos troncos de árvores nos quintais, trilhas, e não necessariamente ruas, ligando diferentes locais, tudo o que constituía os aspectos materiais do cotidiano do morador de Nova Ponte foi bruscamente transformado.

Em seu lugar surge “a mais moderna e completa cidade do país, em termos de conforto, traçado e infra-estrutura básica”, conforme declarou o então presidente da CEMIG, em matéria do jornal CEMIG Informa, edição nº 005, de 31.05.1993. Com suas ruas quase retas, cores vivas, muros-fortalezas, belas casas de telhados resinados e toda uma infraestrutura necessária a uma cidade. Além disso, uma vegetação que timidamente crescia em jardins e uma quase ausência de quintais, caracterizavam aquelas construções. Que olhos acostumados àquela paisagem inculta não hão de estranhar?

Um contexto, onde tudo se apresenta novo, cria outra visão ao expectador, seja o visitante ou mesmo o morador. “Novas ruas, novos traçados, novas localizações, levam a um caminhar por rumos diferentes” (SILVA, 1995, p.121). Uma relação de vizinhança é alterada. Aí, a relação social de vizinhança é caracterizada simplesmente pelo fato de morar perto. Esta é a definição dada e entendida pelo próprio morador novapontense.

A satisfação de algumas necessidades, como a de móveis por exemplo, suprida com parte do dinheiro da indenização, estabelece novas relações entre as pessoas com sua própria

casa. O fim das trilhas abertas entre um quintal e outro e que encurtavam as distâncias entre dois ou vários pontos, levou, na cidade nova, a uma distância maior entre os moradores. “*Aqui tudo é longe*”, dizem ao comparar as duas cidades.

Mas “onde há povo... haverá sempre uma cultura tradicional, tanto material quanto simbólica, com um mínimo de espontaneidade, coerência e sentimento, se não consciência, da sua identidade” (BOSI, 1993, p.51). Assim, acreditamos que uma leitura, *in loco*, sobre o cotidiano, nessa outra cidade e o debate sobre o lugar é que poderão revelar a verdadeira reconstrução da cidade. Todavia, a história da cidade nova tem estreita relação com a cidade velha e isso nos conduz a uma questão que pode ser caracterizada conforme a expressão utilizada por Lipietz (1988): *é o espaço projetado X o espaço herdado*.

3.2 O NOVAPONTENSE NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS

Como já dissemos no capítulo I, o Município de Nova Ponte passou por dois momentos de mudanças sócio-espaciais, os quais tiveram grande influência sobre a vida de seus moradores. Procuramos elucidar os efeitos de grandes projetos⁵¹ considerando que sua abordagem revela a intrínseca relação entre as pessoas com o espaço que, diríamos, são indissociáveis.

O primeiro desses momentos refere-se à expansão da fronteira agrícola pelas áreas de cerrado, representando uma opção nacional prioritária entre final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970. O município de Nova Ponte foi tomado como área prioritária de investimento dada a composição de suas terras ser basicamente ocupada por cerrados. Mesmo passando por uma mudança significativa nos modos de vida, os moradores ainda não podiam imaginar as conseqüências que viriam com a construção da hidrelétrica, o segundo momento de mudanças sócio-espaciais.

⁵¹ Conforme o esclarecimento feito na introdução, optou-se pelo uso do termo efeito social, ou efeito sócio-espacial, para se referir aos processos desencadeados pela execução de projetos de grande porte, aqui também chamados de grandes projetos. Esta opção se deve ao fato de entender que o termo efeito social é mais abrangente e que, por isso, é capaz de responder às questões referentes tanto às conseqüências diretas, e imediatas, da implantação de grandes projetos, quanto às questões que, embora sendo decorrentes desses projetos, não estão, todavia, contidas nos mesmos. No caso das mudanças advindas com a construção da hidrelétrica de Nova Ponte os acontecimentos mostram que seus efeitos vão além do tempo da execução do projeto e após dez anos de construção da obra, muitos outros desdobramentos ainda podem ser atribuídos a ela. Quanto aos efeitos em si, segue-se a mesma opção adotada por Sigaud (1986) sobre os efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos. A perspectiva adotada pela autora foi analisa-los, não como respostas culturais da população atingida mas, sim, como mudanças na estrutura das relações sociais na qual está inserida. No caso aqui apresentado, acrescenta-se a mudança na estrutura espacial e se afirma que ambos também são indissociáveis.

Exploramos esses fatos para termos um entendimento melhor sobre o significado das transformações do espaço na vida das pessoas e, para tanto, utilizamos estes instrumentos: a nossa dissertação de mestrado, defendida em 1995, pela Universidade de São Paulo; a revista da Fundação João Pinheiro, 1985, sobre a ocupação do cerrado; a Lei Federal 5106, de 2 de setembro de 1966, sobre incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais; a Carta do Brasil, Escala 1:100000 – Nova Ponte, 1972, que apresenta a ocupação do solo no município; e informações colhidas em campo no Sindicato dos Produtores Rurais de Nova Ponte, na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG) e, principalmente, documentos oficiais da CEMIG, consultados na sede dessa empresa em Nova Ponte.

Adotamos o procedimento de caracterização do uso e ocupação do solo no município com atenção especial à área de inundação pelas águas do reservatório da hidrelétrica. Os dados estatísticos, expressos sob a forma de tabelas, constituem importantes meios de apresentação dos resultados desta análise das mudanças em Nova Ponte nos seus diferentes momentos.

A expansão da fronteira agrícola na região do Triângulo Mineiro, na década de 1970, foi acompanhada de um efeito negativo sobre o meio natural e, conseqüentemente, sobre os pequenos produtores. Os desmatamentos significativos sobre a predominante área de cerrados deram lugar às extensas áreas de monoculturas de soja, café, milho, *pinus* e *eucalyptus* e às intensas áreas destinadas a pastagens artificiais. Isso provocou uma redução para apenas 5% da cobertura vegetal original.

A pecuarização e a capitalização das atividades agrícolas foram as mudanças mais significativas no campo, promovendo uma grande evasão populacional no meio rural, além da intensificação do fenômeno do trabalhador volante, ou bóia-fria, responsável pelos significativos saldos líquidos migratórios urbanos.

Contudo, na área específica atingida pela barragem de Nova Ponte, ou nas áreas inundadas pela formação do lago, mostrada na figura 4, na página 93 deste trabalho, encontrava-se grande parte dos pequenos produtores rurais, que conviviam com a grande produção capitalista, sendo responsáveis por importante parcela do abastecimento de gêneros como arroz, milho e feijão para a população local.

Na década de 70, ocorreu uma grande aplicação de recursos por parte do setor público e privado em programas e projetos de desenvolvimento agropecuário. Segundo dados da Fundação João Pinheiro, esses projetos tinham em comum a utilização de grandes

extensões contínuas de terras, uso intensivo de capital e a introdução de novos produtos como o café, a soja, o trigo e o reflorestamento.

Nesse período, o reflorestamento incentivado foi bastante significativo, principalmente em Nova Ponte, Perdizes, Sacramento e Santa Juliana, todos com áreas parcialmente alagadas pela Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Neste último município, uma das grandes beneficiárias dos projetos de incentivo ao aproveitamento das áreas de cerrado foi a empresa Caxuana S. A. Reflorestamento, cuja área total soma 25.000 hectares, dos quais 18.000 situadas no Município de Nova Ponte.

A constituição das terras da empresa se deu entre 1968 e 1970 num processo de compra e venda de área ocupada com cerrado. Os incentivos propiciados a Caxuana pela Lei 5106 mudaram o cenário rural de Nova Ponte e, paulatinamente, as pessoas foram percebendo o crescimento das mudas de eucalyptus e pinus, ao longo de estradas e rodovias.

A incorporação da mão-de-obra assalariada tem aí também o início de sua história. Foram quase dois mil empregos gerados na fase de implantação dos projetos de reflorestamento. Se, a princípio, esses projetos necessitavam desses trabalhadores para o plantio, a fase posterior em que a empresa começa a explorar a atividade agrícola exige ainda uma maior utilização da força de trabalho.

No período de construção da hidrelétrica com a conseqüente absorção de mão-de-obra pelas empresas responsáveis pela construção, a Caxuana começou a ter dificuldade na contratação de trabalhador. Alguns setores da empresa tiveram que fechar as portas por carência de trabalhadores que agora estavam empregados na cidade.

Segundo informação do Sr. Dorival Sortino, proprietário da Caxuana, “*não dava para concorrer com os salários pagos pelas empreiteiras em Nova Ponte*”. Até funcionários de setores administrativos, que estavam entre os que recebiam os melhores salários na empresa, deixaram a Caxuana para se empregarem nas empreiteiras.

Além da inserção direta de capital nos projetos, a lei supracitada concedia outros benefícios cumulativos dispostos em outras leis, como a isenção de impostos, por exemplo, que permitia que os empresários investissem ainda mais no ramo de reflorestamento. A partir da década de 1980, cessaram os plantios incentivados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), mas ainda continuaram como áreas de plantio aquelas incentivadas pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), por meio do Programa REDIMIR.

As transformações na estrutura produtiva na região foram também em grande parte incentivadas, na década de 70, pelo Programa de Desenvolvimento do Cerrado –

POLOCENTRO, que foi progressivamente desativado a partir de 1980. Nova Ponte foi tomada como área prioritária por esse programa, para fins de incentivos.

A empresa Caxuana é então beneficiada pelo POLOCENTRO, e o cenário rural novapontense e da região de Nova Ponte é transformado mais rapidamente. Criado em um contexto histórico em que o crescimento econômico se destacava como um dos principais objetivos nacionais, o POLOCENTRO promoveu, em contrapartida, a exclusão dos pequenos proprietários.

Do total de recursos destinados a incentivos, as grandes propriedades com mais de 500 ha representaram 60% dos projetos e absorveram 76,45% dos recursos. Isso permitiu a afirmação de Ferreira (1985) de que do ponto de vista da estrutura fundiária a pequena produção perdeu espaço para as médias e grandes propriedades em praticamente todas as subáreas do programa. Segundo esse autor, apenas a soja apresentou uma taxa de crescimento elevada, provavelmente por ser a cultura que concentrou os estímulos do POLOCENTRO. Essa taxa de crescimento aponta para elevados números, ou seja, de uma área colhida de aproximadamente 80.000 hectares em 1975 para cerca de 508.289 hectares em 1980.

Outros dois programas de menor vulto também contribuíram para mudanças no cenário rural da região: o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), implantado em terras desapropriadas pelo governo estadual; e o projeto da Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), implantado em terras compradas.

Observamos, então, que, a partir dos anos de 1970, houve uma significativa transformação nas atividades rurais em função de projetos que visavam ao chamado uso racional de áreas ditas improdutivas. Nesse sentido, Nova Ponte, cuja área total do município era ocupada em quase 85% pelo cerrado, foi considerada prioritária para aplicação de incentivos, neste caso, do POLOCENTRO.

Na verdade, tudo parece indicar que, por parte dos grandes empresários, o investimento nas áreas do cerrado representava, antes de qualquer coisa, uma estratégia, a qual, nos dizeres de Ferreira, se define da seguinte forma: “Tratou-se de uma estratégia para o aproveitamento dos incentivos do IBDF e apropriação de extensas glebas de terras em rápida valorização, resultando, inclusive, em ocupação com atividade florestal de terras aptas para lavoura”⁵² (FERREIRA, 1985, p.12).

⁵² Como já mencionamos, a Lei 5106 de 2 de setembro de 1966, que dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais, facilitou a mudança no cenário rural de áreas ocupadas com cerrado. No artigo primeiro desta lei, está previsto que as importâncias empregadas em florestamento e reflorestamento são passíveis de ser abatidas ou descontadas nas declarações de rendimentos das pessoas físicas ou jurídicas.

Nas áreas de atuação do POLOCENTRO, Isso acarretou uma aceleração dos processos de decadência do pequeno produtor rural que, diante de condições econômicas desfavoráveis e da valorização das terras, vendeu suas propriedades, indo para as cidades ou em direção a novas fronteiras. Com isso ele teve suas condições de vida degradadas, tornando-se dependente do trabalho assalariado, principalmente o trabalho volante, ou bóia-fria. O assalariamento, mais do que uma forma de complementação da renda familiar, tornou-se a principal e, na maioria das vezes, sua única fonte de sustento.

Uma comparação entre a Carta do Brasil, na escala 1:100000, elaborada pelo IBGE, 1972, e a carta elaborada pelo Instituto de Geociências Aplicadas, da Universidade Federal de Minas Gerais, 1985, permite reconhecer que, nos vales encaixados do Rio Araguari e do Rio Quebra-Anzol, no período correspondente ao início da modernização do campo em Nova Ponte em 1970, até início da construção da barragem em 1985, não houve praticamente mudança significativa.

A área era ocupada com plantio de produtos mais tradicionais, como o arroz, feijão, milho, que abasteciam o município. Às vésperas do início das obras, esse cenário permanecia praticamente idêntico a um período de quase vinte anos. Houve um período de curta variação da estrutura fundiária em Nova Ponte entre 1970 e 1985. Todavia, no período posterior, 1985 a 1995, a realidade é de uma tendência à redução no número total de estabelecimentos agropecuários. Em 1995, esse número chega ao limite de 332 estabelecimentos para um total de 503 em 1985.

Esse movimento de diminuição da área ocupada por estabelecimentos agrícolas é condizente com as constantes intervenções no espaço de Nova Ponte. Entretanto, é preciso frisar que essa perda se deu em função de fatores diferentes, como a inundação de terras nos vales do Rio Araguari para formação do reservatório e pela redefinição dos limites geográficos de Nova Ponte no início dos anos de 1990, levando a que o município perdesse parte de suas terras para os Municípios de Indianópolis e Romaria.

Mesmo assim, Nova Ponte é classificada no diagnóstico socioeconômico elaborado pela CEMIG, em 1999, como estando acima da média de propriedades de tamanho médio, entre 100 e 500 hectares. De 29,0% da área ocupada com esses estabelecimentos e 38,1% da área total em 1985, há pouca alteração da estrutura que passa para 38,9% dos estabelecimentos e 37,9% da área total em 1995. Essa tendência, contudo, é superior a todos os outros municípios da área de influência direta da hidrelétrica.

O comportamento da produção de gêneros também aponta para o fato de que as maiores perdas foram de áreas ocupadas com plantio de alimentos. Uma vez que as grandes

áreas de reflorestamentos se encontram distantes da área de inundação, estas sofreram pouca alteração cuja causa pudesse ser atribuída à construção da hidrelétrica.

O arroz, conforme aponta a carta do FIBGE de 1972 – Nova Ponte e a carta do IGA/SECT 1985, era bastante cultivado nos vales do Rio Araguari. No período posterior à construção da hidrelétrica verifica-se que esse produto sofreu um decréscimo da área de plantio equivalente a cerca de 65%. A produção caiu em 74%, e a produtividade por área também diminuiu em 35% em função de ter perdido uma significativa parcela das terras mais férteis do vale do rio.

A área ocupada com feijão também decresce em 44%, e a produção cai 6%, porém ocorreu um aumento na produtividade. Segundo o relatório socioeconômico da CEMIG, esse aumento da produtividade, mesmo com diminuição da área plantada se deve ao incremento de tecnologia exigida também em razão de agora ser cultivado em terras menos férteis.

Em relação ao milho, houve um aumento de área plantada. Além disso, como esse produto não era cultivado em vales do rio, não sofreu alteração cujas causas pudessem ser atribuídas à formação do reservatório. Sendo assim, verifica-se um acréscimo de 39% da área ocupada com essa cultura para cerca de 59% e também uma melhoria da ordem de 12% na produtividade.

Esse movimento de transformação no espaço também pode ser percebido na dinâmica da população. Cada vez mais pessoas deixam o campo rumo à cidade, seja pela perda de terra alagada pela hidrelétrica, seja pelas novas ofertas de emprego observadas na cidade. Cada grande projeto executado no município mobilizou significativa parcela de população. O movimento, iniciado com a modernização das atividades rurais ou o aproveitamento das áreas de cerrado, aponta para um esvaziamento do campo e uma concentração, cada vez maior, de moradores na cidade, como mostra a tabela 1.

TABELA 1: NOVA PONTE - TENDÊNCIA POPULACIONAL SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO⁵³

ANO	TOTAL	URBANA	RURAL
1950*	7.950	1.639	6.311
1960*	6.878	2.031	4.847
1970*	6.261	2..303	3..958
1980*	5.315	2..941	2..374
1990	10.147	4..340	5.807
2000	9.492	7..541	1.951

Fonte: * IGA/SECT – Mapa do município de Nova Ponte; IBGE: Censo Demográfico 1991 e 2000

Os dados da tabela anterior são indicativos das mudanças ocorridas no espaço em Nova Ponte, as quais têm constantemente mobilizado o conjunto de seus moradores. O movimento de crescimento e queda percebido no número de habitantes pode ser interpretado à luz do que chamamos de intervenção de grandes projetos no espaço.

A tendência populacional entre o período de 1970 e 1980 é similar ao observado para o Estado com um crescimento mais acelerado nas áreas urbanas e perdas nas áreas rurais. Todavia, em Nova Ponte, esse movimento vem sendo percebido desde 1950.

Entre 1970 e 1980, a população urbana, na área de influência da hidrelétrica de Nova Ponte, apresentada no anexo1, cresceu a 3,76% a.a, contra -2,68% a.a referente à população rural. Para o Estado, esses índices são de 4,01% a.a para a população urbana contra -2,08% a.a para a população rural. Esses índices também foram identificados no Monitoramento Sócio-Ambiental da Área de Influência Direta da UHE de Nova Ponte, realizado pela CEMIG.

A população de Nova Ponte era majoritariamente rural até 1950. Desse período em diante, o que percebemos é uma condição sempre decrescente da população total e rural. Essa condição, por sua vez, não é acompanhada do crescimento da população urbana na mesma proporção, a qual apresenta um tímido crescimento entre 1950 e 1980.

Esse período de crescimento da população urbana coincide com o que se chamou de modernização do campo ou o aproveitamento produtivo das áreas de cerrado. A modernização do campo, que antes produzia arroz, feijão e milho e depois passou a produzir soja, café, *pinus* e *eucalyptus*, foi o marco do que se pode considerar como a passagem de uma produção socialmente importante para uma produção economicamente mais importante.

⁵³ Por situação do domicílio entende-se, conforme definição do Censo Demográfico 2000 do IBGE, que segundo a localização, a situação é urbana ou rural. A situação urbana é definida como a de área urbanizada ou não, correspondendo às cidades (sede municipal); situação rural é a área fora desse limite, inclusive, os aglomerados de extensão urbana, os povoados e os núcleos.

Ainda sob a predominância majoritária do trabalho volante, como conseqüência do intenso processo de modernização do campo, Nova Ponte é palco de novas mudanças no processo de trabalho. São as obras de construção da barragem que, entre 1988 e 1993, atingem seu auge de oferta de emprego e absorção de mão-de-obra local.

O número total percebido de população em 1991 tem um crescimento significativo e apresenta uma inversão rumo ao campo. Novamente é preciso contextualizar os acontecimentos. Como as obras da usina hidrelétrica exigiam grande número de trabalhadores, a CEMIG construiu, a cerca de cinco quilômetros da cidade, o acampamento geral para abrigar os funcionários das empreiteiras. De acordo com os critérios adotados pelo IBGE, como dissemos na nota anterior, essa área, por estar fora do perímetro urbano, constitui uma área rural.

O dado mais surpreendente é o que se refere ao número de população apresentado pelo censo demográfico 2000. Praticamente dez anos após o término das obras em Nova Ponte, o município apresenta uma baixa queda em relação aos números de 1990, e um crescimento da ordem de, aproximadamente, 80% em relação ao período de 1980.

Esse fato, todavia, se refletirá na organização do espaço urbano, conforme pode ser visto na discussão sobre a ascensão no comércio local, ou sobre as novas relações de trabalho em Nova Ponte, apresentados no capítulo IV deste trabalho. A instalação de indústrias na cidade significa uma garantia dessa permanência de trabalhadores que vieram como barrageiros no período de construção da hidrelétrica e ficaram na cidade após o término das obras. Por outro lado, muitas pessoas chegavam posteriormente tendo sido contactadas por parentes que já haviam se instalado em Nova Ponte e acreditavam que lá pudessem ter acesso a melhores condições de vida, uma vez que havia possibilidade de se empregarem nas novas fábricas, as quais também garantiam a sustentação do novo padrão de vida do morador novapontense.

3.3 O EMPREENDIMENTO

3.3.1 A GEOGRAFIA E O DEBATE SOBRE A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS

Optamos por promover nesta discussão uma breve análise do que tem sido privilegiado nos debates sobre a decisão pela construção de hidrelétricas, enquanto, também,

discorreremos sobre um dos temas de maior evidência nesse assunto, ou seja, o deslocamento compulsório.

A atenção inicial recai sobre o papel da Geografia e do geógrafo, nesse debate. Para isso, servimo-nos principalmente do trabalho de Sternberg (1990), o qual analisa a tradição desse assunto na disciplina geográfica ou de como ele aparece nos textos geográficos dentro de uma periodicidade.

Em seguida, abordamos a opção do Brasil pela construção de grandes barragens. Essa opção foi considerada aqui, como uma apropriação contraditória dos recursos da natureza, a qual tem promovido a inundação de vastas áreas de terras férteis e mobilizado um contingente, cada vez maior, de população atingida pela decisão de se executarem esses projetos.

Nosso intuito foi propor uma análise, de certa forma, cronológica, de alguns dos trabalhos que focalizaram a questão. Assim, foram consultadas as seguintes obras: Barros (1985), Sigaud et al (1986); Sevá Filho (1990); Costa (1990); Sigaud, (1992); Vianna (1992) e Carvalho (1996) dentre outros autores.

Os deslocamentos compulsórios têm sido vistos como efeito negativo dessa opção. Esse aspecto já foi abordado por Sigaud et al (1986), Sigaud (1996), Vainer e Araújo (1990), Vianna (1992) os quais, junto com outros autores que trabalharam sobre a temática, serão tomados como referência nesta parte do trabalho. Posteriormente, propomos analisar o processo de construção da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte e a constituição da Associação dos Moradores, responsável pela intermediação entre a CEMIG e os moradores no que se refere à mudança da cidade.

A tradição dos estudos sobre a construção de barragem para a produção de energia elétrica tem revelado quão polêmico é esse tema bem como as diversas possibilidades para se desenvolver uma pesquisa nesse campo, além de despertar polêmicas que, muitas vezes, tornam-se fatos políticos e sociais, dado o caráter multifacetado da produção de eletricidade.

A Geografia é uma disciplina que tem dado atenção ao tema. Contudo, como mostra Sternberg (1990), nem sempre foi assim. Os estudos sobre a hidroeletricidade não chegaram a se tornar tradição nessa disciplina; ao contrário, foram sempre modestos; ainda resta muito a se fazer e a se contribuir, nessa área.

Segundo Sternberg, o sistema hidrelétrico está presente em vários contextos geográficos como, “meio ambiente, nos aspectos econômicos, nas mudanças tecnológicas e que se traduzem numa reorganização espacial, modificação de várias culturas, além dos aspectos de conservação de recursos” (1990, p.158).

Esse autor mostra como os textos geográficos ocuparam-se de uma Geografia hidrelétrica nos períodos 1940-1980, 1940-1965, 1965-1988; obras geográficas de vulto sobre o tema seriam escritas mais precisamente a partir de 1965.

O entendimento é de que “o sistema hidrelétrico é especialmente multifacetado e um assunto fascinante para estudo” (1990, p.163), entretanto a dificuldade no processo de transmissão e a concorrência com outras fontes mais baratas fizeram com que o uso da fonte hidráulica na produção de energia, durante um período razoável, fosse considerado tímido.

Segundo Sternberg, no período compreendido entre 1922 e 1950, apenas 25 estudos publicados em revistas geográficas abordaram as pesquisas hidrelétricas. Nestes estudos, os autores privilegiaram o desenvolvimento dos recursos hidrelétricos na indústria, enquanto as questões ambientais, pouco ou nada, atraíram a atenção dos pesquisadores. Elas só começariam a tomar lugar em pesquisas geográficas a partir de 1970 até 1985.

Em Geografia de la Energia (1952), Pierre George apresenta uma contribuição ao debate sobre a produção de energia. Mas nesse período ainda havia predominância das fontes térmicas, embora a hidroeletricidade já apontasse sinais de um crescimento importante, sobretudo na América do Norte.

Em épocas atuais, a crescente utilização da hidroeletricidade e uma nova consciência ambiental acabam por definir um problema que contrapõe, por um lado, a necessidade de novos investimentos no setor e, por outro, a preocupação com as populações residentes em locais escolhidos para a construção de represas. Nesses termos, não há margem de dúvida quanto ao papel do geógrafo, e da Geografia, em dedicar atenção à temática que, se antes, era pensada somente do ponto de vista físico, hoje é cada vez mais social.

Retomamos aqui o trabalho de Sternberg, quando afirma que “as represas colocam para a sociedade que depende de energia escolhas que geralmente são do tipo sim ou não e nada entre uma hipótese e outra” (1990, p.165). O discurso tem sido a estratégia utilizada com maior frequência para convencer a sociedade de que são necessários investimentos cada vez maiores em hidroeletricidade.

As represas provocam grandes mudanças nas áreas projetadas para sua construção. Em número e volumes extraordinariamente maiores hoje do que em outras épocas, elas permitem a enumeração de efeitos pontuados no espaço, os quais têm despertado uma atenção crescente, mas ainda modesta, por parte dos geógrafos, principalmente quando há uma população a ser relocada de um ambiente histórica e afetivamente construído ao longo do tempo.

A ampliação do parque de usinas hidrelétricas é “assunto de primeira grandeza no cenário do poder estatal e dos altos interesses industriais e financeiros” (SEVÁ Fº, 1990, p.6), e a construção das hidrelétricas tem sido responsável pela mobilização de grandes contingentes de trabalhadores e também de uma significativa quantidade de moradores residentes em áreas tomadas como prioritárias à construção dessas obras.

Questões profundamente significativas passariam a compor o debate. E, se antes, apenas a Geografia física encontrava campo de estudos nesse ramo, atualmente, criou-se espaço para os assuntos relacionados à geopolítica, meio ambiente, migrações, deslocamentos compulsórios, dentre outros. Isto significa que uma Geografia cada vez mais comprometida com as causas sociais teria, com as hidrelétricas, um campo de atuação.

3.3.2 HIDRELÉTRICAS NO BRASIL

No Brasil, a criação das Centrais Elétricas do Brasil - ELETROBRÁS, no início da década de 1960, representou um marco importante na intensificação do aproveitamento da energia produzida por hidrelétricas, constituindo-se a arrancada para o intenso aproveitamento dos recursos hídricos que se impôs a partir daí e que se materializou em grandes obras. “Os vultosos recursos financeiros necessários às obras passaram a ser captados, no país e através de empréstimos internacionais e repassados para a construção de grandes centrais hidrelétricas nas diversas regiões do país” (LA ROVERE, 1990, p.13).

La Rovere afirma que “O Brasil dispõe [...] de uma enorme quantidade de rios passíveis de aproveitamento para geração de eletricidade” (1990, p.13). Esta disponibilidade de rios, aliada à crise do petróleo em 1973 e 1979, além da baixa qualidade do carvão mineral nacional para aproveitamento energético, levou a um intenso aproveitamento do potencial hidroelétrico do País.

Na década de 1950, período anterior à criação das Centrais Elétricas do Brasil (ELETROBRAS), foram inventariadas várias bacias hidrográficas com a intenção de elaborar projetos de exploração racional do seu potencial energético. A capacidade hidrelétrica instalada no País cresceu substancialmente a partir daí. Só no período compreendido entre 1980 e 1985, esta capacidade cresceu de 27.000 para 43.000 Megawatts (MW), segundo SEVÁ FILHO (1990, p.6).

Atualmente, o Brasil já se destaca no *ranking* da produção de energia por hidrelétricas. Essa posição, no entanto, é acompanhada de uma acirrada luta que tem colocado em pontos opostos as empresas responsáveis pelas obras e as populações atingidas pelo desenvolvimento dos projetos.

Em geral, as obras são orientadas por padrões basicamente técnicos, mas, na verdade, escondem intenções mais ou menos claras de favorecimento do sistema de poder sob o qual cada uma delas é executada, de acordo com Barros (1985, p.142). A política de geração de energia elétrica tem levado constantemente à inundação de vastas áreas de terras em favor da formação dos reservatórios. Na tabela 2, acham-se exemplos que justificam esta afirmação.

TABELA 2: RELAÇÃO EXTENSÃO DE TERRAS ALAGADAS POR BARRAGEM E CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE ENERGIA INSTALADA

Nome da usina	Área de terra inundada /km ²	Capacidade de geração instalada (MW)	População mobilizada
Sobradinho/BA	4.197	1.050	75-80.000
Tucuruí/PA	2.600	4 - 8.000	52.000
Itaipu/PR	1.450	14.000	35-45.000

Fonte: TRAVESSIA: Revista do Migrante. Ano II nº 6, Jan-abr/90

Em Barros (1985, p.13), Costa (1990, pp. 56-62) e Sevá F^o(1985, p.8), os argumentos apontam para o fato de que os lagos formados pelas barragens são responsáveis pela inundação de vastas áreas de terras férteis, o que adverte para a forma contraditória em que se dá a apropriação dos recursos da natureza. Já para Sigaud (1992), a inundação de grandes extensões de terras e de outros recursos naturais, em função da geração de hidroeletricidade, representa, para o país, a redução do estoque de alternativas disponíveis de apropriação do território.

De acordo com SEVÁ F^o (1990, p.10), para o Estado, a energia hidrelétrica é considerada uma energia boa, por ser renovável, barata, limpa e segura, uma verdadeira solução milagrosa para a chamada crise energética. Para as pessoas que vivem em áreas onde vai ser construída uma barragem, o próprio anúncio da construção já acarreta uma situação de instabilidade, conforme apontam Sigaud *et al.* (1986). O medo, a incerteza, a insegurança quanto ao seu próprio futuro, constituem aspectos do que chamamos apropriação contraditória dos recursos da natureza.

Para o Estado, o argumento de que a energia produzida por hidrelétricas constitui uma forma mais barata e limpa, de caráter renovável e, sobretudo, a urgência do País em

declarar sua eficiência no setor elétrico, serviu para justificar a necessidade de instalação do parque energético brasileiro.

Sobre as conseqüências desses empreendimentos para a vida dos moradores, Barros (1985), aborda a questão da realocização da população que vivia na área que seria inundada pelo reservatório da hidrelétrica de Itaparica, no Estado da Bahia, localizada na porção sub-médio São Francisco, a montante da hidrelétrica de Paulo Afonso.

A construção dessa obra representou para a população local a inundação de quase totalidade dos terrenos de aluvião onde se concentravam as atividades produtivas de boa parte da população atingida. Para Rosa e Schaeffer (1988), ao falar a respeito de energia elétrica no Brasil, devemos atentar para duas características que chamam a atenção: o fato de ser nacional e ter origem quase exclusivamente hídrica. Isso, segundo os autores, exige um planejamento eficaz das centrais para que as necessidades de geração sejam supridas.

Ainda, segundo Rosa e Schaeffer, nenhum planejamento deveria se dar à revelia da sociedade; esta, ao contrário, deveria ter acesso aos estudos de viabilidade de uma bacia para o aproveitamento energético e deveria ter meios de poder intervir neles a ponto de vetar a implementação de projetos que a envolvam.

Em *Propostas Alternativas à Política Energética Brasileira*, que constitui outro trabalho de Rosa e Schaeffer (1988), as mudanças na política energética do País devem buscar uma maior autonomia para os Estados e municípios. Porém, ao que dizem, uma mudança mais profunda dessa estrutura, depende de mudanças significativas na própria economia do País. Isso significa que se deve repensar o sistema produtivo baseado num modelo exportador que exige a mobilização de recursos financeiros e tecnológicos que o País não dispõe.

Vianna (1992) dedica atenção aos constantes movimentos organizados na região de Carlos Gomes, como ficou conhecida. Os movimentos visavam impedir que as obras previstas de Machadinho e Itá, na bacia do Rio Uruguai, fronteira entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, tivessem as mesmas conseqüências de Sobradinho, na Bahia.

A luta na região de Carlos Gomes é atribuída a uma história de vida da população aí envolvida. Trata-se, na sua maioria, de imigrantes poloneses e seus descendentes que ocuparam aquele espaço. “A apropriação do espaço relaciona-se com a organização social desse campesinato que (re)cria uma região, tornada pública em um momento de disputas políticas”. (VIANNA, 1992, p.35).

Carvalho (1996), ao analisar a oposição à construção de três usinas na região do Vale do Rio Paraíba do Sul, faz uma etnografia mostrando como surgiu esse movimento e como se

dissolveu, em função de um embate político entre a igreja, que se opunha politicamente ao prefeito e ao projeto, e a prefeitura que, aliada a FURNAS, defendia a execução do projeto.

Sobradinho, na Bahia, também foi alvo da atenção de pesquisadores, como a equipe coordenada pela professora Lygia Sigaud do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Essa hidrelétrica no Rio São Francisco foi construída entre os anos de 1973 e 1979, pela CHESF, a 50 quilômetros de Juazeiro, Estado da Bahia, com intenção de regularizar o curso do rio e gerar energia, segundo Sigaud *et al* (1987, p.214).

A construção dessa obra provocou o deslocamento de cerca de 70.000 pessoas, entre as quais 80% eram pequenos produtores que abasteciam de produtos agrícolas o mercado da região e provocou também a inundação das sedes dos Municípios de Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova e Sento Sé, além de dezenas de povoados.

Em outro trabalho publicado anteriormente, Sigaud (1986) apresenta uma análise comparativa dos impactos de grandes projetos energéticos, tomando como referência os casos de Sobradinho, na Bahia, e Machadinho, no Rio Pelotas, afluente do Rio Uruguai no Estado do Rio Grande do Sul.

O objetivo era contrapor dois casos que, mesmo apresentando algumas semelhanças, evidenciavam também aspectos bastante diferenciados. A conjuntura política do momento em que cada projeto foi desencadeado é analisada por Sigaud *et al.*, como o aspecto mais considerável na análise comparativa entre os dois casos: Sobradinho teve sua construção iniciada em momento de forte autoritarismo político; já no caso de Machadinho, a conjuntura era de maiores liberdades democráticas (1986, p.3).

Assim, a partir de semelhanças e diferenças pensadas numa perspectiva comparativa, o propósito de Sigaud é oferecer alguns parâmetros para a compreensão da intervenção do Estado sobre grupos camponeses, que, em síntese, são os mais diretamente atingidos pela execução de grandes projetos hidrelétricos. Numa outra perspectiva, Schilling e Canese (1991) estudam os casos das duas maiores usinas hidrelétricas do país, Itaipu e Tucuruí, com o intuito de responder quem foram os beneficiários e os prejudicados nesses grandes projetos hidrelétricos.

“A opção por Itaipu foi uma típica manobra geopolítica com objetivos claros: satelizar o Paraguai e prejudicar o desenvolvimento argentino”. (SCHILLING, 1991, p.23). Segundo os autores, mais de dez mil famílias foram expulsas das melhores terras do país por causa de uma obra construída sem nenhuma consideração com o ser humano e com a ecologia. Isso tem gerado uma gama cada vez maior de problemas advindos com esses

empreendimentos, como os deslocamentos compulsórios, tem exigido maior atenção tanto por parte dos idealizadores dos projetos quanto de pesquisadores.

3.3.3 DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS

A história das hidrelétricas, no Brasil, poderia ser contada com uma conotação de maior positividade se não fosse o expressivo número de população atingida pela formação dos lagos. Os deslocamentos tendem a ser cada vez maiores, pelo fato de que os projetos também têm crescido, seja em quantidade seja em alcance. A partir do momento em que são realizados os procedimentos para identificar se uma bacia deve servir à produção de energia – os inventários – e, constatado seu potencial, tudo mais será considerado como recurso adicional ou entrave para execução do projeto.

Podem ser considerados como entrave a existência de florestas, a ictiofauna, a utilização produtiva de rios ricos em espécies de peixes, a existência de amplas faixas de terras férteis e, como efeitos negativos, além da destruição desses ambientes, há o deslocamento compulsório de milhares de moradores como grupos indígenas, produtores rurais e mesmo moradores de áreas urbanas que têm engrossado esse contingente de expropriados das áreas definidas para execução de projetos.

É importante retomar aqui os argumentos de Rosa e Schaffer (1988), quando dizem que, mesmo reconhecendo a importância do aproveitamento energético dos rios brasileiros, o que não se pode mais permitir é que decisões autoritárias sejam tomadas à revelia da população. Além disso, eles dizem que o fato de se identificarem esses sítios, como aconteceu em relação ao Rio Araguari, não significa que, obrigatoriamente, os mesmos devam ser aproveitados.

Segundo dados do Banco Mundial, a cada ano cerca de quatro milhões de pessoas são expulsas pela implantação de grandes barragens, provocando um êxodo que aumenta o desemprego e a miséria urbana. (VAINER, 2000, p.9). As estratégias de negociação do setor elétrico junto aos moradores têm variado, mas, de forma semelhante, em todos os casos, o uso do discurso tem sido a melhor estratégia do setor para garantir a realização do empreendimento⁵⁴.

⁵⁴ Sobre esta discussão, tratou-se no capítulo II item 2.2.3, desta tese, quando abordamos o discurso como estratégia dos grupos para implantação de grandes projetos.

No processo de negociação, muitas facetas são utilizadas: há os casos de moradores que não conseguem receber nenhuma indenização pelo fato de não terem registrado em seu nome qualquer propriedade, não estando, portanto, legalmente reconhecidos, minimizando, então, os custos para o setor elétrico.

A negociação individual representa uma estratégia adotada pelo setor, mas que fragiliza a organização coletiva das comunidades. “Para a empresa, a população não existe enquanto coletividade/comunidade, mas apenas como um somatório de proprietários individuais” (VAINER E ARAÚJO, 1990, p.21).

Ao setor elétrico, o que importa é a relação custo/benefício do plano; para os agentes responsáveis pelos projetos, o ato de migrar é entendido apenas como mudar de um espaço para outro; para o morador, migrar é muito mais que isso. Seu lugar de residência é repleto de significados, não se podendo considerar como um reducionismo saudosista, pois é isso que dá significado à sua vida. A preocupação é com seus destinos e também com o destino de seu lugar. O espaço socialmente construído não é indenizado e nem sequer considerado pelo setor elétrico.

Scherer-Warren et al., afirmam que “Migrar, pois, pode não só significar a perda da terra, mas a perda de seu modo de vida e de sua identidade” (1990, p.32). A incerteza, evidente nesse discurso, e comum em todos os casos de deslocamentos compulsórios, define-se em função do que chamamos de um processo de “ruptura”.

Uma definição para deslocamento compulsório é proposta por Almeida (1996) ao discordar do senso comum em definir tal situação como uma migração ou êxodo. Destacam-se aí também as derivações em migração forçada, involuntária e dirigida. Por deslocamento compulsório, nesse sentido, compreende-se, conforme Almeida, “o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação” (1996, p.467).

O caráter obrigatório, pelo qual esses moradores deixam seus lugares, é reforçado por Sigaud, quando afirma que esses fatos se dão pela “força dos decretos-lei e a força das águas” (1996, p.569). Compreende-se que o deslocamento, da mesma forma que a execução de um projeto, começa bem antes de seu momento/instante. O próprio anúncio de uma possível intervenção no lugar já começa, pode se dizer, a preparar o espírito dos moradores para a possibilidade de que possam vir a deixar seu espaço tradicional.

Muitas vezes, a notícia chega apenas como rumor, mas com força suficiente para disseminar a informação; outras vezes, chega de forma inesperada, como uma decisão previamente tomada e irreversível e, principalmente, promovendo vários níveis de ruptura e

destruição entre um modo de vida já tradicional e uma nova organização caracterizada pela insegurança.

O caráter diferenciado com que a notícia da realização de um projeto chega aos moradores é discutido por Sigaud que compara o comportamento de moradores em dois locais definidos para construção de barragem: Itá e Machadinho, no Alto Uruguai; e Itapera na Bahia. Na região do Alto Uruguai, foram os representantes de igrejas, dirigentes sociais e intelectuais locais que fizeram disseminar a informação de que aquela área seria inundada. “Tratava de informar os camponeses com o objetivo de mobilizá-los contra o projeto de construção das barragens” (SIGAUD, 1996, p.562).

O movimento contra as barragens no Alto Uruguai leva à delimitação de um território denominado a região ou *region* de Carlos Gomes “socialmente reconhecido como um lugar habitado por descendentes de poloneses” (VIANA, 1992, p.15). O vínculo com a terra, nessa região, pressupunha a necessidade de organização diante das incertezas provocadas por um processo de ruptura. Em Itapera, na Bahia, houve problemas quanto ao anúncio da obra: a notícia foi transmitida por funcionários da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).

Esses funcionários deram a notícia como se aquela decisão fosse irreversível e já tivessem traçado o destino dos moradores: “... disseram aos camponeses que deveriam abandonar o povoado porque a área seria inundada” (SIGAUD, 1996, p.565). E, como os moradores estavam desmobilizados, como diz essa autora, em função de uma descrença na veracidade daquelas informações e também pela ausência de líderes que organizassem os moradores, a CHESF pôde com mais facilidade empreender o seu projeto da hidrelétrica de Sobradinho.

Tendo em vista que os deslocamentos compulsórios se caracterizam, nesses casos, como efeitos dos grandes projetos hidrelétricos, o intuito, ao abordar Nova Ponte como lugar que passou por esse tipo de intervenção, é mostrar como os moradores, após o deslocamento, reconstruíram as relações entre si e o outro lugar.

3.3.4 USINA HIDRELÉTRICA DE NOVA PONTE: A EXECUÇÃO DE UM PROJETO E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO

A abordagem sobre a construção da usina hidrelétrica de Nova Ponte nos propicia uma forma de dar embasamento ao tema proposto e contribui para evidenciar nosso

entendimento sobre a reconstrução do cotidiano na cidade nova. O fato que se elucida, a construção da hidrelétrica, pode ser localizado no tempo e no espaço, mas os limites de sua abrangência, ao contrário, são de difícil delimitação.

Um empreendimento começa bem antes do momento de sua concretização, mas é com a sua consolidação que a capacidade de transformar todas as coisas se tornará visível. Ainda assim, será possível pensar sob o momento ou o instante da sua realização. Tomar apenas o momento, ou instante, como recorte de uma pesquisa, significa perder de vista as decisões, o poder e os agentes responsáveis pela concretização do projeto. Todavia, há que se ter em mente que o empreendimento não se limita a esse aspecto particular.

Por outro lado, ao se olhar apenas o momento da construção, perdem-se os muitos outros acontecimentos posteriores àquele momento. Perdem-se os movimentos de uma gente que busca reorganizar seu espaço e que pretende, ainda que de forma inconsciente, recriar o mesmo lugar, embora isto não seja possível, uma vez que o antigo lugar só sobreviverá na memória do grupo que o experienciou.

A construção de uma hidrelétrica envolve a decisão tomada por um agente e o seu poder de decidir e envolve, em muitos casos, também outro tipo de agente, que são os habitantes do lugar da ação, como é o caso que se estuda aqui: um projeto hidrelétrico que exige a inundação de toda uma cidade.

Pensar a natureza do empreendimento é refletir sobre seu conteúdo, marcado por uma complexidade de ordens. A decisão de construir uma hidrelétrica é um fato pensado, decidido e autorizado com objetivo definido: a produção de energia. A partir desse momento em que se decide por realizá-lo, tudo é feito tomando-se esse objetivo como meta.

Uma série de fatos ocorre com o objetivo de garantir a execução do projeto; são decisões a serem tomadas, como o anúncio à população, visando a preparação para a prática do projeto. Uma desorganização do que era rotina será, ao mesmo tempo, a certeza de que os tempos são outros, do mesmo modo que o espaço, o lugar e a paisagem são outros.

Quanto ao espaço, todas as dimensões e escalas que produzem seu efeito são reveladas pelo próprio empreendimento. Como espaço, será uma realidade que lhe servirá de substrato. Como lugar, toda uma história deverá ser transformada para permitir a execução do projeto. Assim há um movimento de destruição e recriação da paisagem. Uma sucessão de acontecimentos se produz numa sucessão ou fusão de escalas. O momento se dá e a partir daí começa uma outra seqüência de acontecimentos que também produz seu efeito sobre o lugar.

No plano específico desta investigação, apresenta-se, a seguir, o conteúdo do empreendimento denominado Usina Hidrelétrica de Nova Ponte: “A Usina Hidrelétrica de

Nova Ponte situa-se no Rio Araguari, imediatamente à jusante da cidade de Nova Ponte, na região do Triângulo Mineiro, cerca de 5,5 km à jusante de sua confluência, pela margem direita, com seu principal afluente, o rio Quebra Anzol” (CEMIG, 1986: pp.2-3). As mudanças promovidas por esse empreendimento podem ser observadas pela figura 3, representada pelo mapa 2.

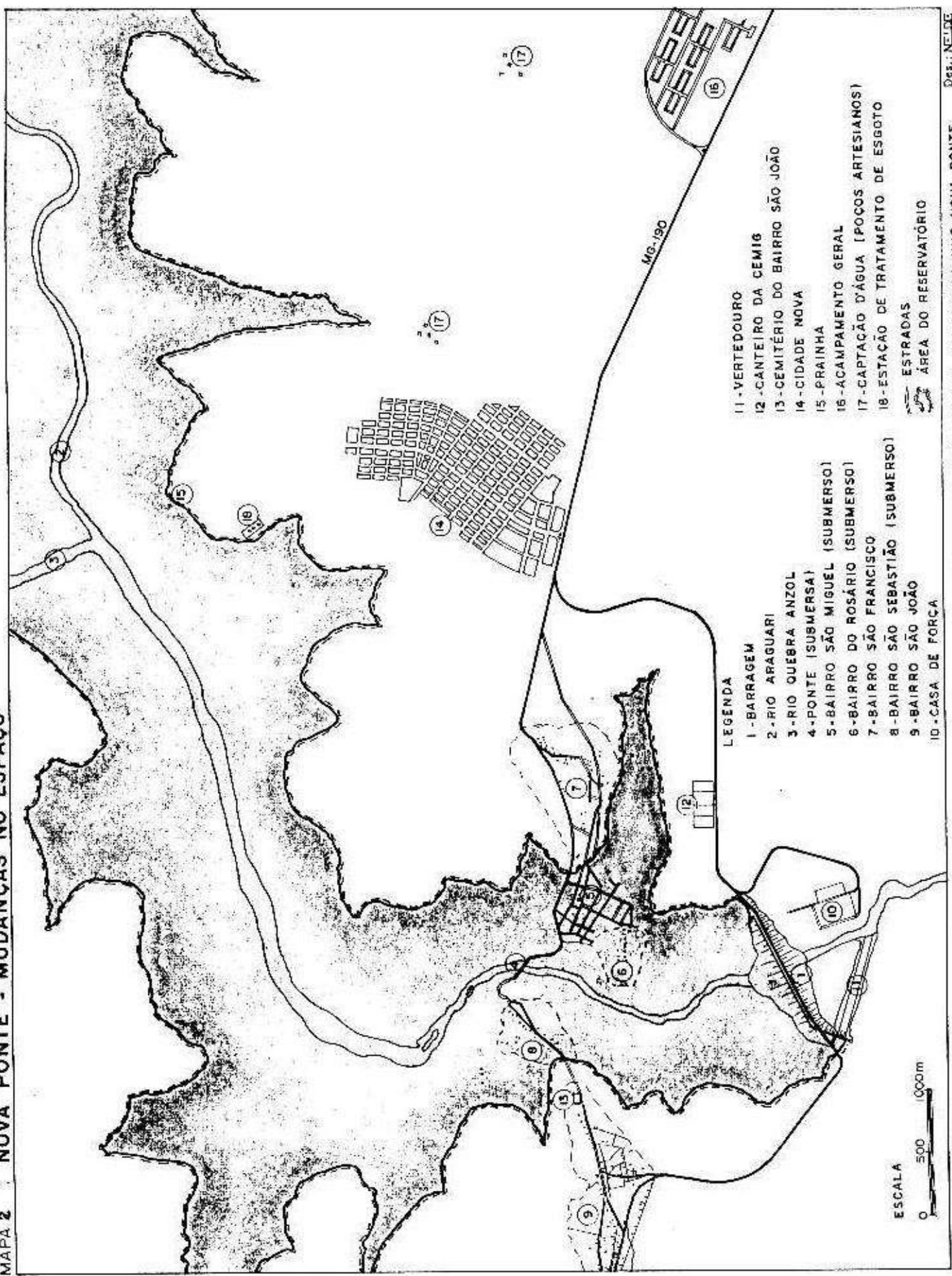
A idéia de aproveitamento energético do Rio Araguari neste trecho não era recente. Na década de 1950, já havia rumores sobre esta possibilidade; contudo, foi somente em 1964 que se realizaram os primeiros estudos de viabilidade da obra, pela *Canambra Engineering Consultants*, junto com a equipe da CEMIG. À *Canambra Engineering Consultants Limited*, grupo de consultoria que resultou de um acordo entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e CEMIG, e, também da parceria Canadá, Brasil e Estados Unidos, coube a tarefa de realizar os estudos do potencial energético de Minas Gerais ou, mais além, da região Centro-Sul do País. Desses estudos, revela-se o potencial do Rio Araguari:

A CANAMBRA revelou a possibilidade de aproveitamento total da capacidade do Araguari e ofereceu o projeto de nada menos do que quatro usinas hidrelétricas neste rio, das quais três formariam um sistema de geração interligado: em 1965, através do acordo ONU/CEMIG, foram projetadas as usinas de Nova Ponte, Miranda e Capim Branco, cujo funcionamento concomitante proveria de energia parte substancial da região sudeste, a mais industrializada do País (FERREIRA, 1996, p. 63).

Tendo sido inventariada e apontada a capacidade de aproveitamento energético da bacia do Rio Araguari, todo o cenário do rio, no período de quarenta anos, haveria de sofrer profundas alterações conforme mostram as figuras 4, 5 e 6, na seqüência de mapas 3, 4 e 5. Coube à empresa Hidroservice, Engenharia de Projetos Ltda., os estudos de viabilidade técnico-econômica da hidrelétrica de Nova Ponte, cujo contrato foi firmado com a CEMIG em 1970. Em setembro desse mesmo ano, a Hidroservice apresentava os resultados no relatório Estudo de Viabilidade Técnico e Econômica do Aproveitamento Hidrelétrico de Nova Ponte.

O decreto 76.006 de 23.07.75 concedeu a CEMIG o aproveitamento da energia hidráulica ali concentrada e, por exigência desse decreto, em 1976, o relatório intitulado Projeto Definitivo da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte é submetido ao Departamento Nacional de Águas e Energia. Em fevereiro de 1985, a CEMIG submeteu a revisão do relatório ao Departamento Nacional de Águas e Energia, apresentando novos estudos e justificativas, inclusive da elevação do nível d'água normal (N. A) da montante de uma cota 805,00 para 815,00.

FIGURA 3
 MAPA 2 : NOVA PONTE - MUDANÇAS NO ESPAÇO

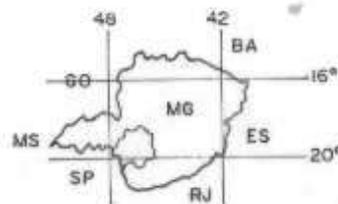
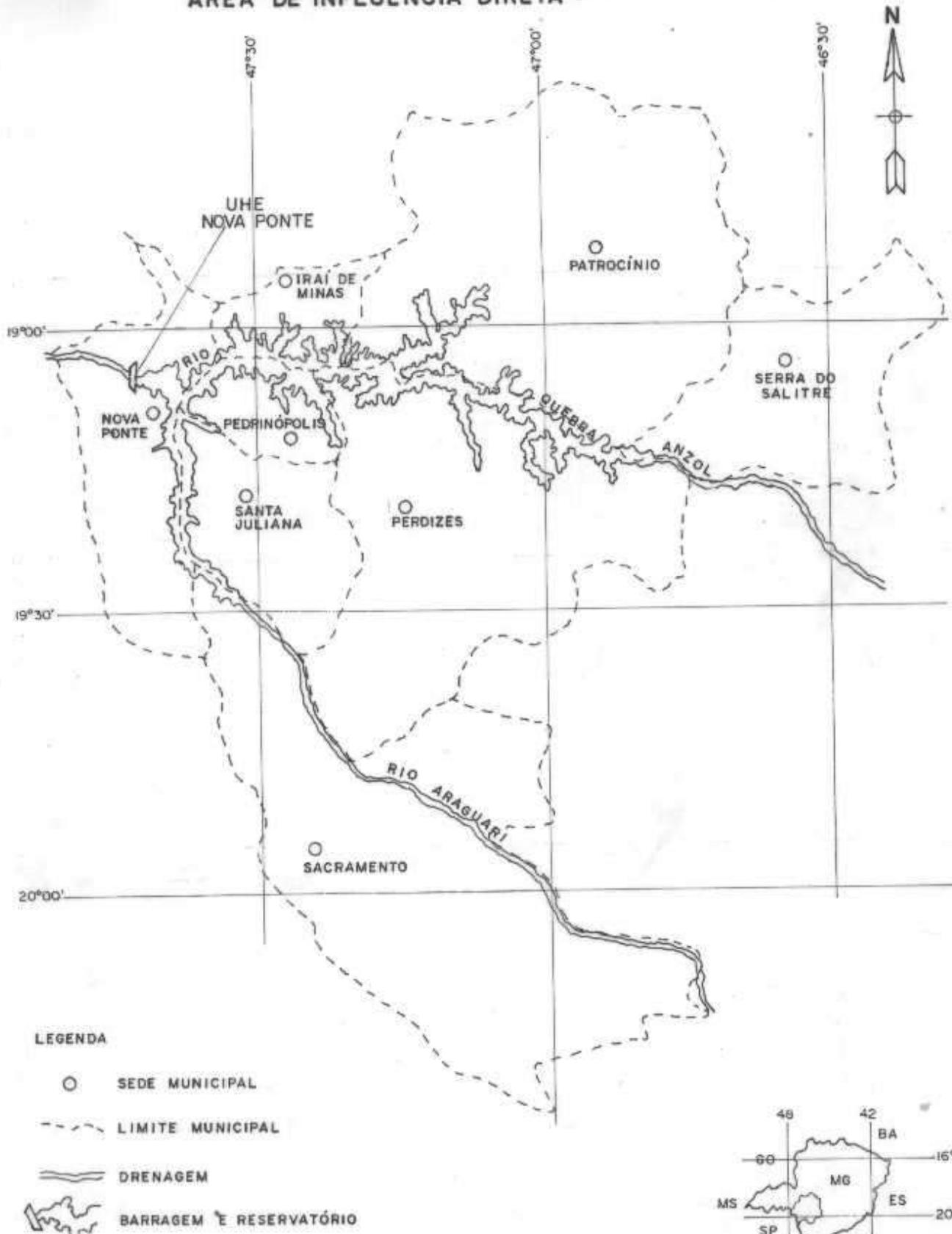


- LEGENDA
- 1 - BARRAGEM
 - 2 - RIO ARAGUARI
 - 3 - RIO QUEBRA ANZOL
 - 4 - PONTE (SUBMERSA)
 - 5 - BAIRRO SÃO MIGUEL (SUBMERSO)
 - 6 - BAIRRO DO ROSÁRIO (SUBMERSO)
 - 7 - BAIRRO SÃO FRANCISCO
 - 8 - BAIRRO SÃO SEBASTIÃO (SUBMERSO)
 - 9 - BAIRRO SÃO JOÃO
 - 10 - CASA DE FORÇA
- 11 - VERTEDEURO
 - 12 - CANTEIRO DA CEMIG
 - 13 - CEMITÉRIO DO BAIRRO SÃO JOÃO
 - 14 - CIDADE NOVA
 - 15 - PRAINHA
 - 16 - ACAMPAMENTO GERAL
 - 17 - CAPTAÇÃO D'ÁGUA (POÇOS ARTESIANOS)
 - 18 - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO
- ESTRADAS
 ÁREA DO RESERVATÓRIO

Fonte : PLANO DIRETOR DA UHE NOVA PONTE
 Org. : VICENTE DE PAULO DA SILVA - 2003
 Des.: NELDE

FIGURA 4

MAPA 3 : UHE NOVA PONTE
ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA

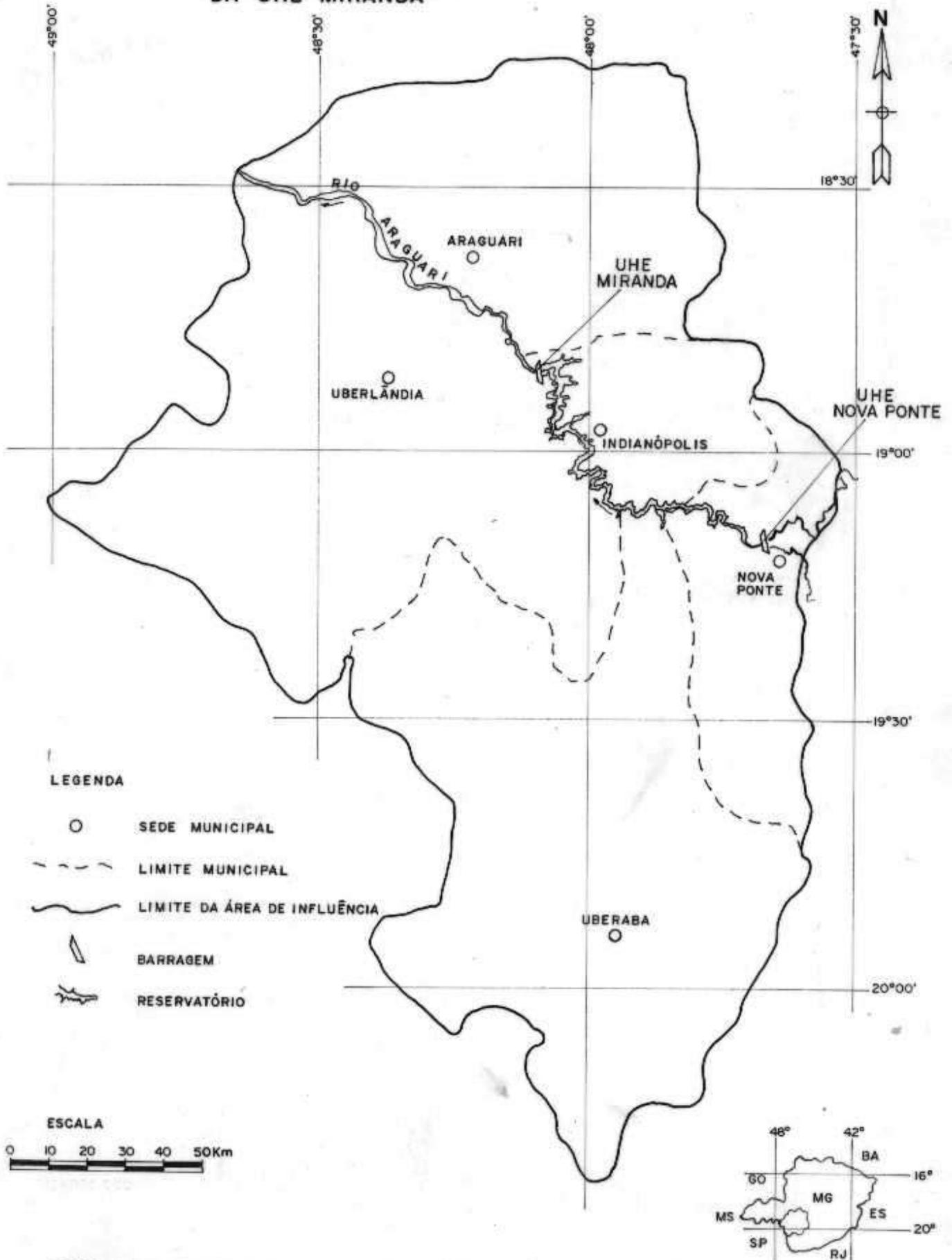


FONTE: CEMIG - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO / MONITORAMENTO
DA UHE NOVA PONTE

Org.: VICENTE DE PAULO DA SILVA - 2003

Des.: NEIDE

FIGURA 5
 MAPA 4 : NOVA PONTE NA ÁREA DE INFLUÊNCIA
 DA UHE MIRANDA

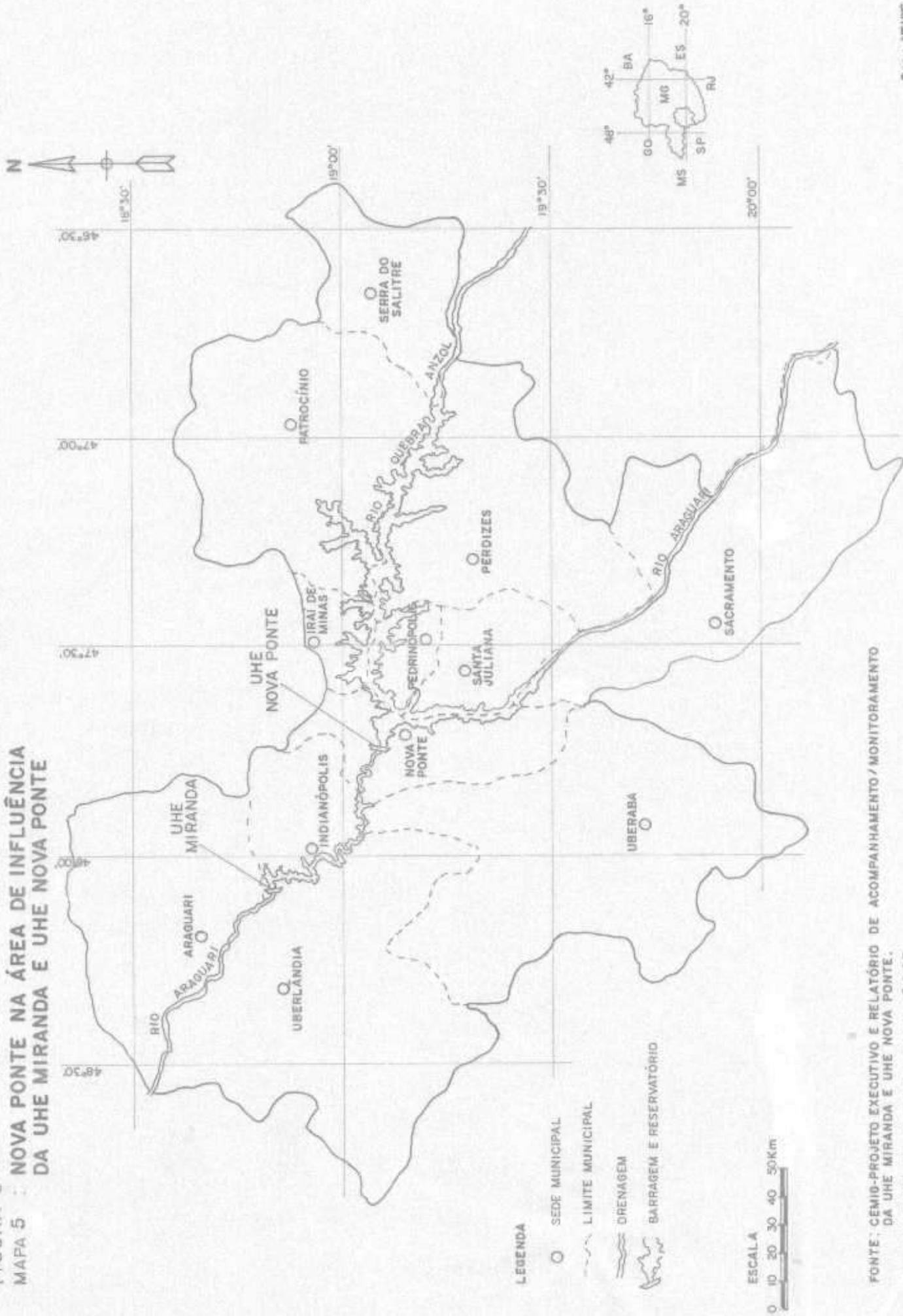


FONTE: CEMIG - PROJETO EXECUTIVO - MONITORAMENTO DA UHE MIRANDA
 RIO ARAGUARI

Org.: VICENTE DE PAULO DA SILVA - 2003

Des.: NEIDE

FIGURA 6
 MAPA 5 : NOVA PONTE NA ÁREA DE INFLUÊNCIA
 DA UHE MIRANDA E UHE NOVA PONTE



FONTE: CEMIG-PROJETO EXECUTIVO E RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO/MONITORAMENTO DA UHE MIRANDA E UHE NOVA PONTE.

Estudos adicionais foram realizados e, desses, apenas um indicava a possibilidade de não atingir a área urbana com a formação do reservatório. “Entretanto, esta solução, segundo os estudos, diminuiria o potencial energético da hidrelétrica e ainda aumentaria consideravelmente os custos do empreendimento” (CEMIG, 1990, [sp]).

A localização privilegiada de uma hidrelétrica neste local desencadearia uma série de vantagens adicionais como a regularização das águas de reservatórios de outras usinas de Nova Ponte até Itaipu: “Itumbiara (Furnas), Cachoeira Dourada (Celg) e São Simão (Cemig) no rio Paranaíba, e Ilha Solteira, Jupia e Porto Primavera (Cesp), Ilha Grande (Eletrobrás), todas no Rio Paraná” (CEMIG NOTÍCIAS, 1994, p.2).

Em janeiro de 1986, foi elaborado o plano diretor de construção da usina tendo como objetivo apresentar os estudos referentes ao projeto e construção da usina de Nova Ponte, considerando as suas diversas fases de elaboração, execução e seu impacto sobre o meio ambiente. O plano diretor foi enviado à Prefeitura de Nova Ponte e aprovado pela Resolução n.º 2 de 22.05.1987. Ainda em 1987, foi elaborado o Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), para o processo de licenciamento de instalação da usina.

A relação custo/benefício da hidrelétrica de Nova Ponte encontra-se no RIMA (1987) com a justificativa de que a sua construção, exatamente naquele lugar, sua localização à montante de outras usinas construídas, ou em fase de projeto, permitiria um grande ganho energético em todo o sistema sudeste.

Em 1987, iniciou-se a elaboração do projeto executivo da hidrelétrica pela Leme Engenharia S/A, cujas terras necessárias à execução da obra já haviam sido adquiridas pela CEMIG em 1986. Em maio de 1988, mediante cerimônia política com a presença do Governador do Estado, o rio foi desviado do seu leito normal.

Esse momento, caracterizado pela detonação da bomba que desviaria o rio, foi assistido pelos moradores e simbolizou a convicção de que a barragem não era apenas mais uma obra. Ela se materializava. Tornava-se fato. No auge da construção da hidrelétrica, estimava-se o quantitativo de 2617 pessoas empregadas na CEMIG, empreiteiras e na construção civil na nova cidade (CEMIG INFORMA, Nº 003, novembro de 1992).

Em 14 de outubro de 1993, as comportas da hidrelétrica foram fechadas, iniciando-se a formação do reservatório que ocuparia uma área de 443 km², atingindo áreas de oito municípios da região, os quais representam a área de influência direta da hidrelétrica de Nova Ponte, conforme mostramos na tabela 3, e no mapa 3 já apresentado.

TABELA 3: NOVA PONTE - ÁREA INUNDADA PARA FORMAÇÃO DO LAGO DA HIDRELÉTRICA

MUNICÍPIO	ÁREA/Ha
Patrocínio	13.964
Perdizes	8.186
Iraí de Minas	6.741
Nova Ponte	5.821
Santa Juliana	4.571
Pedrinópolis	3.370
Serra do Salitre	843
Sacramento	804
Total	44.300

Fonte: SILVA, V. P., 1995.

Estava prescrito o fim da cidade de Nova Ponte e o começo de uma cidade nova, outra Nova Ponte. Os moradores acompanhavam, atentos, o ritmo de afogamento da velha cidade. “O nível das águas vem subindo cerca de três centímetros por dia. A capacidade de armazenamento do lago é de 12,8 bilhões de m³ de água” (CEMIG NOTÍCIAS, 1994, p.8).

Incluída no Programa de Expansão do Parque Gerador da CEMIG, sob a denominação de Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, esta usina representa a agregação de 273 *Megawatts* médios de energia firme ao sistema. Desse valor, 233 MW na própria usina e 40 MW médios de benefícios, na usina de São Simão. Já para o sistema Sudeste, representa a incorporação de 536 MW médios de potência. A energia gerada pela hidrelétrica de Nova Ponte alimenta outras centrais distantes, uma vez que está ligada em rede, contribuindo, assim, para a posição do Estado de Minas Gerais e do Brasil como grandes produtores de energia hidrelétrica.

A cidade de Nova Ponte constitui, assim, uma parcela apropriada pelo Estado e colocada a seu serviço. De certa forma ela se apresentava como recurso e problema a um projeto de modernização envolto por uma contraditória relação entre seus agentes. Como recurso tinha a disponibilidade de água e um local apropriado para construção da barragem no Rio Araguari. Como problema, ao menos em princípio, tinha uma população a ser deslocada. Neste sentido, o papel da Associação dos Moradores será crucial na tarefa de organizar e negociar com os moradores da cidade o processo de indenização e transferência para a cidade nova.

3.3.4.1 A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE NOVA PONTE E O PROCESSO DE NEGOCIAÇÕES

Como a construção da obra exigiu a inundação da cidade de Nova Ponte e a construção de uma nova cidade (mapa 2), iniciou-se todo um processo de negociação com os moradores quanto à forma de indenização de suas casas e a mudança para a nova cidade, com intermediação da Associação dos Moradores de Nova Ponte (AMNP), criada para esse fim em 5 de dezembro de 1989.

A diretoria da Associação foi definida em uma ampla reunião realizada no dia 2 de março de 1990, na Igreja Matriz de São Miguel. Era, automaticamente, considerado membro da diretoria aquele que, de livre opção, se manifestasse, contrariando o que reza o Estatuto da Associação no seu capítulo IV, artigo 9º:

Os membros da Diretoria serão eleitos pela assembléia geral ordinária, em votação secreta, e da qual participarão, como candidatos e eleitores, todos devidamente inscritos três dias antes da votação (ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE NOVA PONTE, 1989).

A Presidência da Associação foi ocupada pelo vereador Leonel Brizola Pontes, tendo como suplente seu irmão Jânio Quadros Pontes, que assumiu a presidência quando Leonel se afastou para recandidatar ao cargo de vereador. Entretanto, foi o Padre José Lourenço da Silva Júnior que, embora tendo ocupado uma segunda vice-presidência, na verdade foi quem sempre esteve à frente das negociações quando estas exigiam participação do povo e posicionamento diante de autoridades. Além disso, buscou-se compor uma diretoria com membros representantes de cada bairro da cidade, que fosse proprietário de imóvel, independentemente de sua condição social. O Estado de Minas Gerais publicou no Diário Oficial do Estado em 3 de março de 1990 o Extrato da Associação dos Moradores de Nova Ponte, “sociedade civil sem fins lucrativos e prazo de duração indeterminado, com sede e foro na cidade de Nova Ponte/MG”.

No dia 18 de março de 1990, a nova publicação da Lei Orgânica do Município de Nova Ponte, elaborada pela Câmara de Vereadores, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo 18, definia que:

A Associação dos Moradores de Nova Ponte (AMNP) possuidora de amplos poderes, à qual fazem parte, o Legislativo, Executivo e Comunidade, está apta a oficializar e concretizar todas as negociações inerentes a relocação da atual cidade de Nova Ponte para a futura cidade, em virtude da formação do lago para a construção da usina hidrelétrica por parte da CEMIG (CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE, 1990, p.73).

Há várias controvérsias com relação às datas e ao próprio processo de condução das negociações. Mesmo com a criação da Associação, a empresa definiu-se pela negociação individual, ficando a Associação como interlocutora entre CEMIG e morador. Em 26 de setembro de 1991, foi assinado entre a Prefeitura Municipal de Nova Ponte, Associação dos Moradores de Nova Ponte e a CEMIG o documento que normalizava a permuta dos imóveis urbanos. Assinaram como membros da AMNP neste documento, praticamente, todos os componentes da Câmara de Vereadores.

Além de promover a normalização dos critérios de permuta dos imóveis, também foram estabelecidos os procedimentos para a construção do imóvel pelo proprietário com direito a permuta. De igual modo, definiram-se os critérios quanto aos moradores que optassem por receber a indenização em dinheiro e se mudar para outra cidade.

Assim estabeleceram-se os critérios de indenização de propriedades em Nova Ponte:

- 1) O proprietário poderia vender seu imóvel a CEMIG e mudar de cidade sem direito a lote na cidade nova;
- 2) permutar seu imóvel por outro construído pela CEMIG conforme os padrões da empresa e
- 3) receber a indenização referente ao imóvel na cidade velha em dinheiro. Nesse caso, o proprietário recebia um lote na cidade nova e o dinheiro para a construção da casa⁵⁵, sendo que esse terceiro critério constituiu-se na forma majoritária de opção entre os moradores.

O valor da indenização correspondente ao processo de desapropriação foi dividido em quatro parcelas reajustáveis mensalmente pela variação do índice de custo da construção civil de Uberlândia, publicado pelo Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (SINDUSCON/TAP).

O pagamento de cada parcela era condicionado a um estágio da construção, ou seja: para receber a segunda parcela, a construção era inspecionada por engenheiros da CEMIG que poderiam liberar a parcela ou embargar a obra. O mesmo procedimento acontecia para a terceira e para a quarta parcela as quais foram assim definidas:

⁵⁵ Para o caso de indenização em dinheiro, ao proprietário que optasse por construir sua casa na cidade nova, a forma de pagamento também fora determinada pela empresa.

- 1ª parcela - 25% de entrada para início da obra;
- 2ª parcela - 30%, após conclusão da fundação e alvenaria;
- 3ª parcela - 25%, após conclusão da cobertura, esquadrias e embutidos elétricos e hidráulicos;
- 4ª parcela - 20%, após conclusão do revestimento e piso.

Tendo sido paga a última parcela, o proprietário tinha o prazo de até cento e vinte dias para se mudar e demolir o imóvel na cidade velha. Caso contrário, a CEMIG se achava no direito de demolir o imóvel sem qualquer aviso ou notificação judicial, inclusive ficando a seu critério o destino do material da demolição.

Esse fato específico serviu como estratégia de constrangimento para as pessoas cujas construções na cidade nova estavam atrasadas. Ao se verem isoladas diante dos escombros de construções demolidas, como pode ser visto na figura 2, tratavam então de providenciar sua mudança para a nova cidade.

O empreendimento Usina Hidrelétrica de Nova Ponte permite que se diferenciem dois agentes: por um lado, estão aqueles responsáveis pela elaboração e execução do projeto, representados pelas instituições e empresas, conforme anexo 2; e, por outro lado, aqueles responsáveis pela construção de uma história e de um lugar, enfim, o morador novapontense.

Dois agentes diferentes envolvidos numa trama comum, que era a construção da hidrelétrica, porém, em condições e interesses opostos. Foi, todavia, do segundo agente que esta pesquisa se ocupou, porque foi sobre ele que os reflexos dessa construção deixaram marcas profundas; é nele que as transformações produzirão a memória de um tempo, um espaço, um lugar, uma paisagem. Será ele o responsável pela reconstrução de um outro tempo, de outro lugar, de outra paisagem.

Com o intuito de entender o papel da AMNP, no processo de negociações entre CEMIG e moradores, foram entrevistados os membros da diretoria que se encontram em Nova Ponte e, também, na cidade de Uberaba, em novembro de 2001, julho e setembro de 2002. Assim, no dia 25 de novembro de 2001, foram entrevistados os irmãos Leonel Brizola Pontes, que ocupou o cargo de presidente da Associação, e Jânio Quadros Pontes, suplente, que passou a ocupar o cargo de presidente quando Leonel se afastou para concorrer a uma vaga na Câmara de Vereadores, na eleição de 1992.

Segundo Jânio Quadros, a idéia de constituir a Associação dos moradores surgiu a partir de uma conversa que houve em seu escritório. Ele conta sobre uma brincadeira que fizeram com um vereador que lá se encontrava e que, por causa disso, tiveram a idéia de criar a Associação. *“A gente estava preocupado com a transferência da cidade, pois a barragem já*

estava bem adiantada e a cidade não estava nem iniciada. Aí numa brincadeira com um vereador, o Terrinha, a gente falou que a casa não estava atuante” (Jânio Quadros Pontes).

Ele esclarece que isto foi dito em tom de brincadeira embora com fundo de verdade, pois tinha realmente aquela preocupação com o futuro da cidade. Diz ainda que aquela brincadeira criou um certo constrangimento e que, a partir daí, foi que se propuseram a criar a Associação:

A gente colocou o Padre Júnior e colocou várias pessoas juntas e fizemos uma reunião na igreja. Dessa reunião é que surgiu a Associação. A população foi e participou e dentro disso aí escolheu os membros que pudessem fazer parte da Associação dos moradores (Jânio Quadros Pontes).

Essa brincadeira, como se refere Jânio Quadros, evidencia o poder que a associação assumiu como intermediária entre os moradores e a CEMIG, mas, por outro lado, permitiu também o acesso a informações privilegiadas e a obtenção de benefícios individuais. Para Leonel Brizola, o trabalho da diretoria dessa associação foi tão sério que eles conseguiram coloca-la em situação de maior importância que a Prefeitura e a Câmara, no que se refere à organização e o processo de mudança.

...eu, quando era presidente da Associação de moradores, consegui colocar na constituição municipal, salvo melhor juízo, no artigo 18 das disposições transitórias, que a câmara e a prefeitura dessem total poder à Associação de moradores para dirimir qualquer negociação da CEMIG para a mudança da cidade. A Associação tinha total poder para resolver qualquer problema sobre a mudança da cidade (Leonel Brizola Pontes).

Leonel diz que, por força da Associação, o presidente da CEMIG Ricardo Goulart⁵⁶, foi destituído do cargo, por causa de um embate na condução da mudança da cidade.

A CEMIG ofereceu a Vila Residencial como opção de mudança da cidade. Nós fizemos um plebiscito na cidade velha. Só votavam pessoas idôneas, proprietários de imóveis; deu 92,2% de colocação contrária a ida pra vila residencial. Isso culminou com a queda do Cadin (Leonel Brizola Pontes).

Em momento posterior foi possível então conversar com outros membros da associação, e com membros da comunidade, com a intenção de entender o papel desempenhado pela AMNP, no processo de negociações. Entre os moradores, entretanto,

⁵⁶ Comumente se referem a Ricardo Goulart como Cadin.

surgiu uma insatisfação quanto à atuação de alguns membros da diretoria da AMNP. Eles contam que pessoas ligadas à diretoria, de posse da informação de que estava próximo do momento em que a CEMIG negociaria com os proprietários de imóveis, praticaram uma ação que, de certa forma, lesava alguns moradores.

Esse fato se refere a um processo de compras de lotes, por um preço acima do valor venal, na cidade velha. Segundo informações reunidas durante entrevistas, os moradores que tinham mais de um lote eram procurados com proposta de venderem um dos lotes sob a informação de que a CEMIG só negociaria um único lote por proprietário. Com esse argumento conseguiam comprar desses moradores e, posteriormente, negociar com a CEMIG.

Entrevistamos todas as pessoas que foram membros da diretoria e todos estão convictos de que tal operação era feita dentro da legalidade. Entrevistamos também pessoas que haviam vendido lotes dentro dessa condição. De fato as pessoas se dizem ressentidas por terem sido lesadas, como elas mesmas dizem, no que chamam de “uma forma legal”.

Em outro momento fomos ao cartório de registro de imóveis, com objetivo de entender a frequência com que isso ocorreu em Nova Ponte. O número de imóveis registrados por proprietário e, conseqüentemente, a procedência da propriedade poderia facilitar o entendimento dessas queixas.

Percebemos que havia proprietários com registros de várias propriedades em seu nome, mas no que se refere à procedência, tornou-se impossível verificar a situação pois, ao invés de ser transferido para o comprador, o lote ficava sem nenhuma alteração, aguardando a negociação com a CEMIG, quando então era regularizado em nome do novo proprietário. Os imóveis vendidos na cidade velha eram dispensados da inserção do nome do vendedor com a seguinte recomendação “*dispensado por se tratar de desapropriação*”.

Mesmo com essa queixa de moradores uma grande maioria está de acordo com a importância da criação da AMNP e fazem questão de enfatizar o seu papel no processo de negociações. Todavia, os moradores, principalmente os membros da diretoria, consideram que foi a atuação do Padre José Lourenço da Silva Júnior, que garantiu o êxito dessas negociações.

Cada membro da AMNP se refere ao Padre Júnior como sendo o amigo; o mentor intelectual; a mola-mestra; o líder; o verdadeiro presidente quando perguntamos sobre a participação do Padre Júnior na associação. Essa atuação parece ser entendida como a chave para todo o processo de negociação ter garantido os êxitos que eles fazem questão de anunciar.

3.3.4.2 O PADRE JÚNIOR E A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO

Tendo sido entrevistado em sua residência, na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, José Lourenço da Silva Júnior, o Padre Júnior, não nega a importância de sua atuação na AMNP, mas também não nega como se ressentido de sua saída de Nova Ponte, antes que todo o processo de mudança de cidade estivesse concluído.

Na ocasião da entrevista, ele era pároco da Igreja de São Judas Tadeu, na cidade de Uberaba, mas ainda diz que se considera cidadão novapontense e fala, cheio de sentimentos, sobre a construção da hidrelétrica responsável pela inundação da cidade velha. Ele chegou em Nova Ponte, aos 25 anos de idade, recém-formado, em 02 de fevereiro de 1986, para assumir a sua primeira paróquia em substituição ao Padre holandês, Panfílio Van den Bröeck, que se aposentava, após quase 50 anos de dedicação à Igreja Matriz de São Miguel em Nova Ponte.

Num contexto em que o povo estava acostumado à presença tímida de um Padre já idoso, a chegada de um Padre tão jovem para assumir a paróquia era vista com olhos, às vezes, de admiração, mas também com muita desconfiança. Não tardou para que começassem os comentários de que aquele Padre que não usava batinas, mas freqüentava bares, brincava e participava de festas, não merecia todo respeito que tinham pelo velho Padre Panfílio.

Segundo declarações do Padre Júnior, mesmo ciente dos boatos sobre sua conduta, ele sabia que nada era mais importante do que a responsabilidade que teria de assumir logo depois. Uma de suas grandes emoções, como nos conta, foi assumir a paróquia naquele dia 02 de fevereiro. Mas, segundo disse, noventa dias depois, percebeu que não poderia ser apenas Padre, teria que ser tanto líder espiritual quanto comunitário.

Esta declaração evidencia o fato de que, naquele momento, a atuação da CEMIG na cidade já havia apontado para uma alteração social, sem precedentes, na história daquela gente. Segundo nos conta, até aquela data não havia percebido nenhuma organização da população para se defender das agressões a uma cultura ali estabelecida havia anos.

Percebia claramente que Nova Ponte estava sendo cercada, dentro do monopólio da visão estatal e dentro de um monopólio também de uma visão de irregularidade do que diz do desrespeito à cultura, à dignidade, à vida de um povo que estava perdendo seus direitos básicos de criar sua própria história, de viver a sua própria realidade (Padre Júnior).

Por isso, teve a iniciativa de reunir membros da comunidade para definir uma liderança capaz de congregar as pessoas em torno de uma causa una. Essa fala representa uma outra versão sobre a origem da AMNP. Seu depoimento também versa sobre a significativa atuação da Associação e enfatiza que de fato ela chegou a ter mais poder de decisão do que a Câmara de Vereadores e do que o próprio executivo, nas discussões sobre a cidade nova.

Diferente do discurso do Estado, o Padre propunha que a população pensasse em termo de comunidade e não de forma egoística sobre seus direitos no aspecto físico/material.

Tudo teria que ser feito em comunidade. E essa visão de comunidade foi a mais difícil na organização porque as pessoas estavam acostumadas a viver isoladas, se preocupando com seu pedacinho de terra, com a sua casa, com a vaca que tinha, com aquele emprego que tinha, aquele mundo de subemprego. Enfim, havia um mundo de comodismo muito grande e muito aparente onde as pessoas se acomodavam e achavam que Nova Ponte era isso (Padre Júnior).

A partir dessa atuação no movimento, o Padre Júnior já se via envolto em uma trama mais ampla. Não era mais só Nova Ponte. Os outros municípios atingidos pela hidrelétrica juntaram-se ao movimento iniciado em Nova Ponte, em defesa de seus direitos, sob a liderança incontestável do Padre.

Não era mais Nova Ponte, mas era, também, Santa Juliana, Pedrinópolis, Araxá, Iraí de Minas, Romaria, Patrocínio; entrava toda uma realidade de região que começava a lutar por Nova Ponte. Já era uma história que começava a se construir pelos direitos sociais, políticos e econômicos daquelas cidades da região (Padre Júnior).

Seus depoimentos convergem para um compromisso espiritual, mas, também, e mais específico naquele momento, um compromisso político e social para com Nova Ponte e região. Isso faz com que ele se lembre sempre daqueles que foram solidários com o que chama de “a causa de Nova Ponte”. É o caso do então presidente da CEMIG, Pedro Cesarini. O Padre se orgulha em dizer do seu profundo respeito por ele pela sua atenção com o movimento. “Pedro Cesarini chegou a ponto de se renunciar ao cargo de presidente porque percebeu que ele não estava sendo coerente com aquilo que o seu governo falava: na construção de uma cidade sem respeitar a construção de um povo” (Padre Júnior).

Ele também se lembra da atuação de outro presidente da CEMIG, mas pela sua fidelidade ao Governo. Segundo declarações de Padre Júnior, foi preciso expulsar esse presidente dizendo que ele era *persona non grata* enquanto não respondesse às necessidades do povo.

Finalmente ele fala do sentimento de deixar Nova Ponte em 4 de janeiro de 1992 e a forma como vê, nesse momento em que são passados quase dez anos da mudança da cidade, aqueles moradores que ele ajudou a se tornarem mais conscientes.

Eu vejo um povo que cresceu, que amadureceu desse sofrimento, mas, por outro lado, eu constato que é um povo ainda sem história. Um povo que está perdido nas ruas, nas belas casas, nas belas construções, um povo que ainda não encontrou a sua história. (Padre Júnior).

Segundo o Padre Júnior, não há como negar que tudo o que aconteceu em Nova Ponte passou pelo processo de ruptura. Os quase dez anos passados, desde a grande mudança, são vistos ainda como uma não-história, mas, também, passíveis de se constituírem os primeiros anos da história de um povo e de um lugar.

Enfim, a cidade nova foi construída em conseqüência desse processo. Ela é, ao contrário do que significava a cidade velha, o espaço planejado, no qual começa uma nova história, de velhos e novos moradores. É desse espaço planejado que passamos a nos ocupar a seguir.

3.4 A CIDADE NOVA: UM ESPAÇO PROJETADO

O que buscamos, neste momento do trabalho, é apresentar a cidade nova ou, como foi neste trabalho, o espaço projetado de Nova Ponte. As referências utilizadas são constituídas, basicamente, pelo material elaborado pela CEMIG, como os boletins informativos, artigos de jornal e revistas e documentos oficiais da CEMIG e da Prefeitura Municipal de Nova Ponte.

No que tange à discussão sobre as novas construções simbólicas exigidas pelo fato de terem sido destruídas as antigas referências da cidade velha, baseamo-nos, principalmente, nos trabalhos de Rowntree e Conkey (1980) e Santos (1988), pois entendemos que esta opção corrobora com a compreensão de que entender a cidade nova constitui uma tarefa um tanto complexa. O movimento vivido pela cidade e seus moradores, ou seja, o de destruição e reconstrução, vai além do aspecto visível e material. Ainda assim esse aspecto material torna-se imprescindível na tarefa de desvendar essas relações.

É preciso que reflitamos sobre os símbolos, traduzidos por construções materiais no espaço, e os seus significados, se quisermos entender de forma mais ampla esse processo. Isso

corresponde, segundo nosso entendimento, ao estudo do lugar, o qual é composto de um conteúdo tanto material quanto abstrato. Este é o nosso objetivo com as páginas que se seguem sobre a construção da cidade nova.

Em 6 de julho de 1987, é aprovada a Lei Municipal nº 861 que aprova o projeto de urbanização e delimita o perímetro urbano da nova cidade de Nova Ponte, a ser executado pela CEMIG, a qual previa que, na cidade nova, essa empresa assumiria a responsabilidade da construção de vias públicas, praças, prédios públicos, sistema de abastecimento de água, esgoto, rede pluvial e rede elétrica.

Somente em 1991, tem início a construção da primeira casa na cidade nova, quando também se encerravam as concessões de alvarás para construção, ampliações e reformas na antiga cidade⁵⁷. A mudança para essa outra cidade foi gradativa: à medida que terminava sua construção, o morador se mudava para a casa nova e, na cidade velha, a CEMIG demolia a casa assim que fosse desocupada, evitando ocupações por outros moradores.

Uma situação constrangedora, porém estratégica, foi criada durante o processo de transferência. Os últimos moradores da cidade velha passaram por uma situação um tanto atípica à medida que se viam em meio aos escombros de demolições os quais faziam com que Nova Ponte se assemelhasse a uma cidade bombardeada, o que lhe conferiu o título de Sarajevo do Triângulo, conforme um artigo da revista Isto é Minas, edição de 03 de novembro de 1993, conforme pode ser visto na figura 7, na seqüência de fotos 2A a 2E. Na cidade, o que se viam eram casas sendo demolidas. E cada uma que sumia do traçado deixava o vazio antes preenchido por ela.

Em maio de 1993, a empresa informou que já havia concluído as negociações com todos os proprietários de Nova Ponte. O então Presidente da CEMIG declara: “... em dezembro deste ano vamos ter o prazer de inaugurar a ‘nova Nova Ponte’, sem dúvida a mais moderna e completa cidade do país em termos de conforto” (CEMIG INFORMA, usina de Nova Ponte, Nº 005, maio de 1993).

Nova Ponte renasce para novos desafios. Esta é a manchete do Boletim CEMIG, nº 007, de 24 de fevereiro de 1994. Simbolicamente, a cidade foi inaugurada em 17 de dezembro de 1993, a fim de preservar a data oficial de aniversário da cidade velha. Oficialmente, a inauguração da cidade, com a presença de autoridades políticas, aconteceu em março de 1994.

Uma cidade recém-saída do forno é o que diz o artigo da revista Isto é Minas, ao referir-se à nova cidade de Nova Ponte, e reforça a melhoria da infra-estrutura como o grande

⁵⁷ Informação contida no CDcard - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE - www.novaponte.mg.gov.br, sob a organização da Prefeitura de Nova Ponte.



Foto 2A



Foto 2B



Foto 2C



Foto 2D



Foto 2E

Figura 7: Fotos 2A a 2E - Demolições na Cidade Velha (Fotos do Autor/1993)

ganho dos moradores: água tratada, esgoto, iluminação pública, rede telefônica e ruas asfaltadas e declara que isso foi um complexo que custou 30 milhões de dólares à empresa.

Para o Padre Júnior, em entrevista à revista Isto é Minas, o morador novapontense pode ser definido como “*um povo que perdeu suas histórias, suas raízes e, quando viu as casas bonitas, deixou de ver a CEMIG como lobo para vê-la como mãe*” (ALVES, 1993, p.14).

No que se refere aos benefícios, os diversos meios de comunicação trataram de expor como os moradores de Nova Ponte ganharam com o empreendimento. No artigo do Boletim CEMIG de 25 de fevereiro de 1994, consta a informação de que a negociação abrangeu 1300 proprietários na área urbana e mais 1458 proprietários na zona rural.

Na área urbana, foram construídos pela CEMIG 36 prédios públicos e um cemitério. Também ficou a cargo da empresa o traslado dos restos mortais do cemitério da cidade velha para o novo cemitério. A área alagada para formação do reservatório foi de 44.300 hectares e gerou um custo da ordem de vinte e cinco milhões de dólares para a CEMIG. Mas, a empresa projetava para o final da obra um gasto total de um bilhão de dólares na implantação da hidrelétrica de Nova Ponte, considerada, no Boletim CEMIG, como a principal obra do setor elétrico em todo o Sudeste brasileiro.

Esse momento pode ser analisado como tendo causado profundas mudanças na vida dos moradores de Nova Ponte. Conforme palavras do então Presidente da CEMIG, Carlos Eloy, na inauguração da usina em setembro de 1994, ousadia e profundas mudanças eram necessários ao setor energético, pois do contrário as estatais do setor elétrico corriam o risco de ser sucateadas.

Essas mudanças na vida dos moradores foram acompanhadas e organizadas, pela AMNP, fruto do movimento iniciado em 1988, sob a liderança do Padre Júnior. Uma empreitada difícil seria enfrentada tanto pelos moradores, quanto pelas pessoas responsáveis pelo processo de negociação, como mostramos neste capítulo.

No livro Memória Histórica de Nova Ponte⁵⁸, o depoimento do então presidente da AMNP, Leonel Brizola Pontes, define o momento de transição como sendo difícil e

⁵⁸ Em 1990, a CEMIG publica o projeto Memória Histórica de Nova Ponte, desenvolvido pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, a partir da assinatura de um convênio entre as duas instituições. O projeto, cujo título é Projeto Executivo, Estudos Ambientais, Memória Histórica de Nova Ponte, constitui-se numa tentativa de se preservar a memória de um lugar já fadado à destruição. A obra é composta de cinco volumes publicada em oito livros, e se constitui numa importante fonte de memória sobre a cidade submersa de Nova Ponte. Traz, entre outros assuntos, o momento histórico de construção da usina, a memória urbana, a memória arquitetônica e memória do cotidiano. O conjunto dessa obra foi condensado em uma outra publicação de um livro com o título Memória Histórica de Nova Ponte, que foi lançado em 1997, pela CEMIG. Neste livro ainda se encontra uma exposição sobre a cidade nova.

complicado. “A quadra 39, por exemplo, tinha 150 imóveis. Como mudar isso para uma quadra de 20 imóveis?”. A situação era difícil tanto em termos teóricos quanto práticos, pois mudava uma cidade inteira, partindo-se de uma experiência já enraizada no lugar, para uma cidade cujas novidades nunca tinham sido experienciadas por aqueles moradores. A fala de Leonel evidencia a impossibilidade de, na cidade nova, preservarem-se as relações de vizinhanças vividas na cidade velha.

O morador começa a sentir a sensação de estranheza em relação à nova cidade. Muitas vezes já nem sabia onde morava aquele vizinho que, por tantos anos, estivera perto de sua casa, quando tinham uma convivência, no dia-a-dia, bastante próxima. Na cidade nova, começa-se a desenrolar uma nova trama, uma outra relação de vizinhança, e outras experiências são compartilhadas. Por meio destas novas experiências, começam então a se apropriar do novo espaço, e nessa organização cria-se uma nova sociabilidade.

O traçado da cidade também contribuía para a sensação de estranhamento do morador em sua própria cidade. Sua, mas não a mesma, como mostra a figura 8, apresentada pela foto 3. Nada aí tinha a mesma disposição de antes. É chegada a hora de reconstruir o lugar, lidar com novos desafios, aprender a se localizar, tomar posse do que é seu de direito e torná-lo seu de fato.



Figura 8: Foto 3 - Vista da Cidade Nova (Cedida por Wirson Resende/2003)

O ganho material para o trabalhador novapontense foi significativo. Isso, aliado à possibilidade de comprar móveis novos e até um carro usado, além da casa nova que construiu, facilitou o processo de negociação com a CEMIG, conforme descrito anteriormente. O ideário do progresso promove a supressão de formas e relações e a carência de bens de consumo aliada à possibilidade de adquiri-los é o trunfo utilizado no discurso técnico como forma de garantir os projetos de grande vulto.

Passada a fase de construção da barragem e já morando numa cidade nova, sem as velhas referências do cotidiano, o trabalhador se vê paulatinamente de volta às antigas relações de trabalho e aos níveis de salários inferiores. Isso já havia sido previsto pelo Padre Júnior quando disse à Revista Isto é Minas: “*o pessoal está namorando a cidade nova e se esquece de que o futuro só promete desemprego*”.

Ramos de atividades interrompidos no auge da construção da barragem por falta de mão-de-obra, agora reabrem suas portas, pois o trabalho, ao que parece, é o velho esquema de volante, nada novo, apenas um retorno. Muitos, por algum tempo, recusaram a trabalhar por um salário inferior ao que já se haviam acostumado, sem perceber seu caráter temporário. Como ganhar quase quatro vezes menos o salário que se percebia antes?

Todavia a realidade os obrigava a encarar o fato: era preciso se reencontrar nesta nova cidade, nesses novos traçados. Era preciso entender o que era essa nova construção ou, antes, precisavam reconstruir um novo cotidiano e então construir, de fato, a cidade nova. Os passos perdidos entre as ruas e casas novas anunciam que aquele outro tempo acabou. De vez em quando uma abordagem de um velho conhecido querendo saber onde mora outro velho conhecido de quem, agora, não se sabe o endereço.

Uma expressão de desânimo e surpresa no rosto ao descobrir que o antigo vizinho que morava em frente sua casa, agora mora em outro bairro. “*Aqui todo mundo mora longe*”, diziam com frequência. “*Todo mundo parece estranho...*” Cada gesto, cada novidade, cada estranheza, anunciava que, na cidade nova, a distância social entre os moradores era maior que outrora.

Assim, na cidade nova, “habitat e habitante vão se conformando, como se procurassem uma nova linguagem após um período de estranhamento” (PENNA, 1997, p.129). A construção da cidade nova unificou os dois lados do rio. Que teria acontecido com a antiga rivalidade entre os moradores? Estaria resolvido o problema, a partir da eliminação da barreira física representada pelo rio que os separava?

Conforme entendimento nesta pesquisa, a origem deste problema não estava ancorada na presença do rio. Sua existência era, na realidade, a expressão de um fator social,

que funcionava inclusive como uma forma de controle social. Todavia, na cidade nova, as diferenças que davam ao lado de São Miguel aquela aparência que despertava um tom de superioridade, praticamente foram eliminadas.

Despertou-nos a idéia de observar como esse aspecto do cotidiano da cidade velha se manifestaria, ou antes, se ele se manifestaria na cidade nova. Os Bairros São Sebastião e São João têm a mesma infra-estrutura de São Miguel e a mesma acessibilidade, quiçá mais privilegiada, a vários pontos da cidade.

Uma nova linguagem é exigida por esse espaço projetado. Na nova cidade não há os frondosos pés de mangas. Não há a denominação de mangueira que era atribuída ao Bairro São Sebastião e, conseqüentemente, elimina-se a denominação de chiqueiro que era atribuída ao Bairro São Miguel.

Nesse novo espaço, não há três moitas, porque a cidade foi unida por ocasião de sua construção. Não tem gravatá: a zona de prostituição foi retirada dos limites da cidade e, praticamente, escondida num local que dá acesso à área da cidade velha, fora dos limites de qualquer bairro. O morro de pedras, não tem razão de ser, porque o Bairro São Francisco é bastante plano e dotado de infra-estrutura. Na cidade nova, não existem becos, nem fileirinhas de casas, existem bairros.

A configuração espacial desses bairros foi redefinida e, além disso, mais três novos bairros compõem o conjunto da cidade: Medalha Milagrosa, Industrial e Amélia Benevides. Eles agora são conhecidos pelos verdadeiros nomes. Mas surge, na nova linguagem, a vilinha, que é um termo pejorativo pelo qual eles reconhecem o Bairro Amélia Benevides.

Outros termos passam a ser recorrentes na linguagem das pessoas, quando atribuem ao bairro e aos seus moradores os epítetos de violentos, lugar de bagunça, droga e tráfico, lugar de baianos ou nortistas. Ainda se tratando de denominação, também passaram a ser usados termos como os daqui, os da casa, nós, para se referirem aos moradores de Nova Ponte e eles, os de fora, os baianos ou, os nortistas, para se referirem aos moradores que chegaram na cidade após a grande mudança.

Os equipamentos urbanos passaram a assumir o valor de sua condição. Agora eles servem, muito mais que antes, de referência para localização, enfim, servem à identificação. As ruas, constituem uma evidência dessa afirmação. Mesmo sendo conhecidas por seus nomes, e não mais pelo nome do morador, eles usam a referência de um equipamento para indicação de um lugar, como por exemplo, é perto da Igreja, da Casa da Cultura, da Prefeitura; é na rua do cemitério, próximo ao colégio, ou da escola São Miguel ou José

Teodoro. Isso significa que há uma nova forma de se localizar, de se encontrar e de se relacionar com os equipamentos.

Na nova linguagem, falam muito do espaço da fábrica, o lugar do trabalho. Falam da fábrica de palitos Gina e na Nova Ponte Armazéns Gerais Ltda (NOVAGEL), empresa de armazenamento de grãos e indústria de produtos alimentícios. Essas empresas, junto com outras, como a Cerâmica São Miguel, ou a Nova Ponte Empreendimentos Agrícolas, que é a Caxuana S/A, garantem o emprego em Nova Ponte, além de permitirem que o morador mantenha o padrão de vida mais elevado desde os trabalhos de construção da hidrelétrica. Isso serve como respostas à preocupação do Padre Júnior quanto às possibilidades de desemprego na cidade nova como referimos neste capítulo.

Da mesma forma, falam muito da prainha, da festa realizada pelo Sindicato dos Produtores Rurais, a EXPONOVA, e do Clube Social, como espaços de lazer. Não se fala mais em boteco de verdura, como eram conhecidos os pequenos estabelecimentos destinados à venda de verduras, mas fala-se em feira livre ou em sacolões.

Os supermercados não são mais conhecidos pelos nomes dos proprietários, mas, sim, pelos seus nomes. Na cidade, criou-se uma nova linguagem, por meio da qual se percebe o que são os novos símbolos, o que é importante no cotidiano dos moradores e como se desenvolve a vida cotidiana após a execução da obra.

Rowntree e Conkey (1980) afirmam que os símbolos, assim como a sua escala de significados, tendem a se modificar, à medida que os valores sociais mudam, para manterem a congruência cultural. Em Nova Ponte, as mudanças sociais promovidas pela intervenção no cotidiano dos seus moradores favoreceram a criação de novos objetos, comportamentos, conceitos ou características, que passam a adquirir nova significação simbólica. Desde que haja uma relação entre a sociedade e o conjunto de formas, materiais e culturais, no lugar, a mudança social pode aí significar mudança dos lugares.

Para Santos, “é a sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida” (1988, p.88). Nisso evidencia-se que a sociedade, ao agir sobre o espaço, não age somente sobre os objetos como realidade física, mas também como realidade social, formas-conteúdo, ou seja, objetos sociais já valorizados, aos quais ela busca oferecer ou impor um novo valor.

Neste sentido, novos símbolos se impõem na paisagem urbana de Nova Ponte e passam a compor o cotidiano dos moradores. Há casos em que estes se constituem de construções que já existiam na cidade velha, mas delas não guardam qualquer semelhança, embora sirvam às mesmas funções. Ilustram esses casos a Prefeitura e a Câmara

Municipal, ou a Escola Municipal São Miguel ou ainda o Asilo São Vicente de Paulo, que, na cidade velha, era conhecido como “as casinhas de São Vicente”, e a cerâmica São Miguel.

Outras vezes dentre esse conjunto de construções se revela parte do que na introdução deste trabalho chamamos de Peças de Coleção. São as construções réplicas das que existiam na cidade velha e hoje formam um patrimônio na cidade nova. Sua reconstrução, ou sua renovação, se destina a uma outra clientela e a outros usos e a experiência de vida, entre o morador e essas construções, hoje é menos representativa do que foi outrora.

Todavia, dentre o que chamamos de novos símbolos da paisagem urbana, destacam-se outras construções que, de fato, nunca desempenharam um papel de identidade dos moradores. São símbolos que nunca fizeram parte de sua vida cotidiana, mas que hoje os envolvem numa nova trama em sua vida real.

Esses novos espaços foram criados, às vezes, por especulação ou ainda como expectativas de melhores condições de vida. O fato é que, agora, eles introduzem um novo significado aos objetos simbólicos nesse outro contexto. São espaços de trabalho e de lazer, cujas construções passam a ser experienciadas e adotadas como símbolos da cidade nova.

Dos novos espaços criados, se destacam a Prainha, que é a praia artificial construída à margem do reservatório da usina; uma ampla rede hoteleira para uma cidade pequena como Nova Ponte; a empresa Novagel de secagem, armazenagem e industrialização de grãos; a fábrica de palitos Gina e, ainda, a feira livre instalada na cidade.

Em conjunto, esses espaços representam uma nova forma de o morador se identificar dentro do grupo e com a sua cidade. São construções materiais que captam o olhar atento do cidadão comum. São, ao mesmo tempo, construções simbólicas dedicadas ao trabalho e ao lazer e que fazem parte da vida de homens e mulheres já em avançado processo de readaptação e reconstrução do lugar.

As formas físicas constituem os símbolos que compõem a paisagem urbana e, como símbolos, carregam a informação sobre a posição no tempo. “Historic buildings, monuments and statues all signify social continuity by evoking not just specific memories

of what gone before, but also that there was existence and life before⁵⁹” (ROWNTREE e CONKEY, 1980, p. 462).

Esta é a razão por que se considera importante pensar a respeito da construção destes símbolos em Nova Ponte. Todas as construções aí têm, praticamente, a mesma idade. Desta forma não poderiam, hoje, trazer uma informação sobre sua posição no tempo. Então, o que esses símbolos, ou mesmos as chamadas Peças de Coleção, evocam para os moradores de Nova Ponte? Ao nosso ver, e como será mostrado no capítulo IV, esse patrimônio representa o elo entre a cidade submersa e a cidade nova, embora sua história possa evocar mais nitidamente um acontecimento, qual seja, a construção da hidrelétrica, do que necessariamente um tempo.

Talvez o próprio morador ainda não tenha consciência de que ele é personagem de uma história transformada por força da execução de um grande projeto. A dez anos de inauguração da cidade nova, os moradores e a cidade estão em pleno processo de construção do que se constitui em uma nova história, do grupo e do lugar.

Assim, nesse espaço projetado, as experiências do passado, para aqueles que viveram na cidade velha, não darão aos mais velhos a autonomia de falar como quem já viveu mais e que, por isso, conhece mais que os jovens a história da construção do lugar. Eles se encontram em um mesmo patamar. E a cidade nova está aí para ser apropriada e experienciada.

É no dia-a-dia que os novos objetos começarão a fazer parte de histórias comuns e que irão ser identificados com ares de mais significado. São nas experiências cotidianas que, a nosso ver, os objetos se tornam símbolos de identidade, com diferentes níveis de significação. Isso equivale a dizer que são nessas experiências que se criam os lugares.

Por entendermos desta forma é que propusemos pensar a reconstrução da cidade a partir do que chamamos de construção do lugar. Pensar as relações cotidianas pode ser o caminho para melhor revelar as atitudes, as decisões ou mesmo as artimanhas dos moradores para se adaptarem nesse espaço projetado e, finalmente, reconstruí-lo ao seu modo de forma a torná-lo um lugar.

⁵⁹ Construções históricas, monumentos e estátuas, todos significam uma continuidade social por evocarem não apenas memórias específicas do que foi antes, mas que havia existência e vida anteriormente.

Este é o propósito do capítulo IV, nas páginas seguintes, onde procuramos situar o leitor, no conjunto das transformações em Nova Ponte. Posteriormente, discutimos o efeito dessas transformações sobre o comportamento dos moradores. Não obstante, esse capítulo constitui um esclarecimento sobre a nova configuração espacial da cidade.

CAPÍTULO IV: MUDANÇAS SÓCIO-ESPACIAIS EM NOVA PONTE EM CONSEQÜÊNCIA DA EXECUÇÃO DE GRANDES PROJETOS

4.1 RECONSTRUINDO NOVA PONTE

Começar pela dimensão mais objetiva do espaço, que é a da sua materialidade, não é uma opção evasiva dada a sua grande importância na tarefa de explicar os acontecimentos que culminam com uma reorganização em grande parte, ou totalmente, de uma condição criada e desenvolvida anteriormente.

Com esta perspectiva, partimos da leitura da planta da cidade nova, comparando-a com a da cidade velha, uma vez que essas plantas constituem os principais instrumentos de pesquisa nesta parte da tese, possibilitando-nos fazer um reconhecimento do processo de transformação do espaço em Nova Ponte a partir da construção da hidrelétrica.

Em Nova Ponte, a execução do projeto de modernização do campo também causou efeitos sociais de grande significado. Esse momento já foi abordado nesta pesquisa, especialmente no capítulo III, quando procedemos à caracterização da cidade velha. O objetivo foi enquadrar esse acontecimento no conjunto das transformações ocorridas no município sem, contudo, perder de vista que o foco principal aqui está nos efeitos sócio-espaciais produzidos pela construção da hidrelétrica.

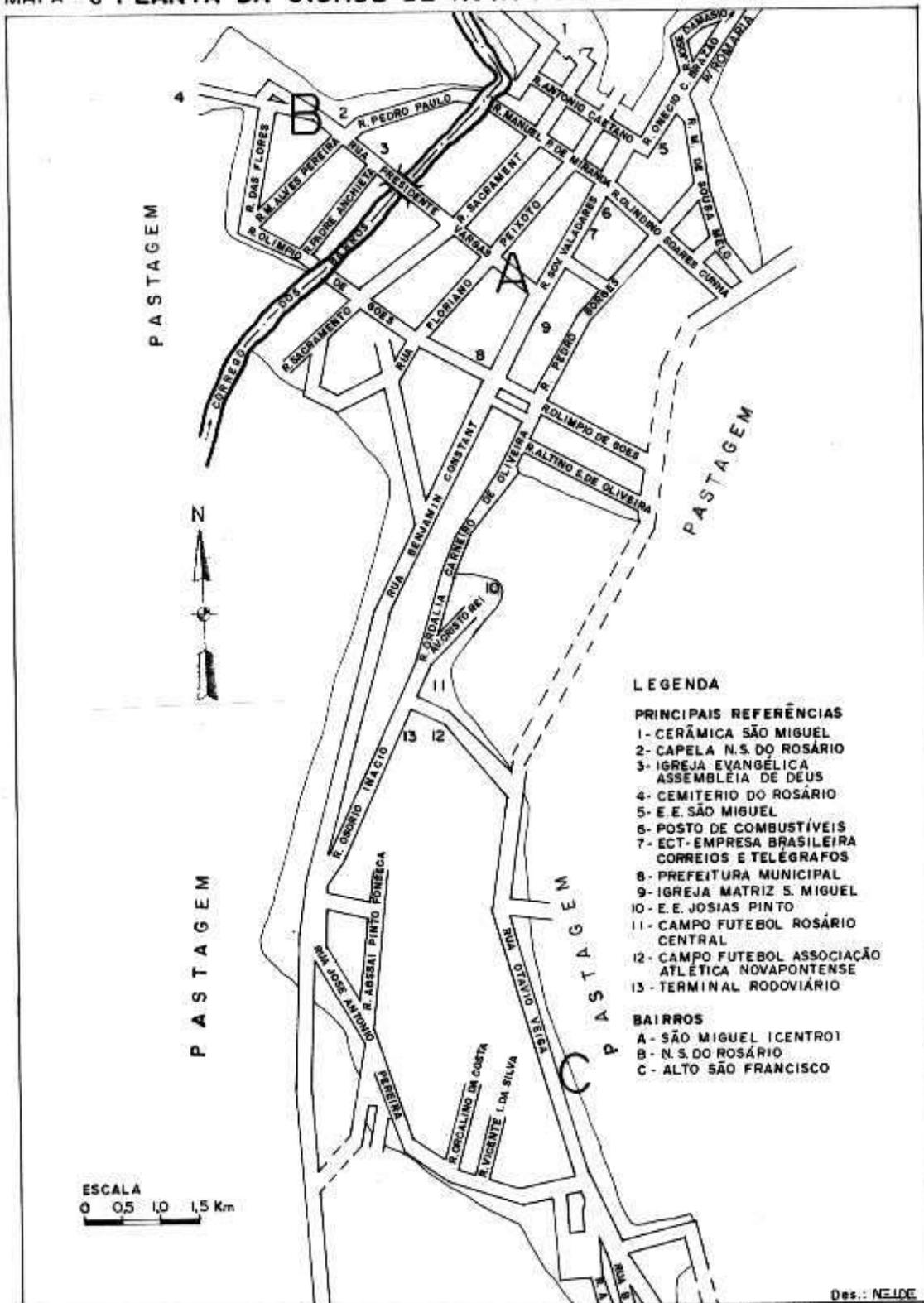
Nesse momento, com base na dinâmica dos bairros e apoiados em dados estatísticos levantados durante pesquisa de campo e em documentos oficiais, buscamos compreender como esta reorganização do espaço, exigida pela execução do projeto do Estado, pode significar a inserção de Nova Ponte em um espaço mais amplo, qual seja, o espaço regional.

Como isso altera os hábitos dos moradores acostumados a uma organização em que a velha cidade era orientada, quase exclusivamente, para o local? Este questionamento deve guiar o passo seguinte da pesquisa que é, na busca de respondê-lo, caracterizar a mudança no comportamento social do morador.

As plantas das duas cidades, aqui identificadas nas figuras 9 e 10, como mapas 6 e 7 respectivamente, foram elaboradas pela Prefeitura Municipal e por nós reorganizadas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa. A planta da cidade velha, ou mapa 6, e esta constitui uma primeira informação, não apresenta a situação dos Bairros São Sebastião e São João que,

FIGURA 9

MAPA 6 PLANTA DA CIDADE DE NOVA PONTE - CIDADE VELHA



Fonte: IGA - INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS - MAPA DO MUNICÍPIO DE NOVA PONTE
 Org.: VICENTE DE PAULO DA SILVA - 2003

FIGURA 10

MAPA 7 : PLANTA DA CIDADE DE NOVA PONTE - CIDADE NOVA



como já fora dito, estavam espacialmente separados cerca de três quilômetros do lado de São Miguel cujo marco principal dessa divisão era a presença do Rio Araguari. Para a cidade nova, a planta, ou mapa 7, já apresenta essa outra configuração em que o antigo lado de São Sebastião já aparece de forma contínua e contígua, dando outra feição à paisagem urbana.

O procedimento adotado foi o da leitura da planta, bairro por bairro, descrevendo a localização dos equipamentos públicos e da forma como eles aí se distribuem⁶⁰. De acordo com a expressividade do equipamento público encontrado em cada bairro, procedemos a sua descrição como forma de propiciar, ao máximo, o entendimento da caracterização do bairro.

Para isso, utilizamos nosso conhecimento prévio pois, como já dissemos, Nova Ponte constitui a nossa terra de origem. Também nos baseamos em informações prestadas por moradores e em documentos adquiridos durante a pesquisa de campo. Finalmente, como parte mesmo de um trabalho de campo, caminhamos pelos bairros e ruas da cidade, de posse da planta fazendo um reconhecimento da realidade *in loco*.

Quanto aos documentos que corroboram com o desenvolvimento desta pesquisa, constituem nossa fonte de consulta a Resolução nº 02, de 29 de maio de 1987, que aprova o plano diretor de relocação e reconstrução da nova cidade; a Lei n.º 861, de 6 de julho de 1987, a qual aprova o projeto de urbanização e delimita o perímetro urbano de Nova Ponte; e também nos servimos Plano Diretor da Usina como documentação para os procedimentos desta caracterização.

O empreendimento Usina Hidrelétrica de Nova Ponte conferiu aos moradores um fato comum situado e localizado no tempo e no espaço. A concretização desse projeto do Estado mineiro produz um novo tempo e traça uma nova forma de viver e de se localizar no espaço.

Soja (1993), na sua interpretação sobre o conceito de reestruturação, fornece elementos para compreensão dos efeitos da execução de projetos que promovem grandes mudanças na sociedade. A reestruturação, conforme propõe o autor, aponta para a idéia de uma ruptura nas tendências seculares e também sugere mudanças rumo a uma ordem e configuração diferentes da vida social, econômica e política. Na idéia de reestruturação, segundo o autor, está contida uma combinação de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição.

⁶⁰ Entende-se, conforme Waibel, que processo de observação é fundamental no ato de uma descrição, pois, de acordo com suas palavras "...observar é o ato de ver ligado ao ato de pensar, e significa que se tem de interpretar o que é visto, segundo orientação pré-estabelecida" (1979, p.34).

Em Nova Ponte, a construção da hidrelétrica incidiu sobre toda a sociedade, alterou a fisionomia da cidade, criou uma nova paisagem, e uma nova cidade foi reconstruída para abrigar os moradores daquela que foi submersa. Nessa nova cidade, primeiro paira a perplexidade e, em seguida, inicia-se o processo de reapropriação do espaço urbano, o que aqui será entendido como a reconstrução da vida cotidiana.

A dimensão de desmoronamento e reconstrução, definida por Soja, se complexifica em Nova Ponte, pois não se trata de reconstruir parte de uma cidade ou obras isoladas; trata-se de reconstruir toda a cidade e, por isso, entendemos que os efeitos da execução desse projeto são de alcance considerável e não poderiam, como já dissemos, estar todos contidos no projeto em si.

Em conseqüência de uma decisão tomada externamente, a comunidade é submetida a esse processo antagônico de construção e reconstrução do seu lugar. Todavia, “na reconstrução do lugar o grupo procura encontrar seu equilíbrio antigo sob novas condições” (HALBWACHS, 1990, p.137).

Halbwachs diz que pelo recurso à memória o grupo poderá reencontrar esse outro tempo e lugar, aquele anterior ao empreendimento. Não se trata, segundo ele, de um retorno, seguindo em sentido inverso e de modo contínuo, a série de trabalhos, demolições, traçados das ruas. Ao contrário, deve-se necessariamente guiar pela planta da cidade antiga, transportando-se até ela em pensamento.

Da cidade submersa, poucos são os vestígios que, na cidade nova, servirão de testemunho de sua história. Eles se caracterizam por construções que guardam grande significação de um tempo que hoje apenas sobrevive na memória daqueles que lhe deram sentido. Construções físicas tornadas réplicas daquelas que existiram na cidade velha parecem selar os laços que unem esses dois tempos, o antes e o depois da barragem.

Os efeitos sociais advindos com a inundação da cidade velha e a construção da cidade nova são complexos e abrangentes. Das atitudes rotineiras, com aparência de imutabilidade, o morador se depara com as incertezas do novo, tão desconhecido quanto fascinante.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE NOVA PONTE SEGUNDO A CONFIGURAÇÃO URBANA E A DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

4.2.1 O Bairro Industrial

Esta empreitada se inicia a partir do que podemos considerar como a porta de entrada e saída de Nova Ponte, ou seja, o Bairro Industrial. Ele foi concebido na cidade nova para fins residencial e comercial. Foi estabelecido, de início, que 76 lotes comporiam esta área, chamada industrial e de comércio de grande porte.

A área foi projetada para comportar as indústrias existentes na cidade velha, mas, também, para implantação de novas indústrias propiciadas pela concepção de Nova Ponte como uma cidade moderna, conforme previsto na Resolução nº 02. Tendo sido dotado de infra-estrutura necessária à construção de uma indústria, o bairro abriga, de fato, oficinas mecânicas, marcenarias, pequenas unidades de beneficiamento de arroz, depósitos de material de construção e a Cerâmica São Miguel, consideradas as indústrias da cidade velha.

Quanto à cerâmica São Miguel, que constituía, de fato, a única indústria na cidade velha, ela foi construída em 1959 por pessoas da própria cidade. Da mesma forma, ela, praticamente, constituía-se no único local de trabalho que empregava uma parcela dos trabalhadores na área urbana. A cerâmica podia ser vista de qualquer ponto da cidade dada a enorme imponência de suas chaminés, como podemos observar na figura 2, mostrada na página 70.

Em toda a área urbana, também podíamos ouvir o apito da sirene que chamava os trabalhadores para a nova jornada de trabalho. A sua regularidade levou a que muitos moradores também marcassem assim o tempo, tornando-se uma espécie de relógio que despertava às 6:00, 6:30, 10:00, 11:00 e 16:00, definindo o horário da escola, do almoço ou do compromisso marcado. Quando havia morte na cidade, dava-se apenas um pequeno toque na sirene ou, mesmo, deixava-se de fazê-lo, como sinal de respeito pelo fato ocorrido.

Houve uma época em que se produziam telha francesa e lajota; optou-se, depois, pela produção unicamente de tijolo que chegou a 30 peças por minuto. Mensalmente essa produção chegava a 360.000 peças, e a comercialização era feita com cidades vizinhas, principalmente, Uberlândia.

A construção da nova cerâmica foi acompanhada de uma significativa modernização das instalações e aumento da produção diária e mensal que, a partir da inserção da tecnologia

moderna, chegou à cota de 75 peças por minuto, o que equivale a 1.000.000 de peças por mês. Isso, segundo informações de seus proprietários, foi acompanhado de um tímido aumento na oferta de empregos⁶¹. Houve, ainda, uma inversão no tocante ao consumo da produção que se deslocou em favor de Uberaba (60%); Uberlândia (30%); Nova Ponte (03%); e outras cidades (07%).

A construção da hidrelétrica causou um efeito considerado negativo pelos proprietários da indústria e que incidiu diretamente na sua produção: a argila para confecção do tijolo era retirada das margens do Rio Araguari, nas proximidades de Nova Ponte. Com o enchimento do reservatório, as reservas no município foram todas submersas. Um acordo selado entre a CEMIG e a empresa garantiu que a CEMIG fizesse um estoque dessa matéria-prima para suprir por um período de vinte anos a necessidade da indústria, uma vez que suas reservas naturais ficariam submersas. O estoque proporcionado pela CEMIG esgotou-se em apenas dez anos de uso, uma vez que a modernização da empresa exigiu a intensificação no uso da argila. Esse fato obrigava a que novas reservas fossem exploradas e, nesse caso, consegui-las ficou mais difícil aos proprietários da cerâmica que tinham de retirar a matéria-prima em cidades vizinhas, como Sacramento e Irai de Minas⁶².

Na paisagem urbana de hoje, já não se vêem as imponentes chaminés da cerâmica nem o apito da sirene serve mais como referência de tempo para os moradores. Novas indústrias na cidade mudaram os hábitos das pessoas e criaram outros hábitos. Agora é o tempo da Gina, da Novagel e dos diversos novos espaços criados.

Ainda no Bairro industrial, encontra-se outra construção de grande significado na vida dos moradores de Nova Ponte que é o Parque de Exposições Joaquim Teresvaldo dos Santos. Ele foi conseguido por reivindicação do Sindicato dos Produtores Rurais de Nova Ponte, e ocupa uma área de 37.000 m². Esse parque constitui-se em uma construção de grande importância para a cidade e moradores, em decorrência do fato de Nova Ponte ser considerada um município praticamente agropecuário. De acordo com a Resolução n° 02, da Prefeitura Municipal, “a nova cidade merece ter um espaço físico suficiente para que os produtores locais exponham suas mercadorias”.

⁶¹ O fato de que a oferta de emprego pouco cresceu com a modernização das instalações e dos meios de produção, segundo nos informaram, é explicado em função de que, na cidade velha, o trabalho era praticamente manual e demandava um certo número de funcionários e, por seu turno, com a modernização alguns setores passaram a exigir menos funcionários enquanto outros, conseqüentemente, exigiam mais. A situação era resolvida mais com o remanejamento do que necessariamente a admissão de novos empregados.

⁶² Isso provocou um encarecimento no produto final o que o fez ser menos atraente para Uberlândia que dispõe de outras indústrias nesse ramo e que oferecem os produtos a preços mais acessíveis. Por esse motivo é que a distribuição do produto se deslocou para a cidade de Uberaba.

O espaço do parque de exposições representa uma nova forma de encontro, de se distrair, como dizem os moradores. A sua presença marca uma nova fase ou dá um novo sentido à festa em Nova Ponte⁶³. Assim a iniciativa do Sindicato trouxe mudança nos hábitos dos produtores rurais. Com a inserção de tecnologia, de meios de comunicação e, principalmente, de acesso às informações, esse processo de mudança pôde ser facilitado.

A mudança nos hábitos, que aqui aludimos, fez com que os produtores rurais se inserissem em novas relações, com o próprio campo, mas, também, com o conjunto dos moradores da cidade. Uma interação, nessas proporções, nunca havia sido experienciada entre esses dois segmentos. Como marco dessa interação, podemos citar a realização da exposição denominada EXPONOVA, um evento anual organizado pelo Sindicato dos Produtores Rurais e que veio introduzir no cotidiano dos moradores um novo significado ao sentido de festa.⁶⁴

Finalmente, merece ser destacado que no Bairro Industrial foi construído o Matadouro Público Municipal. Essa iniciativa de se construir o matadouro estava prevista na Resolução nº 02/1987, “com vistas a facilitar a vida dos açougueiros e, conseqüentemente, garantir mais higiene aos consumidores”.

Em Nova Ponte, o rebanho bovino para abate era criado em fazendas dos donos de armazéns ou então, vez por outra, adquirido em outras fazendas. Já o rebanho suíno era comumente criado em fundos de quintais tanto de donos de armazéns como de outros moradores que vendiam para os açougues ou supriam suas casas.

No caso do abate caseiro do porco, era uma prática habitual o gesto de divisão entre vizinhos e parentes. Cada um recebia um pedaço de carne como cortesia ou agradecimento por ter participado da engorda do animal oferecendo restos de comida que armazenavam durante a semana.

O matadouro representa uma mudança de hábito em Nova Ponte, pois garante o controle fiscal e sanitário por parte do Estado sobre o abate dos animais. Além disso, outras medidas, como a proibição da prática de se criarem porcos dentro da cidade e a exigência do carimbo da vigilância sanitária nos produtos a serem distribuídos pelos açougues, contribuíram para garantir o cumprimento dessa norma.

Seguimos o trajeto para caracterização dos bairros e dos equipamentos urbanos. Ao deixarmos o Bairro Industrial, entramos no limite de outros bairros – à direita, encontramos os Bairros São Francisco e Medalha Milagrosa; e à esquerda, os Bairros Nossa Senhora do Rosário e Amélia Benevides.

⁶³ Sobre isso, tratar-se-á, mais detalhadamente ainda neste capítulo.

⁶⁴ Esse aspecto também será tratado de forma mais específica neste capítulo.

4.2.2 OS BAIRROS MEDALHA MILAGROSA E SÃO FRANCISCO

O Bairro Medalha Milagrosa é habitado por moradores que vieram, principalmente, do São Francisco na cidade velha; nele se encontra a sede do Sindicato dos Produtores Rurais de Nova Ponte⁶⁵, o qual se tornou um ponto de referência importante para os moradores da cidade.

A presença e a atuação do Sindicato dos Produtores Rurais em Nova Ponte contribuiu, de forma incisiva, para a definição de rumos e para a inserção de novos hábitos no cotidiano dos moradores, como mencionamos anteriormente. Sua história começa por volta de 1985, ainda na cidade velha, funcionando de forma precária em uma casa alugada para esse fim, quase sem móveis e equipamentos necessários ao desempenho de suas atividades.

A mudança da cidade marcou também a história do Sindicato. Na verdade, suas histórias sempre estiveram entrelaçadas. “*Nós crescemos junto com a cidade e a gente deu um pulo muito grande com essa mudança*”. É assim que o Presidente do Sindicato refere-se à importância que esse órgão assumiu em Nova Ponte:

Gente trabalhava com uma intermediação de comercialização de produtos, trabalhava com comissões de negociações com a CEMIG; a gente trabalhava com uma orientação jurídica aos produtores, porque, naquela época, o que se falava era de desapropriação de terras. Tanto é que depois Nova Ponte liderou a formação da ARPA (Associação Regional dos Produtores do Vale do Rio Araguari e Vale do Rio Quebra Anzol), que a gente chamava de Associação Regional dos Produtores Afogados. A ARPA foi uma entidade regional que deu bastante resultado. Antes da ARPA, também surgiu a Associação dos Moradores (Esio Carneiro).

A idéia de criar o Sindicato Rural estava diretamente relacionada à construção da barragem. Na época, quando se iniciaram os trabalhos das empreiteiras, os produtores rurais não apresentavam nenhum tipo de organização que pudesse auxiliá-los no processo de negociação de suas terras com a CEMIG.

Sem meios de comunicação, sem suporte técnico e sem acesso às informações, os produtores viviam isolados entre si e da própria comunidade. Muitas vezes, tornavam-se

⁶⁵ Segundo informações obtidas junto ao presidente do Sindicato, o Município de Nova Ponte conta com, aproximadamente, 650 inscrições rurais. Deste total, cerca de 400 inscrições são de produtores do próprio município e o restante é composto de produtores que têm propriedade rural em Nova Ponte, mas têm residência, além de outras propriedades rurais, em outras localidades, como São Paulo, Uberaba e Uberlândia, os quais se filiam aos sindicatos de suas cidades de origem. Dos 400 proprietários com sede em Nova Ponte, cerca de 50% são filiados ao Sindicato. De acordo com os critérios adotados pelo IBGE, esses produtores se caracterizam, majoritariamente, como médios produtores. Quanto aos pequenos produtores, cuja maioria não está filiada ao sindicato, a informação é de que também recebem deste órgão toda assistência que recebem os demais, embora, também recebam assistência da EMATER - MG.

vítimas de atos de violência, de roubos ou mesmo de um intermediário que só se dispunha a pagar apenas o que lhe conviesse pelos produtos agrícolas.

As pessoas trabalhavam na fazenda e depois entregavam seu produto quase de graça. Tinha o intermediário que ia lá comprar a vaca gorda, o bezerro pronto, a soja pronta, o arroz o feijão, leite a preços irrealis. O produtor chegava e perguntava: 'quanto você me paga pelo meu produto?' Quem colocava o preço era o intermediário (Esio Carneiro).

A criação do Sindicato e a sua trajetória acabaram por tirar do anonimato os produtores rurais de Nova Ponte, os quais, embora fossem responsáveis por significativa parcela da produção agrícola do município, quase passavam despercebidos. Outros aspectos de sua atuação serão tratados, neste capítulo, na parte referente às mudanças na festa em Nova Ponte.

Passamos, então, a caracterizar o Bairro São Francisco que, na cidade velha, era identificado pelos moradores como morro de pedras, em razão da ausência de infra-estrutura urbana e do grande aclive em que se situava. Havia grandes áreas vazias, e o bairro era ocupado mais regularmente ao longo de suas ruas, as quais nem chegavam a constituir quadras, e sim longas fileiras de casas.

O grande aclive onde se localizava foi substituído por uma área bastante plana e a distância em relação ao centro da cidade foi totalmente eliminada uma vez que ele constitui uma área contínua do centro atual. Na cidade nova, ele apresenta as mesmas condições infra-estruturais de todos os outros bairros da cidade, perdendo a característica de área mais pobre em termos de infra-estrutura e de lugar de moradores de menor poder aquisitivo, conforme era o entendimento outrora. Ele é ocupado pelos moradores do antigo São Francisco, mas, também, por moradores de outros bairros da cidade velha.

A exploração dos espaços do bairro revela-nos alguns equipamentos importantes situados no seu limite, como a Escola Municipal São Miguel que, antes, era localizada no Bairro São Miguel; o Terminal Rodoviário, antes localizado numa área de transição entre São

Miguel e São Francisco; e uma novidade no cotidiano dos moradores que é a presença da feira livre ⁶⁶.

Essa feira funciona em frente ao Terminal Rodoviário e acabou por se tornar um palco da sociabilidade em Nova Ponte, conforme mostra a figura 11, expressa pelas fotos 4A e 4B. Além disso, facilita o hábito de comprar os produtos vindos diretamente do campo e representa a possibilidade de os amigos se encontrarem e colocarem em dia os assuntos do seu cotidiano. A feira constitui, segundo esse ponto de vista, uma referência para os moradores; um ponto de encontro entre as pessoas.



Figura 11: Foto 4A e Foto 4B - Feira Livre (Fotos do Autor/2003)

O Terminal Rodoviário é uma importante referência do processo de reorientação de Nova Ponte num espaço mais abrangente, o que pode ser representado pelo fluxo de viagens intermunicipais, com origem, destino ou escala na cidade. Esse que aumentou consideravelmente após a mudança da cidade. Até a década de 1960, Nova Ponte, a cidade submersa, vivia praticamente isolada, mesmo dentro da própria região em que estava inserida. De início, apenas um ônibus era o meio de locomoção para outras cidades, passando depois

⁶⁶ A feira livre representa outro aspecto da interação das relações campo – cidade. Ela funciona aos domingos desde o dia 04 de novembro de 2001. De acordo com o regulamento para o funcionamento da feira, os produtores são isentos de quaisquer impostos ou taxas previstas por lei. Eles também são assistidos pela EMATER–MG, com intuito de oferecer produtos diversificados e em quantidades exigidas pelo mercado consumidor. A iniciativa de instalação de uma feira livre em Nova Ponte foi do Sindicato dos Produtores Rurais. Essa decisão se, por um lado, beneficiou os produtores com uma clientela para vender seus produtos agrícolas, por outro lado, beneficiou os moradores, que passam a ter uma oferta regular desses produtos. O Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Nova Ponte, durante entrevista, diz: *“Nós vendemos na feira é milho verde, frango, galinha, ovo, carne suína, tudo inspecionado, tudo produzido em Nova Ponte. A prefeitura, de madrugada, isola a área com cones, manda a bandinha pra lá animar o local, e a Polícia Militar faz a segurança”* (Esio Carneiro).

para três linhas diárias que faziam ligação intermunicipal com uma área mais abrangente, mas, ainda assim, bastante restrita.

Essa conexão de Nova Ponte com outros municípios, da forma como se apresenta no anexo 3, prevaleceu até meados dos anos de 1980, quando começa a existir um fluxo maior de passageiros para a cidade, em função do início dos trabalhos na barragem, exigindo ampliação do número de linhas intermunicipais e colocando Nova Ponte em conexão com municípios mais distantes.

No itinerário Uberlândia - Nova Ponte chegaram a ser introduzidas quatro novas linhas de ônibus diariamente. O que antes era feito por apenas uma única viagem diária passou a ser feito até cinco vezes por dia. Praticamente, todos os ônibus viajavam com lotação completa. O fluxo de passageiros era intenso. Mas, sempre existiu a dúvida quanto ao que se sucederia após a construção da barragem. Voltaria a ser como antes?

Com a conclusão das obras, parte dos trabalhadores da construção civil deixou a cidade, ou para acompanhar as empresas em que trabalhavam rumo a outros empreendimentos, ou retornando às cidades de origem. Mesmo com essa mudança, o fluxo de passageiros de outras cidades para Nova Ponte, e, conseqüentemente, daí para outras localidades, continuou bem mais intenso do que era na cidade velha. Isso, a nosso ver, representa a inserção de Nova Ponte num espaço mais abrangente, o espaço regional.

As informações contidas no anexo 4, podem revelar esse aspecto em que Nova Ponte rompeu seu estado de isolamento, inserindo-se num contexto muito mais abrangente. Agora, ela faz conexão direta com outros municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e até mesmo com a capital do Estado, Belo Horizonte.

Isso facilita a mobilidade das pessoas e o acesso a produtos e serviços de outras localidades, sendo responsável, inclusive, pelo surgimento de uma nova atividade em Nova Ponte, qual seja, a de vendedores de confecções e outros produtos, estabelecendo uma espécie de concorrência com o comércio local, principalmente com lojas e butiques.

As compras são realizadas, principalmente, nas cidades de Uberlândia, em Minas Gerais e Goiânia, no estado de Goiás, e os produtos são revendidos na cidade de Nova Ponte. É um trabalho que, para alguns, se constitui numa espécie de complemento da renda mensal e, para outros, principal fonte de renda da família. Da mesma forma, o acesso aos espaços de lazer em Nova Ponte foi facilitado pelo incremento das linhas de ônibus intermunicipais, deixando o transporte de ser uma barreira para o deslocamento de pessoas até esses espaços.

Os próximos bairros a serem caracterizados, de acordo com o procedimento adotado, são o Bairro Nossa Senhora do Rosário, ou simplesmente Rosário, como é reconhecido

localmente e o Bairro Amélia Benevides. Os moradores do Rosário vieram de diferentes bairros da cidade velha, mas, majoritariamente, do antigo Rosário, enquanto que o Amélia Benevides apresenta uma realidade bastante diferenciada e que será tratada com maior nível de detalhamento no capítulo V deste trabalho.

4.2.3 OS BAIRROS NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E AMÉLIA BENEVIDES

Atualmente, o bairro do Rosário se destaca nas atividades de comércio e serviços e nele se situam além dos diversos estabelecimentos comerciais, também as duas únicas agências bancárias existentes. Todavia, considerado como equipamento público vindo da velha cidade, apenas a igreja evangélica Assembléia de Deus se localiza nesse bairro.

O Rosário na cidade nova, representa uma fusão entre o antigo Rosário, parte do antigo São Miguel e ainda, um pouco do antigo São Sebastião e São Francisco. Essa característica foi suficiente para que os moradores estranhassem mais o novo contexto do bairro.

Era comum ouvirem falas dos que achavam estranha essa organização, quando diziam que uma pessoa que, antes, morava no Rosário agora era seu vizinho ao passo que ele, antes, morava no São Miguel. De qualquer forma isso não era entendido como prejuízo ao que antes vivia no São Miguel, mas representava a melhoria de vida para os que vieram do Rosário, pelo simples fato de agora se ver diante de moradores de outros bairros, pois como dissemos, a maior característica dos moradores dessa área é o fato de a maioria ter vindo do antigo Rosário.

Depois do Rosário, visitamos o Bairro Amélia Benevides. Contando com a mesma infra-estrutura dos outros, ele é um bairro pequeno, onde nenhum equipamento de uso mais geral está inserido e onde, praticamente, não existem estabelecimentos comerciais. Ele também não dá acesso a qualquer outro lugar, o que significa que a grande maioria dos que transitam nessa área é, na verdade, o seu próprio morador. É o menor de todos os bairros e o menos privilegiado em termos de qualidade das construções.

Detectamos, durante o trabalho de campo, um fato curioso quanto ao comportamento dos moradores de outros bairros em relação ao Amélia Benevides: tanto os moradores, quanto o bairro, são estigmatizados, sendo-lhes atribuídos termos de baixo calão. Essa atitude promove uma clara divisão, no conjunto da comunidade, entre os seus moradores e os dos outros bairros, induzindo-nos a fixar a atenção nesse fenômeno e a levantar algumas

hipóteses: Estaria se manifestando aqui a antiga rivalidade entre os lados de São Miguel e São Sebastião da cidade velha? Ou o fascínio e a sedução pelo novo estariam atribuindo um sentimento egoístico aos moradores com melhores condições de vida? Essa divisão, de fato, traduz a realidade social dos moradores ou, apenas, contribui para ocultar essa realidade?

É comum ouvirmos que esse é o local mais perigoso da cidade, onde há muita violência e incidência de tráfico e uso de drogas. “*Tudo de ruim que chega na cidade, tá lá*” relata uma moradora do Bairro São Miguel. A opinião dessa moradora reflete uma visão amplamente difundida entre praticamente todos os outros moradores, despertando a atenção do pesquisador. Por que esse comportamento entre os moradores? É pela condição de suas construções contrastantes com as dos outros bairros?

De início, afirmamos que não. Reduzir a causa desse comportamento às aparências físicas das construções é o mesmo que cerrar os olhos para o significado social do fato que produz essa condição de rivalidade. A aparência das casas e, conseqüentemente, do bairro, faz com que os moradores de outros bairros, talvez mais pela sedução de uma cidade inteiramente nova, atribuam termos negativos ao Amélia Benevides e seus moradores. Porém, isso está longe de explicar a realidade.

Não poderíamos encerrar aqui o processo de caracterização desse bairro sem procurar entender essa complexa relação que se desenvolve com a sua inserção no contexto urbano. O compromisso com a realidade sugere que detenhamos nele a atenção, com objetivo de entender esse aspecto que se nos apresentou durante a pesquisa de campo e que deu subsídio a essa caracterização.

Entendemos que esse comportamento está diretamente relacionado ao processo de mudança pelo qual passou o município e seus moradores. No entanto, para sermos condizentes com o procedimento adotado, essa discussão será retomada em outro momento do trabalho, especificamente no capítulo V, onde o fato observado será tratado com a necessária atenção.

4.2.4 O Bairro São Miguel

O processo de descrição da organização espacial continua nesse bairro que representa o centro da cidade, ou seja, o Bairro São Miguel que é mostrado na figura 12, ilustrada pela foto 5⁶⁷. Embora haja uma melhor distribuição dos equipamentos urbanos, comércio e serviços, na cidade nova, ele ainda cumpre uma função importante.



Figura 12: Foto 5 - Vista Parcial do Centro da Cidade Nova (Cedida por Wirson Resende/2003)

No ramo de comércio, aí se encontram os três maiores supermercados da cidade, além de outros menores, mas também importantes no contexto urbano. E aí foram construídos alguns equipamentos que constituem importantes referências na vida cotidiana dos moradores: O cemitério; a Escola Estadual Josias Pinto e a Praça dos Três Poderes.

⁶⁷ Sugerimos que esta foto seja lida junto com a Figura 10, na página 118, a fim de melhor visualizar a presença dos equipamentos.

O cemitério se localizava no Bairro do Rosário, mas o seu deslocamento para o Bairro São Miguel está mostrado de forma clara nas plantas das duas cidades. À frente do cemitério, está localizada a Escola Estadual Josias Pinto, a única escola de Ensino Médio da cidade. Com atuação inquestionável e com funcionamento nos três turnos, é possível imaginar o vai-vem de alunos no bairro, o que interrompe a quietude dos dias de semana.

Ao atravessarmos apenas uma rua, encontramos a Praça dos Três Poderes, e nela a presença de equipamentos significativos para os moradores de Nova Ponte: como o Paço Municipal, cuja arquitetura moderna impressiona o morador; a Igreja Matriz de São Miguel e, finalmente, a Pedra Fundamental da cidade, representando o local onde tudo começou.

Na cidade velha, a Igreja Matriz de São Miguel, o padroeiro da cidade, representava para o morador um de seus mais significativos símbolos. Ela foi construída entre os anos de 1956 e 1962, por iniciativa do Padre holandês Panfílio Van Den Bröeck e com esforços dos próprios moradores.

A grande imponência da igreja e sua exuberância captavam, de qualquer ponto da cidade, o olhar atento tanto do morador quanto de quem apenas passava em viagem. Mas era a estátua de São Miguel, esculpida na enorme torre, que parecia mais atrair os olhares sedentos de curiosidade sobre quem teria sido o responsável por tão belo trabalho.

O Projeto Memória Histórica de Nova Ponte reforça o argumento de que a igreja era o ponto focal do centro da cidade e diz da sua requintada planta holandesa e torre incomum que agregava enorme valor sentimental. A igreja, “é marco de um tempo sólido, seguro, preconizado na figura de seu saudoso oficiante. Tempos de outrora...” (COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS, 1990)⁶⁸.

A história da igreja remonta ao século XIX, quando foi construída a primeira igreja em terras doadas pelos fazendeiros Manoel Pires de Miranda e Antônio Luciano de Resende. Em final do século XIX, esta construção é demolida para dar lugar a uma nova igreja, conforme relata o Projeto Memória Histórica de Nova Ponte, livro III, volume II. No início do século XX, aproximadamente em 1908, são construídas duas torres laterais na igreja, mas, por fragilidade das estruturas, tiveram de ser retiradas no final da década de 1930.

Por anseio dos moradores e incentivados pelo pároco, o Padre Panfílio Van Den Bröeck, uma nova igreja é construída entre 1956 e 1962. Toda a comunidade foi mobilizada no trabalho de construção. Segundo depoimentos de moradores que trabalharam nas obras, formou-se uma grande fila no local da construção até uma pedreira abaixo da Fazenda

⁶⁸ Achamos necessário indicar que essa citação foi extraída do livro III, volume II, do Projeto Memória Histórica de Nova Ponte, em função de que esse documento não tem numeração de páginas.

Cachoeira, cerca de cinco quilômetros dali, e as pedras usadas na construção da igreja iam sendo passadas de mão em mão até o local.

Ubaldo Damázio, um dos construtores da igreja matriz, conta em entrevista para o Projeto Memória Histórica de Nova Ponte que o Padre Panfilio, que estava à frente do empreendimento, orientava os pedreiros e tratava de arrecadar fundos. Os moradores, por sua vez, contribuíaam como podiam: enquanto um doava um bezerro, outro dava um porco, galinha e até ovos para a campanha de arrecadação de fundos.

Às custas de tantos sacrifícios, de cuja participação os moradores ainda sentem orgulho, a matriz de São Miguel foi inaugurada em 1962, passando a representar uma importante referência para os moradores, principalmente, para aqueles que trabalharam na sua construção.

Na igreja matriz ocorriam as festas mais movimentadas da cidade, reunindo grandes quantidades de moradores. Lá ocorriam leilões, forrós, bingos, teatros, e tudo isso era motivo para ir à igreja, além, é claro, das missas, casamentos, batismos, crismas e procissões de fiéis. Nesse sentido, pode se dizer que era em função da igreja que se davam as grandes aglomerações na cidade velha. Os festejos aproximavam os moradores da cidade. Quando, em final da década de 1980, começam os trabalhos da CEMIG para a construção da barragem, tudo levava a crer que seria decretado o fim daquele monumento construído, como eles dizem, às custas do suor dos moradores.

Acompanhada atentamente pelos olhos ansiosos e curiosos dos moradores, a demolição da igreja fez reunir uma multidão em frente a ela, como se as pessoas desejassem vê-la pela última vez. Em pouco tempo, tudo estava destruído, ou quase tudo, como se vê pela figura 13 na seqüência de fotos 6A a 6F. A utilização dessa figura se torna importante uma vez que representa os passos da destruição da igreja desde a primeira implosão (foto 6B), até o ponto em que aquele local ficaria submerso pelas águas do reservatório como mostra especificamente a foto 6F. Já a foto 6D, apresenta um detalhe interessante, embora com uma certa perda de definição pela necessidade de redução da imagem, que é o caminhão com o nome da CEMIG parado em frente ao local da implosão da igreja, o que representa um símbolo da atuação desse agente na história da cidade, e dos moradores.



Foto 6A



Foto 6B



Foto 6 C



Foto 6 D



Foto 6 E



Fotos 6F

Figura 13: Fotos 6A a 6F – Demolição da Igreja de São Miguel na Cidade Velha (Cedidas por Maria Aparecida P. Torres/2003)

Esse marco seria negativamente transformado pela execução do projeto da hidrelétrica. A nova igreja construída pela CEMIG, apresentada na figura 14, ou foto 7, por não guardar muita semelhança com a igreja antiga, redireciona o olhar e a atenção dos moradores para a igreja de São Sebastião, a qual, nos dizeres desses moradores, é idêntica à da cidade velha, como se constata pela figura 15, na seqüência de fotos 8A e 8B.



Figura 14: Foto 7 - Igreja de São Miguel na Cidade Nova (Cedida por Wirson Resende/2004)

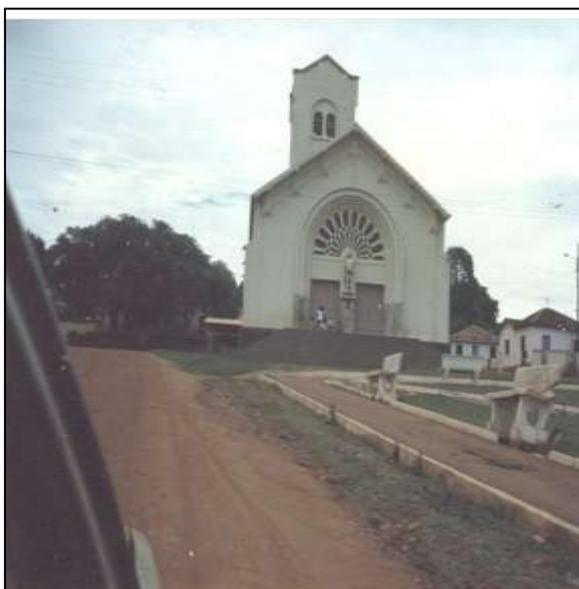


Foto 8A - Igreja de São Sebastião na Cidade Velha (Cedida por Maria Aparecida P. Torres/2003)



Foto 8B - Igreja de São Sebastião na Cidade Nova (Cedida por Wirson Resende/2004)

Figura 15: Foto 8A e 8B - Igreja de São Sebastião

Há quem acredite que tenha sido por milagre que a cabeça de São Miguel, que estava esculpida na torre, tenha permanecido intacta, mesmo com o impacto da demolição. O depoimento de Ubaldo Damázio para o Projeto Memória Histórica de Nova Ponte esclarece como foi edificada a imagem na época da construção da igreja: ela foi feita por um espanhol, que vivia em São Paulo, e tinha em mãos um rascunho da imagem: “*Eu ia chapando a massa e ele ia modelando*”.

Era anseio dos moradores que a CEMIG construísse a nova igreja seguindo o mesmo padrão arquitetural da antiga, ou seja, queriam levar para a cidade nova um símbolo do seu cotidiano. Mas, qualquer pessoa que se refira à nova igreja deixa transparecer o seu descontentamento com essa construção.

O Padre Júnior conta-nos que foi contrário a que se construíssem as igrejas de São Miguel e São Sebastião *fac símile* das antigas igrejas, já que tudo passava por uma visão nova, mas diz que respeitou a vontade da população. Ao perguntarmos por que, então, a Igreja de São Miguel tinha ficado tão diferente, ele respondeu:

Eles esperaram que eu saísse e fizeram aquilo. Uma coisa que me deixou, profundamente, triste e, de certa forma, eu fiquei muito tempo sem conseguir voltar a Nova Ponte, porque aquilo lá não era a realidade. Pra mim entristeceu muito, porque não foi uma decisão da população, a nossa decisão era a igreja como era antes (Padre Júnior).

Os moradores, por não terem ficado satisfeitos com a construção da nova igreja, tiveram a iniciativa de expor a cabeça da velha imagem de São Miguel em frente à igreja nova. Foi então que ergueram um pedestal em alvenaria, onde colocaram a cabeça da imagem voltada para a igreja, como se vê pela figura 16, na foto 9. A imagem de São Miguel tornou-se um símbolo na cidade nova. Um vestígio do passado, como que uma prova da existência daquele outro lugar e da velha igreja. Hoje ela constitui um traço de pedra a evocar a memória do morador de Nova Ponte.

À frente da igreja, bem ao centro da Praça dos Três Poderes, fica outra marca, outro traço de pedra, que pode testemunhar o passado submerso: a pedra fundamental da cidade, vista na figura 17, expressa pela foto 10A, também podendo ser vista na figura 12. A pedra representa o marco inicial da cidade nova, mas também cumpriu o papel de anunciar o fim da cidade velha. Ela foi retirada da margem do Rio Araguari, na área denominada Salto, e se tornaria uma referência ao morador sobre os tempos de pesca farta e muita diversão.



Figura 16: Foto 9 - Imagem de São Miguel na cidade Nova (Foto do Autor/2002)



Foto 10A

Foto 10B

Figura 17: Foto 10A e 10B - Pedra Fundamental (Fotos do Autor/2002)

“O lançamento da pedra fundamental da atual sede de Nova Ponte ocorreu em 27 de julho de 1987. A construção da primeira casa, porém, tem início somente quatro anos depois...” (PENNA, 1997, p.137). Esse foi um momento de festa com a presença de

autoridades políticas, como o Governador do Estado de Minas Gerais, deputados, prefeito municipal, vereadores e um grande número de moradores. Foram assinados convênios e ordens de serviços, e autorizadas obras em rodovias, como a MG 190 que liga Uberaba a Nova Ponte; BR 452 que liga Uberlândia a Belo Horizonte, e constitui a principal via de acesso à Nova Ponte. Esses investimentos visavam facilitar o acesso rodoviário ao local de construção da barragem.

Nessa ocasião, também foi lançado o projeto do aeroporto da cidade. Uma obra do porte da usina hidrelétrica de Nova Ponte exige que se desenhe uma rede estrutural capaz de dar suporte à nova trama projetada para o local. O lançamento da pedra fundamental, cujos fins podem, metaforicamente, ser considerados como evento de fechar negócio, constitui-se o símbolo da concretização de um projeto: a ordem de execução.

Ainda na Praça dos Três Poderes, localizam-se a Prefeitura e a Câmara de vereadores. Quanto a essas construções, apenas pretendemos salientar o seu caráter moderno, como podemos perceber pela foto 5, que impressiona e chama a atenção dos transeuntes e, principalmente, dos moradores acostumados à imagem da velha Prefeitura.

Também devemos atentar para o fato de que nessa praça, em frente à Prefeitura, são realizados alguns eventos que reúnem os moradores, como o carnaval e as festas juninas. A praça, como local de sociabilidade, seduz o morador com seus canteiros de flores, árvores e a fonte luminosa que é novidade na vida dessas pessoas. Esse local constitui o que se costuma chamar de o coração da cidade, quando querem exprimir que se trata mesmo da parte mais central, como mostra a foto 5.

De acordo com a metodologia adotada, seguimos a descrição rumo aos dois últimos bairros que compõem a cidade. De um lado, tem-se o Bairro São Sebastião e, do outro, o Bairro São João. Ambos já compunham o conjunto da cidade velha, embora apenas o São Sebastião tenha sido atingido pelas águas do reservatório.

4.2.5 OS BAIRROS SÃO SEBASTIÃO E SÃO JOÃO

Este é um ponto que merece ser destacado. Na nova configuração, esses dois bairros constituem uma continuidade do centro da cidade. Eram eles que, na cidade velha, estavam separados pelo rio, sem infra-estrutura e, aparentemente, sem muita importância no contexto urbano.

O fluxo de pessoas nos antigos bairros era, principalmente, de trabalhadores que atravessavam o rio para trabalhar no lado de São Miguel. Nos finais de semana, eram os forrós, bares ou festas esporádicas que atraíam esses moradores para São Miguel. Na construção da cidade nova, as diferenças de infra-estrutura entre esses bairros e o centro foram totalmente eliminadas. Por outro lado a distribuição dos equipamentos urbanos mostram como São João e São Sebastião tiveram redefinidas suas funções no espaço da cidade.

O Bairro São Sebastião, na cidade nova, abriga moradores que vieram do antigo bairro, além de moradores do antigo São João e São Miguel. Também em seus limites encontra-se uma das construções mais imponentes que é o hotel Rainha Palace Hotel, cujos proprietários vieram do antigo São Miguel, onde foram donos da Pensão Hotel Nova Ponte que constituía no único estabelecimento a oferecer os serviços de hospedagem na cidade velha ⁶⁹.

Da antiga Pensão Nova Ponte, só resta, como lembrança, um quadro pendurado na parede do Rainha Palace Hotel, que pertence aos antigos donos da pensão. O retrato do antigo prédio sugere momentos de lembranças, o que é evidenciado pelo depoimento do seu proprietário, ao fazer um resgate da origem de sua tradição com esses serviços: *“Saímos dali pra cá”*⁷⁰.

Todavia, reclamam que o investimento deles, e de outros moradores, na rede hoteleira, conforme mostramos pela figura 18, na seqüência de fotos 11A a 11F, pode ter sido prejudicado pela interdição das atividades turísticas da área de lazer denominada prainha. Ainda no mesmo bairro, a atenção se volta para a Igreja de São Sebastião, cuja história também remonta ao século XIX, quando, por iniciativa de Antônio José da Silva Fernandes, foi construída a primeira igreja em homenagem a São Sebastião.

⁶⁹ Levados pela crença em melhores condições de vida, ou, talvez, pela expectativa da criação de novos espaços de lazer, que deveriam atrair muitos turistas, alguns moradores investiram nesse ramo completamente diferente na cidade, a construção de hotéis. A idéia de progresso da cidade, no auge da construção da hidrelétrica, contribuiu para que não se pensasse no caráter provisório daquele aumento de moradores. Surge então a idéia de se construir hotéis na cidade nova. Ainda que acreditassem na evasão de trabalhadores com o fim das obras, restavam as expectativas quanto ao turismo como forma de aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo lago.

⁷⁰ Hoje, seis hotéis, que somam, aproximadamente, cem acomodações entre quartos e apartamentos, são o resultado da transformação nesse ramo em Nova Ponte. A expectativa de todos os donos de hotel era a mesma, ou seja, apostavam no turismo como forma de exploração da área do reservatório, o que deveria contribuir para uma demanda de pessoas à procura de hospedagem.



Foto 11A - Hotel no B. São Sebastião



Foto 11B - Hotel no B. São Miguel



Foto 11C – Hotel no B. São Miguel



Foto 11D – Hotel no B. São Miguel



Foto 11E - Hotel no B. São Francisco



Foto 11F - Hotel no B. São Francisco

Figura 18: Fotos 11A a 11F – Rede Hoteleira na Cidade Nova (Fotos do Autor/2002)

De acordo com o Projeto Memória Histórica de Nova Ponte, em 1950, essa igreja foi demolida e, em 1951, iniciou-se a construção de uma outra com a participação dos moradores. Esse fato é destacado nos depoimentos de quem ainda se orgulha de ter contribuído com os trabalhos.

A igreja foi inaugurada em 20 de janeiro de 1955. Essa ocasião, em que se comemorava o dia de São Sebastião, tornava-se importante não só pelo fato de inaugurar a igreja, mas porque talvez isso significasse a criação do símbolo mais importante para o morador novapontense desse bairro.

A igreja foi sede de diversos acontecimentos como batismos, casamentos de moradores do bairro e proximidades e a tradicional festa do santo padroeiro. A sua demolição seria sentida por muitos que lá viveram momentos que podiam ser lembrados pelo simples fato de vê-la.

A decisão de construir a nova igreja *fac simile* da velha construção foi então recebida com alegria pelos moradores, principalmente do bairro. Por isso, e em razão do seu descontentamento com a nova construção da matriz de São Miguel, ouvimos a seguinte declaração, durante o trabalho de campo: “*São Miguel que nos perdoe, mas a nossa matriz hoje é a igreja de São Sebastião*”⁷¹.

Esse depoimento evidencia o fato de que, mesmo a sedutora sensação de ter uma cidade toda nova, além daquele tão almejado progresso conseguido pelos moradores, foi incapaz de apagar totalmente as lembranças e o apego à velha cidade. A igreja representou o símbolo mais marcante do bairro e sua reconstrução na cidade nova representa, de certa forma, uma idealização desse passado.

Finalmente, passamos a descrever o Bairro São João. Na cidade velha, esse era o bairro menos favorecido em termos de infra-estrutura, proximidade do centro e condições sanitárias das residências. Na organização do novo espaço novapontense, o bairro adquiriu um *status* de condição privilegiada pela sua localização e por nele estarem situados equipamentos importantes na vida cotidiana dos moradores de toda a cidade.

A presença aí de uma escola de Ensino Fundamental define uma nova forma de percepção do bairro pela cidade. Não é mais uma escola para alunos do São João, como era entendida na cidade velha, mas sim uma das três escolas existentes em Nova Ponte, abrangendo uma clientela mais ampla que a do próprio bairro.

⁷¹ Aqui remetemos o leitor para a página 134 a fim de que observe, pela figura 15, a semelhança da igreja de São Sebastião na cidade velha e cidade nova.

Outra construção é a Casa da Cultura de Nova Ponte, que, na verdade, se constitui outra referência da idealização do passado pelos moradores. Mas que passado é idealizado nesta construção? Talvez a sua história ajude nesta compreensão.

O Chalé, ou ainda, Chalezinho, Chalezão, Chalé Mal Assombrado ou Chalé da Dona Titã, era uma casa construída no terceiro quartel do século XIX, sendo a mais antiga construção do Bairro São Sebastião. A variedade de tratamentos reflete o significado para o morador de Nova Ponte dessa antiga construção que pretenderam reconstruir na cidade nova, como pode ser evidenciado na figura 19, apresentada pelas fotos 12A a 12C.



Foto 12A - Chalé na Cidade Velha



Foto 12B - Chalé na Cidade Nova

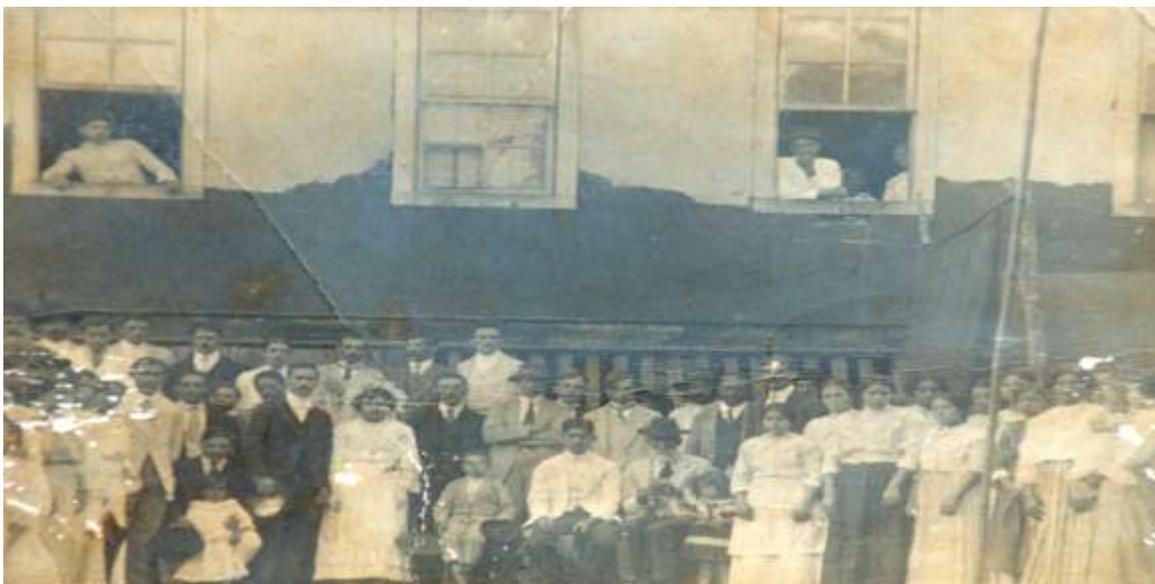


Foto 12C - Detalhe de um casamento realizado no Chalé em 1916

Figura 19: Fotos 12A a 12C - Chalé (Cedidas por Maria Aparecida P. Torres/2002)

No Projeto Executivo Memória Histórica de Nova Ponte, livro III, volume I, consta a seguinte informação: “a própria edificação reflete as condições de seus primeiros moradores. O ‘mirante’ existente na fachada frontal, protegido por um gradil de ferro talhado era utilizado como local de leitura. Dali também se chamava, ao som de um berrante, os trabalhadores da lavoura de café”.

Também eram frequentes as histórias que davam ao Chalé um caráter de ser mal-assombrado. Se, como contam, no passado já sediou bailes, casamentos e hospedou pessoas importantes, seu caráter de lugar assombrado nunca é esquecido. Dizem que, no porão da velha casa, ainda na cidade submersa, ouvia-se arrastar de correntes, em decorrência de crueldades sofridas aí por negros escravos.

Luzes inexplicáveis, barulhos e vultos estranhos atribuíam à casa uma característica fantasmagórica a amedrontar muita gente. Mas, os fantasmas que ameaçavam o lugar pareciam não assustar o casal Antônio Raimundo Santos, de 67 anos de idade, e sua esposa Maria Aparecida dos Santos, de 65 anos de idade⁷².

O chalé foi tombado como Patrimônio Histórico Municipal, por ocasião da construção da hidrelétrica e por iniciativa dos próprios moradores. Também foi feito um levantamento minucioso, pela CEMIG, com vistas ao desenvolvimento do projeto de reconstrução e ao aproveitamento do próprio material da velha casa.

A construção do novo prédio do Chalé, na cidade nova, garante a recuperação desse equipamento que, já em ruínas, estava preste a desabar. A nova construção tem agora o objetivo de sediar a Casa da Cultura de Nova Ponte e na sua construção aproveitou-se o que foi possível do material da velha casa.

Para o senhor Antônio Raimundo Santos, apesar de ter recebido uma casa construída pela CEMIG como indenização pelo tempo em que morou no Chalé, o certo seria a CEMIG deixar que ele e a esposa morassem na nova construção até suas mortes. Eles falam também que já ouviram dizer que os fantasmas parecem ter migrado para a cidade nova. Já são comuns os relatos de pessoas que dizem ter ouvido e visto coisas, como dizem, que não são normais. E a Casa da Cultura, ao que parece, terá também o caráter fantasmagórico do Chalé Mal-Assombrado.

⁷² Eles foram os últimos moradores do Chalé na cidade velha e nos contam que lá moraram por 23 anos e que realmente eram comuns visões de fantasmas, ainda que durante o dia. Mas, se emocionam, ao dizer que, mesmo com essas visões, eles viveram lá os tempos mais felizes de suas vidas, a ponto de se acostumarem com o caráter assustador do chalé.

E, finalmente, destacamos que é no Bairro São João que se localiza a sede do Centro Social Urbano. Previsto pela Resolução nº 02/1987 a ser localizado de forma a propiciar uma boa visão do lago, constitui-se uma novidade para os moradores. Aí, eles desfrutam de piscinas, saunas, salas de jogos, representando também uma nova forma de as pessoas se organizarem e se divertirem.

4.2.6 A Prainha

Pela avenida Governador Valadares, que corta toda a cidade no sentido longitudinal, é que se tem acesso à prainha. Isso intensifica o fluxo de pessoas que passam pela área dos bairros São João e São Sebastião todos os dias. Por serem os últimos bairros por onde se passa para ir a esse local de lazer e pela sua proximidade, o morador tem a impressão de que a prainha está na área desses bairros.

A Prainha passou a integrar o cotidiano do morador de Nova Ponte. Mais do que isso, a criação dessa área contribuiu para moldar um novo cotidiano, que se diferencia do antigo e costumeiro jeito de viver novapontense. Criou-se uma nova referência naquela paisagem⁷³.

O aproveitamento desse local como área de lazer despertou a atividade comercial, fazendo surgir hotéis de que falamos anteriormente, além de bares próximos ao reservatório com o intuito de seduzir o turista e garantir uma renda melhor no final do mês. Também despertou nos moradores o hábito de freqüentar a área nos finais de semana e em datas especiais, como o carnaval, constituindo-se um novo ponto de encontro para os moradores que, a cada dia, construía essa relação de identidade com a prainha.

No relacionamento dos moradores de Nova Ponte com os visitantes, crescia o laço de identidade entre o grupo, passando os visitantes a serem conhecidos como o “povo de

⁷³No período imediato à inauguração da cidade nova, parecia que a rivalidade entre os moradores, já referenciada no início do trabalho, fosse persistir, mesmo com a unificação dos dois lados. Até mesmo a maneira habitual de se referirem como “o povo do lado de lá”, ainda se usava após a mudança. Provavelmente, como força de expressão para um hábito ao qual estavam acostumados no dia-a-dia. Mas, diziam que na prainha era fácil identificar quem era o morador de São Sebastião, pois eles criavam gestos estranhos e diferentes do morador de São Miguel para comportarem naquele local de lazer, agora comum. “*O ‘povo de lá do rio’ se mela de lama na beira d’água e depois vai nadar para limpar o corpo. Com isso suja a água da prainha. Como se não bastasse leva seus cães para nadarem no meio do povo e seus cavalos para tomarem água na beirada*” (queixa de moradores de São Miguel). Era comum se ouvirem esses tipos de queixas. Muitas vezes, também podiam se ouvir moradores manifestando a possibilidade de freqüentarem mais o clube social com a justificativa de que, sendo pago, o “*pessoal de lá do rio*” não teria condições financeiras de freqüentá-lo.

fora”; que eram os que vinham com suas lanchas, *jet skys* e se exibiam nas águas do lago, e se diferenciavam dos moradores aos quais se referiam como “o povo daqui”.

É assim que Nova Ponte se organiza após a construção da hidrelétrica. Entre antigas construções tornadas novas e entre construções novas de fato, a sociedade começa a se ajustar a esse contexto. Ela se adapta, cria e recria as condições da vida cotidiana oferecida nessa nova organização. A existência de algumas construções na paisagem urbana, fac símile das que existiam antes, ainda que tendo passado pelo oposto movimento de destruição e reconstrução, parece selar esses diferentes momentos na vida dos moradores das “duas Nova Ponte”.

4.3 A apropriação do espaço e as novas formas de trabalho e de sociabilidade

4.3.1 MUDANÇAS NO SENTIDO DA FESTA

Para falar da festa em Nova Ponte hoje, devemos de considerar o papel do Sindicato dos Produtores Rurais, pois a atuação dos seus membros contribuiu de forma bastante incisiva para a nova significação que esses eventos representam na cidade nova. Relacionada à atuação desse sindicato, está a realização de um evento que representa uma nova forma de interação entre os moradores e, mais significativamente, entre o rural e o urbano que é a EXPONOVA, festa que se difere do que os moradores estavam habituados a ter.

Champagne (1975), fazia referência a uma situação semelhante a esta de que nos ocupamos aqui, ou seja, o fato de que as festas religiosas no seio da comunidade podem perder sua dimensão estritamente local e passarem a atrair uma população mais heterogênea, tanto social quanto espacialmente. A festa religiosa em Nova Ponte, na cidade velha, sempre se constituiu no evento que reunia o maior número de participantes e, pelo seu caráter estritamente local, essa participação era exclusivamente de moradores.

As celebrações durante o período de quaresma faziam encher a igreja de São Miguel, principalmente nas missas de domingo, nas procissões. Outra festa religiosa que reunia grande número de moradores era representada pelas comemorações do mês de maio com orações de terços, missas e coroação da imagem de Nossa Senhora da Conceição e a realização de quermesses com bingos, leilões de prendas oferecidas por moradores e outras formas de arrecadarem fundos para a igreja.

As festas em homenagem a São Miguel e São Sebastião também constituíam em outros momentos de sociabilidade entre os moradores e eram também semelhantes às comemorações do mês de maio com quermesses, bingos, leilões e forrós nos salões das igrejas. Todas essas festas finalizavam com uma grande procissão onde as pessoas caminhavam pelas ruas levando a imagem do santo que se comemorava. Havia revezamento entre fiéis que queriam carregar a imagem, enquanto as demais pessoas carregavam uma vela acesa e faziam a oração do terço durante a caminhada.

Na cidade nova, entretanto, a festa no parque de exposições atrai pessoas de outros municípios e é animada com a participação de cantores reconhecidos nacionalmente, além de peões de boiadeiro e personalidades políticas, estadual e federal. Enfim, concordamos com Champagne (*op. cit.*, p.49), de que a festa tem sido um dos indicativos mais visíveis da transformação do modo de agregação dos indivíduos.

Atualmente em Nova Ponte, a realização da EXPONOVA tem um sentido não vivido outrora na cidade. Ela consiste em um momento de interação entre o morador da cidade e o produtor rural; é uma forma de os produtores rurais estarem comemorando a colheita e é quando se comemora o final de um ano produtivo, segundo o calendário agrícola. Todavia, se a festa é em comemoração ao final de um ano de trabalho agrícola, ela também marca o início de um novo ano de trabalho:

A idéia é a integração do produtor com o trabalhador, com o povo da cidade. O povo da roça com o povo da cidade, uma festa conjunta. A festa é marcada em cima da safra, quando o produtor está colhendo, por isso que nós fazemos a festa em abril que é a festa da colheita, vamos dizer assim. A festa é pra isso, é pra comemorar um ano de trabalho. Que a gente preparou a terra, que a gente plantou, cuidou, a festa é o momento de integração do homem da roça com o homem da cidade. Mas é também para comemorar o início de um novo ano de trabalho na roça (Esio Carneiro).

O parque de exposição transforma-se em um palco de atrações, com parques de diversões, exposição de produtos da roça, shows com cantores sertanejos e a principal atração, que é a apresentação dos peões de boiadeiro. Nesse evento, mostrado na figura 20, na seqüência de fotos 13A a 13D, a atuação do público tem sido principalmente como expectador. Ao contrário, como se vê pela figura 21, nas fotos 14A e 14B, a festa organizada por ocasião da cavallhada, assim como as festas religiosas, ainda guardam um pouco de semelhança com o que acontecia na cidade velha. Ainda que com certo grau de transformação, as pessoas se vêem mais diretamente envolvidas nesse último tipo de evento.

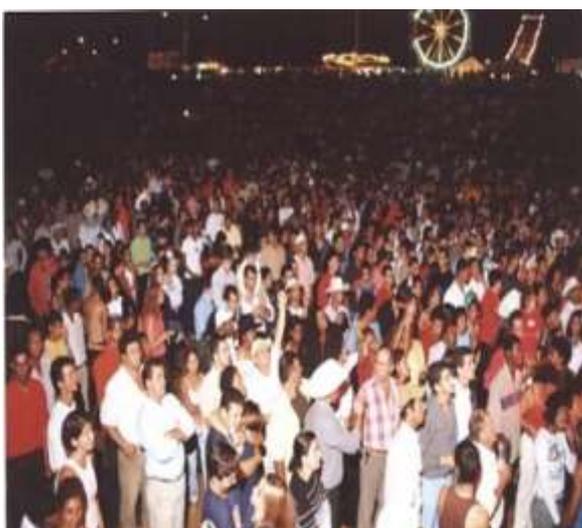


Foto 13A

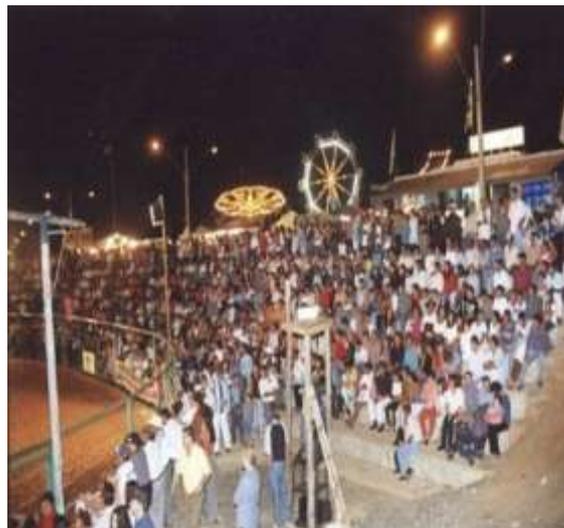


Foto 13B



Foto 13C



Foto 13D

Figura 20: Fotos 13A a 13D EXPO NOVA 2002 (Cedidas por Sindicato Rural/2003)



Foto 14A



Foto 14B

Figura 21: Fotos 14A e 14B – Baile na Cavallhada/2003 (Fotos do Autor/2003)

Mesmo assim, jamais um outro evento reuniu tanta gente em Nova Ponte quanto a nova festa ou a EXPONOVA. A estimativa dos idealizadores é de que a participação dos moradores, em dias festivos, já tenha ultrapassado 6.000 pessoas, o que equivale a, praticamente, 60% dos moradores de toda a cidade. Durante os dias de realização desse evento, todas as demais opções de lazer noturno encerram cedo suas atividades. Caso contrário, ficam abertas apenas por persistência e pela crença de que, terminada a festa, os clientes possam aparecer.

No parque de exposições, a grande expectativa do público é o momento das apresentações dos peões de boiadeiro. Os olhos miram a arena, e os gritos se confundem com torcida ou ansiedade pelos toureiros que tentam dar o melhor de si. No dia seguinte, são os comentários sobre a festa que tomam a atenção dos moradores. Muitos, inconformados com os pontos recebidos pelos peões pelos quais torciam, outros manifestando suas preferências sobre quem foi melhor ou pior, ou, ainda, por quererem contar os detalhes da festa para aqueles que lá não estiveram.

A cavalhada, outro evento festivo e já tradicional em Nova Ponte, “constitui-se numa tradição portuguesa trazida para o Brasil por imigrantes, no século XIX, consistindo em um tipo de dança dramática com torneios equestres individuais ou em grupos” (QUEIROZ, 1973, pp. 157 - 158)⁷⁴.

Embora não se tenha precisão de quando esta tradição teve início em Nova Ponte, há evidências dessa manifestação cultural já na década de 1940. Realizada, a princípio, no dia 13 de junho, dia de São Benedito, santo homenageado no evento, passou, depois, a acontecer no segundo domingo de junho e vem resistindo às transformações sofridas pela cidade. Na verdade, a cavalhada é uma manifestação que parece resistir às transformações da própria sociedade:

⁷⁴ O significado da cavalhada em Nova Ponte parece fundir-se com outro tipo de dança dramática exposto por Queiroz, a dança cortejo, que, nos dizeres de Queiroz, trata-se de um combate entre Mouros e Cristãos que é dançado. O combate tem por objetivo o rapto de uma dama que o outro grupo pretende retomar. As cores com as quais os cavaleiros enfeitam seus cavalos e a lança que carregam na mão, enquanto desfilam pelas ruas da cidade, são o branco e o vermelho, que simbolizam e diferenciam os grupos rivais.

As 'cavalcadas' não são mais aquelas típicas de outros tempos, consistindo apenas na excursão, pelas ruas, de bando de cavaleiros em montarias enfeitadas e trazendo os cavaleiros tôscas lanças de madeira com laranjas e outros frutos espetados, fitas multicoloridas, etc. Depois da passeata, que desperta os maiores aplausos da população, reúnem-se eles em números que variam de cem a duzentos em terreno plano e descoberto, onde se exibem em acrobacias, evoluções de conjunto, etc. Terminada a apresentação, com um jogo denominado 'cartucho' — cada cavaleiro em disparada tenta apanhar um embrulho (cartucho) que lhe é atirado; não há, para os que conseguem apanhar o 'cartucho' outro prêmio senão os aplausos da assistência nem outro castigo para os perdedores, que não a vaia divertida e chocarreira (IBGE, 1959, p.197).

Dez anos após a construção da cidade, a cavalcada continua sendo realizada, mas com claros sinais de mudança. Por uma semana ela mobiliza uma significativa parcela de moradores, porém há uma participação muito mais intensa de pessoas de outros municípios. Muitos vendedores de outras localidades montam barracas pelas ruas da cidade, principalmente na Praça dos Três Poderes e ao redor da Igreja de São Sebastião, onde vendem confecções, bebidas, comidas, peças de alumínio e brinquedos. Também hoje essa festa se faz acompanhar de parques de diversões e forrós no salão da igreja.

Esse é um dos aspectos das mudanças sofridas por esse evento, ou é o novo conteúdo da cavalcada na cidade nova. Ela foi reorientada, em parte, por esse comércio que sobrevive de eventos esporádicos. Os vendedores se instalam provisoriamente em uma cidade onde se realizará o evento e, assim que encerra o período de realização, eles partem em retirada, rumo a outras localidades que estejam também em período de festa.

Na cidade nova, já virou tradição o fato de os cavaleiros, participantes da festa, serem recebidos pelos membros da diretoria do Sindicato dos Produtores Rurais, na sede do parque de exposições, com o oferecimento de um churrasco que é aguardado todos os anos pelos participantes. Talvez agora a cavalcada esteja sendo reorientada para os hábitos locais e, de forma mais nítida, para os hábitos que correspondem à realidade da cidade nova.

4.3.2 O COMÉRCIO EM NOVA PONTE: ASCENSÃO E DISTRIBUIÇÃO

A economia da área de influência direta da hidrelétrica de Nova Ponte, no período compreendido entre 1970 e 1985, estava principalmente assegurada pelos grandes projetos agrícolas, como mostramos anteriormente, uma vez que, no ramo industrial, por exemplo, apenas os Municípios de Patrocínio, Araxá e Tapira, concentravam a maior parte dos efetivos de serviços.

No setor de comércio, o varejo predominava sobre o atacado, e nele se destacava o de vendas de alimentos e o de tecidos e artefatos que representava cerca de 70% dos estabelecimentos. O comércio atacadista, por sua vez, voltava-se para a venda de produtos alimentícios.

Espacialmente, os dois tipos de comércio concentravam-se nos Municípios de Patrocínio e Araxá. Esses municípios, sendo que Araxá em maior escala, concentram os estabelecimentos de serviços, destacando-se pela oferta de alojamento, alimentação e outras atividades consideradas de pouca sofisticação.

Na área de inundação da barragem de Nova Ponte, as maiores perdas foram sofridas pelas atividades de pecuária e agricultura de alimentos que eram exploradas nos vales do rio. Pela sua localização, os estabelecimentos agrícolas com produção industrial praticamente não foram atingidos. As atividades comerciais especificamente localizadas em Nova Ponte eram voltadas, exclusivamente, para a clientela local. As necessidades básicas de alimentação, vestuário e artigos da maioria dos moradores eram supridas por esse comércio essencialmente varejista.

O abastecimento de alimentos era feito por estabelecimentos destinados a esses serviços e que eram denominados de vendas ou armazém, ou ainda mais intimamente, conhecidos pelos nomes de seus donos, como dissemos anteriormente. Esses estabelecimentos eram concentrados no Bairro São Miguel e não tinham grande diversidade de produtos a oferecer para os consumidores. O atendimento era feito pelo sistema de balcão, sem que o consumidor pudesse manipular os produtos nas prateleiras e usava-se o sistema de cadernetas para venda⁷⁵.

Os moradores em melhores condições financeiras deslocavam-se para outros centros urbanos como Uberaba ou Uberlândia para aquisição de produtos diferentes, principalmente no ramo de vestuário. As duas únicas lojas de confecção existentes na cidade atendiam à maioria dos moradores, isto é, aqueles cuja situação financeira não lhes permitia fazer compras em outras cidades.

As mesmas lojas de vestuário supriam o comércio de artigos para presentes e material escolar. As vendas também eram constituídas de açougues e os próprios donos eram responsáveis pelo abate, bovino ou suíno. Isso desencadeava a situação descrita quando nos referíamos, neste capítulo, à construção do matadouro público.

⁷⁵ A caderneta consistia em anotar a compra em um pequeno caderno, a qual era paga no final do mês quando o trabalhador – freguês – recebia seu salário.

Quanto à geração de empregos, esses estabelecimentos não costumavam empregar mais do que duas ou três pessoas: nas lojas de tecidos, empregavam-se os familiares; e, nos açougues, empregava-se uma pessoa para o açougue e outra para ajudar os próprios membros da família que atendiam no balcão. Daí, a reduzida oferta de emprego.

Essa era a característica geral do comércio novapontense até o início da construção da hidrelétrica. A partir desse momento, as possibilidades de aquisição de produtos e a sua diversificação, foram ampliadas pelo aumento no número de estabelecimentos ou, mesmo, pela maior facilidade de intercâmbio com outros centros de abastecimento como se pode conferir pelo anexo 4.

O crescimento gradativo do comércio de Nova Ponte pode ser percebido não só em relação à quantidade de estabelecimentos hoje existentes como também à variedade de produtos disponíveis ao consumidor. Encontram-se, neste novo comércio, produtos que, para serem adquiridos na cidade velha, era necessário que as pessoas se deslocassem para outras cidades.

Face à inexistência de dados cadastrais que pudessem nos subsidiar no desenvolvimento desta pesquisa, optamos por buscá-los por meio do trabalho de campo, o qual foi realizado em duas etapas de acordo com o que apresentamos no capítulo I. Em outro momento, procuramos o Setor de Tributação da Prefeitura, com o intuito de termos acesso à relação cadastral de contribuintes na cidade velha e na cidade nova.

Acreditávamos que essa relação, por si própria, já nos daria uma clara visão sobre o comportamento do comércio. De fato, a listagem de contribuintes apresentava dados surpreendentes: enquanto o total de contribuintes cadastrados na cidade velha era de apenas 22, na cidade nova, havia um quantitativo de 305 contribuintes cadastrados.

Em seguida, optamos por verificar a distribuição dos estabelecimentos comerciais por bairros, uma vez que, na relação fornecida pelo Setor de Tributação, constavam todos os tipos de contribuintes inclusive os profissionais liberais. Tomamos a decisão de percorrer toda a cidade, como o procedimento adotado anteriormente para a caracterização dos bairros.

Ainda assim, havia uma dificuldade a superar, que era a impossibilidade de caminhar pela cidade velha. E, mais, por não existirem quaisquer trabalhos sobre os estabelecimentos comerciais que pudessem contribuir com a nossa empreitada, recorreremos à memória dos velhos moradores.

Constatamos que, em dez anos, a lembrança da disposição dos estabelecimentos comerciais ainda se faz tão presente, como se não tivessem sido destruídas. Aqui, novamente utilizamos o procedimento adotado para a caracterização dos bairros, a leitura a partir do uso

de uma fotografia, especialmente a foto 1A apresentada neste trabalho, e a planta da cidade antiga, como sugestão de Halbwegs, mediante o recurso à memória. Quanto à cidade nova, o procedimento adotado foi o levantamento, rua por rua, de todos os estabelecimentos comerciais existentes. Em seguida, os classificamos conforme as suas especificidades, agrupando-os em 33 tipos diferentes de comércio.

Junto a algumas pessoas que viveram na cidade velha, e que dela têm muita lembrança, tentamos nos aproximar, ao máximo, da realidade do comércio local antes da construção da barragem. Com a leitura da fotografia e da planta, foi possível identificar os tipos de estabelecimentos comerciais que existiam na cidade velha, conforme mostra a tabela 4, e posteriormente compará-los com os tipos de comércio, e serviços, existentes na cidade nova de acordo com a tabela 5.

TABELA 4: NOVA PONTE – ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, POR BAIRRO, NA CIDADE VELHA

Bairro \ Tipo	N.S. Rosário	São João	São Francisco	São Sebastião	São Miguel	Total
Armazém*	01	01	05	02	02	11
Bar	03		02	01	05	11
Boutique			01		02	03
Combustível					01	01
Conveniências					01	01
Farmácia					01	01
Padaria					01	01
Prod. veterinário					01	01
Restaurante					02	02
Supermercado					03	03
Tecidos/Confecções					03	03
Total	04	01	08	03	22	38

Fonte: Planta cadastral, fotos e Entrevistas aos moradores/2003.

* Aqui foram considerados, de forma diferenciada, os armazéns e supermercados. Por armazém, foram considerados, os pequenos estabelecimentos destinados ao comércio de gêneros alimentícios, que dado o seu porte e características diferenciam-se dos supermercados que oferecem uma maior variedade de produtos. No Dicionário da Língua Portuguesa o supermercado é definido como sendo uma grande casa comercial onde o próprio comprador se serve e paga as despesas quando sai do estabelecimento.

TABELA 5: NOVA PONTE - ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS, POR BAIRRO, NA CIDADE NOVA

Tipo	Bairros								Total por Tipo
	A.Benevides	Industrial	M.Milagrosa	Rosário	S. Francisco	S. Sebastião	São João	São Miguel	
Açougue				02	04		01	05	12
Auto Peças		03							03
Banca de Revista/Jornal								03	03
Banco				02					02
Bar/Lanchonete	01	04	01	10	08	02	01	06	33
Beneficiadora de Cereais		02							02
Boutique		01			06	01	01	09	18
Casa Lotérica				01					01
Chaveiro		01		01					02
Consertos Diversos		02	01	02	01	02		01	09
Depósito de areia		02							02
Depósito de Gás		01			01			01	03
Fábrica de Gelo				01					01
Farmácia				02				02	04
Floricultura				01				01	02
Loja de Conveniência				02	01		05		08
Madeira		01							01
Material de Construção								01	01
Móveis				03					03
Oficina Mecânica		10							10
Padaria				02	01	01		01	05
Papelaria				01				01	02
Posto de Combustível		01							01
Produtos Agropecuários		01							01
Restaurante/Pizzaria				02				01	03
Sacolão				03	01		01	04	09
Salão de Beleza	02			07	02	01	01	04	17
Serralheria/Marcenaria		05							05
Serviço de Lava-Jato		02							02
Serviço Foto-Filmagem					01			01	02
Sistema Eletrônico		01						01	02
Supermercado/Mercearia				03	04		01	05	13
Tecido/Confecção								01	01
Total por Bairro	03	37	02	45	30	07	11	48	183

Fonte: Pesquisa Direta/ 2003.

Comparando os tipos de comércio existente na cidade velha com os mesmos tipos existentes na cidade nova, concluímos que, em todos, o crescimento foi significativo. Consideramos como indicador de crescimento, para efeito de análise, o aumento no quantitativo de estabelecimentos comerciais.

Entre todos os casos de crescimento, nenhum foi inferior a 100%. Houve casos em que esse movimento foi ainda bem superior, como o dos estabelecimentos destinados às boutiques. Em um único caso, houve um decréscimo: na cidade velha, existiam duas lojas de tecidos e confecções e, na cidade nova, apenas uma continuou com a tradição. Mesmo assim, a outra loja continuou funcionando no ramo de comércio como boutique.

O mesmo aumento da quantidade de estabelecimentos comerciais na cidade foi verificado quando fizemos essa comparação por bairro. Aí também foi surpreendente o movimento do setor e, da mesma forma, todos os bairros apresentaram crescimento superior a 100%, alcançando maior expressividade o Bairro do Rosário.

Esses dados mostram que houve um aumento significativo no número de estabelecimentos comerciais na cidade nova comparado ao que existia na cidade velha. Também é possível perceber que houve uma maior distribuição desses estabelecimentos dentre os bairros da cidade. Os Bairros São Sebastião, São Miguel e São João apresentaram os menores números de crescimento. Mesmo assim, na cidade nova, todos eles ultrapassam em 100% do número de estabelecimentos comerciais existentes em seus limites na cidade velha. Mas o movimento mais expressivo é em relação ao Bairro do Rosário.

Os novos bairros, Medalha Milagrosa, Amélia Benevides e Industrial, somam mais 48 estabelecimentos comerciais à cidade. Destes, a maior concentração fica no Bairro Industrial, com 39 estabelecimentos; seguido do Bairro Amélia Benevides, com três; e o Bairro Medalha Milagrosa, com apenas dois estabelecimentos comerciais.

Em termos qualitativos a ampliação do número de estabelecimentos, e o conseqüente aumento na oferta de produtos, tem propiciado ao morador a comodidade de adquirir os produtos mais facilmente. Ele não precisa mais andar tanto para adquiri-los e, mais que isso, não precisa sair da cidade para comprar o produto desejado. Também é importante observar que, mesmo com a concentração dos estabelecimentos nos Bairros São Miguel e Rosário, eles se encontram mais bem distribuídos na cidade nova.

Na cidade velha, os estabelecimentos comerciais eram majoritariamente concentrados no Bairro São Miguel, como mostramos na tabela 4. Somava-se a isso o fato de que os grandes vazios na área urbana acabavam por aumentar a distância entre os bairros e por dificultar o acesso aos produtos do comércio. Na cidade nova, contudo, os bairros estão

mais próximos e a disposição dos estabelecimentos comerciais facilita o acesso aos produtos que, muitas vezes, são encontrados no próprio bairro.

4.3.3 NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO: O ESPAÇO DA FÁBRICA EM NOVA PONTE

4.3.3.1 A FÁBRICA DE PALITOS GINA

Para entendermos a dimensão do processo de transformação do espaço em Nova Ponte em consequência da execução do projeto da hidrelétrica, temos que pensar no significado da fábrica nesse novo contexto, pois é ela quem contribui, de forma direta, para garantir ao morador e, também, ao trabalhador, as condições para manter o seu novo padrão de vida. Quanto à cidade, a fábrica, representada principalmente pela A. Rela & Companhia e pelo Grupo Spasso Novagel, impulsiona as atividades produtivas e promove a sua inserção num espaço mais abrangente, o espaço regional e também nacional.

A fábrica de palitos Gina, que em Nova Ponte é chamada apenas de “Gina”, foi fundada na cidade de Itatiba, no interior de São Paulo, por iniciativa de imigrantes italianos. Pela mobilidade da empresa visando à abertura de novas unidades, prática espacial discutida por Correa (1992) como a seletividade espacial, o Município de Nova Ponte foi escolhido para a implantação de uma nova unidade fabril, por ter cedido à empresa, por regime de comodato pelo período de vinte anos, o terreno e as instalações para a implantação dessa unidade.

Segundo Correa (1992, p.117), na seletividade espacial, a corporação age seletivamente segundo os atributos apresentados pelo lugar. Assim, são levados em conta os atributos da proximidade da matéria-prima, acesso ao mercado consumidor, fontes de energia, presença de uma força de trabalho não qualificada e sem tradição sindical, indústrias com produtos situados a montante e a jusante de sua produção, vantagens fiscais ou de infraestrutura pronta, entre outros.

Esses atributos, conforme Correa, podem ser encontrados de forma isolada ou combinada e variam de lugar para lugar, devendo ser constantemente avaliados e reavaliados. Isso dá às corporações uma mobilidade no espaço. Praticamente todos atributos foram percebidos em Nova Ponte e contribuíram para a decisão da instalação da unidade. Um outro atributo apontado pela empresa foi a proximidade com a cidade de Uberlândia, onde se

localizam as grandes empresas atacadistas, Martins, Arcon e Peixoto, que são importantes no que se refere à distribuição da produção.

Quando os empresários da A. Rela, decidiram pela implantação dessa unidade em Nova Ponte, era imprescindível que começassem imediatamente a produzir para, em seguida, buscarem fornecedores de matéria-prima. Foi então que conseguiram da CEMIG a cessão de um galpão de sua propriedade, que se encontrava disponível, sem nenhum ônus para a empresa, por um período de dois anos.

A Prefeitura, por sua vez, assumiu a responsabilidade de, em dois anos, entregar à A. Rela o novo prédio para instalação definitiva da empresa, também sem nenhum ônus, o que favoreceu a escolha do município de Nova Ponte diante de outras cidades que não apresentavam essas vantagens.

A matéria-prima disponível na região constituiu outro forte atrativo para a instalação da empresa em Nova Ponte. Sobre isso também já foi feita uma projeção para os próximos dez anos que confirma a disponibilidade de madeira. Mesmo com a previsão de diversificação da produção, a matéria-prima existe. A informação, inclusive, é de que a madeira aí encontrada chega a superar a qualidade daquela que era utilizada pela empresa.

A disponibilidade de mão-de-obra também se somou aos atributos que lhes facilitaram a opção. Essa mão-de-obra, composta, basicamente, por trabalhadores de Nova Ponte, que tinha apenas a tradição com os trabalhos rurais, era constituída por bóias-frias, como mostramos no capítulo I e no capítulo III.

Esses trabalhadores normalmente ficavam desempregados por causa da sazonalidade da oferta de emprego nesse ramo de atividade. Contudo, já houve necessidade de estender a oferta de trabalho para cidades vizinhas, embora o quantitativo de trabalhadores de outras cidades ainda seja pequeno em relação ao de Nova Ponte. O trabalho na área social, já experimentado pela indústria, foi também posto em prática nessa unidade. A linha de montagem de prendedor de roupa está sendo desenvolvida por detentos do presídio de Uberlândia, garantindo-lhe uma redução na pena a ser cumprida.

Para cada três dias trabalhados, eles conseguem reduzir um dia na pena. Então foi feito um estudo pra ver se pra gente ia ter alguma vantagem, e há uma pequena vantagem no custo de montagem, mas é mais um caráter social do que financeiro (Walter W. Júnior).

A informação repassada pelo gerente da empresa em Nova Ponte, é de que a aí são oferecidos 700 empregos diretos, com uma projeção de um quantitativo de mais 300

empregos indiretos. Em relação à distribuição dos produtos que são fabricados em Nova Ponte, o gerente também nos informou que 80% são vendidos para os grandes atacadistas de Uberlândia; 10% do total são levados para a matriz, na cidade de Itatiba; e os outros 10% vão direto para portos brasileiros de onde são exportados para países integrantes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

De Nova Ponte para Uberlândia e daí para todo o Brasil, a Gina é responsável pela inserção de Nova Ponte em uma rede, extra-local que abrange todo o território nacional e em que as principais empresas atacadistas (Martins, Arcon e Peixoto)⁷⁶ fazem a conexão Nova Ponte – Brasil: “Agora, em qualquer lugar do Brasil que você tomar um sorvete da Kibon você estará usando um produto feito em Nova Ponte” (Walter. W. Júnior).

A fábrica da Gina significou uma grande mudança nas relações de trabalho em Nova Ponte. A iniciar pela necessidade da empresa de que esses trabalhadores deveriam mudar alguns hábitos considerados indisciplinados, até o fato de que eles deveriam se acostumar a uma regularidade no trabalho que também passava pelo crivo da disciplina. Essa exigência esbarrou com a já antiga tradição com o trabalho rural, como nos conta o gerente administrativo da empresa:

Com o passar do tempo, eu percebi que foi um choque cultural muito grande a instalação da indústria na cidade. O pessoal vinha e quando você começava a regerar a coisa, colocar horário de serviço, horário pra intervalo, o uso de EPI's (equipamento de proteção individual), começou a regerar higiene, dar noção de higiene pessoal, começou um êxodo de pessoas da fábrica. Foi um choque cultural muito grande pro pessoal daqui. Não é um trabalho cansativo, é área coberta, é bem diferente, o oposto do que esse pessoal enfrentava antes, que era o trabalho rural (Walter W. Júnior).

O processo de imposição da disciplina social, para usarmos a expressão colocada por Thompson (1988), a propósito da grande mudança advinda com a revolução industrial em que

⁷⁶ O Grupo Arcon, fundado em outubro de 1965, atua como atacado distribuidor. Com 1.450 funcionários e 2.000 representantes comerciais, o grupo, com exceção da região Norte do Brasil, distribui para todas as demais regiões, embora na região Nordeste também atue somente no Estado da Bahia. De Nova Ponte, o grupo comercializa os produtos palitos para dentes e prendedores de roupas, conforme informou o gerente de compras Mauro César Ribeiro, em 1/4/2003, na sede da empresa. O grupo Peixoto também atua como atacado distribuidor em todo o território nacional, com exceção dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Ceará, no Nordeste brasileiro. A conexão com os 95.000 pontos de venda é possível pela presença de CDA's (Centros de Distribuição Avançada) e CDE's (Centros de Distribuição Comercial). Uma frota própria de mais de 550 veículos, entre caminhões e carretas, faz o transporte dos produtos até chegarem aos pontos de venda, como os supermercados, bares e restaurantes. Ao todo, somam-se 24 o total de CDA's e CDE's distribuídos pelas principais cidades brasileiras, segundo informações repassadas por Marley Campos, Gerente de *Marketing*, em 1/4/2003. Nesta mesma data, tentamos conseguir informações sobre o Grupo Martins, em visita às duas sedes da empresa em Uberlândia e também foram feitas várias ligações telefônicas. Todavia, não encontramos quem pudesse repassar as informações e, depois de insistentes tentativas, desistimos da tarefa.

as fábricas passavam a exigir a mudança no comportamento dos trabalhadores, encontrou muita resistência em nova Ponte. As medidas adotadas pela empresa variavam de acordo com o comportamento. Para se evitarem as faltas ao trabalho o funcionário era premiado com uma cesta básica ao final do mês. Mas ele perdia o direito de recebê-la caso faltasse, ainda que com justificativa mediante atestado médico.

A exigência da disciplina no processo de trabalho também se dava em função do uso de uma tecnologia de que o trabalhador não estava acostumado e por isso era preciso que o mesmo se dispusesse de um alto grau de atenção e concentração no local de trabalho devido aos riscos de acidentes no trabalho. Em Nova Ponte as notícias de que, algumas vezes, alguém teria sido ferido em uma máquina na nova fábrica deixava, em certos casos, esses trabalhadores amedrontados por visualizarem os riscos a que estariam expostos⁷⁷.

Esse era o novo código que o trabalhador precisava adotar no processo de trabalho. Talvez tenha sido em função disso que se notou uma grande evasão da fábrica em seus primeiros momentos de atuação. Todavia, como um novo espaço de trabalho no cenário novapontense, a Gina tem sido responsável por um processo de crescimento, ainda que lento, da cidade, mas, principalmente, ela tem contribuído para a manutenção do novo padrão de vida desses trabalhadores. A expectativa de se conseguir um emprego na empresa tem atraído trabalhadores de outras localidades para Nova Ponte, o que significa novas relações também no dia-a-dia do morador.

Para o município, por sua vez, a nova fábrica tem sido responsável pela inserção definitiva de Nova Ponte num fluxo de redes de alcance nacional. Dessa unidade fabril, saem produtos acabados, como palitos para dentes, espetinhos para churrasco, palitos de sorvete da Kibon, palitos de segunda classificação para sorveterias menores, garfinhos e pazinhas para bolo, prendedor de roupa, papel laminado e papel alumínio.

Provavelmente, nem mesmo esse trabalhador tenha uma visão do alcance do contexto em que está inserido a partir da atuação da fábrica. Essa prática territorial definida pela atuação de uma grande empresa tem contribuído para tirar Nova Ponte do aparente estado de isolamento em relação ao Estado de Minas Gerais e, mesmo, em relação ao País.

⁷⁷ No ano de 2003, por exemplo, o telejornal MGTV, da TV Integração, uma afiliada da Rede Globo, veiculou a notícia do primeiro implante de uma mão realizado na cidade de Uberlândia. Esse era mais um caso de trabalhador que teria sido mutilado, ao ponto de ter a mão arrancada por uma máquina no processo de produção de palitos.

4.3.3.2 O GRUPO SPASSO/NOVAGEL

Outra unidade fabril instalada em Nova Ponte foi a do Grupo Spasso Novagel, com a justificativa de que Nova Ponte tem uma posição geográfica privilegiada em relação aos grandes centros como Belo Horizonte, São Paulo ou Brasília, como se vê na figura 22, ou mapa 8, sobre a localização do município.

Essa empresa atua na prestação de serviços de beneficiamento, secagem e armazenagem de produtos agrícolas e se tornou também responsável pela inserção de Nova Ponte em uma nova forma de organização do trabalho. Inicialmente, a NOVAGEL trabalhava apenas com o milho em Nova Ponte. Hoje, atua também com a soja que é um produto de destaque na região. Essa unidade da empresa tem uma capacidade de recebimento diário de 2.000 toneladas de milho e de 1000 toneladas de soja.

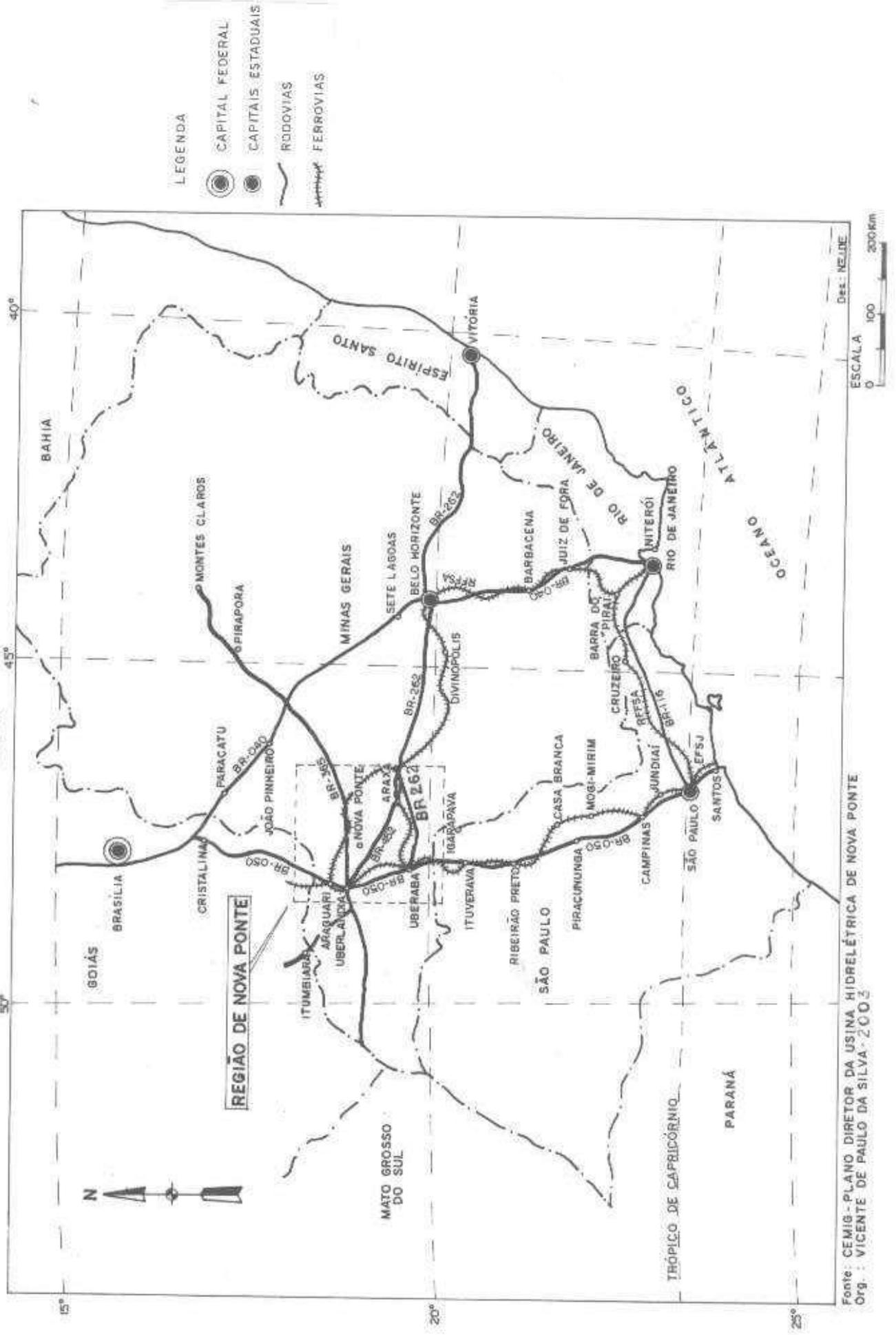
O Grupo Spasso/NOVAGEL constitui uma rede de empresas integradas que atua há doze anos no setor alimentício. Nova Ponte é um ponto dessa rede que foi instalado em 1996 com o nome de NOVAGEL (Nova Ponte Armazéns Gerais Ltda), nome que foi alterado posteriormente para Nova Ponte Serviços Gerais Ltda. A empresa presta serviços aos produtores do município e região, atuando na compra, venda e estocagem dos produtos agrícolas, além de industrialização do milho.

A área construída da empresa é de 100.000 m². Sua construção apresenta-se imponente na paisagem novapontense e, em termos de geração de empregos, são aproximadamente noventa vagas oferecidas pela empresa. Em épocas de safras, há um aumento dessa oferta de empregos, conforme nos informou o gerente Luiz Carlos Melo, em entrevista, na sede da empresa.

Para a cidade velha, talvez parecesse impossível imaginar aí uma construção daquele porte. Mas toda aquela vista garbosa que hoje os olhos miram agora acostumados com sua presença na cidade, ainda esconde dos moradores a sua real amplitude, tanto em termos de construção material, quanto do contexto em que está inserida.

Finalmente, cumpre-nos apontar como a organização do espaço do trabalho tem sido vital na vida das pessoas. Sem isso, a preocupação colocada pelo Padre Júnior, na página 108

FIGURA 22
 MAPA 8 : REGIÃO SUDESTE DO BRASIL - NOVA PONTE



deste trabalho, talvez tivesse realmente sido um grande problema quanto à maneira das pessoas manterem o novo padrão de vida.

De fato são novos tempos na vida dos moradores. Hoje eles podem se vangloriar de terem uma casa muito melhor do que tinham antes; uma cidade com toda infra-estrutura e, conforme mostra a tabela 6, têm emprego garantido nas novas empresas e também naquelas que já existiam, o que assegura o novo padrão de vida que os moradores passaram a ter após a construção da hidrelétrica.

O espaço do trabalho em Nova Ponte é também o lugar onde as diferenças, percebidas como negativas no contexto urbano, deixam de ser um problema na convivência. É aí que os trabalhadores se encontram sob uma mesma identidade, a de trabalhadores da Cerâmica, da Gina, da Prefeitura ou da Caxuana.

TABELA 6: NOVA PONTE – OFERTA DE EMPREGOS E LOCALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES, POR BAIRRO, EM OUTUBRO DE 2003

Bairro	Cerâmica	Prefeitura	Caxuana	Novagel*	Gina*
Amélia Benevides	12	06	21		
Industrial	03	01	07		
Medalha Milagrosa	05	06	29		
N.Sra. Rosário	10	45	28		
São Francisco	19	74	74		
São João	02	08	13		
São Miguel	13	155	81		
São Sebastião	06	54	16		
Outros	03	44	07		
Total	73	393	276	90	5**

Fonte: Pesquisa Direta/2003.

Finalmente convém tecer algumas considerações a respeito do que foi exposto acima. Ao nosso ver tudo isso faz parte de um processo iniciado com as mudanças no espaço em

* A localização dos funcionários da NOVAGEL e da Gina, não foi possível em função de que nos arquivos sobre a situação de cada trabalhador essas empresas utilizam uma forma comum de informar o endereço do trabalhador, ou seja, no campo “bairro” eles informam “centro” independentemente de onde esse funcionário reside.

** No período em que realizamos essa entrevista, havia uma diferença no número de empregos oferecidos pela empresa e o número de pessoas que de fato estavam empregadas. De acordo com a explicação dada pelo gerente Walter W. Júnior, isso se deu em função de que naquele momento a empresa tinha perdido um grande número de funcionários que pediam demissão em função da própria exigência de maior controle, ou seja, o rigor na regularidade e disciplina no trabalho. Todavia, já buscavam resolver a carência de mão-de-obra abrindo espaço para o emprego de trabalhadores de cidades vizinhas que, nesse caso, viajavam de ônibus para o trabalho e voltavam ao final da jornada para suas respectivas localidades.

Nova Ponte quando começou de fato a construção da hidrelétrica. Entretanto, esses aspectos, mesmo tendo originado lá, não poderiam estar contidos no projeto em si.

A instalação das fábricas, que como dissemos garante o novo padrão de vida, faz parte de uma estratégia política para manutenção dessas novas condições que, por sua vez, foram criadas a partir da execução da obra. Não se trata de dizer, no caso da disciplina exigida pela fábrica, se as mudanças são boas ou não, mas entendemos que uma mudança desse nível e alcance, não poderia deixar de ser acompanhada por uma nova forma de se relacionar.

É nesse sentido que propomos, no capítulo V, pensar como o conjunto de mudanças promovido pelo processo de transformação advindo com a destruição e reconstrução da cidade pode se refletir no comportamento social das pessoas. O fascínio pelo novo tem sido acompanhado por novas formas de relacionamento, de localização e de encontros na cidade nova.

Com o tempo, as coisas parecem encontrar, ou moldar um novo ritmo. Nesse ato começam a se revelarem os descontentamentos, as manobras para burlar o sentimento de perda do lugar, as lutas para manter o novo padrão de vida. É hora de entendermos o efeito social dessas expressivas mudanças, mas não esquecermos que, mesmo com tudo isso, “a vida continua”.

CAPÍTULO V: REAPROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E MUDANÇA NO COMPORTAMENTO DOS MORADORES

5.1 DA CASA AO BAIRRO: O MAL-ESTAR CAUSADO PELA APARÊNCIA

O empreendimento Usina Hidrelétrica de Nova Ponte produziu um efeito de longo alcance não apenas do ponto de vista da organização física do espaço, como mostramos no Capítulo IV, mas, também, na sua organização social, alterando o comportamento dos moradores. Como já foi observado, quando procedíamos à caracterização dos bairros, no capítulo anterior, o Bairro Amélia Benevides e seus moradores se tornaram alvo de estigmatizações as quais têm conseguido denegrir sua imagem.

Entender essa relação é o nosso intuito nesse momento da pesquisa. Tendo mostrado as mudanças espaciais em Nova Ponte, buscamos agora entender como essa mudança está relacionada com o comportamento das pessoas, tentando responder à pergunta: Como a execução de um grande projeto altera a organização sócio-espacial já solidificada num lugar?

Aqui as obras de Norbert Elias & John L. Scotson, 2000, “Os Estabelecidos e os Outsiders”, e o trabalho de Edward Relph, 1980, “Place and Placelessness”, constituem as principais referências, porém buscamos em outros autores subsídios para a elaboração teórica requerida pelo trabalho.

Encontramos em Elias e Scotson um fato semelhante ao que ocorre em Nova Ponte: em uma pequena comunidade da Inglaterra denominada Winston Parva, a problemática da diferença se aflorou e fez com que o grupo mais antigo, em termos de residência, (os estabelecidos) estigmatizasse os moradores mais recentes (os *outsiders*).

Nesse trabalho, os autores analisam a questão da auto-imagem que os grupos têm de si próprios e como eles se organizam a partir da idéia que fazem de si. Também observaram que o conflito, enquanto, por um lado, levava à discriminação, à estigmatização e à exclusão dos novos residentes (os *outsiders*); por outro lado, funcionava como um reforço da identidade preservada pelos antigos residentes, ou os estabelecidos, servindo para afirmar a superioridade destes em relação aos primeiros.

Essa atitude de exclusão leva alguns grupos a serem estigmatizados como bons e outros como maus. Mas, nesse caso questionamos quanto a que tipo de risco pode oferecer um residente *outsider* a um residente estabelecido? Na visão do estabelecido, são vários riscos além de ser considerado desagradável o contato com eles:

Eles põem em riscos as defesas profundamente arraigadas do grupo estabelecido contra o desrespeito às normas e tabus coletivos, de cuja observância depende o status de cada um dos seus semelhantes no grupo estabelecido e seu respeito próprio, seu orgulho e sua identidade como membro do grupo superior (ELIAS E SCOTSON, 2000, p.26).

Como notou Elias, os *outsiders* são vistos como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros, daí a utilização de termos pejorativos, que chegam a denegrir sua imagem de seres humanos, para se referirem a eles. Os autores também já haviam observado o fato de que os grupos relacionados entre si sob a forma de uma configuração de estabelecidos são compostos por seres humanos tal qual o grupo supostamente rival. A questão, então, é saber: Por que, e como, criam imagens de grupos opostos, conferindo a cada um deles uma aparente coesão ao se denominarem como nós (um grupo) e eles (outro grupo)?

Em Winston Parva, a relação entre “os estabelecidos” e “os *outsiders*”, da forma como se apresenta, se fundamenta na existência de dois grupos residentes e diferentes, mas a diferença mais marcante é relativa ao tempo de residência de ambos naquele local. As indicações de Elias e Scotson sobre Winston Parva são pertinentes para a reflexão sobre o caso aqui estudado, ou seja, a situação de estranhamento entre os moradores que detectamos em Nova Ponte.

A perspectiva adotada por Relph constitui-se uma importante base teórica sobre o espaço e o lugar, e, como entendemos aqui que a experiência do lugar pode ser a chave para a compreensão da dinâmica da relação entre as pessoas e entre as pessoas e o seu espaço, tomamos essa obra como sendo fundamental em nosso trabalho, ajudando-nos a entender o fato tal como se revela.

Nesse sentido, sugerimos pensar a relação *insidness* e *outsidness*, conforme proposta por Relph, como uma possibilidade de enquadrar a discussão sobre o estranhamento entre os moradores em Nova Ponte. Utilizando os seus argumentos, tomamos o antigo morador como um *insider*, aquele que experienciou a construção do lugar, que está cercado por ele e que é parte dele. O novo morador, ou *outsider*, por sua vez tem toda uma história de vida pregressa com sua cidade de origem e sua experiência em Nova Ponte, é bem mais recente, diferenciando-o do antigo morador.

Relph propõe explorar o lugar como “um fenômeno da geografia do mundo-vivido de nossas experiências cotidianas”. Do mesmo modo, aqui entendemos que isto constitui uma chave para a compreensão da realidade como se apresenta em nosso campo de trabalho.

Portanto, abordar a relação entre os moradores de Nova Ponte se justifica na medida em que acreditamos que essa relação, da forma como se apresenta, é fruto das experiências cotidianas que, implicitamente, pressupõem a construção e consciência de lugar.

O morador de Nova Ponte é todo aquele que aí reside e que partilha de cotidianos, ao mesmo tempo, diferentes e complementares. A polêmica está em relação à identificação pelo morador mais antigo desse outro personagem na história da cidade, o novo morador, ou seja, aquele que veio residir em Nova Ponte após a construção da usina hidrelétrica.

Identificar esse morador como diferente criou tensões, declaradas ou não, entre os membros da comunidade, dividindo-os entre “*os daqui*”, moradores mais antigos em Nova Ponte, e “*os de fora*”, moradores mais recentes, ou que não viveram na cidade velha. Ao mesmo tempo, a instituição do conflito também representa uma forma de identificação e reconhecimento de um grupo já “enraizado” no lugar, o grupo dos antigos moradores. Esses conflitos são renovados dia após dia, quando o menor gesto considerado negativo, praticado pelo novo morador, torna a todos vulneráveis às tensões: “*isso acontece por causa dessa gente de fora*”.

A diferença entre essas duas facções se solidifica de maneira bastante negativa, ficando os novos moradores, ou os de fora, mais vulneráveis aos epítetos de perigosos, traficantes, violentos, arruaceiros, ladrões. Observamos que, nesse conflito, há uma fusão entre morador e bairro no momento em que se manifesta a tensão: o bairro, assim como o morador também é “violento, lugar de bagunça, de tráfico de drogas, lugar de ladrão”.

A discussão é controvertida e se caracteriza por verdades e invenções, conscientes ou não, do que acreditam ser esse novo morador. Na verdade, pouco se sabe a seu respeito. A explicação dada pelo antigo morador à rejeição ao novo morador é pelo fato de este ter vindo de outras cidades, portanto, de fora dos limites de Nova Ponte e porque seus objetivos são apenas “bagunçar” na cidade. “*Dizem que vêm em busca de empregos, mas é mentira*”, diz uma moradora do Bairro São Miguel.

Tendo feito esses esclarecimentos, agora se nos impõe e, propositalmente, não o fizemos até aqui, a necessidade de pensarmos no significado atribuído à noção de bairro e, então, examinarmos o Bairro Amélia Benevides, no intuito de perceber o que lhe dá originalidade e o torna diferente dos demais bairros de Nova Ponte.

5.2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO BAIRRO

O que é e o que significa essa parte delimitada chamada bairro? Por um lado, trata-se da divisão administrativa de uma cidade. Por outro lado, e de forma mais complexa, é uma construção histórica e simbólica, caracterizada por uma conotação afetiva que é interiorizada por seus moradores. É um fator de identificação entre os membros da comunidade, e sua construção desperta um sentimento quase “patriótico” por essa porção delimitada.

Numa análise sócio-histórica em “Artes de Fazer – Morar, Cozinhar”, Mayol oferece uma contribuição à definição de bairro, em seu estudo sobre as maneiras de morar na cidade: “o bairro é, quase por definição, um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido” (1998 p.40)⁷⁸. Ser reconhecido é, portanto, o princípio da identificação entre o morador e o bairro.

Na definição de Mayol, o bairro é entendido como espaço público. Mas, na forma de apropriação e no seu uso, muitas vezes ele é confundido com um espaço privado: “o bairro é, por conseguinte, no sentido forte do termo, um objeto de consumo do qual se apropria o usuário no modo de privatização do espaço público”(op. cit., p.45)

Todavia, esse autor dirá que a noção de bairro é dinâmica e que necessita de uma progressiva aprendizagem que evolui desde a repetição do engajamento do corpo do usuário no espaço público até aí exercer uma apropriação:

O bairro constitui o termo médio de uma dialética existencial entre um dentro e um fora. E é na tensão entre esses dois termos, um dentro e um fora, que vai aos poucos se tornando o prolongamento de um dentro, que se efetua a apropriação do espaço (MAYOL, op. cit., p.42).

Neste sentido, Mayol diz que o bairro poderia ser definido como um prolongamento da habitação que não constituiria propriamente uma superfície urbana transparente para todos, nem seria estatisticamente mensurável, mas, acima de tudo, o bairro seria “a possibilidade oferecida a cada um de se inscrever na cidade um sem-número de trajetórias cujo núcleo irreduzível continua sendo sempre a esfera do privado”.

⁷⁸ A referência desta obra faz parte do livro “A Invenção do Cotidiano 2” por Michel de Certeau.

Uma visão diferente é apresentada por Lamas, ao trazer a contribuição da arquitetura para compreensão do conceito de bairro. Para esse autor, o bairro constitui uma dimensão espacial na morfologia urbana⁷⁹:

É a partir desta dimensão, ou escala, que existe verdadeiramente a área urbana, a cidade ou parte dela. Pressupõe uma estrutura de ruas, praças ou formas de escalas inferiores. Corresponde numa cidade aos bairros, às partes homogêneas identificáveis e pode englobar a totalidade da vila, aldeia, ou da própria cidade (1992, p.74).

Assim, na visão desse autor, o espaço pode ser recortado em partes identificáveis –os recortes – dos quais os bairros podem servir de exemplo e que formam a cidade. Portanto, a compreensão sobre as formas urbanas pode ser posta em diferentes níveis, de acordo com o interesse da leitura e da própria concepção.

Para Lamas (*op. cit.*), a escala da rua representa a menor unidade ou porção do espaço urbano. Enquanto que a escala do bairro, com forma própria; aparece acima dessa dimensão. E, finalmente, fala da dimensão territorial identificada como a escala da cidade que é uma articulação dos diferentes bairros entre si.

No campo geográfico, Soares (1987)⁸⁰ e Souza (1997) oferecem outras contribuições para compreensão do conceito de bairro. Para Soares, esta é uma noção de origem popular, que é marcadamente geográfica, rica e concreta. Para o habitante de uma cidade, que possui um sentimento coletivo da consciência de morar neste ou naquele lugar, o bairro constitui um conjunto que tem significado e originalidade própria:

Esse conhecimento global, que cada um tem de residir em determinado bairro, é fruto da coexistência de uma série de elementos, que lhe dão uma originalidade, uma individualidade, em meio aos outros bairros que o cercam. Cabe à geografia definir quais são esses elementos que, unidos, dão a um bairro sua feição característica (SOARES, *op. cit.*, pp.105 – 106).

No entender de Soares, a cidade e os bairros são inseparáveis, e é pelo estudo deles que podemos conhecer o passado e o presente da cidade, além de podermos pressentir o seu futuro. Em sua concepção, “cidade e bairro são, pois, uma coisa só: não se pode conhecer uma

⁷⁹ Segundo Lamas “a noção de FORMA aplica-se a conjuntos urbanos de diversas grandezas e complexidade. Fala-se de <forma física> para uma praça, uma rua, um bairro, uma cidade e até para uma área metropolitana. Não existe um limite específico, mas sem dúvida a dimensão e a escala estão sempre implícitos na forma urbana”.

⁸⁰ Há que se observar aqui que se trata de uma transcrição de “Aspectos da Geografia Carioca”. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1962, p. 105 – 124.

cidade sem analisar os seus bairros, mas ao estudarmos um bairro temos sempre que ter em mente a cidade a que ele pertence” (SOARES, *op. cit.*, p.120).

A contribuição de Souza (1997) ao debate sobre o bairro leva-nos a uma tomada de consciência sobre o conceito de espaço social que, em sua definição, é, antes de tudo, um produto da transformação da natureza pelo trabalho social. O espaço é, assim, o palco das relações sociais que, como qualquer outra realidade social, não é uma entidade unicamente objetiva.

A materialidade do espaço, em Souza, é dotada de significações para cada indivíduo que é também compartilhada por outros. Como palco material e objetivo das relações sociais, o espaço deve ser entendido como uma construção (inter) subjetiva: o bairro, a região, a terra natal ou a pátria.

Esses elementos constituem, segundo o autor, escalas onde podem ser encontrados exemplos de que esse suporte não é axiologicamente neutro. Neste sentido ele nos diz que: “... na verdade é uma materialidade impregnada de valores, um referencial para a orientação quotidiana, um catalisador simbólico e afetivo (a rua onde se nasceu, morou ou mora, ‘meu pedaço’, ‘meu bairro’, ‘minha região’)” (SOUZA, *op. cit.*, p.23).

Aqui retomamos os argumentos de Mayol para anunciarmos um entendimento do conceito de bairro que, de certa forma, contempla o conjunto das contribuições examinadas: trata-se da visão de que há um conteúdo social e cultural “segundo o qual o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas o lugar de um reconhecimento” (MAYOL, *op. cit.*, p. 45).

E esse lugar de reconhecimento tem sido mais expressivo na escala do bairro, por reunir qualidades propiciadoras disso. Como foi dito por Mayol, o bairro é o lugar de conhecimento dos lugares, de trajetos cotidianos, relações de vizinhança (política), relações com os comerciantes (economia), sentimentos difusos de estar no próprio território (etologia).

O bairro é o lugar do encontro, mas é nele também que eclode a violência e é, na sua fisionomia, que se expressa a realidade caracterizadora daqueles que o habitam – bairro pobre, bairro rico ou bairro nobre. Às vezes, o fato de se habitar um determinado bairro é suficiente para identificar o cidadão, atribuindo-lhe características as mais diferentes e que se confundem com aquelas também atribuídas ao próprio bairro: sujo, violento, perigoso, rico, de classe média, ou limpo.

O discurso tende a homogeneizar, “para cima ou para baixo”, uma relação que é muito mais complexa, quando observamos os contrastes que caracterizam os bairros de uma cidade. Essa maneira de pensar já se encontra arraigada entre as pessoas e tem surtido efeito a

ponto de ser passível observar essa diferença social que se revela na visão que se tem do bairro, embora a aparência por si só não revela toda a realidade vivida pelos moradores.

Os moradores podem ser estigmatizados quando, no bairro, por exemplo, ocorrem elevados índices de delinquência. Por outro lado, um bairro assume também a característica de perigoso se nele habitam pessoas mais propensas ao crime, à violência. As características de ambos se fundem e, nesse processo, corre-se o risco de tanto um quanto outro perderem sua identidade.

Cotidianamente, o bairro é vivido por uma clientela especial, que são seus moradores; porém, sua produção extrapola os limites da moradia. Ambos, morador e bairro, são inseridos numa relação de inclusão e, no seu oposto, de exclusão. Quanto ao morador, há um reconhecimento do “de dentro” assim como o reconhecimento do “de fora” do bairro pela sua posição de morador ou não. É essa relação a responsável pela produção – material e simbólica – do bairro. De lugar de moradia, de vizinhança, de cotidiano, o bairro passa a ser percebido como lugar de violência, de perigo, da distância que se deve manter.

5.3 O BAIRRO AMÉLIA BENEVIDES EM NOVA PONTE

Assim, apoiado na proposta de Soares, buscamos compreender o passado e o presente de Nova Ponte por meio do estudo dos seus bairros, sabendo-se que os principais elementos caracterizadores de cada bairro que compõe a cidade, segundo a concepção adotada neste trabalho, são os seus moradores e a presença de equipamentos urbanos de maior importância entre as pessoas.

Ainda assim, para resgatarmos a história da cidade de acordo com a trama que se desenvolve no Bairro Amélia Benevides, foi preciso que a ele fossem associados outros elementos, mediante os quais pudemos compreender melhor a antagônica relação de inclusão e exclusão de moradores tanto no bairro quanto na cidade.

O Amélia Benevides, segundo informações de Leonel Brizola Pontes, um dos responsáveis pela negociação entre a CEMIG e os moradores, foi concebido para resolver uma situação constrangedora e complicada surgida na época das negociações: a moradia das pessoas mais pobres que não tinham residência própria na cidade velha, e que, portanto, não tinham como se mudar para a cidade nova. Por isso, é considerado o bairro onde residem os moradores de mais baixa renda da cidade. Ele tem, de fato, características de um bairro mais pobre, e de nenhuma parte da cidade tem-se uma boa visão dele.

Trata-se de um bairro pequeno. A princípio, apenas cinquenta e duas casas foram construídas por exigência da Associação dos Moradores, conforme nos contam os irmãos Leonel Brizola e Jânio Quadros Pontes houve um embate entre a associação e a CEMIG a fim de que fosse viabilizada a mudança, para a cidade nova, daqueles que não eram proprietários de imóveis na cidade velha e que por isso não tinham como construir suas casas: *“Aí a gente falava: ou dá casa pra ele mudar pra cidade nova ou ele vai ficar aqui parado”*.

Se, desde o início, o bairro foi concebido como lugar de morador pobre, essa atribuição continuou ao longo dos dez anos de reconstrução da vida cotidiana dos moradores de Nova Ponte. A própria localização é, de certa forma, desprivilegiada. Ele está situado numa área de baixada, com tendência de ser inundado pela vazão das águas pluviais, limitando-se com o Bairro do Rosário e com uma área de pastagem que dá acesso ao lago formado pela barragem do rio. É como se houvesse apenas uma porta de entrada e saída para o bairro.

Nesse bairro, grande parte das casas foi construída com material reaproveitado das construções da cidade demolida, o que contrasta com as construções do restante da cidade em que sobressai a aparência de recém construídas e novas. Muitas casas, no Amélia Benevides, não têm muro. Às vezes, a parede da frente é o limite entre a casa e a rua, o que significa uma reprodução do padrão anterior, ou seja, o da cidade velha.

A Rua João Batista Pedrosa era a única existente no início da sua construção. Com o tempo, as famílias que chegavam em busca de trabalho tendiam a se concentrarem nesse bairro, o que promoveu a ampliação de seus limites. Das 52 residências construídas originalmente para os moradores mais pobres de Nova Ponte, constatamos um total de 254 residências por ocasião desta pesquisa. Isso fez com que fossem construídas mais duas ruas menores no que eles chamam de “o fundo do bairro”, para comportarem as novas residências.

Se, por um lado, o Bairro Amélia Benevides não dá acesso a outros lugares, seus moradores, no entanto, para irem ao trabalho ou ao comércio precisam, necessariamente, passarem por outros bairros. O Amélia Benevides é desprovido de estabelecimentos comerciais. Observamos que só havia um pequeno bar dentro de seus limites. Constatamos, também, que o grande número de construções inacabadas, cujas obras pareciam estarem a muito tempo paralisadas, não tinha indícios de que algum dia elas ainda pudessem ser concluídas.

Ao invés de muros, muitas casas têm cercas improvisadas com arame farpado e tábuas, como era comum na cidade velha. As três ruas que compõem o bairro são pavimentadas, dotadas de redutores de velocidade (quebra-molas), e placas de identificação

de ruas e números. O bairro, apesar de possuir a mesma infra-estrutura de toda a cidade, é visto como uma espécie de anomalia pelos moradores de outros bairros, para quem ele representa um lugar de onde só se deve manter distância.

Nesse processo de reconhecimento, os dados estatísticos ajudam a compreender os acontecimentos, porém não são suficientes para explicá-los. Para entender melhor essa realidade, achamos que o contato direto com os moradores constituiria a melhor opção para complementar a leitura propiciada pelos dados estatísticos e para ultrapassar as primeiras impressões observadas durante a pesquisa de campo.

Esse procedimento foi válido na medida em que revelou a origem desse mal-estar: Em primeiro lugar, os antigos moradores de Nova Ponte que eram proprietários de lotes se beneficiaram do processo de negociações com a CEMIG, quando puderam receber uma indenização que lhes permitiu construir uma casa de qualidade superior à que eles possuíam.

Além disso, devido ao fato de que a empresa só reconhecia e negociava com proprietários, é possível entender que as melhores localizações na cidade nova fossem garantidas a esses moradores. Uma outra parcela de moradores que não era proprietária de lotes na cidade velha, nem tinha condições de construir sua casa, recebeu, da CEMIG, uma pequena casa construída segundo os padrões da empresa, conforme a exigência da Associação dos Moradores que referimos anteriormente, sendo que a maioria dessas doações foi feita no Amélia Benevides.

Também houve casos em que a Prefeitura fez a doação do lote, e a pessoa ficou responsável pela construção de sua moradia. Assim foram erguidas as casas mais simples da cidade nova – aquelas que se concentravam no Bairro Amélia Benevides. Uma situação semelhante à das pessoas que foram morar nesse bairro era vivida por migrantes que se mudaram para Nova Ponte após todo o processo de construção da cidade nova. Eles são aqui chamados de novos moradores e também se concentraram no Amélia Benevides.

No presente, os dados estatísticos indicam que ali predomina o segmento de moradores cuja condição econômica se apresenta inferior aos outros moradores da cidade. Entretanto, se entendemos que condição econômica não é quesito suficiente para que uma parte dos moradores estigmatize outra, então é *in loco* que podemos entender a dinâmica da relação que aí se estabelece.

O fato é que a forma diferenciada de acesso aos recursos, por ocasião da reconstrução da cidade, colocava em pontos opostos os moradores que passaram pelo processo de negociação e os que não tinham o que permutar com a CEMIG. No Amélia Benevides se concentravam os moradores desprovidos de recursos financeiros.

O padrão de casa construída pela CEMIG se difere muito daquele cujos proprietários ficaram responsáveis, eles próprios, pela execução de seus projetos. Imediatamente distinguimos o que foi obra da CEMIG ou do próprio morador que recebera apenas o lote do que foi obra daqueles que receberam a indenização.

Após a inauguração da cidade, começa-se a perceber um fenômeno diferente, ou seja, chegavam pessoas para Nova Ponte oriundas de diversos lugares do País e, com isso, o Bairro Amélia Benevides começa a crescer como observaram os que já viviam na cidade pois, era para esse bairro também que se dirigiam as famílias que chegavam para lá.

Sem ajuda da CEMIG, o padrão de construção se deteriorou cada vez mais: o material utilizado para construir as casas ainda podia ser retirado, em menor quantidade, das demolições da cidade velha, ou comprado por preços bastante acessíveis ou, às vezes, conseguido por doação de outros moradores.

O antigo morador, contudo, já orgulhoso de morar em uma cidade totalmente nova, cujas construções impressionam também por serem tão diferentes do que estavam acostumados, começa a ver com olhos de desconfiança o crescimento do Amélia Benevides e não gostam do que dizem ver: “... *é uma coisa que não devia ter acontecido... lá é um antro de perdição... as construções a gente não sabe se é casa ou se não é casa*”, diz uma moradora do Bairro São Sebastião.

Começam a circular pela cidade as informações, boca a boca, de que o bairro Amélia Benevides representava um perigo. Não é mais conhecido como um bairro; transformou-se na vilinha⁸¹. Com uma conotação totalmente pejorativa, é assim que o bairro é reconhecido em toda a cidade. Há pessoas, inclusive, que não sabem dar informação sobre o bairro quando perguntado pelo seu nome, Amélia Benevides; mas, se fazemos referência à sua alcunha, vilinha, imediatamente, elas se situam e prestam as informações desejadas.

O perigo representado pelo bairro, ao que diziam, estava ligado ao fato de que “*a maioria das pessoas de lá veio de fora*”. O que isso representa? E os moradores que vieram da cidade velha e residem nesse bairro, como percebem essa estigmatização? Por que esse fato, que parece tão particular, pode ser representativo do que acontece em outras escalas, como numa área metropolitana, por exemplo? Era preciso então estabelecer comunicação com os moradores do Bairro Amélia Benevides e com moradores de outros bairros. Mas antes,

⁸¹ O termo vilinha, diminutivo de vila, é entendido entre os moradores como uma área pequena que não chega a merecer o nome de bairro, que, segundo esse entendimento, se trata de uma categoria mais elevada que vila. O uso do termo no diminutivo, conforme questionamos durante o trabalho de campo, se dá em função de que o bairro é muito pequeno, ou seja, é menor que todos os outros: “nem parece bairro, parece é uma vilinha mesmo”, diz uma moradora do Bairro do Rosário.

sentimos a necessidade de construir uma base teórica sobre a questão da diferença na vida em sociedade.

5.4 A CONDIÇÃO DE DIFERENÇA NA VIDA COTIDIANA EM SOCIEDADE

O que significa dizer que uma pessoa é diferente porque veio de fora? No caso de Nova Ponte, este entendimento constitui o ponto de identificação do grupo que já experienciava o lugar, que lhe dera significado e que, ao contrário dos novos moradores, carrega uma lembrança de um tempo vivido na velha cidade submersa pelas águas do reservatório.

O empreendimento Usina Hidrelétrica de Nova Ponte foi um acontecimento que atingiu todos os moradores da cidade velha e que os levaram a crer que a cidade nova foi construída para eles como indenização pela submersão da sua cidade. Esses moradores realmente foram beneficiados com a construção de uma casa nova em função de terem sido diretamente envolvidos no processo de construção da hidrelétrica, uma vez que ocupavam a área a ser inundada pela formação do reservatório. Mas como explicar que isso tenha gerado um sentimento egoístico a ponto de refletir nas relações com os outros moradores, ou seja, os que chegaram depois de todo esse processo?

Consideramos que o aspecto mais expressivo da divergência gerada a partir desse processo seja afetivo. Também aqui se aplicam os argumentos de Elias e Scotson, de que “é difícil tornar essas tensões e conflitos mais suscetíveis ao controle humano enquanto há um nível elevado de afetividade no pensamento e percepção pertinentes a essa área, e um baixo nível de objetividade” (1994, p.78).

Lepoutre (2001) identificou semelhante relação de estranhamento entre os adolescentes moradores dos grandes conjuntos habitacionais suburbanos. Esses adolescentes são diferentes do restante da sociedade, e essa diferença torna-se negativa e cria, deles, uma imagem, da mesma forma, negativa.

Segundo o autor, esses adolescentes constituem a facção pobre, desocupada, vítima do fracasso na escola, desempregada, violenta e delinqüente, às vezes drogada e, até, criminosa ou revoltada, cheia de ódio e com tendência à sublevação. Em se tratando de grupos desprivilegiados, sujeitos aos efeitos negativos de uma concentração de renda, parece que o discurso pode ser aplicado de forma generalizada, uma vez que as características são sempre bastante semelhantes.

A condição de diferença leva a que pessoas sejam estigmatizadas no seio da sociedade. Essa diferença, muitas vezes, assume uma expressão de carência de bens materiais: “é como se a eles faltasse tudo que nos parece indispensável ao bom funcionamento de uma sociedade” (LEPOUTRE, *op. cit.*, p.447).

Acreditamos que esses argumentos, possam contribuir para o entendimento do que acontece em Nova Ponte. Mas, também estamos convictos de que o conhecimento sobre os novos moradores, não pode contentar-se unicamente com ponto de vista de que são “de fora”, ou que estejam em condições financeiras inferiores, para que se justifique o fato de serem estigmatizados pois, utilizando a expressão de Lepoutre, entendemos que uma interpretação assim é, sobretudo, “fruto de um olhar exterior e distanciado”.

O efeito desse olhar representa, por um lado, uma forma de exclusão social, em que os grupos considerados em condição inferior são taxados de marginais. Por outro lado, isso constitui também uma forma de controle social, pois define lugares em relação aos quais se deve evitar o contato. Se determinados bairros, por exemplo, não devem ser visitados por membros de outras áreas consideradas mais abastadas, também os moradores de áreas entendidas como sendo perigosas, não devem sair muito de seus territórios, uma vez que eles significam uma “ameaça à ordem”.

Berger (2001, p.85) postula que “O ridículo e a difamação são instrumentos potentes de controle social em grupos primários de todas as espécies”. A sujeição de pessoas a situações ridículas ou constrangedoras contribui, muitas vezes, para a mudança de comportamento e para a aceitação de normas impostas para o convívio harmônico em sociedade.

Todavia, o contrário também pode ocorrer. A exposição ao ridículo pode criar o sentimento de indignação, de ressentimento. Se isso ocorre, o desejo de vingança tornará o indivíduo propenso à violência. A reação pode ser imprevisível como atacar ou, conforme palavras de Berger, submeter ao opróbrio e ao ostracismo sistemáticos.

A estigmatização parece ser uma atitude comum onde existem grupos que convivem num mesmo espaço e em que um deles se apresenta em condições de inferioridade. Por meios dessa estigmatização, expõem-se grupos, ou bairros inteiros, ao ridículo. O objetivo é sempre o mesmo: afirmar a superioridade de uns sobre outros.

Um processo de estigmatização pode ser classificado como a expressão de uma relação de poder o qual pode, por vezes ser dispendioso ou não. Por um lado, Foucault (1995), mostra como muitas vezes o poder é exercido em diferentes sociedades de forma dispendiosa. “O poder, na verdade, não se exerce sem que custe alguma coisa”. Por outro lado, há um

poder que alguns acreditam possuir e cujo exercício pode não custar tanto economicamente, mas que pode apresentar efeitos sociais devastadores, principalmente entre os grupos menos privilegiados: é o caso do poder do olhar.

Essa arma, a do olhar, serve também como uma forma de controle social. Ninguém quer se expor ao ridículo. Sendo assim, é preferível enclausurar-se, não deixar os limites de seu território e penetrar no território “dos outros”. O olhar pode dizer à pessoa que ela é – ou está sendo – ridícula. Como uma forma de exercício do poder, o olhar não é tão dispendioso se for comparado ao custo de outras manifestações. Neste sentido é pertinente a afirmação de Foucault quando diz:

O olhar vai exigir muito pouca despesa. Sem necessitar de armas, violências físicas, coações materiais. Apenas um olhar. Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo. Fórmula maravilhosa: um poder contínuo e de custo afinal de contas irrisório (1995, p.218).

Nas pequenas comunidades, o olhar pode exercer esse poder de forma ainda mais visível e constitui uma forma de controle social, que provoca os efeitos morais desejados. Não é bom estar em um lugar onde não somos aceitos; e muitas vezes um olhar é suficiente para exprimir uma condição de rejeição.

A superioridade com que um grupo manifesta sua condição diante de outros grupos é um exemplo do que denominamos de manifestação do poder. No intuito de se mostrar superior, um indivíduo ou um grupo é capaz de desfigurar culturalmente diversos grupos, minorias étnicas, manifestações populares, bairros ou, mesmo, cidades inteiras⁸².

Acreditamos que isso acontece em função de quer seja na cidade, quer seja apenas no bairro, as condições de vida são dadas de forma diferenciada. O acesso a casa, ao lazer, aos lugares públicos, não se dá da mesma forma para todos. A diferença está aí e não no caráter das pessoas. A carência de bens materiais, de comida para os filhos, de educação, ou mesmo de um pouco de sorte, é confundida com o caráter das pessoas e passa a expor ao ridículo os cidadãos de uma mesma comunidade.

Finalmente, a fala de Peixoto, sobre “O Olhar do Estrangeiro” parece revelar o sentido da estranheza entre as pessoas na comunidade. O estrangeiro, para esse autor, é definido como aquele que não é do lugar, aquele que acabou de chegar. Entretanto, o fato de

⁸² O estudo de José de Souza Martins - Fronteira a Degradação do Outro nos Confins do Humano – que indicamos aqui, constitui uma referência sobre a dicotomia do um e do outro – o branco versus o índio, e as atitudes de ambos frente ao conflito.

ser estrangeiro, segundo o seu entendimento, não significa que a pessoa seja boa ou má, mas que há uma tendência, desse chamado estrangeiro, em ver as coisas com mais originalidade do que as pessoas que já têm um certo grau de experiência anterior:

é capaz de ver aquilo que os que estão lá não podem mais perceber... ele é capaz de olhar as coisas como se fosse pela primeira vez e de viver histórias originais. Todo um programa se delineia aí: livrar a paisagem da representação que se faz dela, retratar sem pensar em nada já visto antes. Contar histórias simples, respeitando os detalhes deixando as coisas aparecerem como são (PEIXOTO, 1995, p.363).

Esta tem sido talvez a condição mais expressiva e definidora do modo como vivem as pessoas que vão morar em lugar estranho para elas, mas que têm toda uma história pregressa à sua chegada. Isso também ajude a entender o estranhamento, ou as rixas, que se desenrolam, no dia-a-dia, entre esse estrangeiro e os antigos moradores do lugar, como é o caso de Nova Ponte que será especificamente tratado no item 4.4.2.

5.4.1 OS DE DENTRO E OS DE FORA: OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE NA DELIMITAÇÃO DE UM CONFLITO

O termo conflito tem sido aqui utilizado de acordo com o sentido registrado no Dicionário de Ciências Sociais: luta por valores e reivindicações de *status*, poder e recursos escassos, em que o objetivo dos oponentes consiste em neutralizar, lesionar ou eliminar os rivais.

Este é o sentido que damos ao conflito entre antigos e novos moradores em Nova Ponte, isto é, o que está implícito no sentimento de rejeição apresentado pelos antigos moradores contra os novos assume um caráter de luta por valor e reivindicação de *status*: querem se sentir superiores, econômica e socialmente, em relação aos outros.

Outra significação dada ao termo conflito é de Labourthe-Tolra e Warnier (1997), segundo a qual, na sua dinâmica, os conflitos podem tomar a forma de rixas, guerras ou mesmo de confrontos armados que, ao invés de se definirem como explosões anárquicas de violência, eles aparecem codificados como os outros fatos sociais.

Da mesma forma, esses autores argumentam que “é necessário distinguir entre os conflitos intra e extra-sociais”. Os conflitos intra-sociais, como dizem, são regulamentados em seus objetivos e meios, enquanto que nos conflitos extra-sociais, como as guerras, que são um exemplo óbvio, tudo é permitido.

O primeiro caso é, conforme entendimento neste trabalho, a forma como se apresenta o conflito percebido entre os velhos e novos moradores de Nova Ponte. Há um limite na sua existência em que o conflito assume o caráter de rixa e se define como intra-societal. É o estabelecimento dessa rixa entre os membros da comunidade que propomos discutir nesta etapa do trabalho.

Como se pode pensar na posição ocupada pelas pessoas (dentro ou fora) como definidora de um conflito? Dentro de quê? Fora de quê? Como estabelecer uma relação de acordo com essas definições? O caso tomado aqui se refere, de forma geral, às visões que as pessoas de uma comunidade têm sobre outras de grupos diferentes, seja religiosamente, seja socialmente, ou qualquer forma pela qual se possa expressar uma diferença.

Outros conflitos se estabelecem num mesmo espaço, tais como discriminação racial ou sexual e podem ser enquadrados numa outra discussão, que é a do preconceito social. Todavia, a característica desses preconceitos é também uma situação de diferenciação social entendida como negativa.

Queiroz (1973) observou um caso semelhante entre um grupo de vizinhança nos municípios de Itariri e de Rio das Pedras em São Paulo. O fenômeno foi chamado pela autora de “sentimento de localidade”, cujo laço mais íntimo de coesão entre um grupo era o laço do parentesco.

A “gente de fora” era formada por aquelas pessoas que estavam de fora dos laços de parentesco. Mesmo neste caso, eram vítimas da discriminação pelo chamado “grupo de dentro”. Havia, também, o caso em que a diferença residia, basicamente, no fato de um grupo de moradores ser novo no local – “a gente de fora”. Segundo o entendimento do grupo “de dentro”, a gente de fora habitava *por acaso* naquele lugar. A palavra “fora” designa ser “de outro lugar”, portanto, diferente, mau:

A ‘gente de fora’ é constituída em geral por camaradas que se instalam na região para trabalhar em sítios de japoneses, que mais e mais se espalham no município de Itariri; estes camaradas são considerados pelo pessoal de Rio das Pedras como ‘pinguços’ (bebedores de pinga) e briguentos (QUEIROZ, 1973, p.199).

Mendras (1978) também analisou situação semelhante em grupos de camponeses ou, como ele próprio diz, sociedades camponesas. Foi identificada, no grupo local, a sua rejeição ao grupo considerado de fora: “o dentro-do-grupo se afirma sempre contra o fora-do-grupo”. A oposição entre os chamados grupos de dentro e os grupos de fora coloca os primeiros em condição de superioridade aos segundos. Esta condição é apontada, principalmente, quando se

referem à moral das mulheres: “nossas mulheres são virtuosas e cheias de verguenza... mas nas aldeias vizinhas e, sobretudo nas cidades, elas são fáceis” (p.195).

Nesse caso, a aversão da comunidade camponesa é quanto a tudo que é exterior. O despertar desse sentimento já define a diferença “nós e eles”, e, nessa condição, o “nós” exprime o lado bom, e o “eles”, o lado mau. Nos estudos de Mendras, fica evidente a estratégia, no interior do grupo, de como se comportar diante da presença do “de fora”. Isso faz reportar ao que já dissemos nesta pesquisa quanto à questão da defesa. Por vezes, a defesa pode significar um ataque ou, como diz a expressão popular, “*se você não pode lutar contra seu inimigo, junte-se a ele*”:

Receber bem o estrangeiro é também um meio de neutralizá-lo, caso sejam más as suas intenções: passe a soleira de minha porta diante de mim, para que eu possa ver suas costas e assim observar e controlar suas intenções melhor do que se eu passasse primeiro (MENDRAS, 1978, p.195).

A oposição entre grupos considerados diferentes, mesmo que essa diferença seja mais em termos de tempo de residência no mesmo lugar, tem contribuído para a taxação da diferença como sendo, via de regra, má e perigosa. É preciso lembrar que cada situação tem suas especificidades e entender que não é possível generalizar os fatos. Muito embora Elias e Scotson já tenham dito que, resguardadas suas diferenças, “sob alguns aspectos, eles são iguais no mundo inteiro”, torna-se então coerente perguntar: Que tipo de sentimento, hoje, é capaz de explicar essa atitude perante a diferença?

É com base em Relph (1980) que buscamos entender essa problemática. Seus argumentos mostram que no cerne dessa questão está o lugar. A identidade com um lugar soa como o sentimento mais forte, que se manifesta no morador estabelecido e produz a reação à possibilidade de compartilhar esse lugar com um novo morador.

Relph diz que a noção de identidade é fundamental na vida cotidiana (*everyday life*). E um grupo responsável pela construção, material e simbólica, com anos de experiência no lugar, identifica-se com ele e chega ao extremo de sentir-se dono, não mais só daquilo que é seu de fato, mas, também, de tudo o que está à sua volta.

A partir da experiência com o lugar, as pessoas agem como se tivessem direitos sobre ele, chegando alguns a afirmarem: “*isso aqui é nosso porque nós o construímos*”. Esse sentimento de posse reflete o apego ao lugar e, conseqüentemente, a necessidade de se organizar para defendê-lo das influências ou, simplesmente, da presença de outros.

Vale ressaltar, conforme Relph, que a identidade constitui um traço básico da nossa experiência de lugar e que, ao mesmo tempo, nossa experiência influencia e é influenciada por outras experiências. É em função da identidade com o lugar que se desenvolvem as formas de experiências *insideness* e *outsideness*. E, nesse sentido, tomamos novamente uma citação de Relph para esclarecer a diferenciação implícita no ato de identificação com o lugar:

From the outside you look upon a place as a traveller might look upon a town from a distance; from the inside you experience a place, are surrounded by it and part of it. The inside - outside division thus presents itself as a simple but basic dualism, one that is fundamental in our experiences of lived-space one that provides the essence of place (RELPH, *op. cit.*, p.49).

A fusão da história das pessoas com a história do lugar leva a que se desenvolva a reciprocidade entre ambos. Do mesmo modo, esse sentimento muitas vezes se confunde com a idéia de posse. Isso significa que não é num lugar qualquer que o *novo morador* está adentrando, mas num lugar histórico e simbolicamente construído por outros moradores.

A idéia de posse conduz à noção do particular, do privado. O que é privado é, portanto, restrito a um dono. Mas na relação *insideness* – *outsideness*, o público muitas vezes assume o caráter de propriedade privada: “*a nossa igreja, a nossa cidade, o nosso bairro, a nossa vista*”, enfim, soa como um tipo de propriedade, ainda que coletiva.

Assim como os muros ou a cerca encerram os limites de uma propriedade privada, também um bairro, uma rua, uma construção isolada, ou ainda, toda a área de uma cidade, entendidos como construção pública, são revestidos de limites. Muitas vezes, esses limites são imaginários e criam espécies de donos da rua, do bairro ou da cidade.

O grupo se reconhece e se aceita sem questionamentos. Às vezes também se estranha. Mas nenhuma estranheza é tão marcante quanto aquela referente a quem chega depois, o *que veio “de fora”*. Imediatamente os laços de reconhecimento do grupo se aguçam, no afã de estranhamento do outro.

O morador mais antigo se sente parte do lugar da mesma forma que o lugar faz parte dele. Todavia, já foi dito por Relph, a identidade com o lugar é mais do que um endereço ou um conjunto de aparências e quanto mais profundamente inside se estiver mais forte se torna esta identidade.

Com base no que foi exposto, acreditamos que o sentimento de pertencimento ao lugar, ou a identidade com ele, possa estar paradoxalmente relacionado com as origens de

tensões e rixas entre os moradores, à medida que a própria presença de um estranho ao lugar pode tornar vulneráveis as condições de segurança oferecidas por esse lugar.

Esse argumento se reforça com a fala de Relph, baseada em Lyndon (1962), que sugere que o lugar é a criação de um *inside* que é separado de um *outside*: “Being inside is knowing where you are”. Neste sentido o lugar se revela como a diferença entre segurança e perigo, ou simplesmente o aqui e o lá, onde a pessoa não se sente ameaçada até que a presença de um diferente coloque em risco essa segurança.

5.4.2 A CONDIÇÃO DE DIFERENÇA EM NOVA PONTE: DO BAIRRO AMÉLIA BENEVIDES À INVENÇÃO DA VILINHA

Paulatinamente, o antigo morador de Nova Ponte foi percebendo o aumento no número de moradores novos na cidade. A referência mais nítida desse fato era evidenciada pelo crescimento do Bairro Amélia Benevides. Por outro lado, também o fato de se verem “caras estranhas” no dia-a-dia anunciava que em Nova Ponte havia um novo morador, o qual, talvez mais por isso do que pelas suas condições, representava um perigo para a comunidade.

Os antigos moradores começam a estigmatizar o Bairro Amélia Benevides diante da constatação de que a maioria absoluta dos novos moradores residia lá. Constatamos ainda que se trata de moradores em condição de pobreza diferenciada do restante dos velhos moradores. Com isso, o bairro passou a ser visto com ares de receio e recusa. Estabelece-se o conflito; nasce a vilinha.

A vilinha, na linguagem dos moradores, é um termo pejorativo usado para designar o Bairro Amélia Benevides, cujo sentido evidencia as semelhanças desse bairro com as favelas das grandes cidades. Segundo dizem, tudo de ruim que lá acontece deve-se ao fato de se concentrarem, no bairro, as pessoas vindas de outras cidades após a construção da barragem.

O perigo representado pela vilinha, segundo a concepção dos velhos moradores, chegou a ponto de caracterizar o lugar como impossível de se andar à noite ou, mesmo durante o dia, caso não esteja acompanhado.

Quando chegamos a Nova Ponte, com objetivos de entrevistar os novos moradores do Bairro Amélia Benevides, foi abordado por pessoas que não faziam questão de esconder sua aversão ao bairro: “*Você está louco? Nem pense em ir naquele lugar. Se for, vai acompanhado. Eles podem até te seqüestrar lá. Depois, o quê, daquele povo, tem pra você entrevistar eles?*” (moradores do Bairro do Rosário e do Bairro São Miguel).

Em Nova Ponte, sempre existiu o hábito de renomear pejorativamente os bairros, desde a cidade velha, como mostramos no capítulo III. Mas, na cidade nova, apenas o Bairro Amélia Benevides foi alvo dessa atitude. Todos os outros bairros que compõem a cidade nova hoje são conhecidos pelos nomes originais.

Entendemos que esse fato se deve também à melhoria do nível de vida de todos os velhos moradores de Nova Ponte, quando negociaram suas casas com a CEMIG. Um sentimento de progresso foi introduzido pelo Estado e assimilado pelos moradores, que podiam confrontar suas velhas casas com as novas construções consideradas, por eles, como sendo a sua mansão.

Os antigos moradores de São Sebastião e São João que eram proprietários de imóveis na cidade velha também puderam melhorar, em muito, o estilo de suas construções. A partir daí, estavam equiparados aos outros moradores, em termos de moradia, ressaltando-se as diferenças mais particulares.

Esse fato desviou a atenção dos moradores para o que acontecia no Bairro Amélia Benevides, entendendo que esse bairro estava sujando a cidade e destruindo a visão de uma cidade inteiramente nova. “A CEMIG devia embargar aquelas construções que estão enfeitando a cidade” (Moradora do Bairro do Rosário).

A diferença que se expressa na configuração do Bairro Amélia Benevides fez com que ele fosse reconhecido pelos moradores como “o bairro do povo de fora”. Esse discurso opõe-se ao que foi percebido, *in loco*, por ocasião da realização desta pesquisa: no bairro, composto de 254 casas, apenas 22% são ocupadas pelos novos moradores, que formam aproximadamente 70% de todos os *novos moradores* presentes em Nova Ponte.

Os outros 30% deste conjunto são formados de pessoas que moram em outros bairros com moradias melhores e condições de vida também melhores, são pessoas que exercem profissões como medicina, odontologia, comércio ou são funcionários públicos que ocupam cargos mais elevados. O fato de serem profissionais que usufruem uma melhor remuneração ou, simplesmente, o fato de morarem entre os velhos moradores tira-lhes o caráter de estranheza que se tem em relação aos moradores concentrados no Bairro Amélia Benevides.

Verificamos, durante a pesquisa, que os termos pejorativos são atribuídos tanto às pessoas quanto ao próprio bairro. O suposto caráter violento das pessoas, conforme os velhos moradores faz veicular, passa a definir também o bairro, ou a vilinha, pois, os antigos moradores se ressentem de ver aquele lugar, diferente e feio, compondo a cidade: Está inventada a vilinha.

Ao nosso ver, isso está em consonância com o que disse Relph a respeito da relação entre a aparência física e a identidade dos lugares: “Physical appearance, activities, and meanings are the raw materials of the identity of places, and the dialectical links between them are the elementary structural relations of that identity”⁸³ (RELPH, 1980, p. 48). Mas isso não é tudo nem talvez o mais importante. Além desses elementos há outros aspectos, que também são apontados por Relph, importantes na identidade dos lugares e dentre eles atentamos para o que esse autor chama de *Sense of Place*, ou *Spirit of Place*.

No caso do sentido de lugar, mesmo envolvendo uma topografia e aparência física, funções econômicas ou atividades sociais, como diz Relph, ele se difere da simples soma disso. Ele se refere ao caráter e à personalidade. Por sua vez o espírito de lugar pode persistir, de forma súbita ou nebulosa, ainda que esse lugar sofra profundas mudanças nos componentes básicos de sua identidade. Mesmo assim esse espírito retido através de grandes mudanças é, ao mesmo tempo, óbvio em nossas experiências de lugar por se constituir a grande individualidade e unicidade dos lugares.

Esse aspecto contribui para que possamos entender o significado maior do conflito estabelecido entre os moradores, no caso de Nova Ponte. Mesmo com a grande mudança sofrida pela cidade e por seus habitantes, e mesmo com o nosso entendimento de que a cidade nova não é a mesma Nova Ponte, o espírito de lugar criado em relação à cidade velha ficou retido na memória dos mesmos. Nesse sentido é que todos os moradores que chegaram para a cidade após a mudança, passa a ser entendido como um estrangeiro, uma pessoa de fora do lugar, um intruso. Mas só através do encontro com esses moradores podemos perceber de fato o sentido dessas afirmações e isso é o que propomos nas páginas seguintes.

5.5 O ENCONTRO ENTRE O PESQUISADOR E OS MORADORES DE NOVA PONTE

A realização do trabalho de campo forneceu subsídios para que percebêssemos, na prática, o cenário e o contexto em que emergiu a condição de estranheza entre os moradores de Nova Ponte. Foi seguindo este objetivo que nos inserimos na realidade vivida pelos novos moradores no Bairro Amélia Benevides e pelos antigos moradores em outros bairros escolhidos aleatoriamente no conjunto da comunidade.

⁸³ Aparência física, atividades e significados são as matérias brutas da identidade dos lugares, e as ligações dialéticas entre eles são as relações estruturais elementares dessa identidade.

De início, descartamos a amostragem no processo de definição quantitativa de residências a serem visitadas, já que se tratava de um grupo relativamente pequeno, sendo, portanto, viável fazer o maior número possível de entrevistas. Também, o fato de termos estabelecido residência próxima a Nova Ponte possibilitava-nos retornar ao campo sempre que fosse necessário complementar informações.

Foram visitadas todas as residências de novos moradores, somando um total de 55 casas entre as 254 que formam o conjunto do bairro. Para efeito de uma análise mais próxima da realidade, optamos por visitar o mesmo número de residências de velhos moradores de Nova Ponte, isto é, aqueles que viveram na cidade que foi submersa. Num outro momento, consideramos que seria necessário entrevistar o antigo morador que reside no Amélia Benevides com objetivos de compreender a sua situação neste contexto de difamações a que, por extensão, todos os moradores do bairro acabaram submetidos.

Para chegarmos ao Bairro Amélia Benevides, nossas primeiras visitas foram acompanhadas de pessoas que diziam ter um certo grau de afinidade com os residentes naquele bairro. Todavia, já na primeira visita, começamos a perceber as causas dos estigmas e, em cada visita posterior, compreendíamos melhor a crença, ou os boatos, sobre o perigo representado por aquelas pessoas.

Os moradores do Amélia Benevides são, na realidade, pessoas em condições financeiras menos favorecidas. Entretanto, acima de tudo, confirmamos a crença de que são as condições de apropriação do espaço que diferenciam aqueles que receberam indenização pela CEMIG e aqueles que chegaram depois, desprovidos de recursos.

Há que se atentar para o fato de que a generalização normalmente distorce a realidade. Lá, encontramos moradores muito pobres, mas encontramos também moradores com um nível de vida mais elevado. Mas o que se nos revelou nesse encontro foi a constatação de que o modo de vida desses novos moradores do Amélia Benevides é passível de ser comparado com o modo como viviam os moradores na cidade velha, ou seja, eles muito se assemelham.

Essa semelhança de que falamos pode ser pensada em relação às qualidades das moradias, das improvisações de cercas, das carências de móveis ou do acesso ao trabalho. Ainda que uma parcela desses moradores viva em condições um pouco melhores, o que prevalece é uma situação de desconforto entre a maioria dos que vivem nesse bairro.

Já por parte daqueles que estigmatizam o bairro e seus moradores é como se houvesse uma negação do passado, pois, da mesma maneira, o encontro com antigos moradores revelou uma realidade semelhante a que encontramos no Amélia Benevides. Neste

caso, também foram encontrados moradores com níveis de vida diferenciados, mas, hoje, a realidade os diferencia entre moradores pobres e ricos.

Por sua vez, o contato com os moradores do Amélia Benevides e com os moradores de outros bairros, permitia que se entendesse o porquê de aos primeiros serem conferidas as características de violentos, vagabundos, traficantes, enquanto que aos segundos eram atribuídas características de supostos possuidores de uma moral a ser tomada como exemplo de uma boa sociedade.

No Bairro Amélia Benevides, a situação de pobreza está explícita nas próprias construções. Mas se, externamente, as fachadas inacabadas revelam parte da dura realidade vivida por seus proprietários, é internamente que o observador pode se deparar com uma situação, às vezes, muito pior. Em muitas moradias, havia casos em que os cômodos da casa eram compostos pela cozinha e pelo quarto, ou pela sala e quarto.

Às vezes, em frente ao fogão era colocada uma cama; e a existência de um televisor pequeno no quarto não anunciava privilégio, mas, sim, a ausência de um lugar para esse aparelho. Em outros casos, o lugar que ofereciam para se sentar na sala era uma cama de solteiro com um colchão bastante fino.

Deparamo-nos com crianças, naquele momento, sujas por estarem brincando na terra do quintal. Isso também difere da maioria das casas nos outros bairros que praticamente não têm quintais devido ao fato de terem construído em toda a área do lote, ou porque preferiram pisos de cerâmica ou cimento.

Mas, no Amélia Benevides, a forma com que nos receberam foi muito semelhante: com muito respeito e gosto por poderem conversar sobre a vida. Ninguém se envergonhava da pobreza, porque todos sabiam que isso não era crime, pelo menos não da parte deles. Vez ou outra surgia um pedido constrangido de desculpa: “*se o senhor não se importar de conversar lá no quarto*”. O quarto que era também a sala, mas, antes, passávamos pela cozinha. De vez em quando, a conversa se dava do lado de fora da casa. Ainda assim, o convite a entrar era feito com a ressalva, “*só não tem onde sentar*”.

Em alguns momentos, pudemos lembrar daquelas afirmações categóricas: “*eles podem até te seqüestrar lá*”. A realidade mostrava que, caso isso acontecesse, eles não tinham sequer onde esconder ou amarrar suas supostas vítimas. Além disso, causaram estranheza as respostas que davam à questão: Como é a sua relação com o povo de Nova Ponte? As respostas parecem mostrar que eles ignoram a idéia que os outros moradores fazem deles:

Adoro o povo de Nova Ponte (Terezinha Narciso);
Gostei do pessoal Legal demais (Joana Darc V. Santos);
Do povo não tenho o que clamar: bom demais da conta (Carla Conceição Andrade);
... povo atencioso pra caramba; passa na rua cumprimenta (Elizete Maria Silva);
Povo tudo gente boa; honesto, educado, sem ignorância, gente boa (José Nicolau da Silva);
...o povo aqui é tudo meus amigos; graças a Deus não tem nada difícil (Derivaldo Pereira Santos);
Cheguei e fiz muita amizade; o pessoal gosta muito da gente; tratam como se fossem irmãos (Hélio F. Santos, 19 anos e Edriana Oliveira Marques);
O povo é muito bom; se eu falar que é ruim, eu to pecando (Wilson S. Carmo);
As pessoas!?! Virgem Maria, aqui o povo é bom demais; eu tenho amigo demais (José Agostinho Silva);
Nossa! Adoro o povo de Nova Ponte; tudo legal, tudo gente boa (Maria das Dores Silva)

Assim, seguem os depoimentos sobre os velhos moradores de Nova Ponte. Seus nomes aparecem no relato, com as devidas autorizações, porque falam o que sentem, sem negarem o que tenham dito. O conteúdo dessas falas faz com que, cada vez mais, a diferença entre os moradores de Nova Ponte assuma uma característica de rua de mão única. Parece mesmo que os novos moradores desconhecem o sentimento dos outros a respeito deles. É possível ainda pensar que o velho morador use de uma aparente aceitação do outro como estratégia de defesa contra os perigos a que acredita estar sujeito. Isso faz reportar à fala de Mendras (1978)⁸⁴, quanto a uma estratégia de um grupo de receber bem aquele de quem se tem medo.

Buscamos informações junto à delegacia de polícia militar em Nova Ponte no sentido de obtermos maiores esclarecimentos sobre características atribuídas aos novos moradores como violentos e bagunceiros como fica evidente nas falas com os antigos moradores. Segundo informações do Sargento Luiz Carlos, as estatísticas de ocorrências policiais na cidade indicam que a maior incidência é daquelas contra o patrimônio, pequenos furtos e agressões corporais ou verbais contra a pessoa.

Questionado, sobre o bairro, ou bairros, da cidade onde essas ocorrências têm sido mais frequentes, o Sargento responde: *“A polícia militar faz uma estatística mensal, semestral e anual e, infelizmente, o predominante nesse tipo de ocorrência é naquele bairro de*

⁸⁴ A referência que aqui foi aludida encontra-se neste capítulo na página 177

população mais carente, que é o bairro Amélia Benevides, conhecido como vilinha” (Sargento Luiz Carlos).

Segundo o entendimento do Sargento Luiz Carlos, o fato de essas ocorrências incidirem mais sobre o Bairro Amélia Benevides está relacionado a uma falta de cultura ou ao que ele denomina como *“uma mistura de falta de cultura, com falta de higiene e falta de tolerância, ou ainda falta de religião”*. Às vezes, ele diz, *“chegam a entrar em atrito por problemas banais”*.

Sem que ele perceba, a sua fala revela o entendimento de que essas características ligam-se ao fato, básica e exclusivamente, de os moradores não serem novapontenses natos. Nisso se revelam, com clareza, aspectos da relação de estranhamento entre moradores num mesmo local que também podem ser pensados a partir da relação *insideness* e *outsideness*: *“Por incrível que pareça a maioria dos moradores daquela região não são nascidos em Nova Ponte. Vieram em busca de empregos através das obras; muita gente que veio através das obras está ali”* (Sargento Luiz Carlos).

Essas afirmações parecem isentar os moradores nascidos em Nova Ponte ou moradores da cidade velha da responsabilidade de atos reprováveis perante a lei. Mesmo não tendo vivido na cidade velha, o Sargento Luiz Carlos mostra-se convicto de que os velhos moradores são menos propensos aos atos reprováveis.

O Bairro Amélia Benevides é constituído, majoritariamente, de moradores antigos de Nova Ponte, cerca de 78%. Entretanto, como lá reside a maioria dos moradores que veio para Nova Ponte após a construção da hidrelétrica, é comum a referência de que a maioria dos moradores de lá veio de fora, que não são nascidos na cidade. A origem desses moradores é, de fato, variada conforme se confirma pela tabela 7. Todavia, acreditamos, que toda uma situação de exclusão social vivida anteriormente foi também a causa da mudança para Nova Ponte.

A diversidade de lugares de origem dessa população tem promovido o encontro de culturas diferentes, à medida que aproxima indivíduos com experiências de vida distintas. Aqueles que chegaram para o Bairro Amélia Benevides não compartilham, como os moradores de outros bairros, de experiências comuns, como parte de suas histórias de vida, o que já não acontece em relação aos moradores dos demais bairros.

Mas ao nosso ver, dizer que a maioria dos moradores do Amélia Benevides veio de fora, reflete menos o fato de que realmente tenham vindo de outros municípios, mas acima de tudo isso está ligado ao que chamamos de condições diferenciadas de acesso aos recursos, como a

moradia por exemplo. Essa condição contribui para marcar a descontinuidade entre os que foram contemplados com a indenização e construíram as melhores casas e em melhores

TABELA 7: NOVA PONTE - ORIGEM DOS NOVOS MORADORES DO BAIRRO AMÉLIA BENEVIDES SEGUNDO A UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Unidade da Federação	Número de Residências*	Porcentagem
Minas Gerais	23	41.81
Bahia	11	20.0
Goiás	05	9.09
Pernambuco	05	9.09
São Paulo	03	5.45
Alagoas	03	5.45
Tocantins	02	3.63
Paraná	01	1.81
Piauí	01	1.81
Rio Grande do Sul	01	1.81
Total	55	100

Fonte: Pesquisa Direta/2003

localizações, diferenciando-se daqueles que não eram proprietários de imóveis na cidade velha e dos que chegaram posteriormente.

Mas talvez seja de forma inconsciente que os moradores se estranham dizendo que a maioria dos que vivem no Amélia Benevides veio de fora. E é nessa estranheza que um sentimento de identidade parece promover a coesão entre os antigos moradores. Nesta identidade, eles se reconhecem pela expressão “*somos daqui*”, o que, a nosso ver, é o mesmo que dizer “somos de Nova Ponte e a cidade é nossa”, e se revoltam contra a diferença “*eles são de fora*”, ou seja, não são de Nova Ponte.

Entre os novos moradores, também há a estranheza. Desconhecem o novo lugar de moradia; desconhecem os velhos moradores, mas, também, desconhecem o próprio conjunto, uma vez que vêm de lugares tão diferentes, como vimos na tabela acima.

Num mesmo espaço físico, os homens podem se ignorar mutuamente. Neste sentido, os novos moradores do Amélia Benevides formam um conjunto de moradores que se deslocaram para Nova Ponte após a construção da hidrelétrica, ou seja, não chegam a formar um grupo. Champagne (1975) diz que, para ser considerado como grupo, é preciso que pensemos em termos das interações entre os indivíduos e, neste sentido, ele diz:

* A média é de quatro pessoas por residência.

La superposition presque totale, dans un même espace géographique restreint, des différents champs de relations des populations villageoises rend pratiquement reductible l'espace social objectif des individus à leur espace social vécu, c'est-à-dire à l'espace concret de leurs interactions, la plupart des relations objectives pertinentes prenant la forme de relations 'intersubjectives' et 'interpersonnelles'⁸⁵ (CHAMPAGNE, *op. cit.*, p.65).

Champagne prefere o uso da expressão grupo de base local (*groupe à base locale*) em vez de grupo local. Segundo seus argumentos, a expressão grupo local, além de ambígua, pode caracterizar a localidade como um princípio de constituição dos grupos. Por outro lado, a expressão grupo de base local acentua, mais claramente, que se trata da dimensão espacial das relações sociais.

Em Nova Ponte, mesmo considerada a diversidade de lugares de origem dos novos moradores, ainda assim, todos são postos numa mesma condição: são, na linguagem dos mais antigos, todos baianos ou nortistas, o que, na cidade, já reflete uma condição negativa que é tradicional⁸⁶.

Nesta pesquisa, entendemos que os números são reveladores de uma realidade, mas não são definidores dela. Os dados da tabela desmistificam a visão do antigo morador de que todos os novos moradores são baianos ou nortistas, como tendem a igualar todos os moradores que vieram de outras cidades. Majoritariamente, os novos moradores vieram de cidades do próprio Estado de Minas Gerais.

A ida para Nova Ponte tem resultado em melhorias para suas vidas, conforme expressam em suas falas quando dizem que se sentem felizes por poder garantir o pouco que ganham: “*Aqui, a situação financeira é melhor*” (Antônia Maria); “*Melhorou 90% graças a*

⁸⁵ A superposição quase total num mesmo espaço geográfico restrito dos diferentes campos de relações entre as populações camponesas, torna praticamente redutível o espaço social objetivo dos indivíduos ao espaço social de sua experiência, quer dizer, no espaço concreto de suas interações, a maior parte das relações objetivas pertinentes tomam a forma de relações 'intersubjetivas' e interpessoais

⁸⁶ Para o antigo morador de Nova Ponte, todas as pessoas vindas das regiões Norte e Nordeste do Brasil e, por extensão, todos que vêm de outras regiões, são, indistintamente, chamados de baianos ou nortistas. Esta caracterização tem um cunho pejorativo e preconceituoso na medida em que aí se entende que ser baiano, ou nortista é o mesmo que estar em condições de inferioridade, de submissão. Isto constitui uma forma de estigmatização não pelo fato de ser ou não baiano, ser ou não nortista, mas pela popularização do uso desses para se referir de forma negativa a pessoas oriundas dessas regiões consideradas mais pobres ou menos desenvolvidas do país. Da mesma forma, essa estigmatização pode ser percebida em São Paulo, onde todos os moradores vindos dessas regiões são chamados de “nordestinos”, e, no Rio de Janeiro, onde são denominadas, indistintamente, de “paraíbas”.

Deus” (Derivaldo Pereira); “*Aqui é melhorzinho porque o salário dá pra pagar as contas e comer...*” (Maria Alves)

Também é comum compararem a vida que levam em Nova Ponte com a que levavam antes em suas cidades de origem. Eles sempre declaram que, hoje, vivem melhor do que antes, o que confirma a crença de que um contexto de penúria mais acentuada caracterizava a vida pregressa dessas pessoas.

Aqui é bem melhor porque tem emprego e lá não tem (Hélio Francisco Santos);

Aqui é melhor. As coisas lá era muito difícil; aqui tudo é mais fácil, Nossa Senhora! (Sônia Batista da Silva);

Gostei daqui. O serviço a gente não fica parado e lá ficava (Genivaldo Batista da Palma);

Aqui, nossa vida é melhor. Lá não trabalhava, aqui sim (Maria Soares);

Lá, em Serra Talhada, é muito seco. Aqui é muito bom de serviço. Aqui é mais fácil, não depende de chuva (Maria das Dores Silva);

Lá tava ruim de serviço. Aqui é muito melhor. Tem saudade dos pais, mas é melhor (Aemilson Garcia Santos);

Aqui é diferente. Lá em Serra Talhada é meio seco. Aqui eu consigo sobreviver (José Nicolau da Silva);

Lá, em Irecê, é ruim demais. Não tem serviço; a gente viu falar que aqui era bom (Maristela Santos);

Lá, em Recife, não tem serviço, aqui ainda tiro até um dinheirinho (Eliane Maria Silva).

As trajetórias dos que chegam a Nova Ponte são bastante reveladoras e determinantes do que podemos chamar de condições de vida diferenciadas em relação aos que já viviam na cidade. A luta dos *novos* moradores é a luta pela sobrevivência. Provavelmente, nem mesmo a inferioridade a eles atribuídas, de forma indireta pelos antigos moradores, não constitua um motivo de revolta, já que hoje eles consideram estarem vivendo melhor do que viviam anteriormente.

A diferença expressa em números ou nas falas, apenas sugere que suas condições anteriores eram piores que as de agora. Mas, para o antigo morador, é o suficiente para definir que eles são maus, que são perigosos. Por isso, os números aí parecem importantes, quando se concebe a pobreza de uma pessoa como risco à vida de outros.

São variadas as ocupações daqueles que vieram para Nova Ponte em busca de melhores condições de vida. A maioria está empregada nas novas empresas instaladas em Nova Ponte, como a Fábrica de Palitos Gina e a NOVAGEL. Também há os autônomos,

como pedreiros e ajudantes de pedreiros. Outros são trabalhadores temporários, que se ocupam de colheitas de café, batata e cebola, de grande incidência em Nova Ponte.

Quando estão empregados em lavouras temporárias ou quando estão temporariamente desempregados, os moradores declaram não saber quanto percebem mensalmente. Como também depende da produtividade de cada um, há meses em que ganham mais, e outros, em que não ganham o básico necessário à sobrevivência.

A comparação entre os dados obtidos, como já dissemos, revela uma certa realidade. Se compararmos esses números entre o conjunto dos moradores, também encontramos uma diferença econômica marcante entre eles. Do total de entrevistados entre os antigos moradores, percebemos que há uma média de 3,9 pessoas por casa para uma média de 4,1 pessoas por casa entre os novos. Da renda absoluta informada, chegamos aos seguintes números: renda mensal entre os antigos moradores, R\$26.200,00 (vinte e seis mil e duzentos reais); isso equivale a R\$287, 91 (duzentos e oitenta e sete reais e noventa e um centavos) por pessoa em um mês.

Para o mesmo número, entre os novos moradores, a soma da renda mensal absoluta informada foi de R\$17.412,00 (dezessete mil quatrocentos e doze reais), o que equivale a um total de R\$76,03 (setenta e seis reais e três centavos) por pessoa ao mês⁸⁷. Já entre os antigos moradores do Amélia Benevides, a situação é mais semelhante à dos novos moradores do mesmo bairro. Os dados adquiridos durante o trabalho de campo revelam que a média salarial para cada antigo morador desse bairro é de 0,57 (cinquenta e sete centésimos) do salário mínimo. Esses números confirmam que a renda média entre os antigos moradores é de quase quatro vezes maior que a dos novos e também que a dos antigos moradores que hoje vivem no Amélia Benevides.

Na sua maioria, os moradores de Nova Ponte são pessoas de baixa renda. Neste caso, a condição econômica não constitui um dado fundamental para a justificar as estigmatizações. Na verdade, economicamente, antigos e novos moradores não estão em patamares tão divergentes. Isso sugere que é a *sedução pelo novo*, que está no cerne dessa relação. Mas, o que há, de fato, por trás da relação *de* estranhamento percebida entre os moradores de Nova Ponte? Como os velhos moradores, no caso específico de Nova Ponte, justificam suas desconfianças e o medo que dizem sentir pelas pessoas que vieram de fora?

⁸⁷ Como o salário mínimo no Brasil, nesta ocasião, era de R\$200,00 (duzentos reais), os números revelam que, entre os antigos moradores entrevistados, cada pessoa sobrevivia, com uma média de 1,43 (um inteiro e quarenta e três centésimos) de salário mínimo ao mês, enquanto entre os novos moradores entrevistados, cada pessoa sobrevive com uma média de 0,38 (trinta e oito centésimos) de salário mínimo por mês.

Ficamos tentados a dizer que essa relação não foi, na verdade, declarada e nem os velhos moradores fazem questão de assumir seu sentimento pelo outro por receio de vingança. Essa condição aí assume, muitas vezes, o caráter de fofoca. Espalhou-se, intencionalmente, um terror em relação aos novos moradores. Denegriram-se as suas imagens, enquanto se colocava em evidência o caráter de superioridade que sentiam os velhos moradores. Sobre o Bairro Amélia Benevides dizem: “*Na vilinha tem muita coisa errada. Lá tem muita droga... tô falando por boca dos outros*” (moradora do bairro do Rosário); ou:

Gente de fora é miséria pra nós, não dá futuro não. Lá é lugar de gente que não presta, que encostou ali. As casas num presta; é muito violento; sai facada, sai tiro, maconha. As pessoas que veio de fora ta sujando a cidade inteira. Lá é difícil encontrar alguém daqui (moradora do Bairro São Miguel).

O sentimento de rejeição ao outro, ou a rixa, manifesta-se forte. A imagem negativa que se tem dele, e a sua presença, segundo a declaração acima, extrapola o limite do bairro, “*tá sujando a cidade inteira*”. Ao ser questionada sobre as vezes em que já foi ao bairro, essa moradora responde que nunca esteve lá. Seguem-se outras declarações: “*Vejo falar que lá é bagunceira, briga; a gente vê comentário*” (Moradora do bairro do Rosário); “*...eles falam que lá tem maconheiro – a gente vê falar – ali sai muita briga. Já mataram um homem lá*” (Moradora do bairro do Rosário); “*Na vilinha eu nunca fui lá mas, lá é muito é porco. Lá também sai muita briga*” (Moradora do bairro do Rosário); “*Na vilinha tem gente perigosa – a gente vê falar – a violência aumentou porque tem mais gente de fora; os daqui, se tiver violência, é muito pouco*” (Moradora do bairro São Miguel).

Em todos os casos, reforça-se o laço de identidade entre os membros da comunidade e, ao mesmo tempo, o de indignação pela presença dos outros. E o “disse que me disse”, característico da fofoca, também está explícito nas falas. Ninguém assume a responsabilidade pelo que diz, ao contrário, todos transferem essa responsabilidade para um sujeito indeterminado, que não será jamais identificado e pedem para que seus nomes não apareçam no trabalho. Dentre as declarações de antigos moradores, consideramos importante evidenciar o discurso de uma moradora do Bairro São Miguel, que aproveita para desabafar sua angústia em relação à mudança da cidade e se emociona ao recordar os fatos:

A vilinha é vista, por mim, como uma periferia de São Paulo ou Rio de Janeiro; é muita droga, prostituição; às vezes a gente leva ajuda e eles chegam a brigar na frente da gente, mas, vende o que ganha para comprar droga e cachaça. Tem outros bairros mais familiares aqui, mas, quem vai pra vilinha é necessidade mesmo. A “14 C” é mais barra pesada. A “14 B” tem gente boa, mas, tem barra pesada. Tem lugar que não pode nem passar à noite. Separando da “14 A” pra cá tem só gente boa, é tudo gente de Nova Ponte (Moradora do Bairro São Miguel)⁸⁸.

Na declaração dessa moradora, fica evidente sua opinião sobre os novos moradores, bem como a defesa dos antigos de que ela é membro. Nas suas afirmações, a violência no Bairro Amélia Benevides tem endereço, da mesma forma como se identificam as ruas 14 A, 14 B e 14 C⁸⁹; mesmo assim, é capaz de diferenciar, nestas ruas, os pontos nos quais predomina o que chamam de violência e isola aí o lugar destinado aos antigos moradores que compartilham o mesmo espaço do bairro com os novos.

Quanto à presença dos velhos moradores de Nova Ponte no Bairro Amélia Benevides, achamos igualmente importante entrevistar essas pessoas a fim de apreendermos a sua percepção sobre a visão dos demais moradores a respeito das condições do seu bairro e de todos os moradores. Do total entrevistado, 35% vieram do antigo Bairro São Francisco, 30% do Bairro São João, 15% do Bairro São Miguel e os outros 20% vieram dos bairros São Sebastião, Rosário e da zona rural.

Todos esses moradores declararam saber das estigmatizações sofridas pelo bairro. Ao serem questionados sobre as causas desse fato, parece que também têm clareza de que a condição diferenciada que os moradores passaram pelo processo de mudança da cidade é que determina essa condição: *“é porque veio pra cá as pessoas mais pobres”* (João Elias da Silva); *“Deve ser por causa do tipo das casas”* (Cleice de Fátima); *“Acho que é porque todo mundo construiu dos braços; não tem conforto mas, lá pra cima tem porque o povo negociou e teve dinheiro. Também porque tem muita gente estranha que veio de fora”* (Ivone A. Cardoso); *“Eu acho que é por causa das casas ser ruim”* (Elvira das Graças); *“Porque aqui*

⁸⁸ Outras afirmações desta moradora parece-nos importantes que sejam colocadas. Ao declarar sua opinião sobre a mudança da cidade essa moradora chora: *“eu senti sair lá de baixo”*. Esta é a forma como muitas vezes se referem à cidade velha. *“Eu fui a última a sair de lá. Já tinha fechado as comportas e eu tava lá”*. Inconformada, sua visão exprime castigo ao povo de Nova Ponte: *“nós tínhamos que passar por isso mesmo”*. Segundo ela, a decisão de sair da cidade velha só veio quando não havia mais jeito: *“cortaram a energia, arrancaram o asfalto e eu ficava. Destruíram a minha água. Eu chamei o meu filho e disse: hoje se o mundo abrisse um buraco e eu caísse dentro eu queria”* [chora novamente]. *“Lá ficou muitos gatos abandonados, e eu tinha que alimentar esses animais. Era raro quem trazia seus gatos”*. Finalmente declara sua opinião a respeito da CEMIG: *“A CEMIG pra mim é como uma peste em terreiro de galinhas: o que não mata, aleija”*.

⁸⁹ As referências utilizadas pela moradora, em relação aos nomes de rua, ainda são conforme os primeiros nomes que essas ruas receberam quando da construção da cidade nova. Pouco tempo depois as ruas receberam nomes de pessoas da comunidade, já falecidas.

foi construído com esforço próprio; ganhava o terreno e construía aos trancos e barrancos” (Pedro C. Oliveira)

Cerca de 60% dos entrevistados entre os antigos moradores no Amélia Benevides disseram que já sentiram diretamente discriminados por morar no bairro, enquanto 30% dizem sentir isso indiretamente, e 10% dizem jamais ter sentido qualquer tipo de discriminação: *“Muita gente diz pra mim: ah! Você mora lá na vilinha, na favela”* (Ivone A. Cardoso); *“Quando decidi vir pra cá me disseram: você vai morar na vilinha? Nunca mais vou na sua casa”* (Francisca Dária); *“Quando vai arrumar serviço de doméstica perguntam: onde você mora? Na vilinha? Então pra mim não serve”* (Alaerte M. Silva); *“Minha filha ouviu na escola que aqui só mora maconheiro. Ela começou a chorar e junto com outros meninos que moram aqui falou pra eles descer aqui no bairro pra ver se mora só maconheiro mesmo”* (Solange Aparecida).

Se, por um lado, esses moradores se sentem discriminados pelo “povo de Nova Ponte mesmo”, como se referem ao antigo morador que vive em outros bairros, por outro lado carregam também consigo uma rixa em relação aos novos moradores presentes no seu próprio bairro. Questionados sobre seus relacionamentos com os novos moradores, eles respondem: *“A gente vê os baianos na rua e nem fala com eles”*; *“Eles tão tendo mais privilégios que os daqui; conseguem mais coisas na prefeitura”*; *“É eu pra cá e eles pra lá”*; *“Acho que o prefeito dá preferência pra eles; tem que dar aos filhos de Nova Ponte”*.

O conjunto dessas afirmações visa promover a superioridade de um grupo sobre outros membros da comunidade. A problemática da diferença se aguça, e a forma como esta é repassada assume, de fato, o caráter de fofoca. Isso, além de denegrir com a imagem do outro promove um sentimento de superioridade de uns sobre os outros: *“O uso comum nos inclina a tomar por ‘fofocas’, em especial, as informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas ou mais pessoas umas às outras”* (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.121).

Elias, também aponta dois tipos diferenciados de fofoca na área de Winston Parva: a fofoca depreciativa (*blame gossip*) que, todavia, é considerada inseparável da fofoca elogiosa (*pride gossip*). É, no entanto, a fofoca depreciativa que chama mais a atenção, pelo fato de transmitir idéias, posições e posturas, negativamente diferentes das pessoas dentro de uma comunidade.

O sentimento de rejeição e de censura é fortalecido quando se passa adiante uma fofoca. Elias chama a isso, acertadamente, de fluxo de intrigas, principalmente se for levado em conta o fato de que, ao passar adiante uma fofoca, normalmente acrescenta-se algo que a torna mais absurda. Ao final de uma fofoca, o conteúdo que é repassado “de boca em boca”

pode fomentar atitudes arbitrárias e, por vezes, criminosas. Por meio dessa postura, passam-se verdades e mentiras, e não apenas uma dessas condições.

Esse hábito de fofocar – em Nova Ponte – apresenta-se como fortemente responsável pelo sentimento de exclusão dos novos moradores no seio da comunidade. A evidência encontra-se nas falas transcritas nesta pesquisa, em que são comuns as frases do tipo “*a gente vê falar*”, “*tô falando por boca dos outros*” ou “*eles dizem*”. Da mesma forma, as ressalvas de que seus nomes não devem aparecer na pesquisa, porque têm medo de retaliações por parte das pessoas das quais falaram.

Esta é a nova realidade vivida pelos moradores de Nova Ponte e que aqui procuramos pensar à luz da execução de grandes projetos. Nessa outra realidade, os passos perdidos e a procura de reorientação obrigavam a que dia após dia os novos marcos fossem sendo estabelecidos, o novo espaço fosse sendo reapropriado e, nesse movimento, a vida cotidiana fosse sendo reconstruída e a cidade se refazendo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade exposta ao longo deste trabalho é o que tem sido interpretado aqui como efeitos sócio-espaciais da execução de grandes projetos. O intuito, ao tomarmos esta decisão, foi mostrar que há mais coisas implícitas na opção pela execução desses projetos do que aquilo que é colocado nos discursos técnicos que visam garantir a realização da obra.

Nem toda a realidade que envolve os moradores que se encontram em locais tomados como prioritários para se concretizar um grande projeto são trazidas à tona no momento do anúncio da decisão. A omissão, ou a negação, de fatos como a história processada sob o lugar, a própria construção desse lugar, o apego de moradores pelo seu pedaço de chão, como eles próprios dizem, e até mesmo pela própria paisagem, não significa que as empresas não saibam o valor dessas coisas, mas negá-las representa uma estratégia comum nesse processo.

Valorizar esses aspectos na construção de uma pesquisa representa uma tentativa de sermos condizente com aquilo com que também nos identificamos, ou seja, esses gestos ignorados pelas empresas representam a razão de ser, e de viver, de muitos moradores que vivem nessas áreas.

Sob vários aspectos é possível pensar os efeitos da execução de grandes projetos. Não apenas no sentido de se aceitá-los como bons ou maus, negativos ou positivos mas, acima de tudo, no sentido de não negá-los e, a partir deles, analisar os significados das mudanças no espaço e só então encaixar o conjunto das transformações atribuindo-lhes uma conotação de maior positividade ou maior negatividade. Como resultado desse entendimento, buscamos mostrar os efeitos da execução de grandes projetos em Nova Ponte, porém com especial atenção à construção da usina hidrelétrica, sob os aspectos considerados mais significativos.

Do empreendimento:

Tendo sido apontado na introdução, a idéia de se construir a usina hidrelétrica de Nova Ponte já se prolongava por vários anos. No entanto, somente em meados dos anos de 1980 é que essa idéia se se tornava uma realidade para os moradores. Esse tempo, que varia entre os primeiros estudos de viabilidade da obra e sua execução, é diferente no local escolhido para sua construção, onde o assunto é passado no processo de boca em boca e assume a característica de boatos, incutindo uma descrença na sua concretização. Enquanto isso, nos escritórios das empresas responsáveis pela obra, os projetos caminham a todo vapor.

Martins-Costa (1989), Sigaud (1996), e Lima Júnior (1996), postulam sobre esse fato da crença, ou da descrença, de moradores que vivem em áreas onde serão erigidas as obras. Esses autores mostram como geralmente as notícias têm sido veiculadas por meio do chamado boca a boca facilitando a que muitas vezes se desacredite na sua possibilidade de consumação.

Em Nova Ponte a história não foi diferente. As incertezas quanto ao futuro e a crença ou descrença na construção da hidrelétrica, refletia essa distância no tempo. As falas como “*já faz tanto tempo que falam nessa barragem e até hoje nada aconteceu*”, ou “*desde que eu era criança que vejo falar nisso*”, eram comuns entre os moradores por não conseguirem vislumbrarem essa realidade.

Aos moradores o que estava em jogo era a possibilidade de mudança da sede da cidade, pois, isso sempre esteve em voga nos boatos sobre a hidrelétrica. Ao setor elétrico, como disse Sigaud et al (1987, p.217), referindo-se à construção da hidrelétrica de Sobradinho, o que está em jogo é a iniciativa de uma empresa estatal cuja função é gerar energia. Esse objetivo da empresa, como dizem as autoras, tende “a priorizar absolutamente a energia sobre quaisquer considerações de ordem social”.

Neste sentido, o que parece apenas uma morosidade do sistema, se apresenta como uma característica dos projetos em si. Esse procedimento, uma vez que tem sido constante, é então entendido como estando intrínseco às decisões de aproveitamentos de rios para a construção de barragens para a produção de energia.

Reolando Silveira (1988) apresentou as fases de desenvolvimento e implantação de um aproveitamento hidrelétrico. Desde o chamado pré-inventário (1ª fase), passando pelo inventário (2ª fase), viabilidade e concessão (3ª fase), projeto básico (4ª fase), indo até a construção (5ª fase), decorrem vários anos que fazem passar a aparência de que provavelmente o projeto tenha sido arquivado.

Porém, a chegada dos primeiros quantitativos de homens, com vistas a iniciarem os trabalhos de execução da obra, é que farão reativarem as especulações sobre o que poderá acontecer. Esse fato, em verdade, anuncia que o projeto ainda existe, como ocorreu em Nova Ponte.

Os resultados dessa atitude das empresas responsáveis pela obras e, em particular, em Nova Ponte, foram discutidos no capítulo III especialmente. A chegada dos chamados barrageiros, apesar de tão longa distância no tempo desde os primeiros estudos, não deixou de soar como uma surpresa aos moradores e fez reascenderem as expectativas.

Em todas as instâncias a execução do projeto produz seu efeito. De início há um constrangimento dos moradores que mais parecem expectadores de uma obra na qual estão

envolvidos sem que talvez nem saibam o quanto. Primeiro o empreendimento produz uma desestruturação das condições pré-existentes, depois envolve os moradores nas suas frentes de trabalho, modificam o ambiente e partem em retirada: está executada a obra. E, nesse lugar transformado, o tempo se encarregará de restituir a ordem. Então, compreende-se, nada se deu ao acaso, mas tudo ao seu tempo, porque tudo é estrategicamente construído.

Da cidade e dos equipamentos urbanos

Na cidade, os efeitos dos grandes projetos foram significativos e representaram o fio condutor deste trabalho. Quanto ao projeto da hidrelétrica, foi aí que muitas artimanhas do setor elétrico precisaram ser postas em prática para garantir a sua execução. Era aí que residia a maior concentração de moradores atingidos pela obra.

Na introdução desse trabalho, também fizemos alusão à fala de Antonaz (1995), quando diz que uma das principais características dos projetos é a modificação da realidade territorial. Essa modificação constitui parte dos requisitos para a construção da obra, uma vez que nos locais escolhidos para esse fim, freqüentemente se encontram moradores que mantêm estreitos vínculos com a área a ser alagada, seja no campo, ou na cidade.

As modificações territoriais em Nova Ponte foram profundas como mostramos principalmente no capítulo IV. Construir uma cidade, em função da submersão de outra com mais de cem anos de história⁹⁰, envolve uma trama complexa. Tem ficado a cargo do discurso técnico, conforme mostramos no final do capítulo II, a responsabilidade de viabilizar esses projetos quando há necessidade de convencer os moradores desses locais.

Esse discurso tem enfatizado que as obras garantem, aos moradores, a retomada de um desenvolvimento estagnado e a possibilidade de alçá-los numa condição moderna, como se esse fosse o objetivo da obra. Novamente, é a partir dos argumentos de Sigaud (*op. cit.*), que chamamos a atenção para o fato de que às empresas o que de fato interessa é a produção de energia.

Decorrente da decisão de se implantarem grandes projetos hidrelétricos, toda uma realidade pré-existente é submetida ao processo de mudança. Terras férteis têm sido inundadas e cidades inteiras têm sido submersas. Além disso, tem havido sérias implicações na ictiofauna, nas florestas e outros sítios.

⁹⁰ Nesta referência ao tempo histórico de construção de Nova Ponte, tem sido pensado não apenas enquanto município emancipado, mas remonta-se aos primeiros traços de povoamento que deram origem, posteriormente, ao município.

Esses são apenas alguns dos exemplos de que muito mais do que simplesmente produzir energia, devido à pré-disposição de bacias identificadas nos primeiros estudos, há uma série de acontecimentos que precedem o momento em que as turbinas entrarão em operação. Despender atenção a esses acontecimentos não deveria ser considerado tarefa evasiva, nem apenas ser considerado um sentimento saudosista mas, acima de tudo, admitimos, isso deveria ser entendido como uma questão de justiça.

Em relação à cidade desde uma simples, porém não simplista, árvore frutífera no fundo do quintal, ou uma ponte, também chamada de pinguela, sobre o córrego para ligar dois bairros da cidade, até as construções mais imponentes, ou uma grande ponte metálica sobre o rio ligando mais do que dois bairros, mas dando unidade a uma cidade inteira, tudo isso constitui aspectos da vida dos moradores com os quais eles se identificam no seu dia-a-dia.

Esses aspectos, contudo, não se deixam transportar quando uma decisão promove a destruição da cidade inteira para a produção de energia. Daí a idéia de afirmarmos que é incontestável a importância da energia elétrica, porém, é questionável que uma história tenha de ser negada para garantir a realização da obra.

Quando essas coisas simples, banais, são submetidas a um processo de destruição, ainda que se pregue a sua reconstrução, não são elas de fato que serão reconstruídas. São outras que as substituirão, às vezes com caráter muito moderno para impressionar o homem comum, aquele responsável pela construção das coisas simples.

Entendemos que construção alguma se deixa transportar. Podem se pensar em construir réplicas, como se mostrou pelas figuras das igrejas, ou do chalé mas, por mais parecida que fique, não será a mesma que guardava tantas memórias, individuais ou coletivas, dos seus moradores.

O caso do chalé constitui um exemplo claro do que dissemos aqui. O que queremos dizer é que não é a construção de um prédio similar ao antigo que define a sua reconstrução. Todavia, nesse caso particular, será a presença dos fantasmas, ou o arrastar de correntes de madrugada, que de fato permitirá identificar o novo espaço como sendo uma reconstrução.

A redistribuição de equipamentos urbanos em Nova Ponte promoveu, de certa forma, a reintegração de alguns bairros no contexto urbano. Por outro lado, e isso não é tudo, promoveu a exclusão de outros bairros e, por conseguinte, de seus moradores, desse novo contexto, como foi apontado com a realidade do Bairro Amélia Benevides, principalmente no capítulo V.

Quanto ao que aqui chamamos de espaço herdado, encontra-se em Bernardes, uma definição que ajuda a entender melhor o que se tinha em mente quando optamos por sua

utilização. Essa autora, ao tratar da forma de crescimento da cidade do Rio de Janeiro, diz que esse era um caso semelhante à maioria das cidades brasileiras em que nenhum plano teria orientado aquela expansão. “Mas, como diz, essa se fez ao sabor das circunstâncias do momento, resultando o traçado, no mais das vezes, da adaptação às injunções dos sítios difíceis” (1987, p.86).

Essa forma espontânea de crescimento também acabou por definir os bairros da velha cidade de Nova Ponte. Isso, de certa forma, contribuiu para a concentração dos equipamentos urbanos, e também dos estabelecimentos comerciais, no Bairro São Miguel, conforme mostramos pela tabela 4. neste sentido pode se afirmar que a forma como se processou o crescimento da cidade, tendo sido implicada pelas imposições do meio físico, foi também responsável pela existência de grandes vazios no espaço urbano.

Nesse contexto a identidade do morador se fundia com a identidade do bairro. E, como cada bairro era claramente identificado na paisagem, também o morador era identificado e a ele era dispensado o mesmo tratamento através das estigmatizações mostradas ao longo do trabalho.

Daí concluímos que o novo traçado que é, ao contrário, fruto de um planejamento, e a redistribuição dos equipamentos urbanos, tenham sido fortes razões para se estabelecer a nova sociabilidade e o redirecionamento das estigmatizações para o que aqui tem sido chamado de o novo morador.

Não só isso mas, como também entendemos, a forma diferenciada de negociações, fruto da concepção da empresa de só negociar com proprietários de imóveis, também contribuiu com o estranhamento entre as pessoas. Esse fato foi considerado como efeito da execução do projeto da hidrelétrica e aqui retomamos o argumento de Sigaud, na página 20 deste trabalho, de que os efeitos do acontecimento não estão necessariamente contidos no acontecimento em si.

O caso de Nova Ponte, confirma esse argumento. À medida que ao concordarmos com a idéia de que as novas formas de sociabilidade, a exclusão a que está submetido o Bairro Amélia Benevides e seus moradores, possam ser interpretados como efeito da construção da hidrelétrica, também atentamos para o fato de que em nenhum momento isso esteve em voga durante o processo de discussão, seja com as empresas, seja com a AMNP ou qualquer outro meio.

Se se modificaram as funções dos bairros também o seu conteúdo social haveria de se modificar. Foi nesse movimento que as oposições entre inclusão e exclusão puderam se aflorar e passar a definir um certo controle social na vida dos moradores. O fato de ter sido

um espaço planejado tirou de Nova Ponte aquelas características mais rústicas em que os objetos geográficos acabavam por definir os limites entre os bairros como enfatizamos no capítulo III, quando se procedia a uma descrição da cidade velha. O planejamento da cidade nova, garantiu-lhe uma continuidade no traçado como foi mostrada no mapa 7.

A continuidade a que se refere, por sua vez também é responsável por uma maior coesão entre alguns bairros da cidade. Isso pôde ser garantido em função de que, do ponto de vista físico, tornou-se mais difícil estabelecer esse limite entre os diferentes bairros. As velhas características decorrentes de um crescimento de forma mais aleatória e que permitiam referir à cidade velha o termo espaço herdado, foram eliminadas, ou substituídas. No espaço projetado foram eliminados os grandes vazios, visíveis na foto 1A, e agora o que há é uma área urbana totalmente preenchida.

Da reconstrução da vida cotidiana

A história de Nova Ponte, embora particular, pode ser pensada em escala mais ampla, a propósito do que afirmaram Elias e Scotson (2000), sobre os aspectos de uma figuração universal serem estudados no âmbito de uma pequena comunidade. Se, por um lado, isso impõem limitações óbvias por outro, tem a vantagem de explorar esses problemas com considerável minúcia.

Foi a partir desse entendimento, que buscamos pensar que os estudos sobre Nova Ponte poderiam representar uma contribuição mais ampla sobre essa temática. A cidade nova impôs, a princípio, uma grande estranheza que era sentida pelo morador em meio a tantas novidades. “Nada era familiar mas tudo era fascinante”. Se se acredita na importância dos fatos mais simples para quem os vivem, não há de ser inútil pensar sua reconstrução como constituindo o momento mais importante da construção de uma cidade nova como foi feito neste trabalho.

Os marcos que serviam de referências aos moradores na cidade velha, eram representados por construções físicas na paisagem urbana consideradas importantes no dia-a-dia dessas pessoas. Esses marcos ajudavam as pessoas a se localizarem, e muitas vezes eram responsáveis por uma memória de outros tempos e outros acontecimentos que a eles pudessem ser relacionados. Na cidade nova isso ainda era muito estranho. Ainda não havia sido atribuído nenhum significado às novas construções e, por isso, elas não cumpriam um papel de identidade.

De nada adiantaria dizer que alguém morava próximo ao cemitério, ao colégio, ou à igreja evangélica, se ainda não se podia situar mentalmente essas construções, ao passo que na cidade velha elas funcionavam como uma espécie de pontos de referência em um mapa mental. Como ensinar a um morador que aquele seu vizinho de tantos anos na cidade velha, agora morava ao lado da creche, ou do Centro Espírita Viva Deus? do Salão Paroquial ou da capela de Nossa Senhora do Rosário? Essas referências da vida cotidiana na cidade velha não teriam, ao menos a princípio, a mesma significação que antes.

O que também significava, nesse novo contexto, usar como referência o bar do João Frio, a padaria do senhor Roldão, ou a marcenaria do senhor Pedro Pontes? O morador ainda estava perdido entre tantas mudanças, tantas novidades. Todavia, nas relações cotidianas das pessoas com o lugar, uma nova significação ia se impondo e o ambiente social ia se restabelecendo.

O que pretendemos com essa explanação é mostrar como os símbolos de referência na cidade foram submetidos a um rápido esvaziamento dos seus significados. Em alguns casos haviam símbolos que seriam reconstruídos na nova cidade. Em outros casos eles seriam destruídos, às vezes pelo simples fato de perderem a função de servirem de referência na vida diária dos moradores. Mas, também houve os casos em que, embora não exercessem uma função simbólica na cidade velha, a reconstrução de alguns objetos passou a exercer essa função na cidade nova.

O chalé, por exemplo, representa um caso assim. Houve tempos em que representou um importante monumento da cidade velha, como se falou no capítulo IV. Mas, já completamente em ruínas ele parecia não significar muito aos moradores. Todavia, falar dessa construção hoje, passa pela compreensão de que ela existiu na cidade velha. Neste caso particular, ele foi revalorizado e agora faz parte de um conjunto de vestígios, se assim podemos chamar, que podem funcionar como testemunhos da história da cidade submersa.

Junto ao chalé, como também mostramos no capítulo IV, outras construções formam esse conjunto de marcos ou que, por um esforço de aproximação, chamamos aqui, conforme Pierre Nora (1984)⁹¹, lugares de memória. Esses marcos representados, dentre outros, pela pedra fundamental, a igreja de São Sebastião, ou ainda pelo pedestal destinado a comportar o

⁹¹ Para Pierre Nora os lugares de memória constituem uma forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa de uma história, por vezes, já ignorada. São casos como os museus, arquivos, cemitérios, santuários, monumentos, os quais servem de testemunhos de uma outra época. Segundo esse autor, os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea e que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, comemorar aniversários ou pronunciar discursos fúnebres, tendo em vista que essas operações não são naturais.

que sobrou da velha estátua de São Miguel, se tornam importantes na nova paisagem urbana e se tornam instrumentos de valorização do passado ou do que sobrou dele.

A busca do passado nesse contexto onde tudo se apresenta novo, representou a busca pela identidade do lugar. Os traços trazidos para paisagem da cidade nova cumprem essa função de permitir que as pessoas voltem os olhos para aquele outro tempo e aquela outra cidade. Como diz Abreu:

O passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em 'instituições de memória', ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar, então, que seja ele que vem dando o suporte mais sólido a essa procura de diferença (1988, p.7).

As imagens desses vestígios na paisagem soam como esse elo entre o presente e o passado. Elas também contribuem para o desencadeamento de uma série de outras imagens enquanto o morador se devaneia em imaginação. A imaginação aqui é entendida, conforme definida em Gilbert Durand, como resultado de um acordo entre os desejos do ambiente social e natural. Nesse sentido, segundo esse autor, a imaginação é na verdade a origem de uma libertação, “as imagens não valem pelas raízes libidinosas que escondem mas pelas flores poéticas e míticas que revelam” (DURAND, 1997, p.39)

A partir desse entendimento podemos interpretar o papel do que foi chamado de vestígios do passado na cidade nova como sendo uma idealização do passado. Essa idealização, contudo, não deve ser confundida como desejo de viver nesse passado, ou como uma forma de generalizar os efeitos da construção da hidrelétrica como negativos. Acima de tudo, essa idealização pode ser entendida como sendo a expressão do desejo de simplesmente lembrar daquele passado, daquele outro lugar.

Nessa outra realidade, ou seja, na cidade nova, era a partir da vida cotidiana que se davam as adaptações, as descobertas ou os reencontros. Era aí também que se definiam as novas relações entre os moradores. A perda de antigos vizinhos, exigia que a relação se renovasse com os novos vizinhos e, de vez em quando, até podia se ouvir os agradecimentos pelo desfecho: “*perdi meus vizinhos mas, graças a Deus ganhei outros tão bons quanto aqueles*”, ou “*agora dei sorte, pois só tenho vizinhos bons*”, ou ainda os que não deixavam de entender isso como uma perda, “*o que eu sinto é ter perdido todos os meus vizinhos*”. E com isso a cada dia se renovam os laços de afetividade e a sociabilidade na cidade nova.

Mas, ao novo padrão de vida dos moradores, principalmente daqueles que eram proprietários de imóveis na cidade velha, também pode ser atribuído a causa do

estranhamento entre as pessoas, fazendo com que no dia-a-dia essa atitude os diferenciasses entre antigos e novos moradores.

A atitude de estigmatização de uns moradores por outros, tornou-se então uma característica egoística e se revela nos modos como se referem aos moradores do Bairro Amélia Benevides. Essa atitude, conclui-se, é mais uma consequência de uma sedução, como já indicamos mas que aqui há que ser retomada, dos moradores pelo novo.

Os moradores novapontense, ao que tudo indica, ficaram envaidecidos com suas casas novas, com seus móveis, que antes talvez fosse muito difícil poder adquirir, mas que com o dinheiro das indenizações puderam conseguir, e rapidamente começaram a desenvolver esse sentimento egoístico em relação ao diferente.

Essa condição passou a fazer parte da vida dos moradores. Mas, dela conclui-se que tanto o Bairro Amélia Benevides quanto as condições de vida de seus moradores refletem o passado da maioria dos moradores da cidade velha. Talvez seja esse, inclusive, o passado que não é idealizado e do qual nem as lembranças são aceitas pacificamente.

A conquista de uma casa nova e dos bens materiais que antes não vislumbravam a forma de conseguir, como dissemos anteriormente, tem sido aqui interpretada como sendo a causa do desencadeamento desse constrangimento, ou dessa sedução pelo novo. Antes o desejo de adquirir esses objetos era totalmente inviabilizado pela falta de recursos que era um traço comum entre a maioria desses moradores. Todavia, a execução do projeto da hidrelétrica garantiu essa conquista.

Falamos em conquista e, de fato, pode assim ser considerada a nova condição de vida dos moradores de Nova Ponte após a construção da hidrelétrica. No entanto, essa conquista de bens materiais, de casa nova, e de toda uma infra-estrutura, ao passo em que são fascinantes, precisam também ser pensados como sendo uma condição para garantir a execução da obra.

Essa afirmação contribui para que se confirme nosso argumento de que toda essa mudança sócio-espacial pode ser pensada como efeito da execução de grande projeto. Quer dizer que se o objetivo da obra era a produção de energia, tudo que foi alterado com vistas a garantir o objetivo principal pode ser entendido sob a rubrica de efeito.

Tendo transcorrido dez anos de mudança da cidade, e tendo sido aqui demonstrado como se deu a mudança dos moradores da cidade velha para a nova, já se pode então afirmar que o morador novapontense sobreviveu a tantas mudanças e a tantos constrangimentos. Hoje é possível mostrar como esse morador encontrou um *modus vivendi*, para se usar o termo colocado por Lygia Sigaud (1992), para referir-se aos camponeses atingidos pela hidrelétrica de Sobradinho, também em dez anos após sua construção.

O morador novapontense encontrou esse *modus vivendi* e para isso foi crucial a instalação das fábricas na cidade, como mostramos no final do capítulo IV, deste trabalho. Isso pôde ser pensado a partir da execução da hidrelétrica, uma vez que o novo padrão de vida criado com esse acontecimento, exigia que se pensasse numa forma de manutenção do mesmo. Já dissemos também que Nova Ponte em si não teria condições para essa manutenção.

Embora pareçam coisas independentes, acreditamos que para a cidade velha fosse mais difícil imaginar a instalação dessas unidades, até mesmo devido à ausência de infraestrutura urbana. Efetivamente, a presença das fábricas, como a Gina, representa a maneira como as pessoas podem garantir seu novo padrão de vida que, inegavelmente, pode ser atribuído à execução da obra.

Ao longo deste trabalho, privilegamos o espaço da cidade como o local das grandes mudanças provocadas pelo empreendimento. Isso se deu por entendermos que era aí o campo das contradições. Por entendermos também que aí muitos fatos poderiam ser ocultados ou simplesmente ignorados pelas empresas, ou antes pelos agentes responsáveis pela execução do projeto do Estado, os quais foram mostrados pelo anexo número 2. Os agentes, acima referidos, são os fazedores de barragem, para se utilizar o termo também empregado por Lygia Sigaud (1986), os quais, estrategicamente, tratam de garantir a realização da obra.

O argumento que aqui utilizamos para justificar a nossa opção já fora apontado por Lamas, para referir à atuação do arquiteto na transformação do território. Aqui estendeu o argumento de Lamas, para todo e qualquer contexto em que se promovam mudanças territoriais:

Qualquer arquitecto terá de saber que não trabalha sobre tábua rasa, mas sobre um território que já existe. Isto é tão válido para o edifício que substitui num lote a construção degradada, para a modificação de uma construção, como para os novos bairros ou novos edifícios. Há que procurar no território os elementos estimulantes e geradores do partido arquitectónico, e também nos elementos que deverão ser mantidos (1992, p.116).

Se se pensar na construção de uma cidade inteira, o conjunto das transformações foi surpreendente, pois todo o território foi modificado. Em se tratando especificamente de Nova Ponte, as seqüências de fotos 1A a 1D e fotos 2A a 2E, revelam como ao nível do aspecto material, a mudança foi significativa. As plantas das duas cidades, ou mapas 6 e 7, também revelam um pouco dessa realidade.

Por seu turno, pode parecer banal a afirmação que tem sido usada neste trabalho, de que isso não é tudo, ou seja, que não basta reconstruir prédios e ruas para se afirmar que foi reconstruída uma cidade. todavia, por que então não seria banal para o Estado afirmar, ao contrário, que tendo reconstruído prédios e ruas tiveram reconstruído a cidade?

Novamente tomamos os argumentos de Lamas (op.cit.), para se pensar essa situação. Segundo o seu entendimento, a cidade é resultado de anos de atividades do homem. A mesma constitui uma herança cultural que não pode ser dilapidada. Aceitar que a construção de prédios e ruas signifique a reconstrução da cidade é o mesmo que perder de vista esses argumentos, tão importantes no ato de definir o que seja, em verdade, uma cidade.

Esse tem sido o entendimento aqui quando nos referimos à cidade velha como tendo sido um espaço herdado. Foi por entender assim que também pensamos na reconstrução da vida cotidiana e, por conseguinte, a construção do lugar, nessa vida diária, como constituindo a chave para a compreensão do que aconteceu em Nova Ponte. Era no dia-a-dia que os traçados das ruas iam sendo apreendidos; que o alargamento de avenidas divididas por canteiros ajardinados, passava a ter significado, enfim, que a cidade ia sendo reconstruída.

Era no dia-a-dia que a vista azulada do espelho d'água do reservatório passava a constituir um foco de atenção e, no sentido dado por Sack (1992), quando desenvolvíamos o capítulo II, esse ia se constituindo em um lugar. Era nessa vida diária que os caminhos iam se definindo quer seja de casa para o trabalho, para as áreas de lazer, para as festas ou para os bares, para os supermercados ou para a igreja.

Na vida diária se definiam os trajetos e, nesses, os pontos de maior atenção, de cuidados e de apegos, ou seja, iam se construindo os lugares. Às vezes eram os lugares antigos tornados novos, como mostramos com o cemitério, as igrejas ou o chalé. Mas, também lugares totalmente novos como o parque de exposições, a prainha, o clube social ou as construções destinadas a receberem os turistas compondo a rede hoteleira. A adoção desses novos lugares, a apreensão desse novo sentido expresso nas construções ou na forma da cidade, enfim, essa produção diária é que permitir-nos-á falar com mais veemência em construção da cidade nova.

Finalmente, cumpre-nos indicar outras possibilidades de trabalho sobre o tema que foi aqui abordado, inclusive, sobre o mesmo campo. Acredita-se que ainda há muito a ser explorado acerca das construções de hidrelétricas e, por conseguinte, dos efeitos desses empreendimentos.

Mas acreditamos que seja possível se atentar para outras perspectivas que se abrem a partir deste trabalho. É o caso da inserção regional de Nova Ponte, que não foi possível

atender aqui em função da especificidade da nossa proposta. O município progrediu, como indicamos, mas acreditamos que pensar à cerca de quanto, e como progrediu, possa vir a constituir uma nova proposta de trabalho.

Da mesma forma seria importante pensar as condições dos proprietários de terras rurais alagadas com a construção da hidrelétrica de Nova Ponte. Neste trabalho a preocupação central foi com relação à cidade, o processo de submersão, construção e reconstrução, e as atitudes dos moradores frente a esse movimento. Todavia, abrem novas perspectivas de continuidade quanto às condições dos proprietários de terras rurais que moravam nos vales do rio e que foram inundadas pela formação do reservatório.

Sobre essa possibilidade, seria interessante traçar o movimento de reassentamento dos produtores no município e fora dele. Além disso, seria importante analisar o comportamento desses produtores das margens, após dez anos de mudança, dentre outras alternativas. Talvez se pudesse proceder a uma análise comparativa sobre a ocupação das margens antes e depois da hidrelétrica e as implicações no processo de produção, para o qual fizemos apenas algumas pontuações neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. de A. Sobre a memória das cidades. **Território**, v. 3, n. 4, p. 5-26, jan./jun. 1998.
- AGNEW, J. **Place and politics: the geographical mediation of state and society**. Boston: Allen & Unwin, 1987. 267 p.
- _____. Representing space: space, scale and culture in social science. In: DUNCAN, J.; LEY, D. (Ed.). **Place/ culture/ representation**. London: Routledge, 1997. p. 251-271.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia do desenvolvimento. In: MAGALHÃES, S. B.; BRITTO, R. G.; CASTRO, E. R. (Coord.). **Energia na Amazônia**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1996. v.2. p. 467-475.
- ALVES, B. Morte anunciada: o lago que está se formando para alimentar a Usina de Nova Ponte vai inundar parte de oito municípios do Triângulo. **Isto é Minas**, Belo Horizonte, n. 102, p. 12-15, mar. 1993.
- ARCOM. Disponível: www.arcom.com.br. Acesso em: 10 jun. 2003.
- ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE NOVA PONTE – MINAS GERAIS. **Estatuto da Associação e seus fins**. Nova Ponte, 1989.
- BARCELOS, J. A. S. Territórios do cotidiano: introdução a uma abordagem teórica contemporânea. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Org.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: UFRGS, 1995. p. 40-48.
- ANTONAZ, D. **Na escola dos grandes projetos** – a formação do trabalhador industrial na Amazônia. (diss.mest.). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1995. 306 p.
- A. RELA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Gina está fazendo 50 anos**. A9 Serviços Empresariais SC Ltda. (não paginado).
- BARROS, H. O. M. de. **Reorganização espacial e mudança social na área do reservatório de Itaparica**. 1985. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985.
- BECKER, B. K. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 99-125, 1988. Número especial.
- BERGER, P. L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 202 p.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 247 p.
- BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 404 p.
- BOURDIEU, P. A institucionalização da anomia. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, c1989. p. 255-279.

BRASIL. Lei nº 5106, de 2 de setembro de 1966. Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 set. 1966.

CALVINO, I. **Marcovaldo ou as estações na cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 143 p.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. **Lei orgânica do município de Nova Ponte**. Nova Ponte, [1990]. 75 p.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1971. 284 p.

CARA, R. B. Territórios do cotidiano (pontos de partida para reflexão). In: In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Org.). **Territórios do cotidiano**: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. p. 82 - 91.

CARLOS, A. F. A. O lugar: mundialização e fragmentação. In: SANTOS, M. (Org.). **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 303-309.

CARVALHO, C. A. F. de. **Nascimento e morte de um movimento social**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 1.

CASTRO, E. R. (Coord.). **Energia na Amazônia**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1996. v.2. p. 698-709.

CEMIG INFORMA. Usina de Nova Ponte. **Nova Ponte**: Companhia Energética de Minas Gerais. Superintendência de Comunicação Social e Representação, n. 3, 25 nov. 1992. 3 p.

CEMIG INFORMA. Usina de Nova Ponte. **Nova Ponte**: Companhia Energética de Minas Gerais. Superintendência de Comunicação Social e Representação, n. 4, 15 mar. 1992. 2 p.

CEMIG INFORMA. Usina de Nova Ponte. **Nova Ponte**: Companhia Energética de Minas Gerais. Superintendência de Comunicação Social e Representação, n. 5, 31 maio 1993. 2 p.

CEMIG NOTÍCIAS. **Nova Ponte é a maior obra da década**. Superintendência de Comunicação Social e Representação, setembro de 1994. 8 p.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano 1**: artes de fazer. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 351 p.

CERTEAU, M. de. Intróito. In: CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano 2**: morar, cozinhar. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 31-33.

CERTEAU, M. de; GIARD, L. Entremeio. In: CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano 2**: morar, cozinhar. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 187-207.

CHAMPAGNE, P. La restructuration de l'espace vellegeois. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**. 1975. p.43 – 67.

COLTRINARI, L. Trabalho de campo, geografia, século XXI. In: **o discurso geográfico na aurora do século XXI** (colóquio). Florianópolis: UFSC, 1996. 9 p.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. Apresentação. In: _____. **Projeto memória histórica de Nova Ponte [1987-1988]**. Coordenação de Carlos Antônio Leite Brandão. Belo Horizonte: UFMG: Leme Engenharia, 1990. v. 0.

_____. Governador inaugura cidade de Nova Ponte. **Imprensa**, [Belo Horizonte], p. 1-3, 25 fev. 1994.

_____. Memória arquitetônica. In: _____. **Projeto memória histórica de Nova Ponte [1987-1988]**. Coordenação de Carlos Antônio Leite Brandão. Belo Horizonte: UFMG: Leme Engenharia, 1990. v. 3 em 5v.

_____. Memória do cotidiano. In: _____. **Projeto memória histórica de Nova Ponte [1987-1988]**. Coordenação de Carlos Antônio Leite Brandão. Belo Horizonte: UFMG: Leme Engenharia, 1990. v. 4.

_____. **Memória histórica de Nova Ponte**. Coordenação de Carlos Antônio Leite Brandão. Belo Horizonte, 1997. 157 p.

_____. Memória urbana. In: _____. **Projeto memória histórica de Nova Ponte [1987-1988]**. Coordenação de Carlos Antônio Leite Brandão. Belo Horizonte: UFMG: Leme Engenharia, 1990. v.1.

_____. O momento histórico de Nova Ponte. A construção da hidrelétrica. In: _____. **Projeto memória histórica de Nova Ponte [1987-1988]**. Coordenação de Carlos Antônio Leite Brandão. Belo Horizonte: UFMG: Leme Engenharia, 1990. v. 2.

_____. **Projeto Executivo e Relatório de Acompanhamento/Monitoramento da usina Hidrelétrica de Miranda**. Belo Horizonte: 1999.

_____. **Relatório Sócio-Econômico da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte**. Belo Horizonte: 1994.

_____. **Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Plano diretor**. Belo Horizonte, 1986.

_____. **Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Projeto executivo. Relatório de impacto ambiental – RIMA**. Belo Horizonte, 1987. 2v.

CORBISIER, R. Introdução. In: LEFEBVRE, H. **Metafilosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 1-55.

CORRÊA, R. L. A. Corporação e organização espacial: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 33-66, jul./set. 1991.

_____. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 54, n.3, p. 115-121, jul./set. 1992.

_____. **Trabalho de campo e globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, [s.d.], 7p.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 302 p.

COSGROVE, D. **The Palladian landscape: geographical change and its cultural representations in the sixteenth-century**. Italy. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1993.

- COSTA, A. L. B. M. et al. Barragem de Sobradinho: o desencontro cultural entre camponeses e técnicos do Estado. In: **Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate**. Rio de Janeiro: CEDI, 1990. p. 55 – 68.
- DANIEL, S. H. Reading places: the rhetorical basis of place. In: BLACK, D. W.; KUNZE, D.; PICKLES, J. (Ed.). **Commonplaces: essays on the nature of place**. Lanham: University Press of America, 1989. p. 17 - 23.
- D'INCÃO, M. C. **O “bóia-fria”**: acumulação e miséria. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1978. 154 p.
- DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 551p.
- ECO, H. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva S.A., 2001. 170 p.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000. 224 p.
- ESTADO DE MINAS GERAIS. **Extrato estatuto Associação dos Moradores de Nova Ponte**. DOE. 03 de março de 1990.
- FERREIRA, A. B. de H. **Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2128 p.
- FERREIRA, R. J. F. A atuação do Polocentro e o desenvolvimento regional In: **ocupação do cerrado – alguns aspectos do Polocentro**. Fundação JP, v. 15, n. 5/6, p.3-17, maio/jun./jul./ago. 1985.
- FERREIRA, R. M. **As águas e o tempo – memórias de Nova Ponte**. 1996. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.
- FLAY, J. C. Place and places. In: BLACK, D. W.; KUNZE, D.; PICKLES, J. (Ed.). **Commonplaces: essays on the nature of place**. Lanham: University Press of America, c1989. p. 1 - 10.
- FOUCAULT, M. O olho do poder. In: _____. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1995. p. 209-227.
- FREITAS, P.S.R.; SAMPAIO, R.C. (Coord.). **Sinopse do diagnóstico sócio-econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. Universidade Federal de Uberlândia, 1985. 187 p.
- FRÉMONT, A. L'effet de lieu. In: _____. **Lieux, classes, cultures, mobilités**. Paris, 1984. p. 161-182.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Instituto de documentação. **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- GEORGE, P. **Geografia de la energia**. Barcelona: Omega, 1952. 424 p.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991. 177 p.
- GRUPO Spasso / Novagel. **História de sucesso**. Uberlândia, [2003]. Não paginado.
- GONÇALVES, C. W. P. Impacto ambiental e regime político. In: **Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate**. Rio de Janeiro: CEDI, 1990. p. 27 – 33.

- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990. 189 p.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 121 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Carta do Brasil** – Esc. 1:100.000 – Nova Ponte. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Folha SE – 23 – Y – C – I. 1972.
- _____. **Censo demográfico 2000**. – Características gerais da população. Ministério de planejamento, orçamento e gestão. Rio de Janeiro: 2003.
- _____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Planejada e orientada por Jurandyr Pires Ferreira. Rio de Janeiro, 1959. p. 195-198.
- _____. **IX recenseamento geral 1980**: (DT-7.04) instruções para delimitação dos setores censitários econômicos. Rio de Janeiro, 1980. 55 p.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 250 p.
- LA ROVERE, E. L. O planejamento do setor elétrico brasileiro: principais problemas. In: **Travessia** – Revista do Migrante São Paulo, v. 2, n. 6, p. 12-17, jan./abr. 1990.
- LABURTHE-TOLRA, P.; WARNIER, J. **Etnologia – antropologia**. Petrópolis: Vozes, 1997. 469 p.
- LAMAS, J. M. P. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade** – textos universitários de ciências sociais e humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação científica e tecnológica, 1992. p.63 – 117.
- LANÇAMENTO da pedra fundamental da cidade nova. **Ação Notícia**, Nova Ponte, p. 2, jun. 1988.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, S.A., 1991. 216 p.
- _____. Fondements d'une sociologie de la quotidienneté. In: _____. **Critique de la vie quotidienne**. Paris: L'Arche Editeur, c 1961. v. 2.
- _____. Introduction. In: _____. **Critique de la vie quotidienne**. Paris: L'Arche Editeur, c 1958. v. 1.
- _____. L'espace et l'état. In: _____. **De l'état**. Paris: Union Generale, 1978. p. 259-324.
- _____. **Metafilosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. 399 p.
- _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- LE GOFF, Jacques. A história do cotidiano. In: DUBY, Georges et all. **História e nova história**. Lisboa: Teorema, 1986, p.73 – 82.
- LEPOUTRE, David. A cultura adolescente de rua nos grandes conjuntos habitacionais suburbanos. In: MORIN, E. (org). **A religação dos saberes**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 447 – 453.
- LIMA JUNIOR, A. V. da C. **Prisão em Lajeado Pepino**: gênese e efeitos sociais de uma ação exemplar. 1996. 298 p. Tese (Doutorado em Antopologia Social) - Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

- LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988. 209 p.
- LOGÍSTICA. Disponível em: < <http://www.peixoto.com.br/logistica/brasil.htm>>. Acesso em: 01 abr. 2003.
- MAFFESOLI, M. **La contemplation du monde**: figures du style communautaire. Paris: B. Grasset, c1993. 235 p.
- MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996. 350 p.
- MAGALHÃES, S. B. O desencantamento da beira – reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. In: MAGALHÃES, S. B.; BRITTO, R. G.; CASTRO, E. R. (Coord.). **Energia na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1996. v.2.
- MARBO. Disponível: <www.marbo.com.br>. Acesso em: 10 jun. 2003.
- MARIANI, R. **A cidade moderna entre a história e a cultura**. São Paulo: Nobel, 1986. 165 p.
- MARTINS. Disponível: <<http://www.martins.com.br>>. Acesso em: 10 jun. 2003.
- MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993. 179p.
- _____. (Org.) **(Des)figurações**: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole. São Paulo: Hucitec, 1996. 124 p.
- _____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997. 213 p.
- MAYOL, P. Morar. In: CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano 2**: morar, cozinhar. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 35-185.
- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 265 p.
- MESQUITA, Z. Cotidiano ou quotidiano?. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Org.). **Territórios do cotidiano**: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. p. 22-26.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Instituto de Geociências Aplicadas. **Município de Nova Ponte**. Belo Horizonte, 1985. 1 mapa, color., Escala 1:1000.000.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984. 392 p.
- MOONEY, M. Being there: forms of space and time. In: BLACK, D. W.; KUNZE, D.; PICKLES, J. (Ed.). **Commonplaces**: essays on the nature of place. Lanham: University Press of America, c1989. p. 11 - 16.
- NORA, P. Entre mémoire et histoire. In: _____(org.) **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, v.1. La République, 1984.
- NOVA PONTE. **Lei nº 861**, de 6 de julho de 1987. Aprova o projeto de urbanização e delimita o perímetro urbano da nova cidade de Nova Ponte, a ser executado pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, e contém outras providências. Nova Ponte, Prefeitura Municipal, 1987.

- NOVA Ponte: o resgate histórico e ambiental. **Projeto Terra**, Nova Ponte, fev. 1988. p. 4-5.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio** no movimento dos sentidos. 4.ed. Campinas: UNICAMP, 1997. 189 p.
- PARKER, J. e STAHEL, M. **Password**: English dictionary for speakers of Portuguese. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 783 p.
- PEIXOTO, N. B. O olhar do estrangeiro. In: NOVAES, A (org). **O olhar**. São Paulo: Schwarcz Ltda, 1995. p. 361 – 365.
- PENNA, A. D. A cidade ontem e hoje. In: COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Memória histórica de Nova Ponte**. Coordenação de Carlos Antônio Leite Brandão. Belo Horizonte, 1997. p. 129-147.
- _____. Memória do cotidiano. In: _____. **Memória histórica de Nova Ponte**. Coordenação de Carlos Antônio Leite Brandão. Belo Horizonte, 1997. p. 79-127.
- PETERSEN, S. R. F. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Org.). **Territórios do cotidiano**: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. p. 49-66.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. **Permuta dos imóveis urbanos de Nova Ponte**. Nova Ponte, 1991.
- _____. **Primeiro aditivo ao termo de acordo firmado ente a Prefeitura de Nova Ponte, Câmara Municipal de Nova Ponte, Associação de Moradores de Nova Ponte e Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG datado de 21 de fevereiro de 1990**. Belo Horizonte, 1990.
- _____. **Resolução nº 2**, de 29 de maio de 1987. Aprova o plano diretor de relocação e reconstrução da nova cidade, e contém outras providências. Nova Ponte, 1987.
- _____. **Segundo aditivo ao termo de acordo firmado ente a Prefeitura de Nova Ponte, Câmara Municipal de Nova Ponte, Associação de Moradores de Nova Ponte e Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG datado de 21 de fevereiro de 1990**. Belo Horizonte, [1990].
- _____. Sistema Integrado de Arrecadação. **Relação resumida do cadastro de contribuinte**. Nova Ponte, 2003.
- _____. **Termo de acordo firmado entre a Prefeitura de Nova Ponte, Câmara Municipal de Nova Ponte, Associação de Moradores de Nova Ponte e Companhia Energética de Minas Gerais sobre o processo de relocação urbana da cidade de Nova Ponte – MG**. Nova Ponte, 1990.
- _____. **Termo de acordo firmado entre a Prefeitura de Nova Ponte e Construtora Andrade Gutierrez S/A sobre I.S.S.Q.N. “Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza”**. Nova Ponte, 1991.
- _____. **www.novaponte.mg.gov.br** (disposto em Cdcard). 2003.
- PUMAIN, D. O. Pour une théorie évolutive des villes. In: DOLLFUS, O. **L’Espace géographique**,. Paris: Presses Universitaires de France, 1997, n. 2.

- QUEIROZ, M. I. P. de. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1973. 242 p.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.
- RELPH, E. **Place and placelessness**. London: Pion Limited, 1980. 156 p.
- _____. **The modern urban landscape**. London & Sidney: Croom Helm, 1987, 279p.
- ROBERT, Paul. **Le Petit Robert**: Dictionnaire de la langue française. Montréal: 1993, 2551 p.
- ROSA, L. P. e SCHAEFFER, R. A política energética brasileira. In: SANTOS, L. A. O. e ANDRADE, L. M. M. de (org). **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: ZERODOIS Serviços Editoriais S/C. Ltda. 1988. p. 53 – 58.
- _____. Proposta alternativas à política energética brasileira. In: SANTOS, L. A. O. e ANDRADE, L. M. M. de (org). **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: ZERODOIS Serviços Editoriais S/C. Ltda. 1988. p. 59 – 62.
- ROWNTREE, L. B.; CONKEY, M. W. Symbolism and the cultural landscape. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 70, n. 4, p. 459-474, Dec. 1980.
- SACK, R. D. **Place, modernity, and the consumer's world**: a relational framework for geographical analysis. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1992. 256 p.
- SANTOS, M.. **A natureza do espaço**: técnica e tempo., razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988, 124p.
- _____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979. 345 p.
- _____. **Por uma Outra Globalização**. 2 ed; Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2000.
- SCHERER-WARREN, I.; REIS, M. J.; BLOEMER, N. M. Alto Uruguai: migração forçada e reatualização da identidade camponesa. **Travessia**, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 29-32, jan./abr. 1990.
- SCHILLING, P. R.; CANESE, R. **Itaipu**: geopolítica e corrupção. São Paulo: CEDI, 1991. 53 p.
- SCHUTZ, Alfred. **On phenomenology and social relations**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1992, 327 p.
- SEVÁ FILHO, A. O. Intervenções e armadilhas de grande porte. **Travessia**, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 5-11, jan./abr. 1990.
- SIGAUD, L. Crença, descrença e interesses: por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório. In: MAGALHÃES, S. B.; BRITTO, R. G., CASTRO, E. R. (Coord.). **Energia na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1996. v.2. p. 551-570.
- _____. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n.18, p.18 - 28, fev. 1992.

SIGAUD, L. (Coord.). **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos**: as barragens de So-bradinho e Machadinho. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986. 116 f. (Comunicação, 9).

SIGAUD, L.; MARTINS-COSTA, A. L. B.; DAOU, A. M. L. Expropriação do campesinato e concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do estado. **Ciências Sociais Hoje**, 1987, São Paulo, Vértice/ANPOCS, pp. 214-290.

SILVA, A. C. da. Ponto de vista. O pós-marxismo e o espaço cotidiano. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Org.). **Territórios do cotidiano**: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. p. 27-29.

SILVA, V. de P. da. **Destruição e reconstrução simbólica em tempos de modernização**. 1995. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.

SILVEIRA, R. O processo decisório para a construção de aproveitamentos hidrelétricos. In: SANTOS, L. A. O. e ANDRADE, L. M. M. de (org). **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: ZERODOIS Serviços Editoriais S/C. Ltda. 1988. p.46 –52.

SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE NOVA PONTE. **Regulamento para funcionamento da Feira do Produtor Rural de Nova Ponte – MG**. Nova Ponte, 2001.

SMITH, S. J. Geografia urbana num mundo em mutação. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (Org.). **Geografia humana**: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996. p. 248-268.

SOARES, M. T. de S. Bairros, bairros suburbanos, e subcentros. In: **Cidade e Região**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de cultura – Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1987. p.121 – 133.

_____. O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro. In: **Cidade e Região**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de cultura – Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1987. p.105 – 120.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993. 324 p.

SOUZA, M. L. de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Território**, v. 2, n. 3, p. 13-33, jul./dez. 1997.

SPASSO INFORMATIVO. Uberlândia: Spasso /Novagel, , v.1, n. 1, abr./maio 2003. 4 p.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia e trabalho de campo. In: **o discurso geográfico na aurora do século XXI** (colóquio).Florianópolis: UFSC, 1996. 11 p.

STERNBERG, R. Perspectivas geográficas nos sistemas hidroelétricos. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 157-187, jan./mar. 1990.

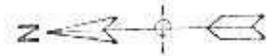
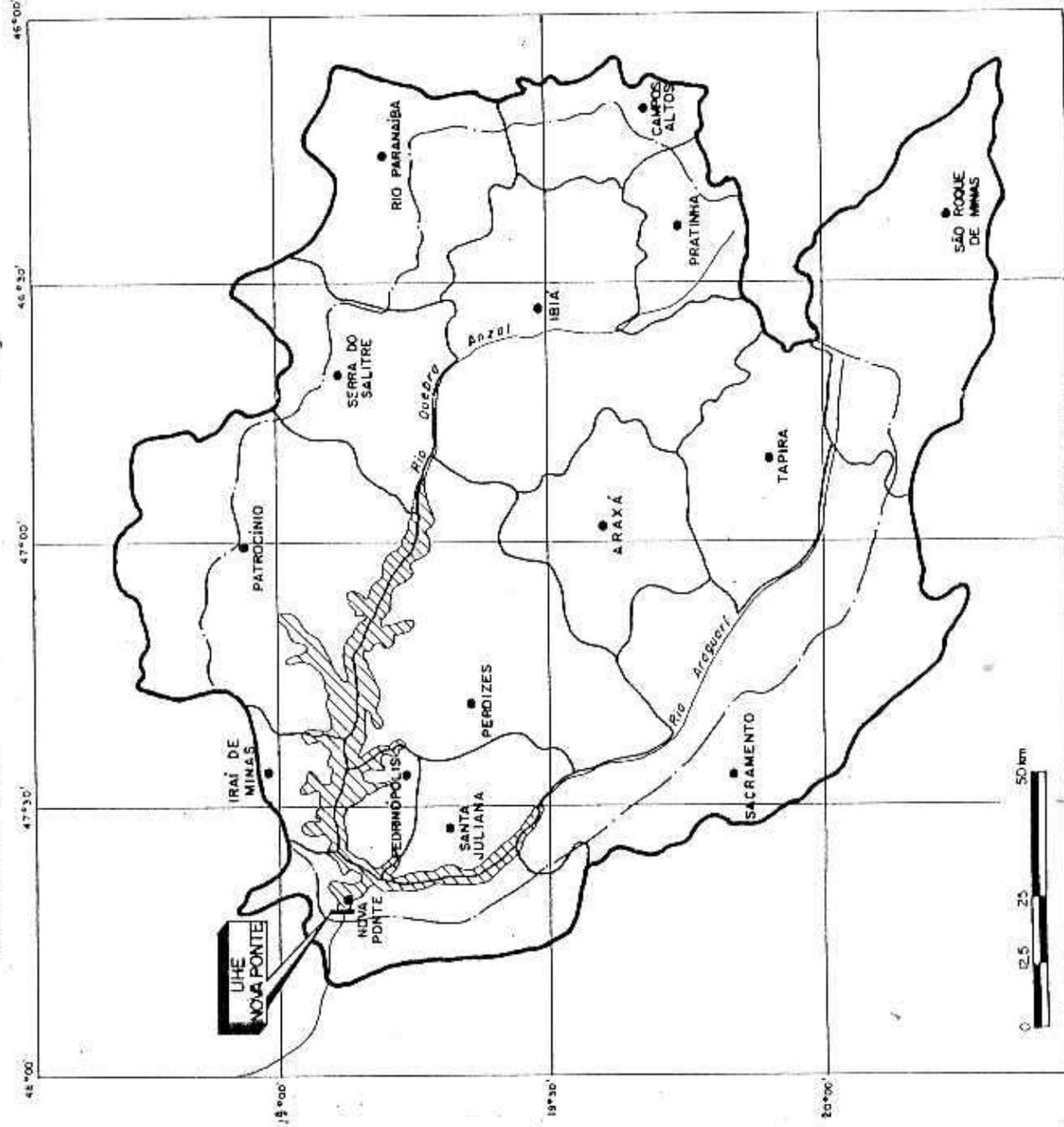
TEDESCO, J. C. **Paradigmas do cotidiano** – introdução à uma constituição de um campo de análise social. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. 216 p.

- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa – II: a maldição de Adão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 347 p.
- TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.
- UNWIN, T. **The place of geography**. New York: Longman Scientific & Technological, 1992. p.186 – 211.
- VAINER, C. B. Águas para a vida. **Jornal do Brasil**. Terça-feira, 4 de abril de 2000, p.9.
- VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. de. Implantação de grandes hidrelétricas. **Travessia**, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 18-24, jan./abr. 1990.
- VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992,. 86 p.
- VIANNA, A. **Etnia e território: os poloneses de Carlos Gomes e a luta contra as barragens**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992. 51 p.
- VIEIRA, M. do P. A.; PEIXOTO, M. do R. C.; KHOURY, Y. A. O documento: os testemunhos da história. In: VIEIRA, M. do P. et al. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1989. p. 41-46.
- WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: 1979, p. 23 – 35.
- WILLIAMS, R. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 439 p.

ANEXOS

ANEXO I

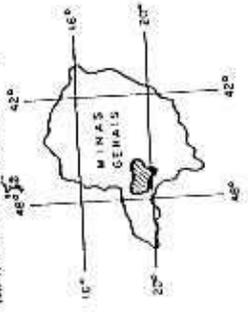
NOVA PONTE - ÁREA DE INFLUÊNCIA DA UHE



LEGENDA

- SEDE MUNICIPAL
- ÁREA DE INFLUÊNCIA
- LIMITE MUNICIPAL
- - - LIMITE DA BACIA HIDROGRÁFICA
- ▨ ÁREA DO RESERVATÓRIO

MAPA DE LOCALIZAÇÃO



ANEXO 2: USINA HIDRELÉTRICA DE NOVA PONTE

Esta relação tem objetivo de apresentar os responsáveis, na CEMIG, pela coordenação de áreas específicas que atuarão neste empreendimento, de maneira a facilitar a obtenção de serviços e informações a respeito do mesmo

Caracterização do Serviço	Órgão	Responsável
Responsabilidade Geral pelo Empreendimento Assessoria para Assuntos Políticos Coordenação Geral do Projeto Coordenação dos Estados e Projetos Obras de Apoio e Reassentamento Obras Civas Componentes Instalações Elétricas e Mecânicas	Diretoria de Projetos – DPC Assistente Geral da Presidência – DPR Superintendência de Projetos de Geração – PG Depto. de Projetos de Edificações – PG/PP Depto. de Projetos Civas de Geração – PG/EC Depto. de Engenharia Eletromecânica de Geração – PG/PE	Nilton Henriques Hélio Levindo Coelho Luiz Francisco Gualda Pereira Fernando Luiz da Silva Santiago Vasco Gil de Almeida Santos João Eudes Porto Lima
Especializados de Engenharia Civil (Geologia – Topografia e Hidrologia)		Cássio Baumgratz Viotti
Coordenação Geral da Construção	Depto. de Estudos Especializados de Engenharia Civil – PG/EE Superintendência de Obras de Geração Depto. de Obras de Usinas e Edificações – OG/EU	Vinício Noce de Magalhães Gomes Rubens Gonçalves Andere
Responsabilidade Geral da Obra da Usina de Nova Ponte representando a CERMIG Coordenação dos Estudos Relativos a Impactos Ambientais e Sócio-Cultural-Econômicos Responsabilidade pelo Cadastramento e Aquisição de Imóveis	Residência de Nova Ponte – RSNP Centro de Coordenação de Programas Ecológicos – Ec Depto. de Aquisição de Imóveis – JR/IM	Luiz Alberto Cruvinel Resende Joanito Campos Júnior Francisco Otávio de Faria Lobato

Preparado por: Superintendência de Projetos de Geração – PG /Data: 16.07.86

ANEXO 3 – QUADRO I: NOVA PONTE - LINHAS INTERMUNICIPAIS COM SAÍDA/DESTINO OU ESCALA NA CIDADE VELHA

Empresa	Origem	Escala	Escala	Escala	Escala	Escala	Escala	Destino
União	Patrocínio	Macaúbas	Celso Bueno	Irai de Minas	Pantaninho	Nova Ponte	Tapuírama	Uberlândia
União	Uberlândia	Tapuírama	Nova Ponte	Pantaninho	Irai de Minas	Celso Bueno	Macaúbas	Patrocínio
Santa Rosa	Monte Carmelo	Romaria	Irai de Minas	Pantaninho	Nova Ponte	Km 065	Santa Rosa	Uberaba
Santa Rosa	Uberaba	Santa Rosa	Km 065	Nova Ponte	Pantaninho	Irai de Minas	Romaria	Monte Carmelo
Expresso Araguari	Nova Ponte	Indianópolis						Araguari
Expresso Araguari	Araguari	Indianópolis						Nova Ponte

Fonte: Trabalho de Campo, diálogo com moradores/2003

ANEXO 4: QUADRO II: NOVA PONTE - LINHAS INTERMUNICIPAIS COM SAÍDA/DESTINO OU ESCALA NA CIDADE NOVA

EMPRESA	ORIGEM	ESCALAS	DESTINO
União	Uberlândia	Tapuirama	Nova Ponte
União	Uberlândia	Tapuirama, Nova Ponte, Pantaninho, Irai de Minas, C. Bueno, Macaúbas	Patrocínio
União	Uberlândia	Tapuirama, Nova Ponte, Pantaninho	Irai de Minas
União	Nova Ponte	Tapuirama	Uberlândia
União	Patrocínio	Macaúbas, Celso Bueno, I. de Minas, Pantaninho, N. Ponte, Tapuirama	Uberlândia
União	I. Minas	Pantaninho, N. Ponte, Tapuirama	Uberlândia
União	Uberaba	S.Rosa, Km 065, N. Ponte, I. Minas, Patrocínio, Acesso Pântano, Coromandel, P.Paranaíba, Pau Terra Cruvinel, Ac. Vazante, Guarda Mor, Buritis, Traíras, Escuro, St. Izabel	Paracatu
União	Paracatu	St. Isabel, Escuro, Traíras, Buritis, Guarda Mor, Ac. Vazante, Cruvinel, Pau Terra, P.Paranaíba Coromandel, Ac. Pântano, Patrocínio, I. de Minas, Nova Ponte, Km 065, St. Rosa,	Uberaba
União	M.Carmelo	Romaria, MG 190, Nova Ponte, Sta. Juliana, Pedrinópolis, Perdizes, A. Mandiocas	Araxá
União	Araxá	A.Mandiocas, Perdizes, Pedrinópolis, Sta.Juliana, Nova Ponte, MG 190, Romaria	M.Carmelo
Gontijo	Uberaba	Sta.Rosa, KM 065, Nova Ponte, Pantaninho, I. Minas, Romaria	M.Carmelo
Gontijo	M.Carmelo	Romaria, I. Minas, Pantaninho, Nova Ponte, Km 065, Sta. Rosa	Uberaba
Gontijo	Uberaba	Sta.Rosa, Km 065, Nova Ponte, Irai de Minas	Patos de Minas
Gontijo	P. Minas	Irai Minas, Nova Ponte, Km 065, Sta.Rosa	Uberaba
Gontijo	Uberlândia	A.Indianópolis, Nova Ponte, BR 354, Sta. Juliana, Pedrinópolis, Perdizes	Araxá
Gontijo	Araxá	Perdizes, Pedrinópolis, Sta.Juliana, BR 354, Nova Ponte, A.Indianópolis	Uberlândia
Gontijo	Uberlândia	Nova Ponte, Sta. Juliana, Araxá, Luz	Belo Horizonte
Gontijo	B. Hte	Luz, Araxá, Sta.Juliana, Nova Ponte	Uberlândia

Fonte: Pesquisa Direta/2003